

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA

PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

**O “TERCEIRO REINADO”:
ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI.**

Mestranda: Maria Luiza de Carvalho Mesquita

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Regina Andrade dos Santos

Vassouras

2009

**O “TERCEIRO REINADO”:
ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI**

Maria Luiza de Carvalho Mesquita

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos

Vassouras

2009

Para Maria Eduarda

AGRADECIMENTOS

A meus pais, por toda a dedicação e carinho;

A meu marido Nelson, por todo amor, companheirismo e compreensão ao longo dos últimos 35 anos;

A meus filhos e neta, pelo apoio e orgulho de ver mamãe e vovó de volta aos estudos;

A meu amigo Iram Rubem, meu parceiro inseparável nas aventuras da História, sem o qual, provavelmente, não teria chegado até aqui;

A minha orientadora, Prof^ª Dr^a Cláudia Regina Andrade dos Santos, de quem busco inspiração e os sábios ensinamentos desde o tempo da graduação;

Aos meus professores da Universidade Candido Mendes, em especial à Prof^ª Dr^a Keila Grinberg pelo incentivo em continuar dedicada à pesquisa;

Aos meus professores do Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, por todo apoio, ensinamentos e dicas;

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, em especial a Fátima Argon e Neibe, pela simpatia e a constante disponibilidade;

Enfim, a todos aqueles que tenham de alguma forma contribuído para que essa pesquisa tivesse êxito.

O “TERCEIRO REINADO”:
ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI

Maria Luiza de Carvalho Mesquita

Prof^a Dr^a Cláudia Regina Andrade dos Santos

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Este trabalho tem, por objetivo principal, elaborar uma biografia da Princesa Isabel, destacando seu papel como ator político nos últimos vinte e cinco anos do Império Brasileiro. Através do estudo de sua trajetória, é possível vislumbrar a vida social e política da Corte, na segunda metade do século XIX, sem que os aspectos caóticos ou contraditórios sejam deixados de lado. Está sendo dada ênfase nos períodos em que a Princesa ocupou a regência do Império, sobretudo na terceira (1887-1888), a qual seus contemporâneos perceberam como início do Terceiro Reinado. Através da análise de cartas, diários e jornais, investiga-se sua ação política e sua adesão ao projeto reformista dos abolicionistas da Corte, com a finalidade última de dar uma sustentação mais “popular” ao seu reinado. Da mesma forma, analisa-se o projeto de reformas políticas e sociais elaborado por estes últimos para ser posto em prática durante o “reinado” de Isabel. Finalmente, pretende-se demonstrar, ao contrário de visões historiográficas anteriores, que a Princesa não foi simplesmente uma piedosa “Redentora”, nem um personagem revolucionário, mas uma mulher de seu tempo, com autonomia e visão política própria, ciente do papel que teria que desempenhar no cenário político brasileiro.

Palavras – chaves: Princesa Isabel, Conde d’Eu, abolicionismo, Terceiro Reinado, imprensa.

O “TERCEIRO REINADO”:
ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI

Maria Luiza de Carvalho Mesquita

Prof^a Dr^a Cláudia Regina Andrade dos Santos

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Social.

This work has for main objective, to produce a biography of Princess Isabel, highlighting her role as political actor in the last twenty-five years of the Brazilian Empire. Through the study of her story, it's possible to glimpse the social and political life of the Court, in the second half of the nineteenth century, without leaving aside the chaotic and contradictory aspects. Emphasis is being given to the periods when the Princess held the regency of the Empire, especially in the third (1887-1888), which his contemporaries saw the beginning of the Third Reign. Through analysis of letters, diaries and newspapers, we can research her political action and her adherence to the reformist project of the abolitionists of the Court, with the ultimate purpose to give a more popular support to her reign. Similarly, it examines the project of political and social reforms drawn up by the abolitionists to be implemented during the "reign" of Isabel. Finally, it is shown, unlike previous historiographic visions, that the Princess was not simply a pious "Redeemer", not a revolutionary character, but a woman of her time with the autonomy and political vision, concerned to the role that she would play in the Brazilian political scene.

Key words: Princess Isabel, Count d'Eu, abolitionism, Third Reign, press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 8
 CAPÍTULO 1 – A HERDEIRA DO TRONO	
1.1 – EDUCAÇÃO E CASAMENTO	p. 22
1.2 - A PRIMEIRA REGÊNCIA	p. 38
1.3 - A SEGUNDA REGÊNCIA	p. 52
1.4 - A MATURIDADE	p. 68
 CAPÍTULO 2 – O “REINADO” DE ISABEL	
2.1 – A TERCEIRA REGÊNCIA	p. 81
2.2 – A “MONARQUIA DEMOCRÁTICA POPULAR”	p. 101
 CAPÍTULO 3 – O FIM DO IMPÉRIO	
3.1 – O ATAQUE REPUBLICANO	p. 136
3.2 – O 15 DE NOVEMBRO	p. 165
 CONCLUSÃO.....	 p. 179
 FONTES	 p. 181
 BIBLIOGRAFIA.....	 p. 183

O “TERCEIRO REINADO”: ISABEL DE BRAGANÇA, A IMPERATRIZ QUE NÃO FOI.

Maria Luiza de Carvalho Mesquita

INTRODUÇÃO:

*“Falsa Redentora”*¹

*“Sua alteza imperial (...) passa vida folgada, feliz e regalada. Duchas pela manhã, acompanhada de suas damas; lunch ao meio-dia, cercada de deliciosas harmonias; à tarde passeio na gare e à noite musica, sempre música.”*²

*“O ilustre príncipe consorte só se deixa seduzir e arrastar pelo valor real, que agrada e satisfaz sua cobiça”*³

*“É trabalho perdido o esforço dos instrumentos da monarquia em pretender um terceiro reinado. O segundo já é tolerado. O terceiro não reinará!”*⁴

*“O terceiro só poderá nascer cercado de uma aurora rubra como sangue”*⁵

Durante meu curso de graduação em história, realizado na Universidade Candido Mendes, tive a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica junto ao projeto da Professora Cláudia Regina Andrade dos Santos, intitulado *Utopia e Política: o projeto de “Democracia rural” nos debates políticos entre a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República (Rio de Janeiro 1888 – 1889)*. Neste período, tive a oportunidade de ter acesso a periódicos do final do século XIX, nos últimos anos do Império.

Palavras, como as destacadas acima, lidas no jornal republicano *Correio do Povo* do ano de 1889, causaram em mim um misto de estranhamento e curiosidade. A forma crítica, por vezes desrespeitosa, como eram tratados alguns membros da família imperial, em especial a princesa Isabel e seu esposo, Gastão de Orléans - o Conde d’Eu, despertaram meu interesse e acabaram por determinar a que período da história eu

¹ *Correio do Povo* – 28/10/1889

² *Idem* – 08/10/1889

³ *Idem* - 15/10/1889

⁴ *Idem* – 22/10/1889

⁵ *Idem* – 04/11/1889

voltaria meu olhar de uma forma especial: aos últimos vinte e cinco anos do Império no Brasil.

Buscando verificar quando esse tipo de tratamento havia começado na imprensa, dei origem à pesquisa que conduziu à minha monografia de final de curso de graduação em História, a qual dei o título de “*Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel?*”⁶. Realizada em 13 dos principais jornais da Corte⁷, os quais considerei como porta-vozes da elite⁸ brasileira, no período compreendido entre 1864 e 1889, foi possível acompanhar a construção, e progressiva destruição, da imagem daquela a quem estava destinado o trono brasileiro, assim como a de seu esposo. Foi possível também confirmar minha hipótese de que haveria o surgimento de uma prevenção à subida de Isabel definitivamente ao trono, desde a sua primeira regência.

A presente dissertação de mestrado não se pretende uma continuação desta monografia, mas foram dados levantados nela que deram subsídios para a sua elaboração.

Na segunda metade da década de 1880, o problema da sucessão do trono do Império brasileiro era um dos principais assuntos dos jornais. A existência de um terceiro reinado tinha muitos obstáculos: a condição feminina da futura dirigente do Império - a princesa Isabel - já que a cultura política do período via a mulher desempenhando seu papel apenas no âmbito privado; a impopularidade do Conde d’Eu e a rejeição que o orleanismo, implícito no seu nome, provocava⁹; os militares, que desde o fim da Guerra do Paraguai se incompatibilizavam com o governo, e os opositores do ultramontanismo,¹⁰ formados, sobretudo, por boa parcela dos membros da maçonaria, que atribuíam à religiosidade de Isabel um empecilho à livre manifestação religiosa e a implantação de direitos civis. Além disso, o republicanismo ganhava cada vez mais adeptos.

⁶ A monografia foi feita sob orientação da Profª Drª Keila Grinberg

⁷ *Jornal do Comércio, Diário do Rio de Janeiro, A Reforma, Semana Ilustrada, Gazeta de Notícias, O Mequetrefe, Gazeta da Tarde, Diário de Notícias, O País, Novidades, Cidade do Rio, Correio do Povo, e República Brasileira.*

⁸ A palavra elite é empregada neste trabalho referindo-se à camada da população que detinha alguma espécie de poder, quer político, financeiro, intelectual ou social

⁹ Ser um Orléans neste contexto, não mais remetia ao “rei-cidadão”, mas trazia em si a marca de ser partidário de um sistema em que se deveria aceitar o lema da monarquia como garantia da ordem e estabilidade, juntamente com a implantação de um princípio que assegurava o controle político por parte dos mais ricos e capazes.

¹⁰ O ultramontanismo era uma doutrina e política dos católicos franceses que buscavam inspiração na Cúria Romana, defendendo a autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina, ignorando os poderes do Estado sobre os membros da Igreja Católica COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria brasileira no século XIX*. Coleção “*Que História é Essa*”, São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p.15

Chegou-se a levantar a possibilidade de que Isabel abdicasse do trono em favor de seu sobrinho, Pedro Augusto, filho de sua falecida irmã Leopoldina, ou seja, em favor de um homem que fosse uma reprodução mais jovem de Pedro II. Embora cogitado, tal fato nunca se concretizou. Além disso, pouco mais tarde, ficaria evidenciado que o jovem príncipe era portador de perturbações mentais¹¹.

Os problemas de saúde de Pedro II acabaram por precipitar os acontecimentos. Temia-se por sua vida. A recomendação médica foi de que o Imperador fosse buscar tratamento na Europa. Com isto, no ano de 1887, Isabel assumia a regência pela terceira vez e o comando do Império.

De repente, o trono havia passado novamente às mãos de uma mulher considerada inadequada para o papel de Imperatriz e desta vez, com a possibilidade de ser permanentemente. Diante do grave quadro de saúde apresentado por Pedro II, muitos contemporâneos consideraram iniciado o “Terceiro Reinado”. Esta idéia foi largamente divulgada nos jornais da época, aqui exemplificado pelo jornal do Rio de Janeiro, *Gazeta da Tarde*, do dia 30 de junho de 1887, data da partida de Pedro II: “*Ao governo com que inicia-se o terceiro reinado está reservado exercer decisiva influência sobre todo ele e sobre o futuro mesmo da monarquia no Brasil.* (...)”

No seu terceiro período de regência, influenciada pelas idéias abolicionistas, Isabel demitiu o gabinete deixado por seu pai, chefiado pelo Barão do Cotegipe, nomeou outro comandado por João Alfredo, com a missão de resolver o problema da escravidão e, em pouco tempo, assinava a lei que a aboliu. Após este ato, acirraram-se articulações pró e contra o “Terceiro Reinado”. Foi um curto período que agitou o meio político, no qual ferveram idéias novas.

Após a demissão do Gabinete Cotegipe e a decretação da abolição da escravidão sem indenização aos proprietários de escravos, a maioria da elite conservadora, oriunda da classe agrária, também se voltou contra eles. Passaram a aderir ao movimento republicano, pois temiam que fossem implementadas outras reformas defendidas pelo movimento abolicionista, como a Democracia Rural, por exemplo.

Entretanto, pela leitura dos jornais da época, pode-se perceber que não foram todos que ficaram contra a existência do “Terceiro Reinado”. Um grupo formado por abolicionistas da Corte, capitaneados por André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, mesmo tendo em seu corpo alguns republicanos, se manifestou

¹¹ BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no século XIX*. SP: Unesp, 2005, p.254.

favoravelmente à existência de um terceiro reinado, criando estratégias e até mesmo elaborando um programa que pudesse dar-lhe sustentação. Essa aproximação entrou em declínio com a volta do Imperador, praticamente extinguindo-se com a queda do Ministério João Alfredo.

O período que abarca a terceira regência de Isabel e o pós-abolição é caracterizado, tanto pela imprensa da época, como pela historiografia de uma maneira geral, pela crise de legitimidade sofrida pelo Império e pela rejeição, ao menos por boa parte da elite, tanto ao “Terceiro Reinado” como a herdeira do trono. Entre seus críticos encontravam-se, inclusive, alguns membros deste grupo de abolicionistas citados acima. Tal fato levou a alguns questionamentos: Como se deu a aproximação entre os abolicionistas da Corte, e a Princesa? Qual a forma de atuação desse grupo em relação à perspectiva de estar iniciando o “terceiro reinado”? Que tipo de idéias ou projetos eles defendiam para o “reinado” de Isabel?

E uma questão maior se impôs: quem era essa “futura imperatriz”? Qual sua visão de mundo? O que pensava sobre política? Que tipo de atuação política teve em seus períodos regenciais, principalmente no terceiro? Como ela se posicionou relativamente a esse apoio recebido e qual o papel desempenhado por ela nessa relação?

Examinando a bibliografia sobre o Segundo Império, encontrei grande discussão sobre os motivos que levaram ao seu fim. Há pouca referência, no entanto, ao fato de a queda do Império ter sido acompanhada pela progressiva mudança no tratamento dispensado pelos jornais à família imperial, e em especial sobre aquela que seria a herdeira do trono. E também sobre o fato de haver, desde muito cedo, uma apreensão por parte das elites quanto às possíveis atitudes tomadas pelos futuros herdeiros. A grande maioria deles não se ocupa em fazer a análise da atuação de Isabel como governante do Império em nenhuma regência, nem mesmo na terceira, considerando-as como uma extensão do governo de seu pai, vendo nelas pouca ou nenhuma autonomia. Ainda hoje, na maior parte dos manuais de História do Brasil, Isabel aparece citada apenas em dois momentos: pela assinatura da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil.

Quanto à apreciação da Princesa como figura expressiva do Império, poucos livros foram escritos. O Conde d’Eu também é praticamente ignorado. Sobre ele há

apenas duas biografias: a de Luís da Câmara Cascudo¹², e a de Alberto Rangel¹³, ambas escritas ainda na década de 1930.

Proclamada a República em 1889, a figura de Isabel foi profundamente rejeitada pelos novos mediadores do pensamento político que ascendia, tendo, inclusive, um jornal republicano da época classificado a futura imperatriz como uma “*nulidade*”.¹⁴ A partir de então, com a finalidade de se legitimar o novo regime, os positivistas, corrente dominante entre os republicanos, condenaram a monarquia em nome do progresso,¹⁵ e foram-se afastando da imagem das figuras imperiais.

Após a proclamação da República, durante um longo período, a “ex-futura Imperatriz do Brasil” foi totalmente ignorada pela historiografia. Apenas na década de 20, após a primeira Guerra Mundial, quando a questão nacional assumiu a característica de problema, houve a necessidade de se repensar o Brasil, país marcado pelo atraso econômico, pelo clima e pela raça. Para quebrar este quadro, começou um movimento em busca das raízes nacionais, através de um passado histórico.¹⁶ As comemorações pelo centenário da Independência do Brasil ajudaram a criar o contexto em que as figuras do Império voltariam à tona. Mesmo assim, seria necessária a passagem de quase 50 anos para que a Princesa Isabel fosse pensada como objeto de estudo. O livro em questão é de autoria de Pedro Calmon, intitulado “*A Princesa Isabel: A Redentora*”¹⁷, publicado em 1940.

Outro livro que merece destaque, sobretudo pela profusão de documentos usados na sua elaboração, é o de Lourenço Luís Lacombe, “*A Princesa Redentora*”.¹⁸ Ambos fazem parte de uma historiografia clássica, de fundo laudatório.

Só recentemente, Isabel voltou a ser objeto de estudo entre os historiadores. Escrito por Roderick J. Barman, historiador inglês do Departamento de História da

¹² CASCUDO, Luís da Câmara. *Conde d’Eu*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933.

¹³ RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans – O Último Conde d’Eu*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935

¹⁴ Jornal República Brasileira de 21/11/1889: “No meio do turbilhão das últimas lutas, no meio de todos os debates dos últimos dias, foi notável que não se tivesse ouvido discutir os direitos da ex-princesa Isabel, Condessa d’Eu, nem se tivessem agitados as grandes massas defensoras da rainha, conforme era denominada aquela infeliz senhora, vítima dos deslumbramentos nervosos. É por aí que se pode aferir da importância da princesa no movimento evolutivo de nossa vida social. A Sr^a Isabel foi sempre, para nós, a boa senhora honesta e caridosa, mal ajudada por um cérebro desorganizado, sem nenhuma orientação política. No meio do bulício, desapareceu como verdadeira nulidade”

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p.27.

¹⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. “Questão Nacional na Primeira República”. in DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.189

¹⁷ CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel: a “Redentora”*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941

¹⁸ LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989

University of British Columbia, o livro *“Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX”* foi lançado na Inglaterra em 2002 tendo sua versão em português colocada no mercado brasileiro em 2005. Já o historiador Robert Daibert Jr, publicou em 2004 o livro *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da princesa entre os olhares negros e brancos (1846-1988)*¹⁹, resultado de sua tese de mestrado em História Social pela UNICAMP. Ambos são trabalhos inseridos dentro da história cultural.

Mais recentemente, em 2007, Daibert Jr defendeu sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, *“Princesa Isabel (1846 – 1921): a “Política do Coração” entre o trono e o altar”*, ainda não publicada, mas gentilmente cedida por ele para compor a bibliografia de minha dissertação.

Por fazerem parte de uma historiografia renovada, é, sobretudo, com estes dois últimos autores que dialoguei neste trabalho.

Buscando uma abordagem que pudesse, enfim, dar conta de toda minha problemática, optei pela elaboração de uma biografia da Princesa Isabel, não no sentido clássico do termo, mas num trabalho de história política, que privilegiasse o estudo de suas inter-relações individuais, das relações políticas entre grupos sociais e destes com o Estado, e das representações políticas, todas inseridas dentro de um determinado contexto²⁰.

Tratando-se a Princesa Isabel de um “ator político” ilustre, a idéia é fugir do que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, ou seja, a pretensão de se considerar que uma grande personagem seja alguém com um destino traçado, na vida da qual não estão consideradas as eventualidades.²¹ A idéia é justamente revelar os conflitos, as incoerências e as maneiras pelos quais os indivíduos moldam e modificam as relações de poder.²² O objetivo é de que o estudo de sua vida permita que se vislumbre a vida social em sua dinamicidade, sem excluir seus aspectos caóticos e contraditórios.²³

¹⁹ DAIBERT JR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

²⁰ LEVI, Giovani, “Usos da Biografia”. in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 167- 182

²¹ BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp.183-192

²² LORIGA, Sabina. “A Biografia como Problema”. in REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Editora FGV, 1998, pp. 225 – 249.

²³ BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis RJ: Vozes, 2004, p.191

Será dada ênfase aos períodos em que a Princesa ocupou a regência do Império, sobretudo na terceira (1887-1888), partindo da ótica de muitos de seus contemporâneos que a consideraram o início do Terceiro Reinado.

No livro *D. Isabel I a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*²⁴, seu autor, o historiador Bruno Cerqueira, ressalta o fato de Isabel jamais ter sido objeto de estudo por parte de uma historiadora. Pois bem... Será também com esse olhar feminino (mas não feminista) que pretendo enxergar minha personagem e sua trajetória no período final do Império.

Para tentar compreender e caracterizar o contexto, minha opção recaiu sobre Pierre Rosanvalon e seu estudo sobre a História Conceitual do Político:

*“O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandaram uma época, um país, ou grupos sociais conduzem sua ação, encaram seu futuro”.*²⁵

Segundo Rosanvalon, é necessário buscar a interação permanente entre a realidade e a sua representação, com o objetivo de identificar os “*nós históricos*” em torno dos quais se organizam as novas racionalidades políticas e sociais.

A proposta é procurar os “*comos*” e os “*porquês*” das tentativas de respostas dos homens aos seus próprios problemas, em espaços e tempos específicos, retomando sua própria cultura política e os conceitos em torno dos quais giram seus debates²⁶.

Inserir-se no contexto é a palavra de ordem, para que se possa olhar de dentro para fora, na tentativa de identificar quais foram as articulações políticas surgidas ante a possibilidade de ter-se iniciado o “terceiro reinado”.

Outro ponto a ser levantado diz respeito à relação entre o Estado, representado pela Princesa Regente, e as sociedades civis, no caso representantes do movimento abolicionista, e a busca de novas formas de legitimação e de consenso entre eles.²⁷

²⁴ CERQUEIRA, Bruno da S. Antunes. *D. Isabel I a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*. Rio de Janeiro: Instituto Dona Isabel a Redentora, 2006, p.110

²⁵ ROSANVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político”. in *Revista Brasileira de História* – órgão da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol 15, nº30, 1995, p.16

²⁶ BORGES, Vavy Pacheco. “História Política: Totalidade e Imaginário”. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº17, 1996

²⁷ BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 pp.36-37

O caráter de representatividade que tiveram nesta época os mediadores das idéias políticas, isto é, os chamados “*pensadores secundários*”,²⁸ que incluem jornalistas notórios, e todos os tipos de autores, também terá destaque nesta pesquisa.

Diante da lacuna existente na historiografia sobre o meu objeto, e sendo a fonte histórica o que coloca o historiador em contado direto com seu problema,²⁹ o caminho foi seguir o ensinamento de Le Goff, segundo o qual o historiador deve utilizar de tudo, “*na falta de flores habituais para fabricar seu mel*”.³⁰

Optei por fazer minha pesquisa em cartas, diários, depoimentos, documentos pessoais e jornais. Ela compreenderá o espaço de tempo situado entre o ano de 1864, que marca a primeira grande questão em torno da sucessão do trono brasileiro, que foi o da escolha do príncipe consorte da futura Imperatriz do Brasil, e 1889, quando findou o período imperial brasileiro.³¹ O espaço será o da Corte, pois, citando Nelson Werneck Sodré, “*a Corte é que dava o tom ao país e, portanto, à política*”.³²

Nela, usei uma abordagem de micro-história. O objeto de estudo de um micro-historiador pode se concentrar na trajetória de determinados atores políticos, se o que o estiver interessando não for propriamente biografar este indivíduo, em função de si mesmo, mas de examinar sua vida em função de um “problema”, buscando assim uma significação histórica mais ampla.³³

A documentação escolhida foi examinada de forma intensiva. O objetivo é deixar de lado as visões historiográficas consolidadas, visando à construção de uma nova interpretação. Os procedimentos de pesquisa em si, as limitações documentais e as construções interpretativas tornaram-se parte inerente ao relato.

As fontes escolhidas foram abordadas de uma dupla forma: como meio de acesso aos fatos históricos e como fato histórico³⁴ em si mesmas, por se tratarem de documentos de época. A crítica a essas fontes será parte integrante da pesquisa.

Uma parte das fontes escolhidas são “escritas de si”, que abarcam diários, correspondências, biografias e autobiografias. Independente de serem memórias ou

²⁸ WINOCK, Michel. “As Idéias Políticas”. in RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 2003, p.281

²⁹ BARROS, op. cit, p.34

³⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. SP. EDUSC, 1992, p.540

³¹ Este período corresponde também aos 25 primeiros anos de casamento entre Isabel e Gastão de Orléans, período este em que atuam efetivamente na cena política do Império.

³² SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.189

³³ BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis RJ: Vozes, 2004, p.195

³⁴ Embora não sejam considerados fatos históricos a priori, e sim resultantes de construções históricas

histórias de vida, elas constituem um novo espaço de investigação histórica. As memórias, autobiografias e diários assumem a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”, ficando descartada a princípio, portanto, a idéia de “verdade dos fatos”, importando neste caso a ótica assumida e a expressão do autor. Da mesma forma, a correspondência é um tipo de documentação que possui um destinatário específico, na qual se estabelecem relações. Ela implica numa troca entre quem escreve e quem lê.³⁵

Segundo Foucault, escrever cartas é “*se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro*”. A carta é, simultaneamente, “*um olhar que se lança sobre o destinatário (...) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo*”³⁶

Atenta a todos esses detalhes, procurei, em minha análise, examinar os autores e o assunto abordado, contextualizando o momento da escrita, assim como o motivo, para quem se escreveu, como e por quem foram guardadas. Sendo assim, trabalhei com documentos pessoais da Princesa Isabel, Conde d’Eu, e dos abolicionistas Joaquim Nabuco, André Rebouças e Gusmão Lobo³⁷. De José do Patrocínio, não encontrei correspondência pessoal disponível para consulta.

No caso das correspondências, ao contrário das memórias e diários, cabe à pessoa que lê, preservar o registro. Michelle Perrot afirma que o século XIX traduziu-se pela retirada das mulheres de certos locais públicos, inclusive das bibliotecas, calando-as desta forma³⁸. Mas tal não se passou em relação à Princesa Isabel. Suas cartas e diários, assim como as de seu marido, Gastão de Orléans, em excelente estado de conservação, estão à disposição para leitura, sob consulta prévia a descendentes da família Imperial, no Arquivo do Grão Pará, pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

³⁵ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 7 - 24

³⁶ FOUCAULT, Michel. “Ética, sexualidade e Política”. In MOTTA, Manoel de Barros (org) *Coleção Ditos e escritos*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.156

³⁷ Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo era pernambucano, nascido no Recife em 1838. Diplomou-se em 1859 pela Faculdade de Direito do Recife, foi deputado provincial e geral, chefiou a Diretoria Central da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, foi moço fidalgo da Casa Imperial. Destacado jornalista, primeiro em *A Nação* e, posteriormente, no *Jornal do Commercio*, notabilizou-se durante a campanha abolicionista, numa atividade que mereceu os mais enfáticos elogios de Nabuco. Gusmão Lobo manteve uma constante correspondência com Rio Branco, afastado pela atividade diplomática, na qual comenta os acontecimentos políticos da Corte.

³⁸ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005, pp. 34 - 35

Parte da correspondência de Joaquim Nabuco já foi publicada,³⁹ assim como seu diário⁴⁰, mas os originais encontram-se à disposição para consulta na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, sendo que boa parte do acervo, principalmente suas obras e discursos, podem ser consultados via internet na página da Fundação.⁴¹

Os originais dos diários de André Rebouças encontram-se atualmente, parte no Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro, e parte na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife.

A correspondência entre Gusmão Lobo e o Barão do Rio Branco foi publicada pelo Centro de História e Documentação Diplomática, também acessível para consulta pela internet.⁴²

Outra parte importante de minhas fontes está composta por artigos de jornais do período recortado. De acordo com Jean Jacques Becker, através de uma análise bem feita de uma variada seleção de jornais de um período, num país onde a imprensa é livre, é possível construir um painel da opinião pública vigente⁴³. E, a despeito dos jogos de interesses da imprensa, na época do reinado de Pedro II, havia liberdade de expressão.

Segundo Christophe Charle, a imprensa, principal mídia de massa no século XIX, era também um desafio de poder, (já que informar é influenciar), um desafio econômico (um jornal é ao mesmo tempo uma empresa e um meio de luta no campo econômico pelo viés da publicidade), um desafio social (de acordo com o público que visa) e um desafio cultural, já que difunde ou cria novas formas culturais numa época de aceleração de modas e difusão de saberes⁴⁴.

Além disso, boa parte dos atores políticos selecionados nesta pesquisa - Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio – escreviam nos principais jornais da Corte da época. Atuavam como mediadores das idéias políticas, e a importância de se recorrer a eles está tanto na tentativa de avaliar o trabalho das idéias na sociedade, como perceber o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão da imprensa. Isto se deve ao fato de no século XIX, tanto as camadas mais cultas quanto as mais despreparadas terem um acesso muito maior ao jornal, do que aos grandes teóricos da

³⁹ NABUCO, Joaquim *Carta a amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., vol. I e II, 1949.

⁴⁰ NABUCO, Joaquim. *Diários*. Recife: Editora Massangana, Vol I e II, 2005

⁴¹ <http://www.fundaj.gov.br>

⁴² http://chdd.funag.gov.br/cadernos/pdfs/cadernos_do_chdd_05.pdf

⁴³ BECKER, Jean-Jacques. “A Opinião Pública”. in RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, FGV, 2003, p.196)

⁴⁴ CHARLE, Christophe. *Le Siècle de la Presse 1830-1939*. Paris: Éditions du Seil, 2004, p.12

política. Segundo Winock, “o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea”.⁴⁵

No Rio de Janeiro, especificamente, apesar de haver um público leitor restrito, visto que segundo o censo de 1871 entre a população livre da cidade apenas 29% sabiam ler⁴⁶, as notícias circulavam entre a população, tanto da elite como das classes mais baixas, tanto livre como cativas, quer através de conversas informais nas ruas e praças, quer através de acalorados debates nos cafés e teatros.⁴⁷

Deve-se ressaltar também que, no Brasil, ao longo do século XIX, as redações dos jornais tornaram-se locais para onde o “povo” acorria tanto nos momentos festivos, como nos de protesto. Foi na imprensa que, por muitas vezes, os setores livres pobres urbanos encontraram defensores para seus interesses, já que não os possuíam nas esferas públicas legais.⁴⁸

Mas, como afirma Emília Viotti da Costa, “uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador é a crítica aos testemunhos”, em especial, os jornais. A autora chama a atenção para a dificuldade de se utilizar esse tipo de documentação que está relacionada com o envolvimento do observador, enquanto ator político, especialmente quando se trata de estudar períodos de reformas políticas, econômicas e sociais. Ela destaca ainda o fato de que cada pessoa ou grupo envolvido, nessas ocasiões, tende a explicar a realidade à sua maneira, dificultando a crítica histórica⁴⁹

Complementando o dito acima, uma interessante abordagem de como a imprensa da Corte era vista pela própria imprensa na segunda metade do século XIX, foi publicada num artigo do jornal republicano *O Mequetrefe*, no ano de 1875, intitulado *Fisiologia do Jornalismo*:

“O jornalista no Rio de Janeiro não é o que geralmente se pensa (...). O jornalismo do Rio de Janeiro não é um deboche, nem um sacerdócio, nem uma arte (...). Antes, quando se dedicava um homem ao jornalismo é que alguma coisa o arrastava; se não é uma simples fantasia do espírito era uma funda convicção

⁴⁵ WINOCK, op. cit, p.282

⁴⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p.475

⁴⁷ MOREL, Marcos e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003., p.77

⁴⁸ REZENDE, Gustavo Monteiro de. *Abolicionismo popular na corte do Rio de Janeiro (1879-1888)*. dissertação orientada pela Profª. Drª Cláudia Santos e defendida no PPGHIS - Faculdade de Formação dos Professores – UERJ, no dia 26 de janeiro de 2009, cap. III.

⁴⁹ COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo:UNESP,2007, p.387

na alma. Hoje faz-se a gente jornalista, como se faz taberneiro ou sacristão, correio de ministro ou cambista(...). A consciência tomou o mesmo caminho que o estilo; há escritor que vive de defender uma idéia que ontem combateu com todas as forças; há outro que combate o que defendia; contrata-se este em jornal sem lhe indagar os princípios que sustenta; espera aquele ordens do patrão para saber como se há de pronunciar sobre este ou aquele fato; a maior parte deixa até de noticiar temendo compromissos, resultando de tudo isso uma tal indiferença para os negócios políticos que já ninguém se espanta de ver conservadores escrevendo em folhas liberais e vice-versa, republicanos defendendo a monarquia, liberais defendendo o ultramontanismo e os ultramontanos fazendo quase a propaganda da república!

*Ninguém se espanta porque negócio é negócio e imprensa é negócio (...).*⁵⁰

Levando em conta todas essas colocações, procurei estar atenta ao contexto histórico, deixando de lado a idéia da existência de uma “verdade absoluta”.

Para essa pesquisa, na tentativa de construir um painel bem abrangente do período, escolhi os jornais mais representativos da segunda metade do século XIX, segundo a literatura sobre o assunto.⁵¹ Utilizarei para o período que vai de 1864 até 1870, o *Jornal do Comércio*, inaugurado 01/10/1827, que, segundo Nelson Werneck Sodré não seria partidário, mas que “*pesaria deliberadamente na concha das instituições*”,⁵² sendo, portanto, nesse sentido, um jornal conservador e moderado; o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, tendo como escritores de seus artigos, entre outros, Quintino Bocaiúva e Machado de Assis; a *Semana Ilustrada*, com direção e ilustrações de Henrique Fleiuss, e pelo qual passaram os maiores escritores e jornalistas de então, como Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Nabuco; *A Reforma*, que surge em 1869, tornando-se “*o jornal mais prestigioso da época*”, um jornal liberal que combate o governo conservador.

Para a década de 1870, e que engloba os dois primeiros períodos regenciais da Princesa Isabel, optei pelos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *A Reforma*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias* de tendência liberal, cujo grande nome foi Ferreira de

⁵⁰ *O Mequetrefe* do dia 07/10/1875

⁵¹ O critério de escolha dos jornais foi baseado no livro *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, no capítulo relativo à Imprensa do Império, pp 181-249

⁵² SODRÉ, op. cit, p. 189

Araújo e *O Mequetrefe*, um jornal semanal satírico, ilustrado, de grande tiragem, que se declara, desde o início, republicano.

Para a década de 1880, na qual se incluem a terceira regência da Princesa Isabel, a abolição da escravidão e a proclamação da República, escolhi *O Mequetrefe*, já referido; a *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, originalmente de José do Patrocínio e Luiz Ferreira de Moura Brito;⁵³ o *Diário de Notícias*, que tinha como redator chefe Ruy Barbosa; *O País*, no qual escreve Joaquim Nabuco; o *Novidades*, jornal conservador e antiabolicionista, que dá voz aos fazendeiros, cujo redator-chefe é Alcindo Guanabara; *Cidade do Rio*, jornal abolicionista de José do Patrocínio, no qual também escreve André Rebouças; *Correio do Povo*, órgão do Partido Republicano, no qual escrevia Silva Jardim e *República Brasileira*, também republicano.

A idéia ao me utilizar de fontes diversas foi fazê-las dialogar, com a finalidade de que elas se complementem, ou seja, que umas iluminem as outras.⁵⁴

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “*A Herdeira do Trono*”, tracei um perfil da Princesa Isabel, através de uma breve análise da princesa em quatro períodos: no da infância/juventude, abarcando sua educação e casamento; durante a primeira regência (1871-1872); na segunda regência (1876-1877); e numa fase mais madura, em 1884. Foi destacada, sobretudo, sua atuação no campo político.

No segundo capítulo, intitulado “*O Terceiro Reinado*” tratei especificamente da terceira regência da Princesa, sua adesão às idéias abolicionista, seu desempenho à frente do Império. Por outro lado, ressalté o papel desempenhado pelos abolicionistas André Rebouças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, assim como as estratégias e programas pensados para dar sustentação ao “terceiro reinado”.

No terceiro, “*O fim do Império*”, abordei o período compreendido entre a volta do Imperador de sua terceira viagem ao exterior até a Proclamação da República. Foi dada ênfase especial ao papel da imprensa neste período, o jogo de representações articulado por esta, que tiveram como resultado a queda do regime.

Como hipóteses desta dissertação coloco em destaque as seguintes:

- Apesar do discurso paternalista e masculino da época, utilizado principalmente pela propaganda republicana, que evocava a condição feminina e a religiosidade da

⁵³ Em 1887, José do Patrocínio afasta-se do jornal *Gazeta da Tarde* para fundar o jornal *Cidade do Rio*

⁵⁴ BARROS, op. cit, p. 177

Princesa para considerá-la inadequada para comandar o Império, ela não era, de forma alguma, despreparada politicamente para desempenhar este papel.

- Sua adesão às idéias abolicionistas tem como explicação corrente o fato destas estarem de acordo com o que preceituava a Igreja Católica sobre a questão, mas independente disso, foi uma escolha política que visava manter a ordem no Império, além de aproximá-la das reivindicações populares, formando bases de legitimação para seu reinado.

- Que a terceira regência da Princesa, foi vista pela maioria de seus contemporâneos como o início do Terceiro Reinado.

- Que, com o conhecimento de Isabel, uma parte importante da intelectualidade do período, pertencente ao movimento abolicionista da Corte, pensou estratégias para apoiar o terceiro reinado, chegando mesmo a elaborar um programa de reformas a serem implementados durante sua existência.

- Que, para esse grupo, o terceiro reinado funcionaria como um período de transição para o regime republicano.

- Que o projeto de apoio ao terceiro reinado vai perdendo força com o retorno do Imperador Pedro II ao comando do Império.

- Que entre as causas que precipitaram o final do Império tiveram peso de grande importância tanto o fato de ser Isabel a próxima ocupante do trono, como a possibilidade de que ela viesse a implementar reformas abolicionistas, sobretudo a “Democracia Rural”, que envolveria uma reforma agrária, com a desapropriação de terras e sua divisão para assentamento de colonos e libertos.

CAPÍTULO 1

A HERDEIRA DO TRONO

1.1 - EDUCAÇÃO E CASAMENTO

D Pedro II assumiu o trono do Brasil em 1840. Em 1843 casava-se com a princesa napolitana D^a. Teresa Cristina com quem veio a ter quatro filhos: o primogênito, D. Afonso, nascido em 1845; D^a. Isabel, nascida em 1846; D^a Leopoldina, em 1847 e D. Pedro Afonso em 1848.⁵⁵

⁵⁵ DAIBERT JR, Robert. op. cit, 2004, p.34

No que diz respeito à linha sucessória do trono brasileiro, a Constituição de 1824 estipulava que ela seria definida:

“segundo a ordem regular de primogenitura e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha a mais moça”.⁵⁶

Isto significava que o critério de gênero, no caso, masculino, sobrepunha-se ao critério da primogenitura. Sendo assim, se nenhum dos filhos do Imperador viesse a falecer antes dele, ou abdicasse ao trono, a linha de sucessão do império brasileiro deveria ser: D Afonso, D Pedro Afonso, D^a Isabel e D^a Leopoldina.

No ano de 1847, no entanto, faleceu o primogênito D. Afonso. O fato foi lamentado pelo país, e podemos ver no *“Diário do Rio de Janeiro”*, que *“não há um só brasileiro que não acompanhe S S. M M. I I. no sentimento de pesar pela perda do seu primogênito, do herdeiro da coroa”*.⁵⁷

Em 1850, morria D. Pedro Afonso, fato que abalou profundamente o Imperador⁵⁸ e a nação. O *“Jornal do Comércio”* comentava a época que: *“a morte do Augusto Príncipe, depositário das esperanças de uma nação inteira, foi geralmente considerada como uma calamidade”*.⁵⁹

Após a morte do irmão, a filha mais velha de Pedro II, batizada com o nome de Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança, foi proclamada a herdeira do trono, aos quatro anos de idade, no dia 11 de agosto de 1850, diante da Assembléia Geral reunida no Paço Imperial,⁶⁰

Desde cedo, o Imperador preocupou-se com a educação a ser dada às suas filhas Isabel e Leopoldina, sendo ele mesmo o mais severo professor das princesas⁶¹. No entanto, já que o tempo e as obrigações não lhe permitiam desempenhar plenamente este papel, logo tratou de pedir ajuda à sua irmã Francisca, Princesa de Joinville, para que procurasse na Europa uma preceptora que pudesse dirigir a educação das meninas.⁶² A escolhida foi uma brasileira, D. Luísa Margarida Portugal de Barros, então Viscondessa

⁵⁶ Título V, Capítulo IV, artigo 117 da *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824.

⁵⁷ *Diário do Rio de Janeiro* de 12/06/1847

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *D Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p.52

⁵⁹ *Jornal do Comércio* de 13/01/1850

⁶⁰ LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel A Princesa Redentora*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p.20

⁶¹ *Idem*, p. 22

⁶² *Idem*, p. 25

de Barral, mulher considerada extremamente inteligente e culta.⁶³ Em setembro de 1856, após várias negociações, a já Condessa de Barral assumia a função de Aia das Princesas⁶⁴. Teria como atribuições supervisionar os estudos, coordenar os professores, e controlar todas as atividades diárias das princesas.⁶⁵

Nas “*Atribuições da Aia*” ficava estabelecido por Pedro II o princípio fundamental da educação de Isabel e Leopoldina:

“Quanto á educação, só direi que o caráter de qualquer das Princesas deve ser formado tal qual convém a Senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional de um Império como o do Brasil. A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo; mas de modo que não sofra a primeira”.⁶⁶

A partir daí, um rigoroso programa de ensino, que incluía cerca de nove horas e meia de aulas diárias, seis dias na semana, foi desenvolvido para educar as princesas. As matérias escolhidas, ministradas por vários professores incluíam, além da língua portuguesa, o latim, francês, inglês e alemão; literatura portuguesa e francesa; história do Brasil, Portugal, França e Inglaterra; geografia; geologia; astronomia; química; física; geometria e aritmética. Ao ficarem mais velhas, foram acrescentadas as disciplinas de italiano, história da filosofia, grego e economia política.⁶⁷ Além dessas, estudavam também botânica, mitologia, história sagrada, poesia, redação, piano, desenho, bordado e fotografia.⁶⁸

Sua aprendizagem foi fortemente marcada pela doutrina católica. De sua rotina faziam parte as missas, as confissões e diversas celebrações religiosas. Muitos dos seus exercícios de caligrafia e de redação tinham a religião como tema.⁶⁹ A influência religiosa na sua educação, provinha de sua mãe, oriunda de dinastia napolitana marcada por uma postura anti-liberal e de apoio irrestrito ao Papa.⁷⁰ Segundo Daibert Jr, isso

⁶³ *Idem*, p.26

⁶⁴ Enquanto duravam as negociações com o Imperador, morreu na França o sogro da Sr^a Luiza Maria Portugal de Barros. Seu marido, um fidalgo francês, o Visconde de Barral, herdou-lhe o título de Conde.

⁶⁵ DAIBERT JR, Robert. Princesa Isabel (1846 – 1921): a “Política do Coração” entre o trono e o altar. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, IFCS, UFRJ, 2007, p.97

⁶⁶ Documento existente no arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis (arq.POB.M.29 – Doc 1038), produzido à época da nomeação da condessa de Barral como preceptora das filhas de Pedro II, apud LACOMBE, op. cit, p.34

⁶⁷ BARMAN, op. cit, p.67

⁶⁸ LACOMBE, op. cit. p.40.

⁶⁹ DAIBERT. JR, op. cit, 2007, p.92

⁷⁰ *Idem* p.99

pode ser comprovado através da correspondência trocada entre Isabel e seus pais. Desde criança elas possuíam conotações diferentes. Para a mãe iam as notícias sobre idas à missa e outras práticas religiosas e o pedido de envio de pequenas imagens de santos. Para o pai, as notícias sobre o estudo e pedidos de livros e outros materiais para as aulas, o que denota, desde cedo seu discernimento nas formas de se auto-representar.

Neste trabalho ora em curso, em relação à Isabel, será privilegiada a correspondência trocada sobretudo com seu pai, porque será nelas que veremos ressaltado o aspecto político.

Sua educação continuou mesmo depois de casada, como nos mostra a carta escrita por ela ao marido, o Conde d'Eu, em 1865, na qual relata a programação de seu dia:

“7 ½ - Saída com Mamãe e Leopoldina

9 hs. – Almoço

10 a 10 ½ - traduzir uma meia página de inglês, alemão ou italiano.

10 ½ às 11 – copiar uma página de “Jesaumes” (sic)

12 à 1 ½ - 2 hs – lição de harpa, piano ou pintura

3 às 4 – leitura de francês ou português

4 horas – jantar.”⁷¹

Numa época em que as poucas escolas femininas existentes na Corte limitavam-se ao estudo de religião, língua portuguesa, francesa (algumas, inglesa e alemã), ortografia, aritmética, geografia, música, piano, canto, dança e desenho,⁷² e em que a literatura exaltava como qualidades de uma moça bem educada saber cantar, tocar piano, falar francês, inglês ou italiano, entender de costura, bordados e conversar com graça,⁷³ a educação de Isabel e sua irmã, ultrapassou em muito os padrões da época. Poderia apenas ser comparável a que era dada no Imperial Colégio Pedro II, o predileto do Imperador, considerado a “glória do ensino”, “símbolo de civilidade”,⁷⁴ destinado a preparar a elite dirigente do país.

⁷¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo Grão-Pará – XLI - 1, carta de 01/08/1865

⁷² De acordo com os anúncios publicados no *Almanaque Laemmert*, à época da educação das Princesas, havia na Corte 14 colégios para meninas. LACOMBE, op. cit, p.42

⁷³ BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. SP: T. A. Queiroz, 1988, p. 65. Obs: A autora faz um estudo sobre a imagem da mulher educada projetada pelos romancistas do século XIX, e exemplifica como “uma das enumerações mais completas” a contida no romance *Helena*, de Machado de Assis, publicado em 1876.

⁷⁴ SCHWARCZ, Lillian Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Cia das letras, 1998, p.150

Barman considera que Pedro II elaborou para as filhas um programa de estudos a seu gosto, como a que ele próprio recebera, mas que na década de 1830 já estaria “*longe de ser adequada*” Segundo suas palavras, “*o programa que criou era inteiramente apropriado para um adulto culto de trinta e poucos anos, mas não a quem – menino ou menina – estava passando da infância para a adolescência.*”⁷⁵. Creio existir aí um certo anacronismo, tanto pelo emprego do conceito de “*adolescência*”, incomum nesta época, como na avaliação do que seria “*apropriado*” na educação de príncipes ou princesa, no século XIX.

A educação dos Príncipes é objeto de estudo desde a antiguidade. Inspirados em Platão, os pensadores Cícero e Sêneca criaram o ideal do Príncipe perfeito, que deveria ser educado de modo a “*espelhar um modelo de virtudes*”, guiando-se pela razão para fazer um bom governo e fazer justiça. Nos séculos XIII e XIV, os valores cristãos foram sendo colocados como ponto máximo entre as virtudes a serem perseguidas: justiça, sabedoria, caridade, magnanimidade, temperância e prudência.⁷⁶ Com Maquiavel, a religiosidade perdia espaço e eram exaltados num Príncipe, as qualidades intelectuais, a dedicação às ciências, letras e artes.⁷⁷ As idéias iluministas, por sua vez, viam como principal virtude dos príncipes sua capacidade em promover a civilização.⁷⁸ Em Portugal, no entanto, nesta mesma época, ainda permanecia a idéia de que a religião era o fundamento para um bom governo, integrante principal, portanto, da educação dos príncipes.

A educação de Isabel teve um misto de todos estes princípios: a ilustração (por influência de seu pai) e a religiosidade (por influência de sua mãe) formaram os alicerces de sua educação, todos eles fornecendo elementos para a formação de sua identidade.⁷⁹ Pelos padrões atuais, a diversidade de disciplinas talvez pudesse não ser considerada a mais apropriada para jovens a quem estava destinado o futuro de uma nação, mas, naquele contexto, certamente foi a mais adequada, ao menos no entender do Imperador, um homem que fora educado sob princípios cristãos, e que se dizia nascido para se consagrar “*às letras e às ciências*”.⁸⁰

⁷⁵ BARMAN, op. cit, p. 69

⁷⁶ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.62

⁷⁷ *Idem*, p.63

⁷⁸ *Idem*, p.64

⁷⁹ *Idem*, p. 104

⁸⁰ CARVALHO, op. cit., 2007 p. 77

Já no que diz respeito à vida das princesas em sociedade, elas foram mantidas, durante sua infância e adolescência, numa quase total reclusão, tendo seu tempo dividido entre o Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e Petrópolis, como descreve Isabel nas suas memórias intitulada “*Alegrias e Tristezas*”⁸¹: “*Minha Infância passei junto aos meus queridos pais e de minha irmã mais moça. Não saía do Rio no inverno, nem de Petrópolis no verão.*”

O Imperador Pedro II não era inclinado a uma vida social agitada. O último grande baile oferecido por ele havia sido em 1852. Depois disso, a família imperial recolheu-se.⁸² As diversões preferidas do Imperador seriam, segundo ele próprio, “*o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas*”.⁸³ Poucas vezes elas apareceram nos noticiários dos jornais, a não ser quando comparecem a uma ou outra cerimônia oficial ou religiosa.

O isolamento e a rigidez da educação das princesas, não impediram, entretanto, que houvesse momentos para brincadeiras e lazer, nem que se criassem laços de intensa amizade com outras pessoas além da família. Os jogos de teatro, os jogos de prenda, as bonecas, as músicas e danças faziam parte do seu dia a dia. Caminhadas e cavalgadas também estavam incluídas nas suas atividades, especialmente quando estavam no palácio de Petrópolis, lugar preferido de Isabel, que o descreve como “*deliciosa residência de verão*”⁸⁴. Um grupo restrito de crianças partilhava muitas vezes de suas brincadeiras, entre elas Amandinha Paranaguá, mais tarde Baronesa do Loreto e Maria José Velho de Avelar (Mariquinhas), mais tarde Baronesa de Muritiba⁸⁵, que seriam diletas amigas de Isabel por toda a vida. Da mesma forma, ela criou vínculos duradouros e profundos com sua Aia, a Condessa de Barral.

Quanto à vida pública e política neste período, Isabel participou pouquíssimo, com exceção da cerimônia acontecida no dia 29 de julho de 1860, quando, no prédio do Senado, jurou a Constituição.⁸⁶

⁸¹ Documento datado de 1908, publicado na *Tribuna de Petrópolis* em 15/05/1949. AHMIP (M.204 – Doc. 9335)

⁸² PINHO, José Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, p.116

⁸³ CARVALHO, op. cit., 2007 p.77

⁸⁴ *Alegrias e Tristezas*, AHMIP (M.204 – Doc.9935)

⁸⁵ LACOMBE, op. cit, p.49

⁸⁶ BARMAN, op. cit, p.71

A primeira grande questão política que envolveria Isabel seria a escolha do seu futuro marido. Numa sociedade de corte⁸⁷, um casamento desse porte, não tinha como objetivo principal a formação de uma nova família, mas, sobretudo, a “*fundação*” e o “*prosseguimento*” de uma “*casa*”.⁸⁸ Como uma permanência do Antigo Regime, os casamentos, assim como as demais cerimônias que envolviam os reis cumpriam também a função de revigorar as monarquias, despertando enorme interesse, tanto na nobreza como nas classes populares.⁸⁹

No caso específico do Brasil, um império constituído recentemente, a escolha do marido da futura imperatriz não era uma tarefa fácil. A distância territorial entre nosso país e as monarquias européias também era um entrave na busca de candidatos dispostos a cruzar o Atlântico. Além disso, o noivo necessitaria residir no Brasil, ser católico, e renunciar aos direitos sucessórios de sua própria família.⁹⁰

Pelo artigo 120 da Constituição, cabia exclusivamente ao Imperador realizar o casamento de suas filhas.⁹¹ Segundo Pedro Calmon, o modelo ideal a ser perseguido correspondia ao Príncipe Alberto, marido da Rainha Vitória da Inglaterra, “*sem opinião, para ser constitucional e sem temperamento, para ser consorte da soberana*”.⁹² A Rainha Vitória servirá como modelo de imperatriz durante o século XIX, e várias vezes a princesa Isabel será comparada ou instigada a ter o mesmo comportamento dela, durante o tempo em que existir a perspectiva de que ela venha a ocupar o trono do Brasil

Desde que Isabel fora declarada herdeira do trono, algumas especulações foram feitas sobre quem seria seu futuro marido. A primeira, de 1855, colocava como candidato à mão da princesa seu primo português, D. Luís de Bourbon, filho de sua tia Januária e o Conde d’Áquila. Outro candidato provável poderia ser D. Luís, filho de D. Maria II, rainha de Portugal⁹³. Mas ainda havia um profundo sentimento antilusitano para que houvesse a possibilidade de se unir o reino do Brasil ao de Portugal. Um

⁸⁷ “*Trata-se de uma sociedade na qual a posse de um título de nobreza é mais valiosa, para quem cresce ali, do que a posse de uma riqueza acumulada; na qual pertencer à corte do rei (...) é algo extraordinariamente importante na escala dos valores sociais*” ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.94

⁸⁸ *idem*, p.73

⁸⁹ MAYER, Arno J. *A Força da tradição: a persistência do antigo regime (1848 – 1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 139

⁹⁰ BARMAN, op. cit, p.79

⁹¹ LACOMBE, op. cit., p. 57

⁹² CALMON, Pedro. *op.cit*, p.32

⁹³ DAIBERT JR, op. cit. 2004 p.48

versinho, publicado na época no jornal “*A Marmota*” ilustra bem a reação a essa possível aliança:

*“Há de ser coisa fatal
De crua guerra civil
D. Luís de Portugal
Futuro Rei do Brasil.”*⁹⁴

Em 1860, foi a vez das princesas receberem a visita, em Petrópolis, do Arquiduque Maximiliano, futuro Imperador do México, que, diante do receio existente no Brasil de que elas viessem a desposar nobres de Portugal, viera sondar a possibilidade de negociar o casamento delas com parentes seus.⁹⁵ Até mesmo o ditador Francisco Solano Lopes foi apresentado como possível candidato à mão de Isabel.⁹⁶

Mas, foi em setembro de 1863 que o Imperador escreveu a seu cunhado, o Príncipe de Joinville, marido de sua irmã Francisca, falando da sua pretensão de casar suas filhas quando Isabel completasse dezoito anos. Ele especificava: “*Para marido da Isabel prefiro a todos o teu filho [Pedro, Duque de Penthièvre – pelo qual a princesa haveria se enamorado ao ver sua fotografia⁹⁷] e para Leopoldina, o Conde de Flandres*”⁹⁸ (filho do rei Leopoldo I da Bélgica). Mas, com o desinteresse dos rapazes em tais arranjos e recusando-se ambos a deixar a França os noivados não se efetivaram.

Vendo fracassar essa negociação, o próprio Príncipe de Joinville em cartas ao Imperador apresentou outras sugestões de possíveis candidatos a consortes de suas filhas. Entre os nomes propostos estão seus sobrinhos August de Saxe-Coburg-Gotha, “*belo rapaz, extremamente vivo e inteligente*”,⁹⁹ e Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, a quem descreve como “*(...)uma perfeição. Espírito, instrução, bom julgamento, tato, excelente coração*”. Propõe August para Isabel e Gastão para Leopoldina.¹⁰⁰

Enquanto isso, a imprensa da Corte especulava sobre o assunto:

*“Circularam durante toda a semana boatos de esplêndidas festas imperiais. Fala-se em esperançosos casamentos das princesas que devem ter lugar em junho próximo, vindo assistir a eles um augusto personagem europeu”*¹⁰¹.

⁹⁴ *A Marmota* de 11/11/1857

⁹⁵ LACOMBE, op. cit, p.58

⁹⁶ *Idem*, p.65

⁹⁷ *Idem*, p.61

⁹⁸ BARMAN, op. cit. p. 83

⁹⁹ LACOMBE, op. cit, p. 66

¹⁰⁰ *Idem*, p.67

¹⁰¹ *Semana Illustrada* de 04/10/1863

Em maio de 1864, na abertura do Parlamento, o Imperador comunicava em sua fala do trono que tratava do casamento das filhas. No dia seguinte, o jornal “*Semana Illustrada*”, comentava que, “*conquanto se ignore ainda quem sejam os felizes prometidos noivos(...) a esta hora fazem todos votos pela felicidade e pelo acerto da escolha*”.¹⁰²

E a Corte agitava-se diante dessa perspectiva:

“*O ruge-ruge do casamento das sereníssimas princesas já começou a por em atividade os habitantes do Rio de Janeiro. Caiam-se casas, pintam-se janelas, e cada qual trata de aformosar sua fachada*”.¹⁰³

Finalmente, após longa negociação estabelecida através de correspondências, em agosto de 1864, ficava acertada a vinda de Auguste de Saxe-Coburg e do Conde d’Eu ao Brasil para que as princesas conhecessem os pretendentes. Há várias versões sobre a escolha de quem desposaria Isabel e quem desposaria Leopoldina. Segundo relato de Isabel no documento “*Alegrias e tristezas*”, “*pensava-se no Conde d’Eu para minha irmã e no Duque de Saxe para mim. Deus e nossos corações decidiram diferentemente*”. Essa idéia romântica exposta por Isabel de ter sido uma escolha deles próprios é reforçada pela carta escrita por ela a seu marido em 05/09/1865, na qual diz : “*Hoje é o aniversário do dia em que Papai me disse que você preferia a mim, no qual chorei de alegria*”¹⁰⁴.

Em carta escrita pelo Conde d’Eu à sua irmã Margarida, em 06/ 09/ 1864, no entanto, ele revela que “*Anteontem o Imperador declarou ao General [Dumas – acompanhante do Conde na viagem ao Brasil] que era a mim que ele desejava ver desposar sua herdeira*”¹⁰⁵

A opção de Pedro II por um Orléans, neto de Luís Felipe de França – o rei-cidadão, como marido de sua herdeira, é atribuída, por Robert Daibert Jr, ao fato de que estes tinham a característica de serem democratas e liberais. Visava com essa escolha dar ao regime monárquico um caráter mais popular, fugindo do estigma do absolutismo.¹⁰⁶

¹⁰² *Idem* de 15/05/1864

¹⁰³ *Idem* de 26/06/1864

¹⁰⁴ AHMIP, AGP, LXI-1, 05/09/1865

¹⁰⁵ Apud RANGEL, op. cit, p.97. Obs: no original em francês: “*Avant hier l’Empereur a déclaré au général que c’était moi q’il désirait voir épouser son héritière.*”

¹⁰⁶ DAIBERT JR, op. cit. 2004, p.50

Mesmo sendo um casamento dinástico, e independente do motivo que levaram à escolha de Gastão de Orléans para marido de Isabel, o que se depreende na leitura da correspondência de ambos, tanto da trocada entre eles, como com outras pessoas, é que estabeleceu-se um relacionamento pleno de carinho, cuidados e amizade, que os levou a estabelecer um verdadeiro companheirismo durante o convívio conjugal.

Finalmente, no dia 20 de setembro, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* anunciava os escolhidos pelo Imperador. Para Leopoldina, Auguste de Saxe-Coburg, o Duque de Saxe e para Isabel, Gastão de Orléans, o Conde d'Eu,. Quanto à escolha dos respectivos príncipes, é desta forma que o jornal se manifesta:

*“A escolha dos augustos noivos foi tão acertada como prudente. Ambos aprenderam nas tradições e nobres exemplos de suas famílias o culto das idéias de progresso, o respeito à lei jurada, o amor às instituições livres. Netos de reis viram do berço passar algumas dessas tempestades políticas que podem partir os cetros, mas que acrisolam e purificam os grandes caracteres. S. A. o Conde d'Eu amestrou-se cedo nas lutas da vida. Jovem como é, já tomou parte na última guerra empreendida pela Espanha. No campo de batalha ganhou postos e condecorações. Além disso, tem viajado muito e, sobretudo, respirado aquele ar livre da Inglaterra, que na frase de Montalembert¹⁰⁷, é necessário à vida de todos os homens. (...)”¹⁰⁸. A confiança que depositávamos na sabedoria e prudência de S. M. o Imperador não foi desmentida pelos fatos. A escolha dos dois consortes deve satisfazer a nação e ser-lhes garantia de futuro”.*¹⁰⁹

A aprovação à escolha dos príncipes foi partilhada também pela *Semana Ilustrada* que, da mesma forma, se debruçou em elogios, afirmando que “os jovens príncipes já haviam cativado as simpatias gerais mesmo antes de serem considerados os futuros consortes das Augustas Princesas”.¹¹⁰

Como podemos deduzir, nenhum tipo de animosidade foi criada de início em relação aos príncipes escolhidos. A esperança de que a dinastia brasileira fosse perpetrada através de bons laços estava plenamente atendida.

¹⁰⁷ Escritor francês, autor de “*Moines d'Occident*”, obra clássica que trata das origens do monarquismo ocidental.

¹⁰⁸ Gastão de Orléans, aos 6 anos foi banido da França, juntamente com sua família, educado na Inglaterra, seguido carreira militar na Espanha e lutado na Guerra do Marrocos. Ao chegar ao Brasil contava 23 anos. DAIBERT JR, op. cit. 2007, p.113

¹⁰⁹ *Diário do Rio de Janeiro* de 20/09/1864

¹¹⁰ *Semana Ilustrada* de 27/09/1864

O casamento entre Isabel e Gastão de Orléans aconteceu no dia 15/10/1864, cercado de grande pompa. As notícias sobre ele estão em todos os jornais pesquisados para esta época¹¹¹ com riqueza de detalhes. Uma crônica publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, de autoria de Machado de Assis, constata que o casamento da herdeira da coroa é o assunto do momento, destacando “a alegria íntima, natural, espontânea, a festa cordial de respeito que o povo tributa à primeira família da nação”¹¹².

Após o casamento o jovem casal seguiu para Petrópolis, retornando dia 24 para a continuação dos festejos de suas bodas. A *Semana Ilustrada* assim descreve as comemorações:

“As noites de 24 e 25 do corrente ficarão sem dúvida gravadas na lembrança da população da Corte.(...) SS. MM. II, bem como SS. AA., percorreram as praças e ruas adornadas de povo, de luzes, de flores, de orquestras, ora a pé, ora de carro, oferecendo ao público edificante espetáculo de uma família soberana que confundida entre as ondas da população de uma grande capital não tem nada a recear da lealdade dos seus concidadãos e só encontra em sua passagem saudações e cortejos.”¹¹³

No início de novembro, Isabel, que passara a assinar como Condessa d’Eu¹¹⁴, e Gastão começam a procurar uma residência própria, já que São Cristóvão não agradava ao Conde. Optam por uma residência em Laranjeiras.¹¹⁵

Pouco tempo depois, por ocasião do aniversário do Imperador, o clima de aprovação e fidelidade a ele e à monarquia estava presente no editorial do jornal *Semana Ilustrada*¹¹⁶:

“Saudamos com infalível júbilo o dia natalício de S. M. o Imperador. Príncipe ilustrado, infatigável obreiro do progresso, ameno no trato, generoso e clemente, interessado com todo o fervor na prosperidade da pátria e na sustentação dos brios nacionais, é S. M. o Imperador o Monarca mais popular do atual século, e sem dúvida o mais digno de popularidade pelas virtudes cívicas e privadas, de que exhibe constantes provas”.¹¹⁷

¹¹¹ *Jornal do Comércio, Diário do Rio de Janeiro e Semana Ilustrada*

¹¹² *Diário do Rio de Janeiro* de 17/10/1864

¹¹³ *Idem*, de 30/10/1864

¹¹⁴ LACOMBE, op. cit, p.87

¹¹⁵ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 05/11/1864

¹¹⁶ O aniversário do Imperador D. Pedro II é comemorado no dia 2 de dezembro

¹¹⁷ *Semana Ilustrada* de 02/12/1864

A continuidade do regime monárquico parecia não estar em risco. Um terceiro reinado era ainda uma possibilidade longínqua.

Em setembro de 1864, um conflito havia sido estabelecido entre os governos do Uruguai e da Argentina, que após muito tempo enfrentava um período de “*relacionamento não beligerante*”¹¹⁸ com o Brasil. Em dezembro, na intenção de salvaguardar seus interesses na região, tropas brasileiras invadiram o Uruguai, sitiando Montevideú, depondo o governo de Aguirre, e estabelecendo um governo provisório. Solano Lopes, presidente do Paraguai, país limítrofe ao Brasil e à Argentina, procurava alcançar um papel mais relevante na região. Como o Paraguai não possuía saída para o mar, Solano Lopes havia instituído aliança com o governo uruguaio, visando a esse objetivo. Meses antes ele já dera um ultimato ao governo brasileiro para que não atacasse o Uruguai.¹¹⁹ Tendo sua pretensão ignorada, Lopes reage e teve início em 1865 a “Guerra do Paraguai”. No dia primeiro de janeiro do mesmo ano, era noticiada a partida de um navio com soldados brasileiros para a Guerra do Paraguai, classificada, na *Semana Ilustrada*, como uma “*guerra de honra*” e não uma “*guerra de conquista*”.¹²⁰

No início de janeiro, Isabel e o marido viajavam para a Europa em lua de mel. Conforme Gastão de Orléans informa por carta ao pai, o duque de Nemours, o Imperador queria que essa viagem fosse considerada como uma viagem familiar, mas sugere que eles aproveitem para estudar a indústria e a agricultura européia.¹²¹ Era uma oportunidade para o casal de herdeiros se atualizarem sobre o que havia de mais “moderno”, o que eles efetivamente fizeram, principalmente na Inglaterra.¹²² Esta torna-se uma referência para a Princesa em matéria de desenvolvimento e em carta ao pai demonstra a esperança de que o Brasil chegasse ao mesmo patamar: “*Quanto gostaria que nosso bom Brasil estivesse tão adiantado como a Inglaterra. Ele é muito moço ainda, o mundo não se fez em um dia*”¹²³

A viagem para Isabel seria também uma forma de travar contato com a vida em sociedade, pois até então a Princesa jamais havia ido a um baile ou a um teatro.¹²⁴ O excesso de visitas de cortesia à nobreza européia, no entanto, parece não tê-la agradado

¹¹⁸ NEVES, Lúcia M^a B. P. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.407

¹¹⁹ BARMAN, op. cit. p.100

¹²⁰ *Semana Ilustrada* de 01/01/1865

¹²¹ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 06/04/1865

¹²² LACOMBE, op. cit. p.103

¹²³ AHMIP, AGP, XLI -2, carta de 06/01/1865

¹²⁴ RANGEL, op. cit. p.99

muito, visto seu comentário de que já estava “*farta*” de encontrar tantos príncipes que não a interessavam¹²⁵.

De volta à Corte no mês de julho, tomam conhecimento de que o Imperador havia se dirigido ao sul do país, em companhia de seu outro genro, o Duque de Saxe. Poucos dias depois, partia ao encontro deles o Conde d’Eu, que possuía o título de Marechal do Exército Brasileiro recebido por ocasião de seu casamento. Ia com a firme intenção de “*remover céus e terras*” para que o Imperador o deixasse ir para a frente de batalha. Ele tinha em conta que “*o grande mal, na Província do Rio Grande do Sul, está na falta de um homem suficientemente importante para se sobrepôr completamente às influências e rivalidades [entre conservadores e liberais] (...) e tomar na mão a tarefa de coordenar a massa de voluntários que afluem a essa província proveniente das outras*”¹²⁶. E ele acreditava ser a pessoa indicada para esse papel. Isso iria dar início a desentendimentos entre o Conde e o Imperador, já que este negaria todos os insistentes pedidos do jovem Príncipe, para participar efetivamente da Guerra, alegando, principalmente, que a presença do marido da herdeira do trono poderia ser uma causa de constrangimento às repúblicas aliadas, o que poderia “*prejudicar a Aliança*”¹²⁷.

Visando agradar ao genro, talvez na tentativa de amenizar o seu desagrado em ter suas pretensões negadas, o Imperador, sem consultá-lo, o nomeou “*Comandante Geral da Arma da Artilharia e Presidente da Comissão de Melhoramentos do Exército*”.¹²⁸

Tal atitude provocou efeito contrário, pois, munido dessa credencial, Gastão de Orléans insistiu com o Imperador para que seu desejo de ir à frente de batalha fosse submetido ao Conselho da Coroa. Ele fez isso às escondidas de Isabel, que era totalmente contrária à idéia de vê-lo partir para o sul do país, chegando mesmo, segundo palavras do Conde, a “*ter reações violentas*”¹²⁹ quando ouvia falar do assunto. Da mesma forma, pediu diretamente ao Marquês de Caxias, que havia recentemente sido nomeado Comandante do Exército, para que o aceitasse sob seu comando. Além disso, escreveu ao Marquês de Paranaguá, Ministro da Guerra, insistindo no pedido. Vendo sua pretensão negada por todos, Gastão ameaçou demitir-se do cargo de

¹²⁵ LACOMBE, p.104

¹²⁶ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 22/07/1865

¹²⁷ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 22/11/1865

¹²⁸ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 22/11/1865

¹²⁹ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 17/10/1866

Comandante Geral da Armada, mas foi demovido desta intenção em conversas com o Imperador e o Ministro Paranaguá.¹³⁰

O desentendimento entre o Imperador e o genro passou a fazer parte dos comentários na sociedade e das notícias dos jornais e toda sorte de boatos era criada baseada nisso. Enquanto isso, o casal de príncipes permanecia a maior parte do tempo em Petrópolis. Isabel procurava adotar uma posição de neutralidade, minimizando a discórdia havida entre seus dois entes queridos, classificando tais comentários de “*ridículos e desagradáveis*”¹³¹

No início de 1869, o exército brasileiro já havia derrotado o paraguaio, restando apenas a captura de Solano Lopes que havia se refugiado no interior do país. O Duque de Caxias, comandante do exército brasileiro, já de avançada idade para os padrões da época¹³² e com a saúde abalada, não se sentia disposto a empreender uma caçada ao presidente paraguaio e, simplesmente abandonou o posto, retornando ao Rio de Janeiro.

No dia 20 de fevereiro deste mesmo ano, Gastão receberia do Imperador uma carta que classificou de “*estupefante*”, na qual era convocado para um encontro no Palácio de São Cristóvão, com a proposta de que assumisse o comando do exército no Paraguai. Ele ascendeu ao convite do Imperador para encontrá-lo em São Cristóvão, mas o fez, novamente, às escondidas de Isabel, já que esta, possuidora de personalidade forte, insistiria em acompanhá-lo na visita, o que, segundo o próprio Conde, não lhe permitiria “*ter o sangue frio necessário para refletir e discutir*”¹³³.

Segundo Roderick Barman, ao contrário das imagens construídas para Isabel, posteriormente, pela propaganda republicana, de que ela seria uma pessoa débil e influenciável, desde cedo, ela mostrou-se inteligente e com personalidade forte.¹³⁴ Essa idéia é reafirmada no testemunho de sua neta, Isabel de Orléans e Bragança, Condessa de Paris, que escreve em suas memórias: “*Vovó era uma mulher de personalidade, como dizem dos caracteres difíceis de definir.(...)Não era bonita, mas encantadora, inteligente e autoritária.(...) Além do mais, era uma mulher de idéias generosas, ainda que categóricas*”¹³⁵.

¹³⁰ *Idem*

¹³¹ AHMIP, AGP, XLI-5, carta de 24/01/1868

¹³² Ao final da Guerra do Paraguai, Caxias contava 65 anos.

¹³³ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 22/02/1869

¹³⁴ BARMAN op. cit, p.65).

¹³⁵ BRAGANÇA, Isabel de Orléans. *De todo Coração*. Rio de Janeiro, Editora Butiá, 1995 pp. 32-33

Quanto a aceitar o cargo oferecido, isso não se fez de imediato, pois o príncipe insistiu em ter o aval de José Maria da Silva Paranhos, 1º barão e, mais tarde, visconde do Rio Branco, que acabara de partir para o Paraguai com poderes especiais, e que sempre fora contra a sua ida para lá.

Isabel reagiu negativamente à proposta recebida por seu marido. Alegando cuidados com a saúde de Gastão, e, pedindo desculpas por suas palavras, escreveu a seu pai, acusando-o de impor sua vontade aos Ministros, que antes não concordavam com as pretensões do conde de seguir para o Paraguai, e de estar cego pela sua paixão pelos “*negócios da guerra*”, insistindo em acompanhar o marido se isso se efetivasse.¹³⁶

Apesar da insistência de Isabel em acompanhá-lo e de “*muitas lágrimas*”¹³⁷, o Conde d’Eu partiu para o Paraguai em abril, deixando-a em São Cristóvão, na companhia dos pais.

Por esta ocasião, estava em circulação o jornal liberal *A Reforma*, que viu no Conde d’Eu a figura ideal para fazer frente a Caxias, um dos principais líderes dos conservadores. Numa utilização político-partidária de sua imagem, elevou ao auge o prestígio do consorte da futura herdeira do trono. Num artigo publicado em 16 de junho de 1869, por exemplo, declarava que:

*“A vinda do Conde d’Eu, nas condições que o Marquês de Caxias colocou o exército com sua retirada brusca, à noite, nem se dignando dar-nos a honra de uma despedida, foi uma medida reparadora que veio acalmar os ânimos (...). O soldado está contente”.*¹³⁸

Essa utilização da imagem do Conde d’Eu pelo partido liberal, tornou-se motivo de descontentamento por parte dos conservadores, partido que estava no poder neste momento, causando preocupação ao Imperador. Em carta ao barão de Cotegipe (então Ministro da Marinha), ele garantia que o príncipe “*há de proceder de modo a que não suspeitem que ele inclina-se a este ou aquele partido, e que (...) assim como ele, reputa a todos realmente amigo das instituições*”.¹³⁹

Com o final do tráfico de escravos, a questão servil havia entrado na agenda do governo. Desde a década de 1860, uma série de acontecimentos no exterior havia trazido à tona o problema da escravidão. A libertação dos escravos em Portugal, na

¹³⁶ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 22/02/1869

¹³⁷ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 23/03/1869

¹³⁸ *A Reforma* de 16/06/1869

¹³⁹ PINHO, José Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. SP: Cia Editora Nacional, 1933, p.154

França, na Dinamarca, dos servos russos, e a guerra civil nos Estados Unidos, colocaram a existência do escravismo no Brasil em evidência. Por iniciativa da Coroa, o Conselho de Estado foi ouvido em 1867 sobre a conveniência ou não da abolição direta da escravidão. Com exceção de poucos membros, os conselheiros se mostraram, a princípio favoráveis apenas à libertação dos nascituros, alegando, no entanto, que aquele não seria o momento oportuno, pois o país encontrava-se em guerra, sendo necessário aguardar seu fim.¹⁴⁰ A questão servil teria que esperar.

Cerca de 200.000 homens (aproximadamente 2% da população do país) foram à guerra e, ao invés da elite branca, era de negros e mulatos a maioria do nosso exército (*Los Macaquitos*, como eram chamados no Paraguai)¹⁴¹. Em 1867, o governo decidira libertar os escravos da nação, da casa imperial e dos conventos para a guerra e indenizar os proprietários que fizessem o mesmo. Escravos foram libertados às pressas para poder guerrear. Escravos fugidos também se alistaram para assegurar sua liberdade. Mas nem todos os negros que foram à guerra o fizeram por pressão ou falta de opção. Diante da possibilidade de tornarem-se “homens de respeito”, ao invés de serem propriedade de outrem ou mão de obra barata, muitos negros foram voluntários de fato¹⁴². O maior número de libertos veio da Corte (2.500 homens), representando 22% do total recrutado na capital.

Segundo Câmara Cascudo, o Conde d’Eu era até então “o único membro da família imperial declaradamente abolicionista”¹⁴³. Já em 1866, em carta dirigida ao pai, ele comentava sobre projetos para emancipação dos escravos, questionando a falta de iniciativa do governo para resolver a questão.¹⁴⁴ A palavra “abolicionista”, no entanto, deve ficar entendida como “favorável ao fim da escravidão” e não membro do movimento abolicionista, que só vai tomar corpo anos mais tarde.

Ao final da Guerra, ele provocaria o fim da escravatura no Paraguai, ao enviar ofício ao Governo Provisório sugerindo que “*se rompesse com uma instituição que foi desgraçadamente legada a vários povos da livre América, por muitos séculos de despotismo e ignorância.*”¹⁴⁵ Ao discordar desta instituição que era base das classes que

¹⁴⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.88

¹⁴¹ SALLES, Ricardo. *Memórias e Imagens: Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003, p.28

¹⁴² SILVA, Eduardo. *D. Obá II, o príncipe do povo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 42

¹⁴³ CASCUDO, op. cit, p.103

¹⁴⁴ AHMIP, AGP, XLII, carta de 07/03/1866

¹⁴⁵ CASCUDO, op. cit., p.106

davam sustentação ao Império Brasileiro, provocaria desconfianças contra ele, sobretudo por parte dos conservadores e dos proprietários de terras e escravos.

A Guerra do Paraguai fez nascer também uma nova instituição: o Exército. Antes, ele não tinha grande importância para o Império e não havia na profissão das armas nenhum atrativo econômico ou social. Antes da guerra, existia apenas, como fundamental, a Guarda Nacional. Ao final da guerra, os militares cobertos de glórias assumiam uma nova representatividade e a profissão das armas tornava-se uma forma de ascensão social. A partir de seus laços, o exército passava a se identificar com a sociedade brasileira como um todo e não somente com o Estado Imperial.¹⁴⁶

Era pretensão de Gastão voltar da Guerra trazendo junto consigo alguns batalhões de Voluntários da Pátria, para que sua chegada desse *“lugar a uma dessas solenidades sem as quais o término de uma grande guerra nacional fica incompleto”*. O governo, alegando temer desordens, negou seu pedido determinando que as tropas apenas chegassem ao Rio por contingentes, separados de seus comandantes, bandeiras e músicos, o que causou grande aborrecimento ao príncipe¹⁴⁷.

Apesar de, a princípio, o governo ter determinado que as tropas voltassem diretamente para seus locais de origem pela possibilidade de haver desordens, elas passaram a ser recebidas e festejadas na Corte. De acordo com Ricardo Salles, *“a referência ao temor de desordens é uma pista clara da preocupação com a repercussão que o emprego de libertos na guerra teria para a ordem pública”*.¹⁴⁸ Muitos escravos idos para a guerra como libertos foram reconduzidos ao cativeiro após o confronto, o que veio provocar reações públicas.

Em maio de 1870, o Conde d’Eu, por sua vez, retornava à Corte, com fama de herói, construída principalmente pelos jornais liberais, e era entusiasticamente saudado nas ruas, recebendo uma série de homenagens largamente noticiadas sobretudo no jornal *“A Reforma”*.

No período em que Gastão esteve afastado da Corte, Isabel permaneceu em São Cristóvão, ao lado dos pais, lendo artigos de jornais que falavam sobre o marido¹⁴⁹ e trocando com ele farta correspondência, na qual o mantinha informado dos acontecimentos políticos, sem deixar de alertá-lo de que *“nas suas cartas diárias nunca*

¹⁴⁶ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.170

¹⁴⁷ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 16/12/1869

¹⁴⁸ SALLES, op. cit, 2003, p. 190

¹⁴⁹ BARMAN, op. cit, p.145

me envie nada que você não deseja que papai leia”. Novamente em evidência, seu papel de mediadora entre o Conde e o Imperador.

Em 20 de agosto de 1870, o casal d’Eu viajava novamente para a Europa.

1.2 - A PRIMEIRA REGÊNCIA

O longo período de conflito da Guerra do Paraguai havia acabado com a imagem romântica de uma “*guerra de honra*”. Ela havia abalado fortemente a balança comercial brasileira e aumentado a dívida externa do país com a Inglaterra, devido aos empréstimos pedidos para fazer frente às despesas¹⁵⁰. A imagem do governo também estava atingida, tanto no plano interno como no externo, quer pelo número de mortes e crueldade das batalhas, quer por ter se utilizado de um exército de negros, sendo que muitos foram libertados para esse fim, fato este criticado por vários países.

No dia do aniversário do Imperador, no ano de 1870, o editorial do jornal liberal *A Reforma* tem um tom completamente diferente daquele publicado na *Semana Ilustrada* seis anos atrás. Sob o título de “*O Imperador*”, ele inicia indagando se a monarquia ainda seria compatível com a liberdade e a prosperidade no Brasil. E prossegue:

*“Será crível que após quase meio século de independência, este vasto império do Brasil, tão beneficiado pela natureza, nada mais possa apresentar aos olhos do mundo civilizado do que a ruína nas finanças, a esterilidade na indústria, a escravidão na política e uma incerteza pavorosa no futuro?”*¹⁵¹

A fé na monarquia e nas instituições vigentes já não era mais a mesma, várias crises tinham se estabelecido em decorrência da Guerra e a credibilidade do Império estava abalada. A nova onda liberal que surgiria nos anos 1870, focalizada nos padrões civilizatórios europeus iria provocar uma conscientização do atraso nacional em relação àqueles.¹⁵²

No dia seguinte ao aniversário do Imperador, mais um fato complicador para a estabilidade da monarquia acontecia. Era lançado no dia 3 de dezembro de 1870 o Manifesto Republicano, contando com o apoio de inúmeras figuras proeminentes da política e da intelectualidade do país. Segundo Ilmar de Mattos, tratava-se de uma contestação à direção política, intelectual e moral que constituíam a ordem imperial,

¹⁵⁰ NEVES & MACHADO, op. cit, p.416

¹⁵¹ *A Reforma* de 02/12/1870

¹⁵² SALLES, op. cit, 1996, p.171

com a apresentação de um novo projeto político.¹⁵³ O movimento republicano trazia em si, como fim último, a queda da monarquia.

Finda a guerra, entrava novamente na ordem do dia o problema do escravismo. Em 1870, já estava estabelecido um movimento antiescravista, através do surgimento de um jornalismo que o defendia e da proliferação de clubes emancipacionistas.

Neste contexto, o mês de março de 1871 surgia como portador de grandes sinais de mudança. No dia 6 era anunciado e lamentado nos jornais o falecimento, na Europa, da Princesa Leopoldina. No dia seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* comunicava a intenção de Pedro II de, após 30 anos ininterruptos de governo, partir à Europa por dois motivos principais: tratar da saúde de sua esposa e buscar os filhos de Leopoldina, para que fossem criados no Brasil.

Segundo Cláudio Monteiro, a ida do Imperador à Europa neste momento, também tinha por objetivo atenuar as críticas externas feitas ao Brasil tanto em razão da Guerra do Paraguai, como pela permanência da escravidão no país¹⁵⁴. E, embora a historiografia, de uma forma geral, assinale a década de 1870 como o início da decadência do Segundo Reinado, no âmbito da política externa, em especial em relação à França, isso não se verifica. É exatamente a partir daí que D. Pedro II e o Império Brasileiro vão adquirir um destacado período na imprensa francesa¹⁵⁵.

No mês de março também, o Imperador nomeava um gabinete conservador, liderado pelo Barão do Rio Branco, encarregado de promover grandes reformas, inclusive a do elemento servil. A iniciativa destas reformas teve origem no partido liberal, mas, como vai se tornar constante durante o segundo reinado, será um gabinete conservador que vai levá-la adiante e colocá-la em prática.

A viagem do Imperador e a iminência de uma possível libertação dos escravos caíram como uma bomba no seio da elite agrária brasileira, a grande força política de então. Foram inúmeras as cartas publicadas nos jornais que, apesar de reconhecerem a legitimidade do desejo de Pedro II em viajar, davam como inoportuna a sua ausência naquele momento. O primeiro problema que se impôs foi sobre quem ficaria no seu

¹⁵³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império à República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p.163 - 171.

¹⁵⁴ MONTEIRO, Cláudio. “Representações monárquicas e publicidade do Brasil na França da Terceira República (1871 – 1876)”. in SANTOS, Cláudia Andrade e SENA Fº, Nelson (orgs). *Estudos de Política e Cultura: novos olhares*. Goiânia: EV, 2006, p. 47

¹⁵⁵ MONTEIRO, op. cit., p.58

lugar nesta situação de mudanças tão delicadas. A pretensão dele era de que ficasse como regente sua filha e herdeira do trono.

Parece que, pela primeira vez, o país se deu conta de que D Pedro II não reinaria para sempre. Que mais cedo ou mais tarde uma outra pessoa ocuparia seu lugar, no caso, uma mulher, casada com um estrangeiro, um liberal francês – a Princesa Isabel.

Por omissão da constituição de 1824, não estava claro se, em caso de viagem, a regência devia ser ocupada pelo herdeiro do trono ou por um regente eleito. Além disso, não estava estabelecido se o regente governaria com as mesmas atribuições do Imperador, ou se teria seu poder limitado (não exercendo o Poder Moderador). Em 1862, antes mesmo de se saber quem seriam os escolhidos para desposar as princesas, o Senador Silveira da Mota havia apresentado a Pedro II, em caráter particular, um projeto de lei que, entre outras disposições, estabelecia que *“as Princesas brasileiras, casadas com príncipes estrangeiros, não têm direito à regência, embora sejam mais próximas em parentesco e residam no império”*. O projeto, entretanto, não chegou a ser apresentado para votação nas Câmaras.¹⁵⁶

Um intenso debate se iniciou acerca da regência e sobre a legitimidade da nomeação de Isabel. O Conselho de Estado foi consultado a respeito do assunto e, devido ao fato de existir uma forte resistência em permitir a atuação dela como Chefe de Estado, o caso foi levado ao Parlamento.¹⁵⁷

Nas Câmaras, um dos maiores opositores à regência de Isabel foi o poeta, escritor e deputado conservador José de Alencar. Na Sessão do dia 9 de maio de 1871 ele fez um discurso, publicado em vários jornais. Diz ele:

“Se me fosse permitido, agora, desta tribuna, onde só devo falar à nação, dirigir a augusta princesa imperial, que vai brevemente reger este Império, algumas palavras, eu diria muito respeitosamente: Senhora, não aceitai o presente funesto que vos querem fazer. A nação vos chama à regência, mas não sois ainda a soberana; não podeis assumir o pleno exercício das atribuições majestáticas. Neta do fundador desse império, inaugurai o vosso governo dando um grande e fecundo exemplo. Sujeitai-vos à mesma lei que vigora para a regência eletiva, mostrai que no cumprimento da constituição não há

¹⁵⁶ LACOMBE, op. cit. p.140

¹⁵⁷ DAIBERT Jr. Op. cit, 2004 p.68

diferença entre o príncipe e o cidadão, porque ambos são súditos da soberania nacional”.¹⁵⁸

E continua:

“A regência vai ser um mal para a própria dinastia. Se a princesa for bem iluminada e governar bem, o seu governo suscitará comparações que podem não ser favoráveis ao imperante; se governar mal, acarreta de antemão prevenções que podem ser nocivas à herdeira do trono”.¹⁵⁹

Um interessante exemplo sobre as apreensões provocadas pela provável regência de Isabel encontra-se na transcrição de uma carta anônima vinda de São Paulo para um jornal da Corte e publicada na seção “a pedidos”¹⁶⁰ do *Diário do Rio de Janeiro* do dia 18 de abril de 1871:

“(...) A questão da regência é gravíssima na atual posição dos interesses sociais do Brasil. A questão do elemento servil é de tal natureza que assusta o país inteiro. Se ela não for resolvida com muita prudência e calma a nação será levada para um abismo insondável. Nestas circunstâncias, a regência confiada à sereníssima princesa imperial, causa séria apreensão. Até hoje ninguém sabe o modo de pensar da augusta princesa sobre essa magna questão, ao passo que a opinião de seu augusto consorte, o Sr. Conde d’Eu, já foi externada em uma nota ou missiva dirigida ao governo provisório do Paraguai, a propósito deste negócio. Por este fato há um compromisso tácito de Sua Alteza realizar a emancipação no Brasil em ocasião oportuna. Ora, esta ocasião virá com a regência da princesa imperial, da qual o Sr. Conde d’Eu é consultor e conselheiro íntimo.(...)”

O fim da cerimônia do “beija-mão” foi sugerido, também na seção “a pedidos” para quando a Princesa assumisse, usando como argumento de que seria “*um modo liberal de assinalar a estréia da próxima regência*”.¹⁶¹ Não podendo afirmar se foi por conta disso, o Imperador, antes de viajar, ordenou o fim desta prática.

¹⁵⁸ *Jornal do Comércio* de 12/05/1871

¹⁵⁹ *A Reforma* de 10/05/1871

¹⁶⁰ Uma característica dos jornais da época é a seção “a pedidos”, em geral com artigos ou cartas, que tanto podiam ser de um simples leitor, como, anonimamente, do próprio diretor ou redator do jornal. Através dela podiam expressar opiniões que talvez não ousassem se tivessem que revelar sua autoria. O uso do pseudônimo, bastante comum, muitas vezes dificulta a identificação do autor de muitos textos. EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, volume 4, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957, p.887

¹⁶¹ *Diário do Rio de Janeiro* de 12/05/1871

Os liberais, por sua vez, manifestam-se, através das páginas do jornal *A Reforma*, favoráveis a que a princesa assumisse com plenos poderes. No entanto, um artigo publicado no final de abril, que trata do decreto que, mais de um ano depois vai finalmente aprovar as promoções por ato de bravura, feitas pelo Conde d'Eu ainda durante a guerra do Paraguai, encontramos a afirmação de que ele, “*dentro em breve não vai ser unicamente um simples marechal de exército, esposo da nossa futura imperatriz como até aqui, mas o regente de fato na ausência do imperador!*”.¹⁶²

Deve-se ressaltar o fato de que, tanto conservadores como liberais, quer defendendo ou não a regência para Isabel, utilizam um discurso onde a princesa não aparece como uma governante de fato, capaz de tomar suas próprias decisões sobre os destinos do país. Caberia a ela um papel secundário, sob a influência de seu marido que seria, de acordo com a visão patriarcal de então, o real regente. O desconhecimento sobre seu posicionamento a respeito de assuntos políticos, também aparece como “natural” neste contexto, já que o discurso corrente era de que, para a mulher, mesmo sendo uma princesa, estava reservado apenas o espaço privado, e não o público. Tudo isso fazia parte da cultura política da época.

Segundo Serge Bernstein, o conjunto do sistema de representações de diversos grupos no que se refere à política, engloba, de maneira ampla, conforme as épocas e os regimes, outros elementos da cultura global de uma sociedade que podem tomar um senso político, como por exemplo, as crenças religiosas, a organização do sistema escolar, a criação artística, as regras morais, etc. No limite, é possível considerar que, em certos casos, a cultura política é constituída por toda cultura dominante de uma determinada sociedade. Ela se exprimiria, sobretudo, por um discurso específico de cada uma das culturas políticas, o qual remete a todo um universo implícito e que permite a todos que são parte integrante desta cultura de se reconhecerem imediatamente.¹⁶³

¹⁶² *Idem* de 30/04/1871

¹⁶³ BERNSTEIN, Serge. “Enjeux: l'historien et la culture politique. in Vintième Siècle” – *Revue d'histoire*, n.35, juil/sept, 1992 pp. 70-71 (No original em francês): “*A ces rubriques fondamentales constitutives de la culture politique, il faudrait encore ajouter l'ensemble du système de représentations de divers groupes concernés avant un rapport avec le politique et pouvant, par conséquence, englober de manière très large selon les époques et les régimes bien d'autres éléments de la culture globale d'une société qui peuvent prendre un sens politique, par exemple, les croyances religieuses, l'organisation du système scolaire, la création artistique, les règles morales.... A la limite, on peut considérer que, dans certains cas, c'est toute la culture dominante d'une société qui constitue sa culture politique. Enfin, la culture politique s'exprime par un certain nombre de moyens qui sont les formes principales par lesquelles elle se manifeste ordinairement et est plus souvent perçue. Avant tout, par un discours spécifique à chacune des cultures politiques, discours qui renvoie à tout un univers implicite et qui permet d'emblée à tous*

O patriarcalismo, que fez parte da cultura política e pensamento brasileiro do século XIX, persistiu como traço essencial da nossa sociedade na historiografia sobre o período. Essa permanência exprime uma forma de representação que consolidava o modelo do poder existente, masculino e patriarcal.

No entanto, em algumas regiões do país, principalmente na Corte, esta imagem “*era cada vez menos adequada para representar as mulheres das classes média e alta nas últimas décadas do século XIX*”,¹⁶⁴ que teriam sido privilegiadas por uma educação esmerada, com mais oportunidades de participar de um mundo de mercadorias, símbolos e modelos de comportamento, equivalentes ao de países tidos como desenvolvidos.¹⁶⁵ E Isabel se enquadra perfeitamente nesta categoria.

Quando o debate acerca da regência se iniciou, Isabel, que estivera ao lado da irmã em seus últimos momentos, ainda estava a caminho do Brasil, retornando de sua viagem à Europa. Vinha atendendo ao chamado de seu pai, que já há algum tempo acalentava a idéia de viajar ao Velho Continente. Ainda mais agora, que a saúde da Imperatriz ficara mais débil após a morte da filha. Além disso, era importante ter junto dele os filhos de Leopoldina, principalmente o mais velho, pois com a morte da mãe, este se tornara o segundo na linha de sucessão, já que até então, Isabel não tivera filhos.

Isabel e Gastão chegaram à Corte no dia primeiro de maio de 1871. No dia 15, finalmente, o gabinete apresentou o projeto de lei que autorizava o Imperador a sair do país, declarando Isabel regente com plenos poderes, tendo a lei entrado em vigor no mesmo dia. A 20 de maio, ela prestou juramento no Senado e cinco dias depois seus pais embarcaram para a Europa.

Embora desde 1870 tomasse parte nas reuniões do Conselho de Estado¹⁶⁶, Isabel não havia tido anteriormente experiência na gestão da coisa pública. Tentando orientar sua filha, Pedro II preparara um documento intitulado “*Conselhos à Regente*”¹⁶⁷, que lhe entregou poucos dias depois de sua chegada, conforme o Conde d’Eu registra em sua correspondência para o pai: “*O Imperador nos trouxe um livro manuscrito de seus conselhos sobre o governo do Império (são apenas algumas páginas) e pede que após*

ceux qui sont part prenante de cette culture de se reconnaître.”

¹⁶⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*. Citada por COSTA. Emilia Viotti. *Patriarcalismo e patronagem: Mitos sobre a mulher do século XIX*, in *Da Monarquia à República*. SP: UNESP. 2007, p.497.

¹⁶⁵ COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República*. SP: UNESP. 2007 p.500

¹⁶⁶ Isabel e seu marido foram nomeados para o Conselho de Estado, mas não tinham direito a voto.

¹⁶⁷ CARVALHO, op. cit, 2007, p.88-89

termos lido, nós coloquemos sobre esse assunto nossas objeções e questões".¹⁶⁸ Neste "livrinho" o imperador trata de assuntos diversos, entre eles o cuidado e atenção para com a opinião pública.

Existem divergências sobre a noção de opinião pública no período, apesar dela ter se constituído uma referência obrigatória a partir do século XVIII. Segundo Norberto Bobbio, o pensamento liberal francês e inglês do século XIX,¹⁶⁹ que exerceu forte influência sobre o pensamento liberal no Brasil, havia retomado o pensamento de Locke para quem a opinião pública estaria próximo da lei divina e da lei civil, funcionando como juízo expreso pela sociedade. A esta idéia, acrescentaram a noção de que a opinião pública possuía a função de permitir aos "cidadãos" uma participação política mais ativa, dando a eles a possibilidade de poder discutir e manifestar suas próprias opiniões sobre questões de seu interesse, funcionando como uma espécie de tribunal da política.¹⁷⁰

Pedro II aconselhava a filha que, para melhor aferir a opinião pública procurasse ouvir todos os partidos, que possuiriam entre outras funções, a de transmitir as demandas oriundas da sociedade.¹⁷¹ Que buscasse informar-se de tudo que se passasse nas Câmaras, que, segundo Benjamin Constant, seria a expressão da opinião pública. E que, sobretudo, estivesse atenta a tudo o que dissesse a imprensa de todo o Brasil, espaço privilegiado no qual, baseado na existência de uma liberdade de expressão, se daria publicidade aos atos do governo para que a opinião pública se formasse.

Em outros tópicos de suas anotações para a Isabel, o Imperador trata de eleições, educação pública, nomeação de funcionários, troca de ministérios e a relação com eles, favores e liberdade de imprensa. Um outro ponto importante, diz respeito diretamente ao Conde d'Eu:

"Para que qualquer ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos, é indispensável que meu genro, aliás, conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se possa ter

¹⁶⁸ Dentro da carta enviada pelo conde d'Eu ao pai, no dia 06/05/1871, há um papel com anotações diárias entre o dia 25/04 e 05/05 de 1871. A referência aos conselhos do Imperador está anotada no dia 03/05/1871. AHMIP - AGP, LXII -3, carta de 06/05/1871

¹⁶⁹ Representado por Bentham, Burke, Constant e Guizot. in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília: SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000, vol. II, PP. 843-844

¹⁷⁰ *Idem*

¹⁷¹ BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, op. cit, vol. II, p.1210

certeza de que ele influiu, mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha”¹⁷².

Há aqui, claramente, a preocupação de que o genro não assuma, como preconizavam os jornais, o papel de real regente do Império. E essa preocupação de isolar o marido da regente, também ficou evidente na atitude do ministério conservador que não autorizou sua permanência ao lado de Isabel, quando esta assumiu o cargo perante o presidente do Senado. Em represália, ele não compareceu à cerimônia.¹⁷³

Isabel podia não ter experiência na administração do Império, mas não era de forma alguma alienada da política. Ela conhecia seu jogo e participava dele, como fica evidente na correspondência trocada com o pai, quando narra seu primeiro despacho. Diz ela:

“Quando entrei na sala, fiquei abismada, 5 enormes pastas recheadas, algumas de uma maneira monstruosa, estavam-me esperando. Felizmente a coisa foi mais fácil do que julguei à primeira vista(...). Felizmente eram cartas (...) para eu assinar e também para eu assinar uma infinidade de baronatos e viscondatos.(...) Houve algumas exonerações também a assinar, às quais não fiz objeção(...) Papai verá pelos jornais a discussão do voto de graças que por fim passou como o governo quis. Por pouco que a panela não se entornava e que eu ficava, não posso dizer de calças pardas, mas em vestido pardo, com o molho que escorresse e que eu tinha de limpar, o que não havia de ser nada cômodo. De pasta em pasta, parece-me que houve talvez suscetibilidade demais. Amanhã irei ao Paço da Cidade receber as deputações a este respeito do Senado e da Câmara dos Deputados, a quem darei esta resposta lacônica como as suas e pelo teor delas: Agradeço em nome do Imperador os sentimentos que manifestam por parte do Senado (ou da Câmara dos Deputados) e a cooperação que este (ou esta) promete ao Governo. (...)”¹⁷⁴

Ela também possuía opiniões próprias que muitas vezes divergia das do pai. E, sem perder o carinho e o respeito que lhe era devido, não tinha o menor constrangimento em censurá-lo no que julgasse necessário.

Por ter ressalvas à recente unificação italiana, que havia submetido politicamente o Vaticano e o Papa, dispara em carta a Pedro II: “Perdoa-me meu

¹⁷² BARMAN, p.158

¹⁷³ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 24/05/1871

¹⁷⁴ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 04/06/1871

Papaizinho, mas às vezes Papai tem umas idéias que não me quadram. Quem lhe mandou ir à abertura do Parlamento italiano?” e mais abaixo na mesma carta: “Duas coisas não aprovo de sua viagem: esta ida ao parlamento italiano e o seguir as rezas na sinagoga como se fosse um judeu!”¹⁷⁵

Isabel partilhava, por influência de sua mãe e da educação recebida de sua aia, a Condessa de Barral, de idéias ultramontanas.¹⁷⁶

O termo “ultramontanismo” era utilizado desde o século XI para designar os cristãos que defendiam o ponto de vista papal, mas, no século XIX, a palavra passou a significar um conjunto de conceitos e atitudes que remetiam ao lado conservador da Igreja Católica e sua reação a um pensamento liberal que pregava a total liberdade do indivíduo sobre suas crenças e a não influência da Igreja na esfera do Estado¹⁷⁷.

Embora o Imperador se declarasse “*liberal de coração e respeitador dos direitos alheios*”¹⁷⁸, e portanto, bem mais flexível em matéria de religião, suas atitudes não tinham aprovação da filha. A religiosidade de Isabel, no entanto, não significava um despreparo para o governo. De acordo com Robert Daibert Jr, o que ela possuía era uma concepção que se confrontava com o anticlericalismo pregado pelas idéias liberais e positivistas, tão em voga no período¹⁷⁹.

Além desse aspecto, Isabel também censurava o pai em questões morais: “*Vou já ralhando. Nenhuma linhazinha para mim e acha tempo para visitar Georges Sand, uma mulher de muito talento, é verdade, mas também tão imoral!*” E justifica sua repreensão questionando o pai: “*Por mais incognitozinho que vá, sempre se sabe que é o Sr. Pedro de Alcântara e não deve ser ele antes de tudo um bom católico e portanto afastar de si o que é imoral?*”¹⁸⁰

A crítica de Isabel a George Sand, pseudônimo da escritora francesa Aurore Dupin, que se utilizava dele para escapar dos preconceitos contra as mulheres escritoras diz respeito ao aspecto moral e comportamental dela. Ela era divorciada, teve vários amantes, fumava charutos e vestia-se como homem, atitudes consideradas muito ousadas entre as mulheres do século XIX. No entanto, Isabel não deixa de reconhecer

¹⁷⁵ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 05/01/1872

¹⁷⁶ Américo Jacobina Lacombe atribui à Condessa de Barral uma enorme influência sobre Isabel no que diz respeito ao aspecto religioso. Sendo responsável pela educação das princesas, elaborou para elas uma linha de conduta extremamente rígida em matéria de fé católica. apud, DAIBERT JR, op. cit. 2007, p.97

¹⁷⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 -1910)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999, p. 102

¹⁷⁸ Carta de Pedro II à Isabel em 04/02/1888, apud, DAIBERT JR, op. cit, 2004, p.100

¹⁷⁹ DAIBERT JR, op. cit, 2004, p.107

¹⁸⁰ AHMIP – AGP, XLI-2, carta 04/02/1872

nela seus dotes intelectuais. A repreensão feita ao pai denota uma preocupação em preservar a imagem pública do Imperador, associando-a à religião católica.

No campo da política, Isabel possuía muitos pontos de divergência em relação a Pedro II. Durante essa sua primeira experiência a frente do trono, escreveu para seu pai o que chama de seu “*testamento político*”. Eis o que diz: (os trechos em negrito foram destacados por Isabel de uma carta recebida de seu pai, na qual este justifica sua ida ao Parlamento Italiano)

“(…) A abertura do Parlamento em Roma era a festa nacional porque a maioria dos italianos queria e quer a unidade de toda a Itália. Disse ao papa e a Victor Emmanuel tudo o que pensava, e por consequência havia de ter reprovado as violências como o emperramento do Papa que, aliás, sempre (...) Não discuto se a unidade da Itália era pedida pela maioria dos italianos, mas o que digo e que direi é que ela foi obtida de uma maneira abominável. V.E. [Victor Emmanuel] que esperasse que a dita maioria lhe pedisse de ser rei! A abertura do Parlamento em Roma era festa nacional e por isso lá fui. Também em Paris em 1793 as festas da deusa razão eram festas nacionais¹⁸¹ e papai lá teria ido figurar porque como curioso não sei quem lhe amarraria as pernas. O emperramento do Papa ou o que o papai chama por esse nome não será a maneira porque esse bom velho julga poder sustentar a sua dignidade que não é só sua, mas a de todos os católicos? Não será a sua tenacidade?! Esta minha carta deve-lhe cheirar a artigo de fundo de jornal. Não se espante disso. Confesso minha fraqueza: estes tempos tenho lido e dou ainda muita atenção a alguns artigos de fundo de jornais. Ainda não me acostumei a ler censura como se ouve o grasnar dos cães. Será isto um defeito? Talvez não de todo. É uma boa ou má nota como as que tínhamos quando estudávamos e que tanto nos estimulavam a bem proceder; os mestres atuais são pouco imparciais é verdade dizer-se. E olhe que não são censuras feitas a mim, irrita-me porque as vejo bem injustas e temo também que um dia não me cheguem muito por casa. O meu maior fantasma é o tal poder pessoal de quem o acusam, meu bom papaizinho, e que julgo dever provir do emperramento que lhe atribuem. Vou pôr tudo em pratos limpos. A culpa não é sua, ao menos não é sua só. Papai tem inteligência, tem vontade (tenacidade ou emperramento se quiser) e meios de a

¹⁸¹ Festa republicana francesa de 1793, na qual o rei foi guilhotinado.

pôr em obra. Os nossos ministros em geral são menos firmes, tenazes ou emperrados, e, portanto a corda arrebenta pelo mais fraco. O que fazer? Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta em negócios que são puramente da repartição deles (e eu terei mais de seu tempo) e se algum dia não puder de todo continuar a dar-lhes sua confiança ou se vir que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles!

Falando de um outro ponto pelo qual meu papaizinho peca, dir-lhe-ia que não leve a abnegação ao ponto a que levou até agora, não tenha medo de proteger, segundo a justiça e o bem público, os seus amigos, que não poderão fazer a mesma distinção entre o Sr. Pedro de Alcântara e o Sr. D. Pedro II e, portanto, o Brasil, para o qual, ao menos até o presente governo monárquico julgam, na generalidade, ser o melhor que pague o pato. Sei bem que me virá a dizer que se pudessem haver idênticas circunstâncias, nelas escolheria primeiro seus amigos. Tome bem sentido, porém, que o próprio medo de ser parcial não faça colocar estes abaixo de outros que valham tanto ou menos. Defeito contrário: não me encha de graças aqueles que (quando a justiça e o bem público não pedirem diferentemente) lhes são contrários. É o melhor meio de fazer falar contra o Sr. D. Pedro II para obter dele tudo (não pelo medo que lhe inspire, mas por sua excessiva abnegação), e como o Sr. D. Pedro II lá se vai a rastos muitas vezes os princípios que ele representa. São estes os conselhos, o testamento político de sua matraquinha com quem poderá discutir sobre todos estes pontos quando cá estiver.(...)''¹⁸²

Esta carta possui um caráter pessoal e familiar na qual se alternam carinho filial e críticas, demonstrando o cuidado e a preocupação de Isabel com a conduta social e política de seu pai. Nela, a princesa reafirma sua defesa da Igreja Católica e do Papa, mostra-se muito mais preocupada com a preservação da imagem pública, sensível às críticas da imprensa, que considera parcial, impaciente na resolução das questões políticas, descentralizadora, e mais ligada ao favoritismo político que o Imperador. Critica a forma como ele conduz politicamente o Império. Acusa-o de ser teimoso, julgar-se infalível e intrometer-se em assuntos que dizem respeito apenas ao ministério, abusando do seu poder pessoal.

¹⁸² AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 04/02/1871

O poder pessoal do Imperador provinha do Poder Moderador, configurando-se este último num elo entre o poder pessoal patriarcal e o domínio público no quadro institucional do Império. Ele era o ponto central da vida política do Segundo Reinado, em torno do qual se debatiam os temas mais importantes. Para ele convergiam os apelos, e, conseqüentemente, as mais duras críticas.¹⁸³

Isabel propõe ao pai que seja menos centralizador e deixe o ministério mais livre para agir e, caso perca a confiança que tem nele, ou a opinião pública assim o exigir, use do poder que tem e o destitua.

Outro ponto discordante diz respeito à imparcialidade que o imperador procura ter em relação às pessoas que o cercam, beneficiando inimigos em detrimento de amigos, o que representa um dado negativo, na opinião dela. O alerta pode significar também que ela julgue que seu pai estaria buscando apoio junto a pessoas de pouca confiança.

Destacamos também dois aspectos que ela coloca como fundamentais para condução dos seus atos: aplicar a justiça, usada aqui por Isabel, segundo a visão clássica que identificava a justiça com a virtude, ou seja, uma ação moralmente boa¹⁸⁴ e respeitar a opinião pública “*verdadeira*”, como ela ressalta. O destaque que ela dá à palavra nos faz concluir que ela não via a opinião pública como “*incorruptível*”, conforme pregavam os pensadores liberais do início do séc XIX como Constant e Guizot. A geração de liberais que os sucedeu, como Toqueville, não a via mais desta forma, alegando que havia o perigo da manipulação desta opinião não só pelo governo como também pela própria sociedade, através do despotismo da maioria ou o conformismo da massa.¹⁸⁵

Quanto à discussão da lei do ventre livre, que teve lugar em sua regência, apesar do intenso debate que se desenrolou no Parlamento e na imprensa, Isabel manteve-se à parte. Ela fez o que pregava ao pai. Deixou que tudo fosse definido sem interferência sua. Observava de longe as acaloradas discussões, que incluíam mesmo, como definiu o Conde d’Eu¹⁸⁶ “*cenar de grosseria e de violências recíprocas (...) deploráveis*”. Por carta dizia Isabel a seu pai: “*A Câmara dos deputados é que tem estado furiosa e indecente. Verá pelos jornais*”¹⁸⁷.

¹⁸³ SALLES, op. cit, 1996, p.143

¹⁸⁴ BOBBIO et alii, op. cit, Vol I, p 661

¹⁸⁵ *Idem*, vol II, p. 884

¹⁸⁶ AHMIP, AGP, XLII- 3, carta de 04/08/1871

¹⁸⁷ AHMIP, AGP, XLI -2, carta de 04/08/1871

A despeito do tom veemente utilizado pelos opositores do projeto na câmara e do clima de apreensão das camadas senhoriais, a Lei do Ventre Livre acabou sendo apenas “*uma medida protelatória, uma concessão às exigências dos radicais*”.¹⁸⁸ Ela estabelecia que os filhos de mulheres escravas que nascessem dali por diante seriam livres. Os proprietários deveriam criá-los até os oito anos de idade, quando então optariam por receber uma indenização em troca de sua liberdade definitiva ou a manutenção do mesmo sob seus serviços até completar 21 anos. Seriam criados fundos de emancipação para a compra progressiva da liberdade dos escravos. Desta maneira, a lei consagrava o princípio da indenização e mantinha a escravidão por mais um longo período. Apesar disso, foi capaz, de fazer serenar o movimento em favor do fim da escravidão.

Mesmo não tendo influído no projeto, nem participado dos debates acerca do assunto, a Princesa Isabel, na qualidade de ocupante do trono, assinou a lei no dia 28 de setembro de 1871. O restante de sua regência correu sem demais incidentes, até a volta de seu pai no último dia de março de 1872.

Em sua primeira experiência a frente do Império, aparentemente, suas divergências de opinião em relação ao pai não ultrapassaram o espaço das cartas. Ela tinha consciência de que a regência possuía caráter provisório e que brevemente o Imperador estaria novamente no comando, como demonstra em carta ao pai:

*“Não nos esqueçais em vossas orações, principalmente agora que fomos chamados a dirigir todo esse império. Não é das coisas mais cômodas e por todas essas razões ficarei bem contente quando for aliviada dessa responsabilidade.”*¹⁸⁹

O Conde d’Eu permaneceu ao lado da princesa de forma aparentemente discreta, não tendo sido encontrado comentários ou críticas sobre interferência dele nos assuntos do governo, ao menos nos jornais usados nesta pesquisa.¹⁹⁰ No entanto, não deixou de ajudá-la, ou dar-lhe conselhos, como informa a princesa a Pedro II: “*ficaria muito embaraçada se não tivesse ao meu lado o bom Gaston, que me ajuda tanto e me dá tão bons conselhos*”¹⁹¹

¹⁸⁸ COSTA, Emília V. opus cit, p. 334

¹⁸⁹ AHMIP, AGP, XLI – 2, carta de 06/12/1871

¹⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro, A Reforma, Jornal do Comércio*

¹⁹¹ AHMIP, AGP, XLII – 3, carta de 21/07/1871

O Imperador, por seu turno, parecia confiar na decisão de ter deixado a filha em seu lugar. Na correspondência trocada entre eles, determina que: “*Dos negócios da pátria nada direi, não só pela confiança que tanto me inspira, como por espírito de coerência bem aconselhada no espírito de todos*”.¹⁹²

Numa avaliação do desempenho de Isabel feita pelos jornais durante seu período de regência, aqui exemplificado pelo *Jornal do Comércio*, consideraram que ela foi preservada de censuras e acusações durante os debates na Câmara durante o ano de 1871, pois “*todos respeitaram o caráter provisório da regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a princesa*”.¹⁹³

Apesar da apreensão causada no meio político e rural quando de sua indicação para ocupar a regência, Isabel manteve uma postura prudente num período de mudanças delicadas. Em sua correspondência, não se mostrou ingênua, nem despreparada politicamente. Essa opinião é partilhada por Robert Daibert Jr.¹⁹⁴ e Roderick Barman¹⁹⁵, embora este último, sem apresentar nenhum fundamento para isto, afirme que seu pai não deu importância às observações feitas por ela em sua correspondência, e sequer estava interessado em sua opinião.¹⁹⁶

O “*testamento político*” da Princesa Isabel, elaborado durante a primeira regência, serve como uma chave de compreensão para muitas de suas ações políticas futuras.

1.3 - A SEGUNDA REGÊNCIA

Com os ânimos do país relativamente serenados e com o retorno de Pedro II, a princesa foi tratar de um problema pessoal que muito a afligia: o fato de ainda não ter dado à luz um herdeiro para a Coroa. Após Isabel ter finalmente engravidado e logo em seguida abortado, em outubro 1872, o casal d’Eu partiu para a Europa, em abril de 1873, em busca de um tratamento médico.¹⁹⁷

Ser mãe era uma das principais funções atribuídas à mulher no mundo ocidental no século XIX. Ainda mais à uma mulher nos ombros de quem recaía o peso de manter a linhagem sucessória de um império. E Isabel queria ser mãe por ambos os motivos.

¹⁹² Carta de Pedro II à Isabel em 4/02/1872, apud DAIBERT JR, op. cit, 2004, p.100

¹⁹³ *Jornal do Comércio* de 05/01/1873

¹⁹⁴ DAIBERT JR, op cit, 2004, p.107

¹⁹⁵ BARMAN, op. cit, pp. 161-162

¹⁹⁶ *Idem*, p.165

¹⁹⁷ BARMAN, op cit, p.177

Em carta enviada ao marido, em 1865, demonstrava esse seu desejo da seguinte forma: *“Isabelle teve uma filha. Isso é recorrente entre as netas da vovó. (...) Eu confesso que quando for a nossa vez de ter filhos eu gostaria muito de colocar por terra essa regra. Eu desejo que o primeiro filho que tivermos seja um menino.”*¹⁹⁸

Por esta ocasião, já havia se iniciado os conflitos entre a Igreja e a Maçonaria. Desde 1864, o Concílio Vaticano I proclamara a infalibilidade papal em matéria de dogma e o Papa Pio XI adotara uma posição mais conservadora, condenando o racionalismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, o liberalismo, o progresso e a civilização moderna.¹⁹⁹ Em represália, a maçonaria passou a adotar abertamente, uma posição anticlerical e anticitólica a partir da década de 1870.²⁰⁰ Como consequência, os maçons foram proibidos de freqüentar Igrejas e fazer parte das irmandades, assim como os padres de freqüentarem as reuniões da maçonaria. Os principais bispos seguidores do ultramontanismo e que puseram em prática esta decisão no Brasil, no ano de 1872, foram D. Vital, de Olinda, D. Macedo Costa, do Pará e D. Pedro Maria Lacerda, do Rio de Janeiro.

A maçonaria no Brasil era formada, sobretudo, por membros da elite política, econômica e intelectual.²⁰¹ As irmandades fizeram um apelo ao Imperador, com o argumento de que, por não terem recebido sua aprovação, as bulas papais não poderiam ter validade no Brasil. Os bispos foram advertidos pelo governo que deveriam declarar sem efeito os seus atos, já que aqui, a constituição das ordens Terceiras e Irmandades era de competência exclusiva do poder civil, e a atitude dos bispos, portanto, teria a característica de usurpação do poder temporal do Império.²⁰² Por carta ao seu pai, Isabel posicionava-se sobre a questão:

*“O negócio dos bispos também me inquieta bastante. Poderiam eles ser mais prudentes? O que acho porém é que o governo quer se meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. (...) Devemos defender os direitos dos cidadãos brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja?”*²⁰³

¹⁹⁸ AHMIP – AGP, XLI-1 carta de 24/10/1865

¹⁹⁹ BARATA, op. cit, p.103

²⁰⁰ COLUSSI, op. cit, p.32

²⁰¹ COLUSSI, op. cit, p.30

²⁰² BARATA, op. cit. p.94

²⁰³ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 31/08/1873

Apesar de questionar a atitude dos bispos, considerando-os, talvez, imprudentes, a proposta de Isabel ficava clara neste trecho desta carta: ela julgava que o Estado não deveria se imiscuir nos assuntos da Igreja e que os princípios morais impostos pela religião católica deveriam se colocar acima de todos os outros. Quanto a este aspecto, sua visão estaria de acordo com o jornal *O Apóstolo*, “*espelho o pensamento ultramontano da época*”²⁰⁴ que via a estabilidade política do Império garantida a partir de uma ordem católica.²⁰⁵

No que diz respeito à Maçonaria, exprime-se desta forma na mesma carta:

*“(...)se os Maçons tem tanto apego às coisas da Igreja que não queriam ser expulsos desta, por que não abandonam a Maçonaria? Ou há medo, ou pouco fervor da parte deles. (...) Porque os sócios da maçonaria brasileira não formaram uma outra sociedade, às claras, que nada tivesse de repreensível e que ao mesmo tempo continuasse com o fim de beneficência que principalmente tem assumido em nosso país? Seria um meio de não lesar os direitos a socorros que seus adeptos tenham adquirido.”*²⁰⁶

A Maçonaria sempre foi considerada uma associação secreta. O segredo maçônico estaria ligado à Idade Média, aos conhecimentos técnicos e matemáticos da construção civil, já que na sua origem maçonaria designava a associação de pedreiros que construíam as catedrais, e que, portanto, deveriam guardar segredo de suas técnicas. A maçonaria moderna e contemporânea continuou exigindo de seus filiados reserva de seus trabalhos e virtudes. O segredo maçônico poderia funcionar também como meio de identificação entre os maçons.²⁰⁷ Isto proporcionava a idéia de que, como qualificava Isabel, a Maçonaria não seria uma sociedade “*às claras*”. Já a parte que dizia respeito à sua “*beneficência*”, que variava da ajuda financeira aos seus membros mais necessitados, ao auxílio a viúvas e órfãos de seus participantes²⁰⁸, era aprovada por ela, demonstrando assim um dos seus traços característicos, que era a caridade.

Os bispos recusaram-se a cancelar seus atos e, no início de janeiro de 1874, D. Vital foi preso. Em abril foi a vez de d. Macedo. O julgamento foi rápido e os bispos condenados.

²⁰⁴ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.162

²⁰⁵ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1839 – 1900*. RJ: Novas Fronteira, SP: Fapesp, 1999, p.314

²⁰⁶ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 31/08/1873

²⁰⁷ COLUSSI, op.cit. p. 7

²⁰⁸ BARATA, op. cit. p.133

Embora sua preocupação com a questão religiosa não cessasse, as atenções de Isabel estavam voltadas agora para uma outra questão, de foro íntimo. No final do ano de 1873, de Veneza, a Princesa noticiara ao pai uma nova gravidez. Por conta do seu contrato nupcial, no entanto, para ter direito a ocupar futuramente o trono, seu primeiro filho teria que nascer no Brasil. Isabel temia complicações na viagem e expressou a seu pai o desejo de permanecer na Europa até o nascimento da criança²⁰⁹. Seu médico na França, o Dr. Depaul, que a submetera a um tratamento do qual resultara sua atual gravidez, assim como o Dr. Feijó, que a acompanhara, desaconselharam a viagem. Seus apelos foram em vão. Mesmo tendo o Imperador submetido o desejo de Isabel ao Conselho de Estado, o parecer dado estabeleceu que apenas se houvesse uma certeza absoluta de problemas durante a viagem é que o parto poderia acontecer na Europa.²¹⁰

Esta passagem nos remete ao mito dos “*Dois Corpos do Rei*”²¹¹, uma ramificação do pensamento teológico cristão segundo o qual os reis possuem dois corpos, um natural e um político, que formam uma unidade indivisível. No entanto, o corpo político, que é imortal, é superior ao natural, pois ele contém o Cargo, o Governo e a Majestade reais. Direitos concedidos a qualquer súdito do rei eram a ele negado, pois o corpo político estava em primeiro lugar. Isabel não podia dispor de seu corpo natural como gostaria; o dever do corpo político falou mais alto. Sem outra opção, o casal voltou em maio de 1874, desembarcando na Corte em junho. Não houve problemas durante a viagem, mas, cinco dias depois de desembarcar, após um trabalho de parto que durou 50 horas,²¹² Isabel dava à luz uma menina, que nasceu morta.

Apesar da tristeza, a princesa se recuperou, buscando distração nas reuniões sociais e consolo na religião.²¹³ Em setembro deste mesmo ano, o Conde d’Eu alugou

²⁰⁹ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 17/05/1874

²¹⁰ LACOMBE, op. cit, p.182

²¹¹ “A fixação mística dos “*Dois Corpos do Rei*” foi propagada pelos juristas ingleses no período Tudor e teve origem na história do rei George III que precisou ir ao Parlamento pedir permissão para possuir terra como homem e não como rei.(...) Assim declararam os juizes elisabetanos e assim começa seu misticismo: “conquanto ele [o rei] tenha ou receba terra em seu Corpo natural, embora a esse Corpo natural esteja unido o seu Corpo político, que contém sua riqueza e dignidade reais; e o Corpo político inclui o Corpo natural, mas o Corpo natural é o menor e com ele o Corpo político é consolidado. Assim, o fato de que ele possui um corpo natural, adornado e investido de Riqueza e Dignidade real; e ele não tem um corpo natural distinto e separado por si mesmo do cargo e Dignidade reais, mas um Corpo natural e um Corpo político inseparáveis; e esses dois Corpos estão incorporados em uma única pessoa, e compõe um Corpo e não diversos, ou seja, a Corporação no Corpo Natural, et e contra o Corpo natural na Corporação. De sorte que o Corpo político a si (corpo político que contém o Cargo, o Governo e a Majestade reais) é magnificado e pela referida consolidação contém em si o corpo político.” KANTOROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. SP: Cia das Letras, 1998, pp . 17 - 23

²¹² BARMAN, op. cit, p.179

²¹³ *Idem*, p.180

uma casa em Petrópolis, que mais tarde compraria, e o casal se mudou para lá. No início de abril de 1875, Isabel teve a confirmação que estava grávida novamente.

O medo de outro insucesso a fez desejar ter junto a si o médico francês Dr. Depaul. A este respeito, escreve o Conde d'Eu a seu pai:

(...) Pelo lado pessoal, o Imperador, como de hábito, é totalmente contrário a trazer quem quer que seja da Europa. Mas será necessário que ele passe por isso, porque Isabel teima absolutamente em ter Mme de Soyre que nos foi tão útil no ano passado e do Dr. Depaul e se considera (com exagero na minha opinião) como fadada ao maior perigo se ela não os tiver.(...).”²¹⁴

No período desta sua segunda gravidez, Isabel passou pelo que poderia ser considerado um quadro depressivo, diagnosticado como histerismo, por seu médico assistente.²¹⁵ É o Conde que relata:

(...) O estado de Isabel agravou-se de uma maneira que começa a tornar-se inquietante. Não somente ela chora e se lamenta sem razão como ela não quer mais que lhe dirijam a palavra, nem mesmo que se fale diante dela, de sorte que estamos todos em casa reduzidos ao silêncio, e hoje, embora ela não tenha nenhum sofrimento físico, não quis deixar seu leito até agora (1 hora da tarde) a fim de almoçar sozinha, e que mesmo suas damas de quarto não tivessem motivos para entrar nele. Como único recurso para sair destas alucinações, estamos decididos a ir para o Rio e nos estabelecermos em São Cristóvão, nem que seja por duas ou três semanas. (...).²¹⁶

Por esta ocasião, a Questão Religiosa tinha novos lances. Pressionado por inúmeros protestos e abaixo-assinados, o governo conservador nomeado em 1875 concedeu anistia aos bispos presos. Menos de um mês depois, chegou um telegrama de Roma comunicando o levantamento pelo Papa do interdito contra as irmandades.

A maçonaria se revoltou com esse desfecho, que eles consideraram humilhante. E, devido a forte religiosidade da princesa, que envolvia idéias ultramontanas, uma significativa parte dos maçons a considerou culpada pela anistia aos bispos.

Iniciava-se aqui a construção de sua representação como uma “fanática religiosa”. Segundo Roger Chartier, a representação é a forma através da qual uma determinada realidade social é “*construída, pensada, dada a ler*”. Elas são produzidas e

²¹⁴ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 20/04/1875

²¹⁵ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 06/09/1875

²¹⁶ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 02/08/1875

partilhadas pelas “*disposições estáveis*” de determinados grupos sociais ou meios intelectuais. Essas representações são sempre determinadas pelos grupos sociais que as forjam, não produzindo, de forma alguma, discursos neutros. Produzem estratégias e práticas que buscam legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²¹⁷

No dia 23 de setembro de 1875, o jornal republicano *O Mequetrefe* publicava a seguinte notícia:

“Interpelando o governo a respeito do decreto imperial que anistiou os bispos e governadores de Olinda e Pará, o distinto Sr. Silveira Martins disse na câmara temporária que S. A. I. a sr^a Princesa Isabel prometera a Deus a soltura dos bispos para que Deus lhe concedesse um parto feliz; disse que S. A. I. passa o dia a varrer igrejas, andando descalça e fazendo penitência (...); e que educada sob a pressão do mais revoltante fanatismo, a futura imperatriz do Brasil, governando, renovará neste desgraçado país o reinado de Maria, a doida!”

Grande parte da intelectualidade que escrevia nos jornais era maçom, mas a principal voz que se levantou contra Isabel foi a de Saldanha Marinho, Grão-Mestre da Maçonaria. Jornalista e político liberal, redator do *Diário do Rio de Janeiro*, cuja assinatura encabeçava o Manifesto Republicano de 1870, escreveu, sob o pseudônimo de Ganganelli, uma série de artigos com o título “*A Igreja e o Estado*”, reproduzidos em vários jornais, responsabilizando a princesa:

*“(...) A influência da Princesa para a decretação da miserável anistia, concedida a condenados por sentença, não pode ser decentemente negada. (...) As lágrimas derramadas por Sua Alteza, as mortificações que ela sofria por verem seus protegidos enclausurados eram sabidas por todos.”*²¹⁸

Marco Morel e Françoise Souza, nos mostra em seu livro *O Poder da Maçonaria*, lançado recentemente, que a maçonaria nunca foi um movimento uniforme, possuindo divergências sobre uma infinidade de assuntos, como o fim da escravidão, por exemplo. Segundo eles, a posição predominante na maçonaria em relação ao assunto era emancipacionista e não abolicionista. No entanto, isso não impediu que grandes nomes do abolicionismo, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, fizessem parte de seus quadros.²¹⁹ Da mesma forma, não havia unanimidade quanto à defesa e aplicação de idéias positivistas.

²¹⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*: DIFEL, 1998, p.17

²¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro* de 10/10/1875

No ano de 1863, havia acontecido uma cisão na Maçonaria. O Grande Oriente do Brasil dividiu-se em dois: o Grande Oriente do Lavradio, liderado pelo Barão do Rio Branco e o Grande Oriente dos Beneditinos, liderado por Saldanha Marinho. Esta divisão entre os Grandes Orientes demonstraria também a separação das idéias quanto à forma de governo. Nem toda a maçonaria era favorável à república, com uma parte dela colocando-se a favor do “Terceiro Reinado”, considerando inclusive que Isabel governava com *“justiça e probidade”*.²²⁰

O próprio João Alfredo, que será escolhido por Isabel para comandar o Ministério durante seu terceiro período de regência, na qual será decretada a Abolição, como será visto no segundo capítulo deste trabalho, era Grão-Mestre da Maçonaria do Grande Oriente do Lavradio, inclusive por ocasião da assinatura da Lei Áurea.²²¹

As críticas feitas a Isabel, tanto neste período, como posteriormente, sobretudo por Saldanha Marinho são resultantes da expressão intelectual de parte da maçonaria representativa do movimento republicano, já que foi no Grande Oriente dos Beneditinos, comandado por ele, que os republicanos encontraram importante meio de divulgação de suas idéias.

Por outro lado, se evidencia que, para Isabel, o fato de João Alfredo pertencer à Maçonaria, nem mesmo ocupando a posição de Grão-Mestre, impediu sua escolha para ser chefe do seu Gabinete Ministerial. Da mesma forma não impediu sua amizade, nem que ela se aliasse politicamente, a vários outros membros da maçonaria.

As acusações feitas à Isabel levaram o Imperador a escrever para o chefe do gabinete ministerial de então uma nota em que negava a influência da filha na sua decisão de anistiar os bispos. Nem a princesa nem seu marido, jamais haviam se manifestado publicamente a respeito da questão.²²² O governo negou a intervenção da princesa neste assunto, mas não obteve resultado. As críticas continuaram.

Em carta ao pai, o Conde d’Eu comentava sobre a anistia dada aos bispos:

“Esta medida impulsiona as recentes catilinárias dos jornais, nos quais somos pouco poupados por causa de nossa “servidão ao Ultramontanismo!”(...) De um modo ou de outro isto é muito desagradável para nós, mas não temos quase tido

²¹⁹ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise J. O. *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.172

²²⁰ MOREL & SOUZA, op. cit, p.174

²²¹ *Idem*, p.173

²²² BARMAN, op. cit, p.186

tempo de pensar nisto, absorvidos que somos pelos nossos próprios problemas.”²²³

A vinda da Dr. Depaul, também foi motivo de críticas, como já havia previsto meses antes o Conde d’Eu em carta ao Duque de Nemours: “*Nós julgamos que este negócio [da vinda de Depaul] fornecerá meios às críticas daqui (inevitáveis até certo ponto)*”.²²⁴ O fato foi explorado nos jornais como uma ofensa à competência dos médicos brasileiros.²²⁵

No dia 15 de outubro de 1875, finalmente, a Princesa deu à luz seu primeiro filho, um menino saudável, embora a dificuldade do parto tenha ocasionado na criança a paralisia do braço esquerdo.

O nascimento foi noticiado com alegria pela maioria dos jornais pesquisados para este período²²⁶, embora o jornal republicano *O Mequetrefe*, aproveitasse a ocasião para fazer uma crítica aos gastos do Estado com a Família Imperial:

“Louvado seja Nosso senhor Jesus Cristo, nasceu o Príncipe do Grão-Pará! (...) E cresceram os fundos públicos do orçamento...das despesas; mais um príncipe para sustentar, mais uma ama de leite para pagar, mais um batizado a festejar; mais galopes para a cavalaria, mais paradas e guardas de honra para a infantaria, mais compadres e afilhados; mais cortejos e mais graças, telegramas e correios; e músicas e foguetes; bandeiras e bandejas; festas e feriados. Quantas verbas no orçamento?”

Quando o filho de Isabel nasceu, já era conhecida a pretensão de Pedro II de viajar, no ano seguinte, primeiramente aos Estados Unidos, por ocasião da comemoração do centenário de sua independência, e, em seguida para a Europa. A lei autorizando essa viagem foi promulgada poucos dias após o nascimento de seu neto, Pedro, que recebeu o título de Príncipe do Grão-Pará.

Várias cartas e artigos foram publicados na imprensa, apreensivas, novamente, pela possibilidade de ter Isabel no trono. Escolho aqui, a título de exemplo, um artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho:

“(...) O Imperador deixa o Império na ocasião mais crítica. Sua filha fanatizada ao extremo e de ânimo prevenido contra as mais nobres idéias de adiantamento

²²³ AHIMP, AGP, XLII-3, carta de 27/09/1875

²²⁴ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 20/04/1875

²²⁵ BARMAN, op. cit, p.190

²²⁶ *Diário do Rio de Janeiro, A Reforma, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias e O Mequetrefe*

social, com a consciência escravizada às doutrinas retrógradas que contínuo lhe são insinuadas pelos homens do pontificado; guiada por seu confessor, um dos mais ferrenhos instrumentos da cúria romana, vai, em tais condições, dirigir os destinos do país! (...) O governo da regente, muito mais fraco ainda [do que o do Imperador] comprometerá de todo o país!”²²⁷

Mas as apreensões divulgadas na imprensa não estavam apenas ligadas ao ultramontanismo de Isabel ou à Questão Religiosa. A situação agora era outra. Na sua primeira regência, o Imperador teria deixado encaminhadas as soluções dos problemas nacionais, principalmente do elemento servil, e a regente não precisara tomar decisões importantes. Agora, ao contrário, havia muitas questões pendentes.

Ao final de março de 1876, partia D. Pedro II para a Europa, deixando no governo um gabinete conservador chefiado pelo Duque de Caxias. No dia de sua partida, o jornal liberal *A Reforma* publicou um longo artigo de advertência à Princesa, do qual reproduzo a seguir alguns trechos que exemplificam as preocupações do momento em relação à atuação da regente:

“Dirigimo-nos à excelsa princesa que, por força das circunstâncias, acha-se prematuramente incumbida dos cuidados do governo, com todo acatamento que nos merecem seu sexo e suas distintas virtudes. Somos, porém, forçados a dizer-lhe a verdade, sem reбуços, sobre a situação em que lhe cabe assumir a direção de um vasto país onde a centralização governativa tornou difícil e comprometedora a tarefa de governar. Vai S.A. Imperial encontrar-se em frente a dificuldades maiores e de uma solução mais complicada do que aquelas que teve que lutar durante sua primeira regência. Naquela, uma idéia exclusiva ocupava a todos os espíritos e desviava a atenção pública de quaisquer pensamentos secundários. Tratava-se então da reforma do elemento servil e era tão generoso o sentimento de que ela procedera, que perante ele calavam-se todas as considerações relativas ao futuro econômico do país.(...) Hoje cabe a S.A. Imperial missão mais árdua e da qual aguarda o país resultados que diretamente interessam ao seu progresso e a sua prosperidade. (...) Para S.A. Imperial começa uma era que pode imortalizá-la ou ligar o seu nome a uma situação fecunda em dolorosas recordações.(..) Qual foi, perguntamos nós, a questão de interesse fundamental para o país que S.A. Imperial recebeu

²²⁷ *Diário do Rio de Janeiro* de 10/10/1875

firmemente resolvida das mãos de seu augusto pai? A econômica? Política? Imigração? Recursos ?”²²⁸

Como da primeira vez que a Princesa havia assumido a regência, permanecia o discurso em que sua capacidade para dirigir o país era posta em dúvida, e, também, que de seu desempenho dependeria ou não a boa vontade em vê-la no futuro definitivamente no trono. Acrescente-se a isso um dado novo e problemático que era a sua religiosidade.

Seu marido, o Conde d’Eu, também não escapava das críticas ferinas nos jornais. O jornal satírico e republicano *O Mequetrefe*, por exemplo, freqüentemente o usava como motivo de piadas e chacotas, criando para ele a fama de avaro²²⁹, ou explorando a animosidade que existiria entre o príncipe consorte e seu sogro²³⁰. Gastão de Orléans, com exceção do breve tempo em que esteve à frente do Exército na Guerra do Paraguai, não foi uma figura popular.

Segundo Câmara Cascudo, ele era a antítese das “*virtudes*” que se espera ver nos príncipes. Ele não era pródigo, nem faustoso, nem mulherengo, nem ostentador de luxos ou freqüentador de bailes. Ao contrário, era caseiro, apegado à família e de hábitos simples, além ser de um tanto surdo e possuir forte sotaque francês, o que o reforçava a idéia de ser ele um “*estrangeiro*”.²³¹

Como da vez anterior, Pedro II deixou instruções para a filha durante sua permanência na regência. São poucas páginas com algumas observações e recomendações. No entanto, ele faz questão de assegurar: “*Muito mais poderia escrever; mas sua experiência tem aumentado. Direi ainda que não tome o que escrevi senão como conselhos*”²³², o que demonstra a confiança do Imperador na capacidade que teria sua filha de resolver as questões políticas que se apresentassem.

Uma das maiores preocupações de Pedro II, desta vez, eram as eleições. “*Meu grande empenho é a liberdade das eleições.*”²³³, dizia ele. Entraria em vigor a nova Lei eleitoral de 1875 que introduzia, entre outras coisas, o sistema do terço,²³⁴ a adoção do

²²⁸ *A Reforma* de 30/03/1876

²²⁹ *O Mequetrefe* de 10/06/1876 – Obs: Segundo Norbert Elias submeter os gastos aos rendimentos e à restrição planejada de consumo a fim de economizar, possuía um sabor de desprezo nas bocas aristocráticas da Corte, constituindo-se num símbolo de virtude de gente pequena. ELIAS, op. cit, p.86

²³⁰ *idem*, de 10/07/1876

²³¹ CASCUDO, op. cit., 1933, p. 166

²³² AHMIP, M.175 - Doc. 7972

²³³ *Idem*

²³⁴ “*Os votantes sufragavam apenas dois terços da lista de eleitores a que a paróquia tinha direito. Os eleitores, por sua vez, votavam em apenas dois terços do número de deputados que a província deveria dar. A idéia, naturalmente era a de que o terço restante ficasse para a minoria, para a oposição*” CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro:

título de eleitor, a proibição do recrutamento militar e de movimentação de tropas na época de eleição e a limitação de pessoas que poderiam se candidatar. Vigários, Bispos, e demais funcionários públicos, por exemplo, foram proibidos de se candidatar em suas paróquias. Todas essas medidas visavam dar voz às minorias e facilitar o sistema para aferir a opinião pública.²³⁵

A Princesa já havia manifestado, anteriormente, preocupação com a forma como eram conduzidas as eleições. Em 1868, em viagem a Minas Gerais, escreveu para seu pai de Águas Virtuosas da Campanha, relatando os embates acontecidos na cidadezinha por ocasião das eleições daquele ano. Disse ela:

*“As eleições, no outro dia foram pacíficas, mas só votaram quase exclusivamente os conservadores, pois antes a polícia parece andava ameaçando de prisão, para depois das eleições, aqueles que dessem votos liberais. O primeiro juiz de paz, que é liberal, pregou, pois, um edital na porta da Igreja, dizendo que havendo recrutamento, as eleições não podiam ter lugar, além do que, há três dias, o presidente da província quis anular a qualificação dos votantes que o tal juiz de paz liberal fizera. Os conservadores ficaram guardando a urna toda a noite do 7 para 8 com cacetes e pistolas.”*²³⁶

Termina seu relato questionando o pai: *“Quando o voto será livre?!”*

Devemos entretanto ressaltar que o questionamento da princesa neste momento se refere à forma utilizada nas eleições, e que a palavra “livre” utilizada por Isabel, não denota que ela esteja apregoando o sufrágio universal.

O novo sistema eleitoral se mostraria um fiasco, pois, segundo José Murilo de Carvalho, embora houvesse o bipartidarismo, os partidos não tinham suficiente solidez e disciplina capazes de sustentar o governo, baseado apenas em pequenas majorias. As dissidências eram freqüentes, sendo, portanto, necessário haver uma ampla maioria governamental, para evitar moções de desconfiança, ou a renúncia de um programa mais agressivo de ações.²³⁷ A nova lei não iria garantir o combate às fraudes e a violência nas eleições ocorridas ao final de 1876²³⁸

Civilização Brasileira, 2003, p.400

²³⁵ CARVALHO, op. cit, 2003, p.404

²³⁶ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 09/09/1868

²³⁷ CARVALHO, op. cit, 2003,, p.405

²³⁸ BARMAN, op. cit, p. 197

O Imperador tratou de vários outros assuntos nas recomendações feitas à regente, como educação, casamento civil, colonização, estradas de ferro, e, na primeira carta que a princesa escreveu ao pai, após sua viagem, respondeu sobre isso:

*“Gostaria também de poder empurrar os melhoramentos do país, estrada de ferros, colonização, etc, etc, mas o carro é pesado e não sei se terei força para ajudar no que for possível. Deus o queira! (...) A política é tão intrincada, que só lhe direi que as Câmaras se abrirão nestes dias próximos e não sei se o ministério aturará muito tempo. Veremos. (...) Seu livrinho já foi todo lido, e permita Deus que possa, em grande parte seguir seus conselhos.”*²³⁹

Nestas poucas palavras, a princesa demonstra ter plena consciência de que a situação política é bem mais difícil do que da primeira vez que esteve à frente da regência, onde, basicamente um único problema, a lei do Ventre Livre, parecia atrair as atenções.

Uma outra diferença, em relação à primeira regência, tinha um caráter pessoal. Embora ela se dispusesse a desempenhar com correção seu papel, como afirma no trecho destacado acima, tinha sua atenção absorvida por um outro fator: seu filho. Ela ressalta esse aspecto nesta mesma carta: *“Desta vez tenho meu filhinho que me faltava da outra. Papai sabe como é bom ter-se um bom filhinho, e quanto distrai ver os progressos constantes de uma criança a quem tanto se ama e como o tempo passa depressa!”*²⁴⁰

Não estava presente desta vez apenas a jovem herdeira do trono disposta a aprender sobre política e questionadora das atitudes do pai. O que parecia se sobrepor neste momento era sua subjetividade de mãe.²⁴¹

Mas, apesar de durante seu segundo período regencial o país enfrentar três grandes crises - a reforma eleitoral, a grande seca no nordeste e o ressurgimento da questão religiosa - será esta última a principal responsável pelos ataques constantes que os jornais farão durante o tempo em que ela estiver no trono. Isso levaria a Princesa a afirmar em carta ao pai que, *“a leitura dos jornais é meu pesadelo”*²⁴².

²³⁹ AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 14/04/1876

²⁴⁰ *Idem*

²⁴¹ Michel Foucault desenvolveu a noção de subjetivação, que seriam formas, *“através das quais os próprios sujeitos participariam de sua construção como sujeitos morais, aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais”*. RAGO, Margareth. Foucault, *História e Anarquismo*, Achiamé, 2004, pp. 84/85

²⁴² AHMIP, AGP, XLI-2, carta de 14/04/1876

A retomada da questão religiosa teve início em julho de 1876, com a publicação de uma Encíclica Papal endereçada aos Bispos do Brasil, no qual ele reiterava a excomunhão contra os maçons e comunicava a intenção em enviar ao país um Monsenhor para tratar deste assunto. Saldanha Marinho, na seção “a pedidos” do jornal *Gazeta de Notícias* questionava: “Foi essa encíclica sujeita à consideração de S.A. Imperial? Obteve desse maternal governo o indispensável beneplácito? Ninguém sabe, nem o Sr. Ministro do Império o quer dizer!”²⁴³

A resposta a este questionamento poderia ser encontrada nas palavras de Gastão de Orléans dirigidas em carta ao pai nesta mesma ocasião: “Não tivemos de tudo isso nenhuma comunicação oficial; nós não sabemos de nada além do que está nos jornais, aos quais a encíclica foi, sem dúvida, comunicada por algum bispo.”²⁴⁴

Em agosto, Isabel descobre-se novamente grávida, mas no mês seguinte sofreria um novo aborto. Os príncipes haviam optado por ficar mais em Petrópolis, e a princesa só descia à Corte em ocasiões em que sua presença era necessária.²⁴⁵

Em novembro de 1876, os ataques à Isabel ganhavam força por conta de um boato que dava como certa a expulsão de maçons da irmandade da Igreja da Santa Cruz dos Militares. Saldanha Marinho novamente fez publicar seus artigos na *Gazeta de Notícias*,²⁴⁶ acusando a princesa de responsável por ter acatado uma nova decisão da Cúria Romana, provocando um conflito com Caxias, que ameaçou pedir demissão. Segundo ele, a solução do embate teria sido levada por telegrama a D. Pedro II e este teria respondido que nada se fizesse sobre a questão religiosa durante sua ausência.

No dia seguinte o *Diário do Rio de Janeiro* publicava um artigo que desmentia a intenção de se expulsar os maçons, assim como a existência do conflito entre Isabel e Caxias e o envio do telegrama ao Imperador, porque este, “na ausência do império não dirigiria os negócios nem tomaria parte na administração do Estado”²⁴⁷. Este fato foi considerado por Saldanha Marinho, em notícia publicada na *Gazeta de Notícias* como um fato de grande ousadia que provocaria “estrepitosa gargalhada”²⁴⁸.

O jornal republicano “*O Mequetrefe*” também acusava a regente de “cavar a ruína da nação” e de manejar o poder pessoal influenciada pela Condessa de Barral,

²⁴³ *Gazeta de Notícias* de 01/07/1876

²⁴⁴ AHMIP, AGP, LXII-3, carta de 03/07/1876

²⁴⁵ BARMAN, op. cit, p.192

²⁴⁶ *Gazeta de Notícias* de 02/11/1876

²⁴⁷ *Diário do Rio de Janeiro* de 03/11/1876

²⁴⁸ *Gazeta de Notícias* de 07/11/1876

uma “*senhora fanática, dama do paço, íntima da regente e dos jesuítas*” e de ser ela “*um achado para a diplomacia negra*”. “*A Condessa de Barral governa e administra o país enquanto o Sr. Cotegipe reina. A regente assina tudo quanto o ministro do império lhe apresenta de acordo com a sua conselheira que está em Paz*”.²⁴⁹

Novamente divulga-se a idéia de que a princesa não pensa por si só e que depende sempre da influência ou opinião de outrem para que tome suas decisões, desta vez, não do marido, mas da antiga preceptora ou do seu Ministro.

O Conde d’Eu relata toda essa polêmica em carta ao pai:

“(...) a dita questão religiosa continua a nos preocupar. A propaganda anti-religiosa segue na imprensa e se esforça para fazer surgir incidentes que lhe venham em auxílio. Anteriormente [2/11/1876] anunciaram com estrondo que o Ministro do Interior, de acordo com Isabel, lhe havia apresentado um decreto excluindo os francos-maçons das confrarias religiosas, que o presidente do Conselho havia protestado contra, oferecendo demissão e que se havia consultado o Imperador por telégrafo. Em toda essa narrativa não havia uma palavra de verdade: jamais houve questão de medidas contra os maçons nas conversas de Isabel com os ministros. O próprio Internúncio está tranqüilamente em Petrópolis há um mês e que eu saiba não entrou em discussões sobre tal matéria. Assim, no dia seguinte, o jornal oficial anunciou que esta notícia era inteiramente inexata. A redação deste desmentido, na minha opinião, não estava bastante categórica; também não conseguiu produzir todo o efeito desejado e acalmar inteiramente a agitação causada por esta audaciosa mentira. A polícia soube que se preparava uma demonstração popular para felicitar o presidente do Conselho por sua pretensa atitude e pôde impedi-la. A partir de então, alguns artigos semi-oficiais demonstraram pouco a pouco o absurdo das notícias inventadas. Mas a prevenção pública sobre esse assunto é tal que o menor passo em falso pode produzir incidentes os mais desagradáveis”.²⁵⁰

Como complementação deste assunto destaco um trecho de uma carta enviada pelo Conde d’Eu a seu antigo professor Julio Gauthier, com quem se correspondia com regularidade:

²⁴⁹ *O Mequetrefe* de 17/11/1876

²⁵⁰ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 08/11/1876

*“A princesa é acusada todos os dias de sacrificar a dignidade nacional a seus sentimentos religiosos, que ela, portanto, quase não tem ocasião de manifestar, evitando naturalmente esse assunto de conversação, indo a missa apenas aos domingos, não tendo capelão nem confessor a postos. (...) E o que há de terrível é que estas retóricas parecem formar um concerto unânime. Todos os jornais, que como na França [são] diários, e folhas ilustradas estão recrutadas nesta abominável cruzada e repetem as mesmas injúrias”*²⁵¹

Apesar de não haver encontrado depoimentos da própria Isabel sobre o acontecido, pelo que se depreende das cartas escritas pelo Conde é que o casal tinha plena consciência da campanha promovida na imprensa contra ela, e do quanto isto afetava a opinião pública. O terceiro reinado não era ainda assunto em pauta, mas a rejeição à futura imperante estava sendo consolidada. A atitude da Princesa ao se recolher, evitando acirrar o debate, ou provocar novos comentários, foi fruto de uma estratégia política que já teria sido anunciada anteriormente, por carta do Conde à Condessa de Barral: *“Se já não se vir a Princesa passando diariamente pelas ruas do Rio, ela ficará um pouco esquecida e menor será a tentação de denunciar cada um de seus atos e decisões à irritação pública”*.²⁵²

Essa opção, no entanto, provocava um desconhecimento sobre as opiniões e posições realmente assumidas por Isabel, o que levou o jornal *O Mequetrefe* a emitir o seguinte comentário: *“Somos um povo de curiosos (...) A mim, a maior curiosidade que me tenta, as minhas seduções de invasão simples: eu quisera saber quais as idéias que passam no cérebro de Sua Alteza Regente diante dos fatos da situação”*.²⁵³

No início junho de 1877, por ocasião da abertura das Câmaras, Isabel encontrava-se novamente acamada em virtude de ameaça de um novo abortamento. A fala do trono, elaborada pelo governo, foi lida pelo ministro do Interior, e, nos dias que se seguiram, a Princesa foi substituída por seu marido em algumas cerimônias oficiais. Isso contribuía para reforçar a imagem de fragilidade feminina e a idéia de que à mulher estava destinada a vida privada, e não a pública. As observações sobre a capacidade da princesa em governar continuava sendo posta em dúvida nos jornais.

²⁵¹ Apud RANGEL, Alberto. *op cit.*, pp.324-325

²⁵² Apud BARMAN, op. cit, p.201

²⁵³ *O Mequetrefe* de 28/08/1877

No final de setembro de 1877 o Imperador estava de volta. As atitudes de Pedro II, tomadas logo ao chegar à Corte, provocaram estranhamento no âmbito doméstico, comentado pelo conde d'Eu em carta a seu pai:

*“Ele não conversou nem com Isabel ou comigo, nem antes nem depois da regência, sobre a política ou os assuntos do Estado. (...) não deixa de ser estranho que ele não tenha se informado sobre como se passou tais e quais coisas durante sua ausência. No dia de seu desembarque, assim que entrou no palácio, foi ter diretamente com os ministros sem dizer uma palavra à filha”.*²⁵⁴

Seu primeiro ato, antes mesmo de reassumir o trono foi fazer uma declaração que foi publicada nos jornais:

*“Antes de reassumir o exercício dos seus poderes majestáticos, S. M. quer que se saiba que no correr de toda a sua viagem de 18 meses não dirigiu a S. A. I. Regente, nem a nenhum dos ministros de Estado um só telegrama sobre negócios do governo e do país”.*²⁵⁵

A intenção do Imperador ao dar esse aviso foi interpretada de diversas formas pela imprensa. Por alguns, como uma resposta à acusação feita por ocasião do suposto incidente entre Isabel e Caxias de que durante a regência o país teria sido governado pelo telégrafo²⁵⁶; por outros que foi para que a nação soubesse que ela teria sido durante 18 meses regular e legitimamente governada pela Regente,²⁵⁷ ou ainda que foi para se eximir de responsabilidade sobre atos tomados durante sua ausência. Sobre esse último ponto de vista, chamo a atenção para o discurso na Câmara do Sr. Martinho de Campos²⁵⁸ publicado na *Gazeta de Notícias*:

*“Com suas declarações, S. M. quis desaprovar tudo quanto foi feito nos 18 meses de sua ausência. Durante esse tempo a nação esperou a volta de S. M. para que a administração se ocupasse de alguma coisa mais do que o expediente forçado.(...) Qual o papel da Regente? A regente achava-se tutelada pelo ministro [Caxias]. Também, durante a viagem a princesa Imperial estava sempre em Petrópolis e seu esposo andava sempre por mais longe”.*²⁵⁹ O governo

²⁵⁴ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 29/11/1877

²⁵⁵ *A Reforma* de 28/09/1877

²⁵⁶ *Gazeta de Notícias* de 28/09/1877

²⁵⁷ *Idem*

²⁵⁸ Deputado por Minas Gerais

²⁵⁹ Durante este período em que Isabel esteve na regência, Gastão de Orléans teria passado por “*agitações nervosas*” e por recomendação médica tirara alguns períodos de férias longe do agito político. BARMAN, op. cit, p.200

*foi, pois, do Sr. Duque de Caxias e não da princesa Imperial (...). A declaração imperial é tão inconveniente que dá lugar à discussão”.*²⁶⁰

Novamente, desta vez baseado em declaração de seu próprio pai, se reafirmava um papel secundário para a Regente, de ter apenas cumprido um papel figurativo e pouco participativo. A atitude de Isabel nesta regência, ao optar pela estratégia do recolhimento, quer por seus problemas particulares, quer pelos constantes ataques sofridos pela imprensa, deu margem a essa avaliação.

A volta de Pedro II foi vista pela imprensa, de uma maneira geral, como um retorno à normalidade, descortinando-se a possibilidade de que os problemas do país fossem resolvidos.

Quanto à Princesa, após a chegada de seu pai, optou por se afastar da Corte, juntamente com seu marido, permanecendo em Petrópolis. Em janeiro do ano seguinte, deu à luz seu segundo filho, Luis, e três meses depois do parto viajou novamente para a Europa, de onde só retornaria no final de 1881. O motivo apresentado oficialmente para a viagem foi a busca para tratamento do braço paralisado de seu filho mais velho, mas foi também o complemento da estratégia de afastamento da cena política brasileira e uma possibilidade de um período mais tranquilo na vida particular do casal.

1.4 - A MATURIDADE

Barman considera que este período passado fora do Brasil, conferiu mais autonomia à Isabel, em especial no que diz respeito à sua vida cotidiana. Isto seria consequência de uma mudança no discurso sobre o gênero já em voga nos países mais desenvolvidos da Europa, à nova forma de capitalismo industrial, que haviam criado uma economia mais diversificada e uma ordem social mais complexa e às novas formas de consumo que ampliaram o espaço destinado às mulheres.²⁶¹

Concordo com a opinião de Barman, segundo a qual sua autonomia também teria sido ampliada em relação ao marido, tendo ela se tornado “*o membro mais forte do casal*”,²⁶² não especificamente durante sua estadia na Europa, mas durante a convivência dos príncipes em sua vida conjugal. O Conde sempre tivera uma saúde mais frágil, sujeita a manifestações em decorrência de tensões nervosas. Ele próprio confessava em carta à Jules Gauthier: “*Dado o meu caráter, a única vida que convém à minha saúde é*

²⁶⁰ *Gazeta de Notícias* de 03/10/1877

²⁶¹ BARMAN. op. cit. p.220

²⁶² BARMAN, op. cit. p.225

uma vida de sossego e isolamento completos”²⁶³. A preocupação de Isabel e os cuidados com o estado de saúde do marido está contida em inúmeras cartas, durante todo o período em que estiveram casados. O equilíbrio do relacionamento foi se modificando com o passar dos anos, embora na visão patriarcalista do Brasil de então, fosse mantida a idéia de que haveria uma superioridade “natural” do Conde sobre o pensamento e os atos de Isabel.

Ao voltar, o casal retomou sua vida em Petrópolis, agora ligada ao Rio por ferrovia, o que facilitava eventuais idas e vindas à Corte. A estratégia de tentarem se afastar das atividades políticas para preservar Isabel ainda era de certa forma, pretendida. Mas a saúde do Imperador já não era mais a mesma. Perto de completar 60 anos, sofria de diabetes e tinha a aparência de um velho. O terceiro reinado já não parecia algo tão distante. As atenções se voltavam cada vez mais para a “futura Imperatriz”.

Em Petrópolis, Isabel dedicava-se, sobretudo, ao cuidado com sua família, e a atividades tidas como as suas preferidas: a música, as flores e a caridade.

Os príncipes ocupavam na Corte um espaço que deveria ser do Imperador no que diz respeito a dar o “*tom*” da vida social. Segundo Wanderley Pinho, Pedro II, avesso a bailes e festas, havia se esquecido deste dever.²⁶⁴ Segundo Norbert Elias salões das Cortes tinham a função de juntar as engrenagens da sociedade, promovendo o convívio social e a cultura.²⁶⁵ No Brasil, em especial, os salões exerciam grande papel de moderação e conciliação entre os partidos políticos ou opiniões pessoais divergentes.²⁶⁶ Isabel e Gastão, após sua volta, retomaram um hábito que possuíam desde o início do casamento²⁶⁷ e voltaram a oferecer pequenas recepções para um número restrito de amigos, como descreve o Conde em carta à Marquesa d’Óraison:

“(...) anteontem, pela segunda vez, [tivemos] nossa pequena recepção. A fim de evitar o embaraço da escolha ou de ter gente demais, não há convites escritos, convidamos pessoalmente um pouco ao acaso os que temos ocasião de ver, de maneira que nunca vêm mais de 150 pessoas. Chega-se por volta das 8 horas; alguns gostam de fazer música, cantar, etc. A Princesa dá o exemplo e senta-se

²⁶³ AHMIP, AGP, XLII-30, carta de 17/06/1876

²⁶⁴ PINHO, op. cit, p. 109

²⁶⁵ ELIAS, op. cit, p.97

²⁶⁶ PINHO, op. cit, p.10

²⁶⁷ LACOMBE, op. cit, p.161

*ao piano depois do que dançam-se algumas quadrilhas, valsas, polcas, e cerca de meia noite dá-se o sinal de partida para todos.*²⁶⁸

A música sempre fora uma paixão para Isabel, sendo constante patrocinadora de óperas e concertos musicais. Tocava piano e harpa e, naquele momento, dedicava-se em especial ao estudo do violino.²⁶⁹

Outra de suas paixões eram as flores e plantas. Desde 1868 ela havia começado uma coleção de orquídeas e ajudado a organizar várias exposições de flores em Petrópolis.

Os trabalhos caritativos e de assistência social eram também atividades que ocupavam o tempo da princesa. Isto podia conter desde sua atuação como patrona da Comissão das Senhoras de Instrução Pública, como campanhas para recolher fundos para construção de igrejas ou para a emancipação dos escravos. Nestas atividades Isabel contava, sobretudo, com o auxílio de suas duas amigas de infância, Amandinha Paranaguá, baronesa de Loreto, e Maria Avelar Tosta, baronesa de Muritiba.

O envolvimento de Isabel com a libertação de escravos tinha, até então, um caráter caritativo, permeado pela noção de doação da liberdade. Segundo destaca Robert Daibert Jr, desde criança ela acostumara a presenciar a concessão de liberdade aos escravos em datas comemorativas, como fizera ela própria por ocasião do seu casamento. Acrescente-se que esse tipo de atividade tinha a aprovação da Igreja Católica, o que, segundo o autor, seria motivo suficiente para guiar os atos de Isabel.²⁷⁰ Além disso, ela partilhava a visão, obtida, mormente em suas viagens ao exterior, de que a permanência da escravidão se constituiria num empecilho para o desenvolvimento do país. Porém não fazia parte das atitudes da princesa, até então, a transformação de sentimentos privados em políticas públicas.²⁷¹

Embora durante estes primeiros anos após sua volta, o casal d'Eu não procurasse envolver-se em assuntos políticos, a imprensa, sobretudo a satírica e republicana representada aqui nesta pesquisa pelo jornal *O Mequetrefe*, não os deixava fora de suas páginas. Criticavam os bailes que o casal d'Eu promovia em seu palácio classificando

²⁶⁸ Apud RANGEL, op. cit, p.340

²⁶⁹ BARMAN, op. cit, p.228

²⁷⁰ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.158

²⁷¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Origens ideológicas da ordem constitucional de 1891*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, em Recife, de 29/05 a 01/06 de 2007. Grupo de trabalho 16: Pensamento Social no Brasil.

sua vida como fútil²⁷² e para o Conde d'Eu, procuravam construir a imagem de estalajadeiro,²⁷³ negociante de secos e molhados²⁷⁴ e de “cabeça oca”.²⁷⁵

No final de 1883, o Imperador foi diagnosticado como portador de hepatite. A recuperação de sua saúde no início de 1884 provocou o seguinte comentário neste mesmo jornal: “*Deus o conserve [o Imperador] em perfeita saúde por largos anos e bons, porque, assim como assim, antes um mau Bragança do que um péssimo Orléans*”.²⁷⁶

Novamente nas entrelinhas do pequeno comentário, duas idéias recorrentes no pensamento da época: a primeira é que, na falta de D. Pedro II e com sua substituição no trono por sua filha Isabel, não seria ela, mas seu marido, um Orléans, quem estaria a frente do Império. A segunda era o desejo que o Terceiro Reinado fosse adiado ao máximo.

No campo da política, o ano de 1884, marca o acirramento na campanha abolicionista. Na chefia do gabinete ministerial do Império estava o liberal Manoel Pinto de Souza Dantas, nomeado em junho. A Confederação Abolicionista estava em plena atividade e em março deste ano a Província do Ceará havia sido a primeira a libertar seus escravos. A cultura do café, principal produto da economia de então, havia se deslocado, em boa parte, do Vale do Paraíba para o noroeste paulista, e nas províncias do sul crescia a idéia republicana. A saúde do Imperador, comprometida pela diabetes, limitava suas atividades.

Neste contexto, em outubro de 1884, o Conde d'Eu projetou, para ele e sua família, uma viagem visitando as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul,²⁷⁷ numa aparente mudança de estratégia. Parecia ter, aos olhos dele, chegado o momento do casal assumir um papel mais destacado no cenário político.

O gabinete, procurando cultivar o apoio de Isabel, cada vez mais próxima do trono em virtude dos problemas de saúde do Imperador, aprovou a idéia.²⁷⁸ A viagem teve caráter oficial e, sobretudo, política. Segundo o jornal *O País*²⁷⁹, no embarque dos

²⁷² *O Mequetrefe*, de 30/08/1883

²⁷³ *Idem*, de 30/08/1882

²⁷⁴ *O Mequetrefe*, de 20/10/1882

²⁷⁵ *Idem*, de 10/08/1883

²⁷⁶ *Idem*, de 10/01/1884

²⁷⁷ RANGEL, op. cit, p.353

²⁷⁸ BARMAN, op cit, p.234

²⁷⁹ *O País* de 06/11/1884

príncipes esteve presente todo o conselho de ministros e a viagem foi acompanhada por correspondentes de vários jornais.

O casal viajou acompanhado de seus três filhos e durante todo o período de afastamento da Corte, Isabel manteve correspondência diária com seu pai. Parte dela, que diz respeito à sua visita à província de São Paulo, foi publicada, em 1957 por Ricardo Gumbleton Daunt²⁸⁰ sob o título de “*Diário da Princesa Isabel*” e que me proponho a analisar neste momento.

Uma das primeiras coisas que chama a atenção era a estratégia que os príncipes utilizavam para atender a todos os compromissos. Enquanto um visitava um local ou cidade, o outro assumia um compromisso diferente. No dia 11 de novembro, por exemplo, relatava Isabel: “*em Sorocaba deixei Gaston, e às 4 e meia estávamos em São Paulo*”²⁸¹, ou ainda, no dia 17 de novembro “*Partimos às 11 e meia e às 4 nos achávamos em São Paulo, tendo deixado Gaston na Estação de Cordeiro, devendo ele ir a Araras e outros pontos*”²⁸². Embora não haja especificação em sua correspondência, de como se dava essa divisão, o fato de visitarem, quase simultaneamente, lugares diferentes, demonstra que eles durante esta viagem, buscaram partilhar os papéis de representatividade do Império, no que diz respeito à esfera pública. Deve-se ressaltar, no entanto, que os compromissos mais importantes foram cumpridos pela Princesa ou pelo casal.

Na maioria das vezes os filhos acompanhavam a mãe em seus compromissos: “*Visita, com Pedro e Luís à Santa casa da Misericórdia*”²⁸³ ou “*Com Pedro e Luís, fui à importante fábrica de tecidos e impressão de chitas de Diogo de Barros*”²⁸⁴. Mas, por vezes, os meninos acompanhavam o pai: “*Os meninos vão ir ao Seminário com Gaston*”²⁸⁵, o que demonstra haver também uma divisão no campo privado, no que diz respeito ao cuidado com os filhos.

Como representante da Coroa, Isabel preocupava-se com o contato com os súditos. Seguindo os hábitos de seu pai²⁸⁶, marcou “*para as pessoas que nos quiserem vir ver, 7 horas da noite, em qualquer dia, que aqui estivermos*”²⁸⁷. A recepção calorosa

²⁸⁰ DAUNT, Ricardo Gumbleton. *Diário da Princesa Isabel*. São Paulo: Editora Anhembi Ltda, 1957.

²⁸¹ *Idem*, p.31 – carta de 11/11/1884

²⁸² *Idem*, p.36 – carta de 17/11/1884

²⁸³ *Idem*, p.29 – carta de 9/11/1884

²⁸⁴ *Idem*, p.37 – carta de 18/11/1884

²⁸⁵ *Idem*, p.40 - carta de 21/11/1884

²⁸⁶ CARVALHO, op. cit. 2007, p.94

²⁸⁷ DAUNT, op. cit, p.28 – carta do dia 8/11/1884

que os integrantes da família Imperial tiveram por parte do povo na província de São Paulo também foi alvo dos seus registros: “*acolhimento amigável e simpático por toda parte*”; “*chegada à São Paulo às 5 horas e meia. Muita gente na Estação, apesar da chuva de pedra que tinha desabado sobre a cidade*”²⁸⁸

Apesar dos jornais da época, de uma maneira geral, acentuarem a pouca popularidade de que gozavam Isabel e seu marido, isto não impediu que uma visita dos herdeiros do trono se tornasse um motivo de curiosidade e festa para as cidades paulistas. A esse respeito, assim noticia o jornal “*O País*” do dia 09/11/1884:

“Ontem a noite muitas casas puseram luminárias e a elegante fachada do palacete do Conde de Três Rios [onde ficou hospedada a família imperial] estava brilhantemente iluminada. No largo fronteiro ao palacete acumulou-se muito povo até hora adiantada da noite. Todos queriam ver a herdeira do trono e perguntavam se os príncipes eram louros ou morenos, que idade tinha o mais velho, se D. Antônio era mais travesso que o Príncipe do Grão Pará, enfim, essas mil banalidades que indicam curiosidade e interesse simpático por parte do vulgo”.

E não foi só nos lugares em que passou que a presença da “futura imperatriz” despertou interesse. A imprensa, inclusive a da Corte, seguiu de perto seus passos. O relacionamento de Isabel com os repórteres parecia não ser, para ela, dos mais agradáveis. Isso fica demonstrado no comentário que ela fez em carta do dia 8 de novembro:

*“Visita à Casa da Câmara, Assembléia Provincial e Palácio [da cidade de São Paulo] (...). Tudo isso seguido do exame de repórteres, que iam em outro bonde, atrás de nós, e me faziam efeito de bandos de cascudas (...)”*²⁸⁹.

Para preservar sua privacidade, e livrar-se da perseguição dos repórteres, ela chegou mesmo a utilizar-se de uma estratégia:

“Mais tarde, quando fui ver a Chácara do horticultor francês Joly, pedi que só viesse um bonde e manobrassem de modo a pregar-lhes [aos repórteres] uma peça, fazendo com que não soubessem de nossa saída, e assim ver-nos livres deles”.

Curiosamente, parece que não era só Isabel que estava cansada da perseguição da imprensa. Eles também estavam exaustos por acompanhá-la em suas andanças. Isto é

²⁸⁸ DAUNT, op. cit, p.27 - carta do dia 06/11/1884

²⁸⁹ *Idem*, p.28 – carta de 8/11/1884

o que sugere a notícia publicada no jornal “*O País*” do dia 10/11/1884: (...) *Do Braz, Suas Altezas recolheram-se a palácio, dando, enfim, descanso aos pobres correspondentes que desde a manhã andavam em uma faina contínua (...)*”

A viagem da família imperial à Província de São Paulo incluía uma série de visitas oficiais e particulares, que iam desde à Câmara, Assembléia e Palácio do Governo a uma infinidade de igrejas, escolas, hospitais, fábricas e fazendas. Em sua escrita, Isabel se mostra uma pessoa detalhista descrevendo os lugares onde se hospedava e visitava. Observava a decoração e a arquitetura das construções, ora para elogiar, ora para tecer suas críticas. Seu olhar era atraído constantemente para as belas paisagens e jardins: “*Parada em Sorocaba (...) Antes, tínhamos atravessado bonitos campos cheios de flores, entre outras das de jalapa do campo, grandes e pequenas de cor rosa e escarlata, muitíssimos bonitas*”²⁹⁰ Em seus escritos, as flores e a música aparecem com frequência²⁹¹. São muitos os comentários que faz a respeito dos números musicais que presencia, encontrando, além disso, um tempo para que ela própria tocasse piano: “*Dia de descanso e arranjo: estudei um pouco de piano*”.²⁹²

O conforto e beleza dos locais onde se hospedavam também eram objetos de suas observações. Sobre a residência do Barão de Três Rios, na cidade de São Paulo, por exemplo, comenta: “*Casa magnífica, arranjada com muito gosto, cravos a valer e lindos, begônias magníficas, cama macia, um bom piano que fiz vir da casa Levy*.”²⁹³

A prática do Catolicismo era uma de suas características pessoais e, portanto, relata convites e ida à missas, Te-Deuns e visita a Igrejas, as quais merecem uma avaliação crítica detalhada, como esta, feita em Lorena:

“*Visita à Igreja, bem bonita, sobretudo interiormente, a não ser um santo que teriam feito melhor vestir, sendo de mármore e um baldaquim escarlata com uma armação de pau, que teriam feito melhor suprimir. As torres não me agradam muito, e não acho, à igreja, um cunho muito religioso*.”²⁹⁴

É curioso observar, no entanto, neste diário escrito para seu pai, que os únicos aspectos abordados em suas visitas às igrejas dizem respeito à arquitetura e decoração das mesmas. Isso poderia ser explicado por uma característica do ultramontanismo, que dava preferência às igrejas e cerimônias vistosas, “*que apelariam mais ao coração, do*

²⁹⁰ DAUNT, op. cit, p.30 – carta de 10/11/1884

²⁹¹ BARMAN, opus cit, p.228

²⁹² DAUNT, opus cit, p.28, carta de 07/11/1884

²⁹³ *Idem*, p.28 – carta de 6/11/1884

²⁹⁴ *Idem* p.27 – carta de 6/11/1884

que à razão”²⁹⁵, ou pelo fato de, em sua escrita para o pai, desde criança, demonstrar pouco sua religiosidade.

Contrariando a imagem divulgada na imprensa da época de que seria uma de “*fanática religiosa*”, o excesso de programações assumidas durante sua viagem fez com que ela usasse de artifícios para escapar a alguns compromissos religiosos:

“Chegada à Piracicaba às 3 horas. Visita à casa de campo de Estevão de Resende, Ida ao Salto (quiosque) de que gostei muito, visita à fábrica de bordados e à fábrica de fiação do Queiroz, genro do Conselheiro Otoni, bem montadas. Grande complicação por causa do Te-Deum, do qual ouvimos falar, mas para o qual, por confusão, não nos tinham convidado positivamente. Bastante cansada, não falei nele e, afinal, disseram-no sem nós”.²⁹⁶

As visitas sociais também ocuparam grande parte do tempo da Princesa. Ora era ela quem visitava, ora era visitada. Na carta que escreve a seus pais no dia 14 de novembro de 1884, ela faz o seguinte resumo:

“Eis as pessoas mais conhecidas que temos visto em São Paulo: Condessa de Lages e seu filho Sebastião; Isabelinha de Moraes e seu filho Pedro (...); Duarte de Azevedo, filha e genro; um filho do Jaguaribe, doutor e a senhora; Pádua Fleury, diretor da Faculdade; Artidoro Xavier Pinheiro; os lentes da faculdade, entre os quais Benevides, irmão do Bispo de Mariana; o Couto Magalhães, com quem já está ajustada uma pescaria para terça-feira no Tietê; o Presidente de Almeida Couto e família; Joaquina Borges Itaúna e marido; Visconde de Itu; Barão de Mossoró. Esqueço-me provavelmente de vários”.²⁹⁷

Eis uma boa amostra da rede de sociabilidades que a envolvia em sua viagem. Como permanência dos tempos do absolutismo, ter o privilégio de comparecer à presença da herdeira do trono, ou ser visitado por ela, era extremamente importante na escala de valores sociais.²⁹⁸ No meio de tantos compromissos, no entanto, ela encontrava espaço para momentos de lazer, para si e seus filhos, que relatava com bom humor:

“Ida ao Ypiranga: nós [Isabel e Gastão] e os dois meninos mais velhos [acompanhados de várias pessoas que relata na carta] Na volta o cavallinho de

²⁹⁵ BARMAN, op. cit, p.182

²⁹⁶ DAUNT, p.32 – carta de 12/11/1884.

²⁹⁷ *Idem*, p.34 – carta de 14/11/1884

²⁹⁸ ELIAS, Norbert. op. cit, p.94

Pedro achou que devia banhar-se nas águas do Ipiranga o bisneto de Dom Pedro I, e deitando-se nelas, fez tomar Pedro um banho completo”²⁹⁹.

Ou ainda:

“Saí de manhã, a pé, com os meninos, para uma pescaria, num remanso, não muito longe da casa. Morte de 3 peixes, mas antes de duas pequenas jararacas, que formavam já o bote para o Pedro. Graças a Deus, alguém avistou-as e gritou a tempo”.³⁰⁰

A saúde dos filhos e marido mostra ser também uma preocupação constante da Princesa: *“Achei, porém, ao chegar, Antônio, ainda tossindo um pouco, mas muito contentinho”*.³⁰¹ *“Gaston (...) ainda sofreu bastante dos olhos, que lhe doem desde Ipanema”*.³⁰²

Mas não são apenas a família, flores, música, decoração e igrejas, coisas que fariam parte do chamado universo feminino do século XIX, os objetos da avaliação da Princesa.

Na visita que faz à Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, por exemplo, suas preocupações envolvem aspectos políticos, administrativos e econômicos:

*“Visita de toda a fábrica, fornos altos, forno para aço ainda sem estar acabado, fundições, edifício muito grande para novas oficinas, etc, etc. Explicações sobre tudo isso e maneira de proceder(...) Infelizmente arranjos em parte primitivos, sem dinheiro por ora para muito mais, e o que é pior ainda, meios de transporte tão caros, que o ferro de Ipanema, em Santos, custa três vezes mais caro, que o vindo da Europa.”*³⁰³

Questionando o assunto, propõe soluções:

“Se a fábrica estivesse instalada com todos os melhoramentos conhecidos, teria diminuído essa diferença, ou depende ela só do transporte? E se fosse arrendada Ipanema a uma Companhia?”.³⁰⁴

Em visita ao Engenho Central de Capivari seus comentários são direcionados para aspectos que envolvem segurança e melhores condições de trabalho:

²⁹⁹ DAUNT, op. cit, p.40 - carta de 23/11/1884.

³⁰⁰ *Idem*, p.28 - carta de 07/11/1884.

³⁰¹ *Idem*, p.36 - carta de 18/11/1884

³⁰² *Idem*, p.36 - carta de 16/11/1884

³⁰³ *Idem*, p.30 – carta de 10/11/1884

³⁰⁴ *Idem*

*“Engenho muito grande, muitos boas máquinas, agradou-me muito, assim como o acolhimento que aí nos fizeram; entretanto, por ora, creio o de Lorena melhor como simplificação para o trabalho, aí tudo está ligado, tudo se aproveita. Duas coisas porém há neste que não me lembro ter visto no outro: uma oficina para consertar as máquinas, e aparelhos, em vários lugares, para extinguir incêndios”.*³⁰⁵

Desde sua primeira viagem à Europa, Isabel havia sido incentivada por seu pai a visitar e conhecer o funcionamento das indústrias nos países considerados mais avançados. E, segundo suas cartas da época, havia escolhido a Inglaterra como modelo, considerando que, com o tempo, o Brasil poderia alcançar o mesmo nível de desenvolvimento, o que demonstra que a princesa não seria contrária às idéias de progresso, pelo menos no que diz respeito ao aspecto de desenvolvimento tecnológico.

Outro alvo de suas avaliações são os estabelecimentos de ensino que visita. Ao presenciar na Faculdade de Direito de São Paulo os exames de doutoramento que estavam sendo aí realizados, critica sua falta de rigor ao afirmar:

*“Assistimos ao exame de um aluno do 5º ano. Que exame, meu Deus, e me dizem que assim são muitos!?, e quando eu pensava que houvesse talvez dúvidas em aprovar o rapaz, vejo-o muito concho para passar ao doutoramento! Exames mais complexos passei eu!”*³⁰⁶

Tal afirmação, além de mostrar sua reprovação ao nível dos exames presenciados, evidencia a educação extremamente rígida que teve a Princesa.

As instalações de escolas também são alvo de crítica: *“Visita ao Seminário episcopal, perto de 200 meninos, e por isso mesmo um pouco apertado”.*³⁰⁷ A falta de material escolar na escola pública é assinalada por ela: *“Antes da fábrica passamos pela escola pública (...); a professora disse que os meninos traziam os livros de casa e que havia grande falta de outros”.*³⁰⁸

A construção de um hospital moderno é motivo para elogios da princesa: *“Visita com Pedro e Luís à Santa Casa de Misericórdia, nova, contendo já enfermarias para 150 doentes, planos segundo as idéias modernas sobre hospitais e muitíssimo bonito”.*³⁰⁹ A preocupação com a modernidade, tão característica do período, é um

³⁰⁵ DAUNT, op. cit, p. 31 – carta de 12/11/1884

³⁰⁶ *Idem*, p.28 – carta de 08/11/1884

³⁰⁷ *Idem*, p.29 – carta de 09/11/1884

³⁰⁸ *Idem*, p.30 – carta de 10/11/1884

³⁰⁹ DAUNT, op. cit, p.29 – carta de 09/11/1884

reflexo das novas correntes científicas oriundas da Europa e Estados Unidos, que tiveram aqui no Brasil a “*Geração de 70*”³¹⁰ como seus principais divulgadores.

Apesar de ser um ano de recrudescimento da campanha abolicionista, a questão servil é um ponto em que Isabel tocou em apenas uma ocasião: “*Visita à Câmara Municipal [de Itu] (...) onde entreguei 14 cartas de liberdade, arranjadas por meio de um fundo de emancipação. Os senhores pareciam mais contentes do que os próprios libertos.*”³¹¹ Embora totalmente favorável ao fim da escravidão, Isabel mantinha a postura de conceder a liberdade como um ato de caridade.

A questão dos imigrantes que progressivamente estavam substituindo a mão de obra escrava nas fazendas paulistas foi foco de comentário em duas ocasiões: a primeira, ao visitar a fazenda Santas Gertrudes, em Rio Claro, de propriedade do Conde de Três Rios, assinalou: “*Há olaria, serraria, e começo de casa para colonos.*”³¹² A segunda ao relatar a visita de seu marido à hospedaria de imigrantes:

“*Gaston foi ver a hospedaria para imigrantes, onde estes se hospedam, grátis, durante certo número de dias. Achou camas bastante ordinárias e sujas, mas muitas; lá disseram que os imigrantes se achavam muito satisfeitos de encontrá-las mas também que raras vezes ficavam lá mais de uma noite, porque os fazendeiros logo os levavam.*”³¹³

No dia 27 de novembro de 1884, Isabel e sua família seguiram viagem para as províncias do sul do país, despedindo-se da cidade de São Paulo. Talvez involuntariamente, numa visão futurista, a Princesa teceu um comentário sobre a cidade: “*situação magnífica e proporção para uma cidade esplêndida, alguns edifícios bonitos, mas em geral nenhuma arquitetura e muita linha torta.*”³¹⁴

Após o término da análise deste diário, podemos ter um bom painel dessa Isabel mais madura³¹⁵ e experiente, num período mais próximo àquele em que poderia vir a se tornar Imperatriz do Brasil. Ela mantém as características femininas próprias de sua época e de sua condição social. A religiosidade era parte do seu cotidiano.

³¹⁰ Como ficou conhecida a nova elite de jovens intelectuais, políticos e militares, dominados por uma mentalidade científica oriunda da Europa, com forte influência positivista e darwinista, que exigiam a transformação no país visando inseri-lo num padrão de progresso e civilização. SALLES, op cit. 1996, p.173

³¹¹ DAUNT, opus cit. p.32 – carta de 13/11/1884

³¹² *Idem*, p.35 – carta de 15/11/1884

³¹³ *Idem*, p.38 – carta de 21/11/1884

³¹⁴ *Idem*, p.29 – carta de 08/11/1884

³¹⁵ Isabel contava 38 anos de idade.

Concordo com Robert Daibert Jr quanto este afirma que sua visão de mundo foi construída a partir de sua religiosidade católica permeada por idéias ultramontanas, acrescida dos valores do seu tempo.³¹⁶ Isto, no entanto, não serve, de forma alguma, para qualificá-la como uma “fanática religiosa”.

Isabel mostra-se uma mulher inteligente, observadora, interessada em política e economia, valorizando o que é moderno. Possuindo uma maneira própria de ler sua educação, demonstra ter consciência de seu papel dentro do Império e o desempenha com aparente desenvoltura.

Discordo de Roderick Barman quando este afirma que ela viveu uma “*existência subordinada, explorada e limitada*” e que seu gênero tenha impedido que, antes dos quarenta anos, ela desenvolvesse um senso de agência nos negócios públicos.³¹⁷ No contexto do século XIX, a aceitação de determinadas regras pelas mulheres não significava, necessariamente, alienar-se, mas construir recursos que lhe permitisse deslocar ou subverter uma relação de dominação.³¹⁸ O fato de ser mulher não a impediu nem de ter uma educação privilegiada, nem de que ela constituísse uma visão política.

Penso também que não se deve enquadrar Isabel dentro de parâmetros rígidos, como fazia a propaganda republicana e anticlerical de parte de seus contemporâneos, que por um bom tempo foi mantida na historiografia. Ao classificá-la, como “ultramontana”, tinham-na também como anti-liberal, querendo com isso desqualificá-la para assumir o império.

Embora no caso de figuras públicas de grande peso, o espaço privado e o público muitas vezes se confundam, o catolicismo dela, apesar de sabido por todos, estava muito mais relacionado à sua vida privada. Foi a propaganda republicana quem tentou trazê-lo para o espaço público. Tanto no caso da unificação italiana como na época da questão religiosa, ela foi solidária à posição tomada pela Igreja, mas não estava no poder, e suas opiniões foram divulgadas no âmbito familiar. Não há registro de nenhuma ocasião em que Isabel tenha se manifestado publicamente sobre este assunto.

Prefiro classificar Isabel como uma mulher de seu tempo,³¹⁹ pois ela não era nem anacrônica, nem uma estranha no ninho. Criada dentro de uma cultura política

³¹⁶ DAIBERT JR. op. cit, 2007, p.286

³¹⁷ BARMAN, op. cit. p.330

³¹⁸ SOHIET, Rachel . “História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões” In *Revista Digital Com Ciência*, nº50, Dezembro /Janeiro 2003- Mulheres nas Ciências, disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>

³¹⁹ “Os homens se parecem mais com seu tempo do que com seus pais” Provérbio Árabe.

paternalista e masculina, sua forma de olhar o mundo estava plenamente dentro do contexto em que foi educada e viveu. Para definir Isabel, aproprio-me das características que Emília Viotti da Costa utiliza no seu estudo sobre a mulher no século XIX: como as demais de seu tempo e categoria social, a princesa era dividida entre as idéias de progresso e de modernidade, a influência da Igreja Católica e a permanência de normas culturais tradicionais.³²⁰

Através da observação de sua correspondência, Isabel pode ser vista como uma filha carinhosa, obediente e preocupada com a imagem política de seu pai, uma esposa companheira e dedicada, uma mãe extremosa, uma católica convicta, mas também como a futura Imperatriz, tendo a plena noção do cargo ao qual estava destinada. Para tal ela havia sido educada, possuindo suficiente experiência para assumir o trono. Nenhuma mulher, até então, nas Américas, havia estado por duas vezes à frente de um Império.

³²⁰ COSTA, opus cit, p.501

CAPÍTULO 2

O “REINADO” DE ISABEL

2.1 – A TERCEIRA REGÊNCIA

A escravidão figurou por longo tempo, tanto por seus defensores como por seus críticos, como um recurso da sociedade imperial. Para seus defensores, seu fim súbito poderia significar a falência de nossa sociedade. Para seus críticos, a escravidão era um atraso a ser superado já que se opunha à idéia de civilização e progresso.³²¹ A escravidão já se tornara assunto de destaque desde o fim da Guerra do Paraguai, mas é no início da década de 1880 que a campanha pelo seu final vai tomar vulto, configurando-se como uma campanha popular.

O recrudescimento do movimento abolicionista teve origem no ano de 1879, a partir de um discurso proferido na Câmara dos Deputados por Jerônimo Sodré, que denunciara a lei do Ventre Livre como uma reforma vergonhosa e mutilada e o fundo de emancipação de ter eficácia lenta³²².

A campanha popular em favor da abolição da escravidão no Rio de Janeiro foi, a princípio, promovida pela Associação Emancipadora e pela sociedade Brasileira Contra a Escravidão, sendo esta última presidida por Joaquim Nabuco, um dos principais líderes do abolicionismo. Ele, no seu livro “*O Abolicionismo*”, publicado em 1883, reconhecia a existência de uma consciência nacional humanizadora em formação e enfatizava a idéia de que a escravidão, em vez de ser uma causa de progresso e expansão, impedia o crescimento natural do país. Nabuco distinguia a contribuição do negro para a formação histórica da nação e do povo brasileiro, e também defendia a incorporação dos antigos escravos e libertos à cidadania da reforma abolicionista.

Ainda segundo suas palavras,

“em 1850 queria-se suprimir a escravidão acabando com o tráfico; em 1871, libertando-se desde o berço (...) hoje quer-se suprimi-la emancipando os

³²¹ SALLES, op. cit, 1996, pp. 138-139

³²² CONRAD, op cit, p.166

*escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro [lei do Ventre Livre]. É este último movimento que se chama abolicionismo”.*³²³

Quando começou a década abolicionista, no entanto, os fazendeiros proprietários de escravos eram um grupo político poderoso. Os da província do Rio de Janeiro estavam inclusive determinados a manter a escravidão ainda por muitos anos, pois não haviam investido na transformação de um sistema escravista para um de trabalhadores livres, ao contrário de São Paulo que já havia iniciado esse movimento. Nas zonas de café, o trabalho escravo ainda era o mais utilizado. A maioria dos senhores não estava preparada para a agitação que se seguiu.

O movimento abolicionista foi um fenômeno predominantemente urbano. Na Corte, a campanha abolicionista apresentou-se de uma forma muito peculiar, em virtude da articulação entre os setores intelectuais, que militavam na imprensa ou no parlamento, e grupos urbanos que não dependiam diretamente do braço escravo.³²⁴ Ela consolidou também a entrada em cena de novos atores políticos pertencentes a uma camada mais popular, a “*arraia miúda*”,³²⁵ que abarcava negros, pardos, mulatos e brancos pobres, que já havia se iniciado quando da Revolta do Vintém, em 1880.

A revolta do Vintém teve lugar na Cidade do Rio de Janeiro, na passagem de 1880 para 1881. No dia 27 de dezembro de 1880, cerca de 5000 pessoas lideradas pelo “militante republicano” Lopes Trovão, jornalista da *Gazeta da Noite*, e José do Patrocínio, exigiram que Pedro II revogasse uma taxa de um vintém sobre o transporte urbano instituída pelo governo. No dia em que a taxa entraria em vigor, (1 de janeiro de 1881) uma nova manifestação foi convocada. A multidão seguiu para o local dos pontos finais dos bondes (rua Uruguaiana e Largo do São Francisco). A polícia tentou contê-la e os manifestantes responderam quebrando bondes, arrancando trilhos e virando os veículos. A revolta só parou com a intervenção do Exército, que abriu fogo contra a multidão, matando várias pessoas.³²⁶

³²³ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. disponível em <http://www.editorameca.com.br/BV11032003/JOAQUIM%NABUCO/abolicionismo.htm>, consultado em maio de 2004

³²⁴ MACHADO, Humberto F. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, jan/mar 2000, p.39

³²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, SP, EDUSP, 1994, p.147

³²⁶ CARVALHO, José Murilo. *A Guerra do Vintém*. disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=3>

Cabe aqui uma discussão da historiografia atual sobre as ligações entre a revolta do vintém e o republicanismo. Ao classificar seus agentes como “*militantes republicanos*”, fica evidente que para José Murilo de Carvalho haveria uma ligação direta entre a revolta do vintém e o republicanismo. Para ele, a principal motivação de Trovão, Patrocínio e outros líderes do movimento teria sido a de angariar simpatizantes para o Partido Republicano. Estudos mais recentes, no entanto, nos apontam que esta idéia, surgida ainda no calor dos acontecimentos, seria fruto de uma batalha de discursos entre o governo e os jornalistas citados acima. A insistência do governo em ligar o republicanismo a movimentos populares, no caso, a revolta do vintém, teria como objetivos deslegitimá-la e esvaziá-la. Segundo Gustavo Rezende, a revolta do vintém trouxe três grandes inovações no cenário político do país: atrair o povo para o centro dos debates parlamentares, a participação popular de massa, e a interação entre indivíduos de variadas camadas sociais. Ela teria desencadeado o surgimento de uma nova cultura política, na qual o povo sairia da obscuridade para se tornar um dos principais atores políticos³²⁷

No entanto, apesar de provocar adesão de alguns políticos e acontecerem intensos debates, os projetos abolicionistas não conseguiam contagiar a maioria da Câmara por ser ela formada, sobretudo, por membros oriundos da oligarquia rural. Além disso, não repercutiu na população votante, já que os candidatos que defendiam o abolicionismo foram derrotados nas eleições de 1881³²⁸.

Um dos primeiros jornais abolicionista foi a *Gazeta da Tarde* (1881). No início da década de 1880, a maior parte da imprensa ainda estava direta ou indiretamente ligada aos interesses agrícolas e comerciais e por esse motivo, o movimento abolicionista recebeu pouco apoio dela nessa fase inicial. Segundo a análise feita por Emília Viotti da Costa, os bacharéis e intelectuais que escreviam nos jornais eram ligados à elite por laços de família, amizade ou clientela tornando-se, freqüentemente, porta-vozes dos grupos dominantes. A expansão do mercado interno, no entanto, permitiu que os bacharéis fossem adquirindo uma certa independência em relação a esses grupos, buscando para si, numa atitude paternalista, o papel de “*defensores do povo*”, apoiando idéias novas e movimentos políticos dissidentes, tornando-se “*emissários do progresso*”. Este progresso, entretanto, segundo a autora, seria filtrado

³²⁷ REZENDE, op. cit, cap.3

³²⁸ CONRAD, op. cit.,p.205

pela tradição. Gradativamente, eles foram se colocando ao lado de setores mais progressistas, participando dos movimentos reformistas no período entre 1870 e 1889, tais como a reforma eleitoral, a Abolição e a República.³²⁹

Os abolicionistas passam a promover conferências e comícios que possuíam livre acesso para o povo, nos quais denunciavam as mazelas do cativeiro, criticando os senhores, que para eles representavam o atraso e conservadorismo que dificultava a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas. Muitos poetas, músicos e artistas aderiram ao movimento.

Num período de três anos, as sociedades abolicionistas se multiplicaram. Em 1883 foi fundada a Confederação Abolicionista que no seu manifesto procurava mostrar as vantagens sociais e econômicas da libertação dos escravos. Ela promovia conferências, quermesses, espetáculos teatrais, concertos e pleiteava constantemente as causas dos cativos perante a administração pública e tribunais. Seu público constituía-se, sobretudo de políticos, militares, profissionais liberais e comerciantes.

Em 1884 tinha início a libertação dos escravos nos estados, e o primeiro que tomou esta atitude foi o Ceará, que a fez no dia 25 de março.

Seria também em 1884 que o abolicionismo tomaria na Corte um caráter de um movimento de massas.³³⁰ No Parlamento, começava-se a discutir a Lei Dantas, para que fossem libertados os escravos com mais de sessenta anos, o que provocaria alarme entre muitos fazendeiros. Para fugir ao estigma de “*escravizadores*” de africanos importados, depois do fim do tráfico, muitos fazendeiros, por ocasião da matrícula de escravos, que foram obrigados a fazer em 1872, haviam majorado a idade dos seus cativos, e agora, por força desta lei, iam ver muitos deles livres sem que os mesmos tivessem completado os 60 anos, perdendo parte de sua força produtiva.³³¹

Os abolicionistas nos jornais faziam campanha em favor do projeto de Dantas, que ganhava adesão popular.³³² O projeto previa, além da libertação sem indenização aos proprietários dos escravos acima de sessenta anos, a criação de colônias de libertos nas quais eles poderiam adquirir, progressivamente, o título de propriedade das terras.

³²⁹ COSTA, Op. cit. p.14

³³⁰ CONRAD, Robert, opus cit, p.236

³³¹ MORAES, Evaristo de “A escravidão - da supressão do tráfico à lei áurea”, in *Revista do IHGB, Congresso Internacional de História da América*, vol 3, 1922

³³² ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo. Cia das Letras, 2007, p. 183

Teria sido esta proposta o que teria aproximado os abolicionistas dos planos de Dantas, tornando-os seus ferrenhos defensores³³³.

Entretanto, a apresentação do projeto ocasionou a derrubada dos preços dos escravos e das terras³³⁴. Os setores escravistas reagiram e o projeto foi derrotado por dois votos. Dantas caiu e foi substituído pelo ministro, também liberal, José Antônio Saraiva. Este, contando com o apoio do conservador barão de Cotegipe, introduziu algumas modificações no projeto original de Dantas, estabelecendo que os escravos a serem libertados por esta lei deveriam trabalhar mais cinco anos a título de indenização aos seus proprietários até ficarem definitivamente livres e o reapresentaram ao Parlamento, sendo finalmente aprovado em 28 de setembro de 1885. Desta forma, a Lei dos Sexagenários acabaria por beneficiar os senhores que ficariam livres do encargo de manter seus escravos velhos e doentes.³³⁵ Pouco depois da aprovação da lei, Saraiva pedia demissão. Com a recusa de outros políticos liberais em assumir o Ministério, este voltava para a mão dos conservadores e Cotegipe era nomeado o Presidente do Conselho de Ministros

A idéia abolicionista avançava e, por volta da metade da década de 1880, Isabel, assim como os demais membros da Família Imperial, passara a manifestar apoio mais evidente ao movimento em favor do fim da escravidão com a organização de quermesses nas quais recolhia fundos destinados à libertação de cativos. A esse respeito, assim se manifestava o jornal republicano “*O Mequetrefe*” no ano de 1886:

*“Estão reabilitadas as quermesses graças à sua Alteza Imperial, sra D. Isabel.(...) A família Imperial dá o exemplo de contribuição: O imperador bebe água a dez mil réis cada um, a Imperatriz pesa-se, o Conde d’Eu atira ao alvo, o príncipe D. Pedro [Augusto] fuma.”*³³⁶

Gradativamente Isabel ia sendo encarada como uma “dirigente abolicionista”. No dia de seu aniversário no ano seguinte, em artigo publicado no jornal *O País*, Joaquim Nabuco dirigia-se à ela denunciando a condenação de quatro escravos à pena de 300 açoites, que provocou a morte de dois deles. Nabuco apelava para os bons sentimentos da princesa na intenção que esta ajudasse a causa abolicionista para que tal

³³³ SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. “Abolicionismo e desigualdades sociais”. in MOURA, Ana Maria da Silva *et alii* (orgs). *Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho*. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, 2002, p. 224

³³⁴ ALONSO, op cit, p.185

³³⁵ NEVES e MACHADO, op. cit, p.383

³³⁶ *O Mequetrefe* de 20/07/1886

fato não se repetisse.³³⁷ Não podendo afirmar se a princesa acatou o pedido ou teve algum mérito na decisão tomada pela Câmara, em outubro de 1886 era revogada a legalização do uso de açoites como castigo de escravos, mas não sem o protesto de deputados escravistas. Segundo eles, esta seria uma lei que traria no seu bojo a abolição e que causaria a desorganização da mão de obra.³³⁸

Além de ser motivado por sentimentos religiosos, a adesão aos movimentos em favor da libertação dos escravos pela Princesa também envolvia a busca por uma imagem mais positiva para si. Da mesma forma, o Conde d'Eu, que já havia alguns anos era atacado pela imprensa, passou a se preocupar em responder e desmentir os ataques feitos a ele e a Isabel na tentativa, talvez, de desconstruir as imagens que eram divulgadas nos jornais. Refutando artigos publicados na *Gazeta da Tarde* escreveu várias cartas a seu diretor com desmentidos. Sobre a religiosidade da Princesa, que aparecia com frequência como o maior entrave a que ela se tornasse a futura imperatriz, dizia ele:

*“não é exato que a Princesa se confessa todas as semanas, nem mesmo todos os meses, ou jejue toda quaresma. (...) entendo que o modo pelo qual cada um julgue conveniente cumprir seus deveres religiosos constitui assunto de ordem tão íntima que deveria escapar à qualquer apreciação pública”*³³⁹

Buscava também destruir a idéia de ser possuidor de cortiços, avarento e das demais qualificações que lhe eram atribuídas numa tentativa de angariar simpatias e reverter o quadro de rejeição ao terceiro reinado que há tempos vinha sendo construído. No entanto, parece não ter alcançado o resultado desejado.

No início de 1887, o casal d'Eu decidiu empreender uma nova viagem para a Europa, desta vez por apenas seis meses, em virtude da saúde do Imperador, e da possibilidade de ter Isabel que assumir novamente a regência.³⁴⁰ Um artigo de José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde* fornecia um motivo não declarado para esta viagem neste momento: o ciúme e descontentamento do Conde d'Eu em virtude das atenções dispensadas pelo Imperador ao príncipe D. Pedro Augusto, seu neto mais velho, filho da Princesa Leopoldina que até o nascimento dos filhos de Isabel, fora considerado herdeiro do trono na ausência desta. Gastão temia, segundo o jornal, que D. Pedro II

³³⁷ *O País* de 29/07/1886

³³⁸ CONRAD, op. cit, p.288

³³⁹ AHMIP – Arquivo POB, doc 8891-Carta à Martins Pinheiro, 09/03/1886

³⁴⁰ RANGEL, op. cit, p.356

preferisse que, ao invés de Isabel, fosse seu neto mais velho o futuro ocupante do trono. Sobre esse assunto, assim se manifestava o periódico:

*“Nestes últimos tempos sua majestade tem por várias vezes mostrado apreensões a respeito do futuro de sua dinastia. Sua Majestade tem consciência de que os herdeiros presuntivos da Coroa não poderão arcar com a oposição que será feita à monarquia quando a soberania imperial tiver que passar às mãos deles. Vê o Imperador que o Partido Republicano se organiza e cresce prodigiosamente em toda parte(...). Pode-se garantir, e o imperador o sente, que em dois anos o trabalho sistemático da organização do Partido Republicano terá forçado a dissolução do Partido Liberal, cuja parte adiantada se fundirá no Republicano e a atrasada no Conservador. Um fenômeno também não passou despercebido ao Imperador. É que se houver um golpe de mão seguro, a monarquia não tem meio de se defender eficazmente. E este golpe de mão está sendo preparado pelo abolicionismo (...). O Imperador viu desde muito cedo que para lutar contra tantos elementos contrários e poderosos, a monarquia não tem outra saída senão recorrer a um príncipe astuto, a uma espécie de remonte do próprio Sr. D. Pedro II e esse príncipe não é com certeza o Sr. Conde d’Eu. Esse príncipe é o Sr. D. Pedro sem mais nada.(...) Todo o trabalho do Imperador tem sido desgostar jeitosamente o Sr. Conde d’Eu. Feito isso, o imperador consegue facilmente a abdicação da sereníssima senhora D. Isabel, na pessoa de seu filho e neste caso, o regente será D. Pedro; ou então obtém a abdicação não só pessoal, como por toda família e D. Pedro reinará”.*³⁴¹

Este artigo traz uma série de pontos a analisar. O primeiro deles é a persistência da cultura política patriarcalista que via o Conde d’Eu como governante no lugar de D. Pedro II, e não Isabel. Além de expor a falta de carisma e popularidade do casal de herdeiros do trono, trazia de volta a existência de um conflito e uma certa antipatia que o Imperador nutriria por seu genro. Evidenciava também a consciência de que todos os membros da família real teriam quanto ao perigo que correria o terceiro reinado, sobretudo tendo Isabel no trono, e o crescimento da idéia republicana no país. A possibilidade de solucionar este problema com a abdicação de Isabel em favor de um homem que fosse uma reprodução mais jovem de Pedro II, no caso o Príncipe Pedro

³⁴¹ *Gazeta da Tarde*, de 05/01/1887

Augusto, parecia uma opção coerente naquele contexto. A rapidez com que o Imperador conseguiria a abdicação de sua filha, exposta no artigo, retoma a noção de que Isabel pudesse ser facilmente influenciada e manipulada. O que talvez não contassem aqueles que defendiam essa possibilidade é que, segundo nos diz Barman,³⁴² o príncipe Pedro Augusto tinha inclinação para a intriga e uma grande reserva de ressentimento. Além disso, por conta de uma grave doença que o acometeu durante sua estada na Europa, seu senso de realidade e sua estabilidade mental haviam sido prejudicados. O fato é que a opção da troca de herdeiros do trono não foi levada adiante.

Dois meses após a partida do casal d'Eu para a Europa, o Imperador adoecia gravemente, causando grande apreensão nos meses que se seguiram. Alguns jornais, como o *Gazeta da Tarde*,³⁴³ começam a indagar se a Princesa não iria voltar, temerosos ante a possibilidade de que D. Pedro II viesse a falecer. Os médicos aconselham o Imperador a procurar tratamento na Europa e Isabel foi chamada de volta ao Brasil, aonde chegou no início de junho. É ela quem relata:³⁴⁴

*“Chegados da Europa a 8 de junho de 1888, no mesmo dia partíamos para a Tijuca. Ali encontramos meu Pai livre da crise e dos acessos de febre por que passara, mas ainda muito magro, fraco e o que mais me impressionou, direi mesmo o que me impressionou, pois a magreza e a fraqueza eram bem naturais no seu estado, foi certa falta de memória que notei em sua robusta inteligência que me acostumara a conhecer sem a menor falha. Isso entristeceu-me e nele agora falo porque desapareceu. Naquela ocasião julguei que tudo dever-se-ia fazer para curá-la e não deixar tomar volume na opinião pública. Falou-se de viagem a Europa, os médicos aconselharam-na, não quis tomar parte alguma na decisão, pois poderia errar, mas a minha idéia é que tal viagem seria de suma vantagem.”*³⁴⁵

A Princesa reconhecia no pai, além de uma fraqueza natural em virtude da doença, uma certa incapacidade no aspecto mental, fato que não deveria ser divulgado à

³⁴² BARMAN, Roderick, op. cit, p.254

³⁴³ *Gazeta da Tarde* de 20/04/1887

³⁴⁴ Em dezembro de 1888 Isabel escreveu suas memórias sobre a terceira regência num depoimento endereçado aos filhos, onde ressalta que procurará “fazer uma descrição verídica do que se passou durante a Regência no que diz respeito a grande questão da abolição da escravidão”. (AHMIP, M.199-Doc.9030) Deve-se ressaltar que as memórias, autobiografias e diários, assumem a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”, ficando descartada a princípio, portanto, a idéia de “verdade dos fatos”, importando neste caso a ótica assumida e a expressão do autor. GOMES, op. cit, pp. 7-24

³⁴⁵ AHMIP, M.199- Doc.9030

opinião pública, sendo a decisão de tratá-lo na Europa uma estratégia conveniente à ocultação do seu real estado de saúde. A opção por não querer assumir pessoalmente a responsabilidade de fazer o imperador partir, e também o cuidado de não revelar a real condição física e, sobretudo, mental do imperador pode ser explicado pelo desejo de não causar conflitos naquele momento, pois a rejeição ao terceiro reinado já estava em curso há algum tempo, e era de conhecimento da família Imperial.

No dia 30 deste mesmo mês, D. Pedro II partia deixando o país num clima de consternação ante a possibilidade de que ele nunca mais voltasse. Diante da gravidade do estado de saúde do Imperador, quando Isabel assumiu sua terceira regência, muitos deram como iniciado o Terceiro Reinado. Esse fato, no entanto, não era visto com bons olhos pelos jornais, ao menos nos utilizados para esta pesquisa. José do Patrocínio, um dos principais líderes do movimento abolicionista, por exemplo, manifestou-se da seguinte forma no jornal *Gazeta da Tarde*:

“Ao governo com que inicia-se o terceiro reinado está reservado exercer decisiva influência sobre todo ele e sobre o futuro mesmo da monarquia no Brasil.(...)Um mau fado veio afastar do trono o Imperador, exatamente no momento onde sua experiência e sua vontade pareciam mais necessárias aos olhos mesmo dos que nunca se conformaram com o poder pessoal exercido durante meio século de reinado (...). Infelizmente tudo se achará mudado no dia em que o trono passar às mãos débeis da princesa imperial. (...) Dotada sem dúvida do mesmo patriotismo de seu pai, faltam à princesa o conhecimento dos negócios e a força que somente ele lhe poderia dar para conter seus ministros”³⁴⁶

Apesar de presente a idéia da fragilidade feminina e da inadequação em se ter uma mulher no poder, o afastamento do imperador foi visto como o possível início do Terceiro Reinado. As notícias desconstruídas sobre a saúde do Imperador que foram chegando da Europa e sendo publicadas na imprensa nos meses seguintes foram reforçando esta idéia.

As cartas trocadas entre o jornalista Gusmão Lobo e o Barão do Rio Branco dão uma boa idéia sobre o clima de incerteza que reinava no país sobre o real estado de Pedro II. Diz ele:

³⁴⁶ *Gazeta da Tarde* de 30/06/1887

*“O ministro do Brasil nesta capital [Bruxelas], Sr. conde de Villeneuve, tem empenhado esforços para que os diferentes jornais guardem silêncio sobre o estado do Imperador, e são tantas as precauções adotadas pelas pessoas da comitiva imperial, que dificilmente se pode obter notícias positivas quanto à progressão da moléstia do augusto monarca, sobre cujo estado se procura impedir o conhecimento da verdade.”*³⁴⁷

Em dezembro de 1887, novamente Gusmão Lobo escrevia ao Barão do Rio Branco contando sobre a chegada de dois telegramas publicados no *Jornal do Comércio*:

“Compare estes dois telegramas do Jornal:

Publicado a 2 dezembro

Serviço especial do Jornal

TELEGRAMAS

Marselha, 30 de Novembro – S. M. o Imperador deixou de embarcar para o Egito, à vista da notícia, recebida à última hora, de não ser bom o estado sanitário naquele país. Suas Majestades regressarão a Cannes.

Publicado a 3

Da agência Havas

Marselha, 2 de Dezembro – O estado anêmico do imperador, tornando-o muito fraco e exigindo descanso absoluto, obrigou Suas Majestades a voltarem para Cannes.

*Esta notícia vem encher-nos de pavor e dar completa razão aos que insistem em dar o Imperador como perdido! Agora é que não há meio de reconduzir a opinião já tão prevenida!”*³⁴⁸

Como podemos deduzir, foi-se construindo na opinião pública a idéia de que o estado de saúde do Imperador era realmente grave, havendo pouca esperança num breve retorno.

Quanto à Isabel, uma das primeiras atitudes tomadas por ela, juntamente com seu marido, após assumir a regência foi a de se mudar para o palácio de São Cristóvão, residência oficial do Imperador e, em lá chegando, colocar em ordem a documentação que pertencia a ele, conforme informa o Conde em carta ao pai:

³⁴⁷ Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano 3, n.5. – Brasília, DF : A Fundação, 2004. carta de 08/10/1887

³⁴⁸ *Idem*, carta de 03/12/1887

*“(...) era indispensável (...) gastar algum tempo para poder por ordem em papéis de tantos gêneros do Imperador, deixados depois de tantos anos numa desordem fabulosa.(...) Isabel, sobretudo, que tem a especialidade das arrumações e isto não é uma pequena tarefa.”*³⁴⁹

Nem a mudança nem o fato de colocarem a documentação do Imperador em ordem, tiveram autorização prévia deste.³⁵⁰ Essa maneira de proceder nos leva a considerar que a possibilidade de ter realmente iniciado o Terceiro Reinado não era distante para ela também. Desta vez também não havia “*conselhos à regente*”, nem um gabinete arrumado de forma a poupar-lhe trabalho.

Outro indício de que sua postura ao assumir o trono era diferente, pois poderia vir a ter um caráter definitivo, foi sua atitude diante do ministério. Antes mesmo de assumir a regência, Isabel interpelou o Barão de Cotegipe acerca da Questão Militar colocando-se contra sua posição. São suas as palavras:

*“Em conversa na Tijuca com o Barão de Cotegipe, prevendo que teria de ficar na regência e não desejando que toda a minha opinião a respeito de seu ministério lhe fosse desconhecida, fiz-lhe objeção sobre a sua maneira de proceder na questão militar chegada ao Senado, disse-lhe que achara fraqueza no procedimento que tivera.”*³⁵¹

Isabel refere-se a um dos episódios da “*Questão Militar*” que vinha se desenvolvendo há algum tempo. Ela teve início em 1883, quando o senador marquês de Paranaguá apresentou um projeto de lei propondo a criação de um montepio militar, de contribuição obrigatória, alterando as condições de reforma do serviço das armas, o que provocou forte reação entre os militares. Foi constituído um “*Diretório de Resistência*” que delegou poderes ao tenente-coronel Sena Madureira para que este pesquisasse e revelasse o modo de pensar do Exército sobre o assunto. Essa discussão foi levada aos jornais e Sena Madureira foi punido por haver infringido os regulamentos do Ministério da Guerra que proibia aos militares “*debaterem pela imprensa um objetivo de serviço sem o prévio consentimento das autoridades superiores.*”³⁵² Em 1884, por recusar-se a atender um pedido de informações do ajudante-general do Exército o tenente-coronel

³⁴⁹ AHMIP. AGP. LXII-3 - Carta de 12/07/1887

³⁵⁰ BARMAN, op. cit, p.242

³⁵¹ AHMIP, M.199- Doc.9030

³⁵² SILVA, Hélio. 1889: *a República não esperou amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005, p.73

Sena Madureira era novamente punido com repreensão e exonerado do Comando da Escola de Tiro de Campo Grande e transferido para o sul do país³⁵³

Os militares continuaram a se manifestar pela imprensa. Em junho de 1886 era a vez do Coronel Cunha Matos ser punido com advertência e prisão por responder na imprensa uma acusação de malversação de fundos feita na Câmara pelo deputado Simplicio de Resende. Em agosto deste mesmo ano Sena Madureira voltava a publicar um artigo no jornal “*A Federação*” contra críticas recebidas na Câmara e era novamente punido.

O Marechal Deodoro, então Comandante das Forças de Terra e Mar da Província do Rio Grande do Sul, manifestou publicamente seu apoio a Sena Madureira e foi interpelado pelo Ministro da Guerra. O Chefe do gabinete ministerial, Barão do Cotegipe, pediu a Deodoro esclarecimentos quanto ao cumprimento das punições a Sena Madureira e Deodoro saiu em defesa do acusado. Neste mesmo mês, no Rio de Janeiro, mais militares eram punidos por promoverem manifestação de solidariedade aos militares castigados no sul. Os jornais, em especial os republicanos, passam a explorar cada vez mais essas questões em ataques à monarquia e ao Ministério.

O deputado Cândido de Oliveira exigiu, da tribuna da Câmara, que o governo pusesse fim às manifestações públicas de militares, em especial Sena Madureira e Deodoro. O deputado Silveira Martins, também na Câmara, conclamou o governo a ordenar a prisão de Deodoro, recolhê-lo à capital do Império e submetê-lo ao conselho de Guerra.

Finalmente o Conselho Supremo Militar emitiu um parecer permitindo aos militares recorrerem à imprensa para expressar seus pensamentos e responder a ataques de civis, continuando vedado o debate público entre militares sobre questões de serviço. Resolução imperial aprovou o parecer.

A discussão entre Deodoro e Cotegipe se acirrava, com troca de correspondência entre eles. Em novembro de 1886, Deodoro era exonerado da Vice-Presidência e Comando das Armas do Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1887, era a vez de Sena Madureira ser exonerado do seu comando, também no Rio Grande do Sul. Ambos tomaram, então, a decisão de virem para a Corte.

³⁵³ SILVA, Hélio, op. cit p.17

Deodoro escreveu ao Imperador solicitando a anulação das punições e foi recebido por ele em audiência, quando lhe entregou uma carta com as reivindicações dos militares.

A imprensa, cada vez mais, explorava a disputa entre os militares e o Ministério. Em artigo no jornal “*O País*”, Joaquim Nabuco alertava para o risco que o Império corria de lançar os militares nos braços dos republicanos se continuasse os embates com as Forças Armadas.³⁵⁴ Em maio, o Senado finalmente aprovava moção convidando o Governo a cancelar as punições impostas aos militares nas questões relativas entre eles e os membros do Parlamento. O presidente do Conselho, Barão de Cotegipe, cumpriu a decisão mas não sem antes declarar que o fazia “*com alguns arranhões na dignidade*”.³⁵⁵ A decisão de suspenderem as punições e a doença do Imperador teria feito, aparentemente, serenar a “*Questão Militar*”. Mas seria por pouco tempo.

O Ministério, por seu turno, reconhecendo que a situação desta regência era outra, ofereceu-lhe a demissão. A princesa não aceitou, e no seu depoimento apresentou seus motivos:

“Meu Pai partia a 30 de Junho! O Ministério oferecera-me sua demissão que eu não aceitei. O Barão de Cotegipe parecia-me poder sustentar a situação e eu conhecia-lhe suas tendências firmes a apoiar o que diz respeito à religião, tendências infelizmente raras. Além disso, não gostando de choques senão quando esteja convencida que esses possam ter resultado útil e certo, não havendo razão por então que me fizesse pensar menos bem do Ministério, sobretudo depois das explicações da Tijuca³⁵⁶, estimei conservá-lo e assim vivemos em muito boa harmonia bastante tempo.”

Para Isabel, apesar das divergências iniciais, o fato do Barão de Cotegipe ser católico e defensor da Igreja parecia avalizá-lo como um bom governante, que poderia apoiá-la, estabelecendo com ela um convívio harmônico. Além disso, ela esperaria acontecer ocasião em que houvesse motivos reais para por em prática o que já anunciara no seu “*testamento político*” de 1871: “*se algum dia não puder de todo continuar a*

³⁵⁴ *O País* de 12/02/1887

³⁵⁵ SILVA, Helio, op. cit, p.75

³⁵⁶ Isabel não entra em detalhes no seu depoimento sobre as explicações dadas pelo Barão aos seus questionamentos sobre a Questão Militar. Apenas refere-se ao seguinte: “*A isso me retorquiu que a vida de meu Pai teria corrido risco de morte se tal não fizessem e assim tapou-me a boca.*”

*dar-lhes [aos ministros] sua confiança ou se vir que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles!”*³⁵⁷

A idéia abolicionista havia avançado de tal forma que se tornara “politicamente incorreto” não defender a causa da abolição. A escravidão já vinha sendo abolida gradativamente nos estados. As fugas em massa e as libertações de escravos ocorridas província de São Paulo haviam limitado ainda mais o número de defensores importantes da escravatura. Eram eles o Ministério CotePIPE e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro, apoiados por outros das regiões vizinhas de São Paulo e Minas Gerais, e um ou outro proprietário de outras partes do país³⁵⁸.

No dia 8 agosto de 1887, era marcado em frente ao Ministério da Guerra um grande *meeting* abolicionista. Preocupada, com o que pudesse vir a acontecer, a Princesa solicitou ao marido que recomendasse a seu Ministro, por carta, que a manifestação não fosse impedida, e que fosse contida apenas nos limites justos e legais. CotePIPE respondeu que o Ministério julgou conveniente proibir todos os meetings, e que a reunião a frente de um quartel de tropas era “*provocadora*”.³⁵⁹ A manifestação teve lugar, apesar da proibição e no mesmo dia André Rebouças registraria em seu diário: “*Meeting abolicionista na Praça da Aclamação em frente ao quartel dissolvida pelo execrando Coelho Bastos [chefe de polícia]. Carga da cavalaria ao anoitecer na Rua do Ouvidor Tentativa de ataque à tipografia do País pelos secretas da polícia.*”³⁶⁰

O acontecimento narrado acima foi explorado nos jornais abolicionistas e republicanos. O republicano *O Mequetrefe*, por exemplo, considerava que Isabel estaria preocupada apenas com danças, concertos e festas, e acusava: “*a augusta herdeira do trono a tudo é surda, não lê e não sabe o que se passa*”, traçando sempre para ela a imagem de uma pessoa fútil, alienada da política.

Nos bastidores do Império, no entanto, a questão a abolição da escravidão era motivo de divergência entre a Princesa e o Gabinete de CotePIPE. É ela quem relata:

“A questão da abolição caminhava, suas idéias ganhavam-me cada dia mais, não havia publicação a respeito que não lesse e cada vez mais me convencia de que era necessário fazer alguma coisa nesse sentido Disse-o ao Barão de CotePIPE, a tudo respondeu-me que não iria de encontro a lei Saraiva porque

³⁵⁷ AHMIP, AGP, XLI -2, carta de 04/02/1871

³⁵⁸ CONRAD, op. cit, p.319

³⁵⁹ IHGB - Coleção Wanderley Pinho – DL 1565.03

³⁶⁰ *Diário de André Rebouças de 1887* – IHGB. ACP11

*ele também a fizera, mas poderia fazer interpretá-la de modo que o prazo de libertação ficasse muito diminuído, falou-me de 3 a 4 anos para que tudo ficasse finalizado. Nisto encerraram-se as Câmaras e o Sr. Barão prometeu estudar a questão no interstício. Cada dia que passava convencia-me mais de que nada faria. As idéias emancipadoras progrediam. Prado em S. Paulo e o Sr. João Alfredo no Norte. De novo chamei a atenção do Sr. Barão de Cotegipe para a questão, fiz-lhe ver as eleições e a força que o ministério perdia por toda a parte, faltou-lhe dizer que devia retirar-se (a medida enchia-se), mas nada parecia compreender o Sr. Barão e com muito boas palavras e muito jeito ainda desta vez foi mais fino do que eu. Dias depois em despacho julguei dever repetir diante de todos os ministros (receosa de que o Sr. Barão guardara para si minhas ponderações) o que dissera particularmente, acrescentando ao que já escrevi e que também disse ao Sr. Barão, isto é, que o Ministério não poderia continuar se não fizessem qualquer coisa em favor da emancipação, que seria um mal que o partido conservador se cindisse e que julgava deveriam aceitar as idéias do Sr. João Alfredo e Antonio Prado. A isto não me lembro se foi o Sr. Barão ou o Sr. Belisário que respondeu-me não ter de ir atrás destes senhores.”.*³⁶¹

O primeiro detalhe que chama a atenção neste trecho do depoimento de Isabel é o termo que emprega: ela diz que está cada vez mais convencida das “*idéias*” abolicionistas e não do simples fato de colocar fim à escravidão. As idéias abolicionistas não abarcavam apenas o fim da escravidão pura e simplesmente. Defendiam muitas outras reformas, como trataremos adiante neste trabalho.

Evidencia-se também sua impaciência e vontade de resolver as questões políticas que a opinião pública clamava, fato sempre colocado como relevante em suas cartas. Destacam-se os nomes de sua preferência para resolver a questão do elemento servil, já que sua discordância da política do Barão de Cotegipe sobre este assunto era evidente. As idéias emancipacionistas defendidas por João Alfredo e Antônio Prado, neste momento, são sua opção. Ainda não estava aqui em questão a abolição pura e simples, sem indenização.

Isabel demonstrava também seu desagrado quanto à política escravocrata de Cotegipe através de suas indicações para o Senado:

³⁶¹ AHMIP, M.199- Doc. 9030

*“Nas duas escolhas para senador pelo Rio escolhi para a primeira o Sr. Thomaz Coelho, pessoa distinta, tendo sido já ministro, excluindo o Sr. [ilegível] sobre o qual o Sr Barão de Cotegipe fazia pesar certas suspeitas que não pude averiguar e o Andrade Figueira, cujas idéias escravocratas eram bem conhecidas e para o qual se mostrava muito propenso o Sr. Barão de Cotegipe, e para a segunda o Sr. Percival Silva, excluindo o Sr. Chaves, autor da questão militar, muito moço e tendo feito carreira por demais rápida e ainda o Sr. Andrade Figueira. A tudo isso o Sr. Barão mostrou-se cego e surdo e cada dia mais me capacitava que nada olharia. Por todos os meios desejava incutir minhas idéias, tanto emperramento encontrando por parte do Ministério.”*³⁶²

Isabel deixava de fora quem estava ligado à Questão Militar e quem defendia a permanência da escravidão, na tentativa, segundo ela, de fazer ver ao Ministério o seu posicionamento em relação a ambas as questões.

Segundo Bobbio, é na sociedade civil que surgem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos cuja resolução cabe às instituições estatais. Os sujeitos desses conflitos são os grupos, os movimentos, as associações e as organizações que as representam, ou se declaram seus representantes. São *“associações de vários gêneros, com fins sociais e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, etc.”*³⁶³

Um movimento como o abolicionista se constitui, portanto, num dos sujeitos da sociedade civil que ocupa o espaço reservado à formação de demandas que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem que responder. Na esfera da sociedade civil, encontra-se também o fenômeno da opinião pública, transmitida, nesta época, sobretudo através da imprensa.³⁶⁴

Os jornais abolicionistas pressionavam Isabel a se posicionar em relação à questão do fim da escravidão e à manutenção de um gabinete escravista. Ao mesmo tempo em que criticavam a monarquia e atribuíam à regência alienação e falta de atitude em relação ao problema da questão servil, viam Isabel como uma esperança à solução do problema. Isto se dava por conta de sua adesão cada vez maior em favor da causa da abolição, mesmo que estas houvessem sido, até então, marcadas por atos de caridade. Dizia Patrocínio no jornal *Cidade do Rio*:

³⁶² AHMIP, M.199- Doc. 9030

³⁶³ BOBBIO, Norberto. op. cit. 1987, p. 35-36

³⁶⁴ *Idem*, pp 36-37

*“A Regência precisa de um governo que mereça o respeito dos seus adversários e o ministério atual não é respeitado nem por si mesmo. (...) Coloque-se Sua Alteza heroicamente na sua posição de Regente e demita a bem do serviço público a facção fria, esses foragidos da simpatia, da aspiração popular que se foram acoitar debaixo do palácio do poder executivo”.*³⁶⁵

Não vendo eco nos seus apelos ao ministério e tendo a necessidade de dar uma resposta à opinião pública, Isabel passou a posicionar-se mais abertamente, a respeito do assunto. Rompendo com a neutralidade tão característica de seu pai, e sua também até o momento, cercou-se de pessoas abolicionistas e organizou em Petrópolis a *“Batalha de Flores”*, em fevereiro de 1888, destinada a recolher fundos para a emancipação dos escravizados da cidade de Petrópolis. A idéia de que com este ato a princesa abandonara a postura discreta que tivera nas regências anteriores é partilhada por José Murilo de Carvalho.³⁶⁶

O evento ocorreu debaixo de chuva torrencial, mas a princesa, acompanhada do marido e dos três filhos percorreu a cidade em carro aberto, pedindo donativos em favor da libertação dos escravos³⁶⁷. Isso provocou o seguinte comentário no diário mantido por André Rebouças: *“A despeito de fortes aguaceiros, tem lugar a 1ª Batalha das Flores e o Bando precatório para reunir os últimos escravizados de Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I.”*³⁶⁸

A Princesa também se encarregou, pessoalmente, do movimento de libertação dos escravos de Petrópolis³⁶⁹ e isto fazia crescer a esperança de que a abolição se fizesse. É André Rebouças quem anota no seu diário: *“No Pavilhão da Confluência do Piabanha, na cerimônia de Libertação de Petrópolis com o amigo José do Patrocínio e os Ministros João Alfredo, Costa Pereira e Rodrigo Silva e com o Conde d’Eu, modesto operário desta obra santa.”*³⁷⁰

³⁶⁵ *Cidade do Rio* de 24/10/1887

³⁶⁶ CARVALHO, 2007 op. cit. p 188

³⁶⁷ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p.35.

³⁶⁸ *Diário de André Rebouças de 1888* – IHGB. ACP11. anotação do dia 12/02/1888 Deve-se ressaltar, porém, que, embora a titule como imperatriz, o *“Isabel I”* pode não ter sido escrito neste dia pois seu diário foi relido e anotado por ele próprio, muitas vezes, como pode ser deduzido tanto pelas datas que ocasionalmente ele coloca nessas anotações como pela cor de tinta diferente. Em geral essas anotações ficavam ao fim da página, separadas por um traço, como é o caso desta aqui, embora a cor da tinta seja a mesma.

³⁶⁹ CONRAD, opus cit., p 327

³⁷⁰ *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB. ACP 11- DL 464, anotação de 21/04/1888

Sobre a adesão de Isabel ao abolicionismo, há uma divergência a respeito de sua participação no movimento. Eduardo Silva assegura que ela compartilhou das idéias mais radicais, usando uma camélia na roupa, flor que servia para identificar membros do movimento abolicionista, incentivando os filhos a terem um jornalzinho que defendia a abolição, ajudando na organização de fugas e mesmo escondendo escravos fugidos em seu palácio em Petrópolis³⁷¹, como descreve André Rebouças em seu diário:

“Começa a deserção de escravizados das fazendas circunvizinhas à Petrópolis. São acolhidos e hospedados pela Comissão Libertadora presidida pelo Conde de Ipanema. Os irmãos Cláudios e o advogado Livramento executam esses penosíssimos trabalhos. A princesa regente e o Conde d’Eu fazem prodígios em prol da Abolição”.³⁷²

Ou ainda:

*“Almoçaram no Palácio Imperial 14 africanos fugidos das fazendas circunvizinhas a Petrópolis. A noite, a música do Imperador percorreu as ruas em ovação ao Mordomo Nogueira da Gama que libertara todos os seus escravos e ao advogado Marco Fioravanti que, desde 1º de abril, dirige o êxodo dos escravizados acolhidos pela Princesa Isabel Regente.”*³⁷³

Daibert Jr, por seu turno, considera que as articulações entre a princesa e o movimento abolicionista não pode “*de forma alguma*” ser qualificada como expressão do pensamento e práticas radicais de combate ao escravismo,³⁷⁴ revelando que não há consenso na historiografia sobre o caráter radical do abolicionismo. A princesa seria movida pela visão da abolição como benesse e caridade³⁷⁵ e que o abolicionismo da princesa não pode ser entendido fora do contexto de sua “*política do coração*.”³⁷⁶ Ele ressalta, inclusive, uma artimanha utilizada por Joaquim Nabuco para que esta aderisse mais rapidamente ao abolicionismo: tendo percebido que a religiosidade da princesa poderia ser útil a causa abolicionista, este teria ido à Roma em fevereiro de 1888, solicitar ao Papa uma manifestação em favor do fim da escravidão no Brasil, o que efetivamente aconteceu, embora a encíclica não tenha chegado antes de maio.³⁷⁷

³⁷¹ SILVA, Eduardo, op. cit , pp. 27-28

³⁷² *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB. ACP11 – DL464, anotação do dia 01/04/1888

³⁷³ *Idem*, anotação do dia 04/05/1888

³⁷⁴ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.189

³⁷⁵ *Idem*, p.194

³⁷⁶ *Idem*, p.195

³⁷⁷ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.184

Não pretendo aqui entrar no mérito da discussão sobre a radicalidade do movimento abolicionista, por não ser este o objeto desta pesquisa, mas não se pode negar a ousadia da princesa em suas atitudes. O contexto político exigiu um posicionamento da princesa e ela, claramente, fez sua escolha, alinhando-se ao lado de um grupo que exigia reformas mais urgentes, a começar pelo fim da escravidão, mas que propunha que ela ocorresse de forma pacífica e legal. E independente de ter sido motivada por sua religiosidade, esta foi efetivamente uma opção política que lhe traria conseqüências futuras. No seu depoimento, escrito em dezembro de 1888 ela dá suas razões para sua adesão ao abolicionismo. Principia pelos seus motivos “*do coração*”:

“Como a opinião abolicionista em mim ganhou terreno tão depressa? A idéia, já de todo tempo minha, por si só era humanitária, moralizadora, generosa, grande, apoiada pela igreja; a escravidão em si era um atentado”.

Mas não para aí. Em seguida ela dá outras razões para a escolha:

“os senhores já, de tal atentado, por demais tinham gozado (se eles tivessem tido de pagar os salários desde o começo?! É verdade que neste caso teriam contado com o que poderiam dispor e assim alguns não teriam caído tão de supetão, mas o mal estava feito e não podia deixar de ser cortado, e além disso, eles deviam ter se preparado ou nunca se preparariam). Seus escravos fugiam, não havia meio algum de contê-los (o que me admira é que mais cedo tal não tivesse sucedido) o país agitava-se; não deveria ponderar tudo isso e com a consciência tranqüila arrostar os desgostos de um pequeno número ou de muitos, que os houvesse?”³⁷⁸

Não resta dúvida, diante de suas palavras, mesmo tendo sido escritas a posteriori, como uma representação de si mesma, que seus atos não foram conduzidos meramente por espírito caritativo ou religioso, mas continham motivações sociais, econômicas e políticas importantes para a manutenção da ordem no Império.

A ocasião para que ela desse um novo passo em direção aos seus objetivos apresentou-se no começo de março de 1888: a prisão de um militar reformado da Marinha, acabava por provocar, mais uma vez, um conflito entre o gabinete Cotegipe e os militares, num outro capítulo da questão militar, que desembocou numa luta nas ruas entre marinheiros e policiais. Os militares exigiram a libertação do preso e a demissão do Chefe de Polícia, Coelho Bastos. A princesa encarregou o Conde d’Eu de ir ao Clube

³⁷⁸ AHMIP, M.199- Doc. 9030

Naval tentar resolver a questão³⁷⁹. Desacreditado, Cotegipe ofereceu a demissão do Ministério e ela, prontamente aceitou. Eis seu relato:

*“Deram-se os acontecimentos da polícia, as desordens do Rio. No dia ?[sic] desci de Petrópolis, o Sr. Barão de Cotegipe quis falar-me em particular antes do despacho, como muitas vezes o fazia. Começara por relatar-me os fatos e propôs-me demissão do comissário de polícia Coronel Lago e do Alferes Baptista. A isto respondi que sim, mas que exigia também a do Chefe de Polícia. O Sr. Barão ainda tentou salvá-lo, mas não o conseguindo, puxou do bolso a carta de demissão do Ministério que já trazia pronta, mas creio bem, não teria apresentado se eu tivesse deixado ficar o Sr. Coelho Bastos. Tendo eu aceitado a demissão do Ministério, o Sr. Barão então perguntou-me: A quem quer Vossa Alteza que eu chame? Respondi-lhe imediatamente: o Sr. João Alfredo.”*³⁸⁰

Pela primeira vez, a Princesa exercia seu poder de soberana para convocar um novo gabinete. A indicação de quem seria o substituto de Cotegipe no ministério, também fugiu aos padrões habituais de seu pai, que sempre esperava que o ministro que estava saindo indicasse um sucessor. E o nome que escolheu foi o de João Alfredo, senador de Pernambuco, também conservador, que apoiava a causa da abolição. Segundo depoimento do próprio João Alfredo, a princesa deu-lhe total liberdade para organizar seu ministério, passando mesmo sobre as pretensões do marido que reivindicara para si a pasta do Ministério da Guerra. Sua única condição foi a de que se adiantasse a questão do elemento servil.³⁸¹

No dia 12 de março, os jornais, de uma maneira geral, se manifestaram favoravelmente à nomeação do novo ministro, conforme pode ser sentido no comentário do jornal conservador *Novidades*: “O Sr. João Alfredo sobe ao poder acompanhado de um coro de louvores de toda a imprensa. Sua excelência sobe apoiado por todo o partido.”³⁸²

Isabel, em carta aos pais, também relata o apoio recebido, sobretudo pela imprensa, demonstrando o acerto na sua opção de demitir o Ministério: “Gaston manda

³⁷⁹ SILVA, Helio, op. cit, p.75

³⁸⁰ AHMIP, M.199- Doc. 9030

³⁸¹ IHGB, Coleção Wanderley Pinho, DL1564 – Organização do gabinete 10 de março

³⁸² *Novidades* de 12/03/1888

à mamãe estes artigos de jornais que ele mesmo cortou e grudou. Eles lhe mostrarão que não houve ninguém que não saudasse o dia 14 de março.”³⁸³

A demissão do gabinete Cotegipe pela Princesa regente, não fez mais do que reforçar a idéia de que o Terceiro Reinado havia se iniciado.

2.2 A “MONARQUIA DEMOCRÁTICA POPULAR”

A adesão ao abolicionismo tornava-se também conveniente para Isabel por fazer dela uma figura mais popular, proporcionando-lhe a possibilidade de construir uma nova base de legitimidade para a Monarquia. Afastando-se dos proprietários de terras e escravos, a saída poderia ser encontrar apoio nos grupos econômicos emergentes e na população em geral.³⁸⁴ Segundo Norberto Bobbio, *“a solução de uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada, antes de tudo, na sociedade civil, na qual podem ser encontradas novas fontes de legitimação e consenso”*.³⁸⁵

O ato da Princesa demitindo o gabinete deixado por seu pai pegou de surpresa o país. Mesmo os principais líderes do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco, André Rebouças, e José do Patrocínio, embora depositassem a esperança de que o espírito de caridade da princesa apressasse o fim da escravidão, não imaginavam que haveria uma mudança tão brusca e tão rápida no quadro político do Império.

O movimento abolicionista da Corte possuía idéias reformistas, que iam muito além da simples abolição. Era um movimento suprapartidário, com membros monarquistas, republicanos, liberais e conservadores, mas que funcionava muitas vezes como um partido, atuando através da Confederação Abolicionista. Embora, até pouco antes da demissão do gabinete Cotegipe, seus membros cobrissem a Princesa de críticas, tanto por conta de seu propalado ultramontanismo, como por uma pretensa inércia diante dos problemas do país, viram na atitude dela, a possibilidade de implementar suas propostas reformistas. Pensaram ser possível uma unidade de ação com Isabel. Embora Daibert Jr advogue que essa união fosse momentânea,³⁸⁶ ela não pareceu ter, no seu nascedouro, esse aspecto.

³⁸³ AHMIP, AGP, LXI - 2 – Carta do dia 07/05/1888 – Obs: 14 de março foi a data da posse do novo ministério.

³⁸⁴ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.199

³⁸⁵ BOBBIO, op. cit, 1987, p. 35

³⁸⁶ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p. 199

A confederação nascera em 1883, da união de vários clubes abolicionistas da Corte, e o manifesto de sua fundação foi escrito em co-autoria por José do Patrocínio e André Rebouças.³⁸⁷ Lido no teatro Pedro II para um público estimado em duas mil pessoas, pregava a abolição imediata e sem indenização³⁸⁸.

Joaquim Nabuco, embora estivesse na Europa, foi adicionado como membro da Confederação. No início de 1884, Nabuco e Rebouças idealizaram um congresso internacional para o qual elaboraram um programa onde apareceriam as principais reformas a serem defendidas pela Confederação: abolição, nacionalização do solo pelo imposto territorial, imigração, liberdade de consciência e democracia rural³⁸⁹. Segundo Richard Graham, a intenção deles não seria apenas a de acabar com a base legal da escravidão, mas iria muito além. Acabaria com “*a soma de todo o poder, influência, capital e sistema de dependência dos senhores.*”³⁹⁰

De acordo com Cláudia Santos, as medidas propostas por estes abolicionistas para a reforma do sistema fundiário – adoção de um imposto territorial e desapropriação de terras com indenização – estava de acordo com as regras de um Estado liberal³⁹¹. No entanto, esta associação da abolição com a reforma do sistema de propriedade estava bem distante dos interesses da aristocracia rural.

Chegando ao Rio de Janeiro em maio de 1884, Nabuco se aliava a Patrocínio, que liderava a campanha abolicionista na cidade, e a outros grupos populares locais. Rebouças era quem fazia os contatos³⁹². Estava aí formado o trio que comandaria o movimento abolicionista na Corte.

André Rebouças, baiano, filho de um político importante, o deputado Antônio Pereira Rebouças, era tido, simultaneamente, como um monarquista e um progressista liberal.³⁹³ Era engenheiro, possuindo curso de aperfeiçoamento na França.³⁹⁴ Apesar de ser considerado uma pessoa tímida e pouco sociável, contava com grande prestígio no meio político, não tendo se envolvido pessoalmente, em nenhuma ocasião, com algum

³⁸⁷ JUCÁ Joselice. *André Rebouças: Reforma e utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 63

³⁸⁸ ALONSO, op cit, p.173

³⁸⁹ *Idem*, p.174

³⁹⁰ GRAHAN, Richard. *Escravidão reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p.189

³⁹¹ SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. “Abolicionismo e visões de liberdade”. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a.168, n.437, out/dez 2007, p.334

³⁹² ALONSO, op. cit. p.180.

³⁹³ *idem*, p.28

³⁹⁴ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998, p.77

partido. Manteve estreitos laços de amizade com a família imperial, não só com o Imperador Pedro II, mas também com a princesa Isabel e com o Conde d'Eu³⁹⁵ com quem travou amizade durante a Guerra do Paraguai³⁹⁶, tornando-se um constante freqüentador das festas oferecidas pelo casal.

O pernambucano Joaquim Nabuco, por sua vez, era visto como afável e bem-falante, descrito muitas vezes como um dândi.³⁹⁷ Filho de político influente, o senador e conselheiro José Thomás Nabuco de Araújo, cursou a faculdade de direito em São Paulo e passou sua mocidade dividido entre a Corte, Recife e a Inglaterra. Candidatou-se à Câmara em 1881, mas não obteve vitória. Em 1883 escreveu “*O Abolicionismo*”, que iria credenciá-lo como figura máxima deste movimento, embora hoje em dia esta posição esteja sendo questionada pela historiografia³⁹⁸. Em 1884 foi eleito deputado. Era visto como liberal e monarquista.

José do Patrocínio nascera em Campos. Filho de um padre e uma escrava, vivera sempre na dependência de ajuda de pessoas influentes.³⁹⁹ Formou-se farmacêutico, mas foi nas páginas de jornal que se tornou conhecido. Em 1881, saído da *Gazeta de Notícias*, passou a escrever na *Gazeta da Tarde*, um jornal francamente abolicionista, que seria adquirido por ele em 1882. Em 1887, fundou o “*Cidade do Rio*”. Era defensor ferrenho da república.

³⁹⁵ JUCÁ, op. cit, p.30

³⁹⁶ No *Registro de Correspondência de Rebouças*, que se encontra na Fundação Joaquim Nabuco, ele assinala no dia 06/04/1891, que seu primeiro encontro com o Conde d'Eu aconteceu em Uruguaiana em 11/09/1865

³⁹⁷ O estilo dândi se constituía na Europa em meados do século XIX. Era um estilo de vida marcado por uma excentricidade que visava instaurar a aristocracia do requinte. Dedicavam-se com afincamento às roupas e acessórios, apreciavam jóias e por vezes maquiagem. A extravagância da moda dândi diminuiu no correr do século, mas o termo seguiu nomeando o chique vaidoso. in ALONSO, op. cit, pp. 18-30

³⁹⁸ Joselice Jucá, por exemplo, no seu livro *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império*, expõe essa situação da seguinte forma: “O papel desempenhado por Nabuco entre os abolicionistas tem sido, na verdade, bastante distorcido. Sua marcante capacidade de liderança, sua origem aristocrática e sua reputação de brilhante orador colocaram-no numa posição de destaque no cenário político da monarquia, particularmente na campanha abolicionista. Portanto, com esta “visão patriótica”, ufanista, observa-se uma tendência para concentrar-se toda a atenção no desempenho de Nabuco, considerado o símbolo maior da campanha da Abolição e das suas conquistas.

Em consequência, grande parte dos demais abolicionistas como Joaquim Serra, Wenceslau Guimarães, André Rebouças e José do Patrocínio (...), não receberam a devida atenção dos historiadores, no sentido da identificação de seus papéis no contexto da Abolição. Com freqüência, as suas contribuições individuais como pensadores sociais não têm sido esclarecidas pelos historiadores, e as suas atividades, diluídas no todo, indistintamente, algumas vezes confundidas com o próprio pensamento de Nabuco.” JUCÁ, op. cit, p.60

³⁹⁹ RUBEM, Iram, “A voz do dono e o dono da voz: a trajetória sinuosa de ambos, da Abolição à República”, in SANTOS, Cláudia R. Andrade et alii (org.) *Estudos*, vol. I, Série Grupo de Pesquisa LEPH:Curitiba, 2006, p. 78

Em 1884, Nabuco, por Pernambuco, e Patrocínio pelo Rio de Janeiro candidataram-se a uma vaga na Câmara, mas apenas o primeiro foi eleito. Assim acabava por se configurar o campo de atuação primordial dos três líderes: Nabuco na Câmara, Patrocínio nas ruas e Rebouças nos bastidores da política.

Em 1888, os três escreviam nos jornais da Corte. Joaquim Nabuco, no jornal “*O País*”, Patrocínio e Rebouças no “*Cidade do Rio*”. E é a partir dos seus artigos, além da correspondência trocada por eles e de diários pessoais que faço minha análise.

Embora desejado pelo movimento abolicionista, a demissão do Ministério Cotegepe num período de recesso das Câmaras surpreendeu o meio político. Joaquim Nabuco, que voltava da Europa, recebeu de seus companheiros do partido liberal várias cartas que a demonstram. Rodolfo Dantas, por exemplo, assim escreve:

*“Surpreendeu-me deveras a queda do Cotegepe, de que tive a primeira notícia por sua carta recebida esta manhã e logo depois vi confirmada em telegramas de vários jornais daqui. Ainda estou a perguntar a mim mesmo sobre as causas que possam ter determinado a crise; todos devíamos contar que o gabinete não resistiria ao encontro do parlamento, mas que tenha carecido demitir-se no intervalo das sessões, eis o que não era de supor, e pelo menos a mim, muito surpreendeu.”*⁴⁰⁰

A surpresa e o desconhecimento dos motivos da queda do gabinete no intervalo entre as sessões do Parlamento manifestada pelos políticos pode ter como explicação o fato de ter a ação da princesa, demitindo o Ministério, ido de encontro à imagem que a imprensa havia construído para ela de ser uma pessoa desinteressada dos assuntos políticos. Uma das primeiras atitudes que se nota por parte do movimento abolicionista é a mudança no tom de tratamento dado à regente. As críticas a ela cessaram em todos os jornais que defendiam o fim da escravidão. Patrocínio, por exemplo, que pouco antes da demissão do gabinete declarava que

*“diante dos fatos injustificáveis dessa situação, patenteou-se às escancaras que o terceiro reinado não poderá ser senão uma grande desgraça pública, uma tremenda calamidade nacional. Sente-se que a regência não tem ombros para carregar nenhuma responsabilidade e que as responsabilidades se acumulam sobre ela vertiginosamente,”*⁴⁰¹

muda a forma de se referir à Princesa:

⁴⁰⁰ Fundação Joaquim Nabuco, CP p 20, doc 407, carta de 09/03/1888

⁴⁰¹ *Cidade do Rio* de 06/02/1888

*“Vossa Alteza deve estar contentíssima com a brusca mudança que se operou no espírito público. (...) Atender ao povo, longe de desmerecer, prestigia o governo.(...)Sua Alteza está salva! Nenhuma rainha teve diante de si mais glorioso trono.”*⁴⁰²

O apoio dos abolicionistas ao ministério de João Alfredo também foi declarado por ele:

*“Nenhum abolicionista pode, em consciência, concorrer para que o ministério 10 de março perca a mínima parcela do prestígio e da força moral com que ele deve apresentar-se ao parlamento, pedindo a extinção imediata da escravidão.”*⁴⁰³

Nos bastidores da política, iniciaram-se as articulações através de André Rebouças. Eis a anotação em seu diário no dia seguinte à nomeação do novo gabinete comandado por João Alfredo:

“Despedindo-me do Conselheiro João Alfredo, que voltou à Corte tendo organizado o Ministério de acordo com a regente. Antonio Prado e João Alfredo hospedaram-se aqui no Hotel Bragança, no aposento contíguo ao meu, e que ocupei de 1885 a 1886.

Atualmente Antonio Prado fala de Abolição com o mesmo entusiasmo que Joaquim Nabuco. Mercê de Deus, acha-se em 1888, a conversão de Saul em São Paulo. Tanto mais prodigiosamente que a entrada de Damasco é agora a província de S.Paulo... Durante o 1º Ministério nem cumprimentava Antônio Prado, hoje conversamos como velhos amigos e camaradas de Colégio!...

*Santa abolição! Quantos milagres tens produzido!!!”*⁴⁰⁴

A anotação de Rebouças demonstra o clima de conciliação que foi criado em torno da questão da abolição, atenuando antigas inimizades. A aproximação entre liberais e conservadores tinha como objetivo primordial o fim da escravidão. Essa intenção de promover a conciliação também é sentida na correspondência de Nabuco a seu companheiro do Partido Liberal, Custódio Martins:

“ Convencido de que a Princesa Imperial prestou um grande serviço à causa da ordem e da liberdade demitindo o Ministério Cotegipe, entendo que devemos sustentar e não impugnar aquele ato de tão grandes vantagens para o país.

⁴⁰² idem, de 12/03/1888

⁴⁰³ idem de 14/03/1888

⁴⁰⁴ Diário de André Rebouças de 1888, IHGB, ACP11-DL 464, anotação do dia 11/03/1888

Convencido também de que neste momento toda e qualquer oposição ao Ministério é um serviço prestado ao escravismo, ainda não de todo desiludido a respeito do nosso partido, entendo ser o nosso dever dar ao Ministério toda a força precisa para realizar nossa idéia. (...)

É esta a linha que julgo melhor seguirmos. Se outra for adotada eu procurarei conciliá-las para não parecermos divididos, mas sem quebra do espírito que me anima de agradecer à Princesa e ao Ministério a obra patriótica que vão realizar.(...)”⁴⁰⁵

Ressalte-se o destaque dado na carta de Nabuco à ação da Princesa ao demitir o gabinete Cotegepe, considerando-a responsável pela abolição iminente.

Na imprensa esse sentimento conciliador que antecedeu a abolição da escravatura, pode ser sentida também entre abolicionistas republicanos, como por exemplo, Ennes de Souza, que escreve:

“É o momento psicológico da abolição; não é o da República. A abolição é o fruto da estação. Deve sem demora ser colhido. O advento da República virá a seu tempo e a seu termo como um fruto maduro, desde que esteja consumada a abolição da escravidão.”⁴⁰⁶

Patrocínio, por seu turno, que pouco antes da demissão do Gabinete Cotegepe declarava em seu jornal “(...) Nós somos republicanos, aderimos às manifestações das câmaras municipais e ao meeting de Santos; pensamos que o terceiro reinado há de ser uma calamidade nacional.(...)”⁴⁰⁷ muda totalmente seu discurso, rompendo com o Partido Republicano:

(...) Declaro de uma vez por todas que não confio no atual partido republicano, que não me subordino à sua atual orientação, que não aceito nenhuma solidariedade com ele, que me servirei de todas as armas para combatê-lo enquanto ele entender que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, para com a raça negra, deve ser entendida como preceituam o Congresso Republicano de S.Paulo e a gazeta Nacional, órgão republicano. O partido republicano atual espera recolher agora, como em 1871, a escória do escravismo, o rebutalho da consciência humana, para dominar, e juro, em face da minha pátria, em face de

⁴⁰⁵ Fundação Joaquim Nabuco, Cap 5. doc 98, carta de 05/05/1888

⁴⁰⁶ Cidade do Rio de 27/03/1888

⁴⁰⁷ Cidade do Rio de 10/02/1888

*Deus, com a alma cheia do pensamento de minha consorte e de meus filhos, que hei de combatê-lo até destruí-lo.*⁴⁰⁸

Desde a publicação do Manifesto Republicano em 1870, que considerava que a solução do problema da escravidão dizia respeito ao regime monárquico, uma parte dos que defendiam a causa da República mantinham uma atitude indefinida ante a questão da abolição⁴⁰⁹.

Os republicanos mais moderados, visando conquistar apoio das classes mais conservadoras, procuravam evitar que o seu Partido, ainda frágil, se comprometesse abertamente com a causa abolicionista. Em virtude disso, defendiam a idéia da abolição com indenização⁴¹⁰.

Isto era um motivo constante de choques entre o movimento abolicionista e o movimento republicano. Muitos abolicionistas republicanos, como Luís Gama e Antônio Bento afastaram-se do partido Republicano Paulista⁴¹¹. Patrocínio, que também tinha atritos constantes com os republicanos quanto à questão da abolição, rompia neste momento com o Partido Republicano, que além de colocar-se contra o “reinado” de Isabel, aceitava em seus quadros a entrada dos escravistas insatisfeitos, o que se acentuaria após o 13 de maio.

No dia da solenidade de abertura das Câmaras, o jornal liberal *O País* noticiava: “*SS. AA. foram recebidas com entusiasmo antes, durante e depois da seção*”.⁴¹²

Apesar do entusiasmo reinante entre os partidários do fim da escravidão, ainda não se tinha idéia de como seria o projeto que libertaria os escravos. Se haveria ou não indenização pelos libertos, se a libertação seria imediata ou se haveria um prazo para que os escravos deixassem as fazendas. As especulações acerca da lei que aboliria a escravidão foi grande, envolvendo medidas complementares à libertação dos cativos, conforme relata o Conde d’Eu ao Imperador em carta escrita em 14/04/1888: “*Anuncia-se que o projeto será acompanhado de medidas rigorosas destinadas a satisfazer a lavoura obrigando os libertos à residência fixa e a procurar ocupação*”⁴¹³

Nem mesmo Isabel sabia como se desenrolaria a questão no Parlamento:

⁴⁰⁸ *Cidade do Rio* de 28/04/1888

⁴⁰⁹ SALLES, op. cit, 1996, p. 174

⁴¹⁰ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.65

⁴¹¹ *Idem*, p. 183

⁴¹² *O País* de 04/05/1888

⁴¹³ RANGEL, op. cit, p367

*“Muitos dias e semanas levei sem ousar perguntar positivamente o que faria o novo ministério, queria deixar-lhe toda a liberdade, só uma objeção fiz quando pelos jornais dizia-se que o Sr. Prado, encarregado do projeto, num dos artigos, obrigava os libertos a residirem nos municípios por dois anos. Achava tal idéia contrária aos interesses dos libertos e dos senhores.”*⁴¹⁴

O pequeno trecho acima denota a preocupação da Princesa em não interferir no trabalho de seus ministros sem, no entanto, deixar de manter-se informada do desenrolar dos acontecimentos na Câmara através da imprensa. O destino a ser dado aos libertos, caso a abolição se concretizasse, também faz parte de suas considerações. Ela externou ao ministério sua posição contrária à idéia de fixar os libertos aos locais em que trabalhavam. Esta medida, provavelmente obrigaria os libertos a continuarem a serviço de seus antigos donos, favorecendo a lavoura que não se veria de imediato sem sua força de trabalho. Desta forma, mais uma vez, alinhava-se ao pensamento liberal abolicionista da Corte, que tinha um indubitável compromisso com a total erradicação do trabalho servil *“que subordinava toda e qualquer outra idéia que o acompanhasse”*.⁴¹⁵

Quanto à questão da indenização, embora a Princesa afirme não ter influído na decisão de suprimi-la, possuía sua opinião a respeito:

“E a indenização? Apesar de, neste ponto, jamais antes de ter sido formulado o projeto tivesse emitido minha opinião, não poderia admitir como conveniente nem justa; certos escrúpulos poder-me-iam ter vindo e para longe os arredei; primeiro o país não poderia indenizar senão de uma maneira ilusória, essa mesma maneira teria que sair de impostos que recairiam sobre quem com isso nada tinha que ver, o fundo de emancipação a custo de impostos, único para tal fim, não seria aplicável, seria mais do que insuficiente e a quem iria socorrer? Aos que de seu modo próprio não libertassem seus escravos, iria somente pagar dívidas atrasadas sem aproveitar à lavoura para a qual melhor era empregá-lo em melhoramentos que desse em resultado o bem geral da lavoura, e mais justamente”.⁴¹⁶

Sua colocação do problema abrange aspectos eminentemente econômicos, o que além de demonstrar seu conhecimento sobre o assunto, afasta a idéia de um

⁴¹⁴ AHMIP, M.199- Doc.9030

⁴¹⁵ SALLES, op. cit, 1996, p. 180

⁴¹⁶ AHMIP, M.199- Doc.9030

aboliconismo meramente caritativo. Ela novamente aproxima-se das idéias defendidas pela Confederação Abolicionista que não incluía nenhuma espécie de indenização aos senhores de escravos.

A bancada liberal, da qual se dependia dos votos para a aprovação do projeto apresentou a João Alfredo uma versão da lei, anteriormente preparada por André Rebouças,⁴¹⁷ contendo a proposta da libertação imediata e sem indenização, que foi aceita. Na Câmara dos Deputados, o projeto teve apenas nove votos contrários, sendo que oito, foram da província do Rio de Janeiro. No Senado apenas duas vezes se levantaram contra o projeto: a de Paulino de Souza e do Barão de Cotegipe⁴¹⁸.

No dia 13 de maio, dia em que a Princesa assinaria a lei que aboliria a escravidão, assim se manifestava a *Gazeta da Tarde*:

*“(...) Senhora distintíssima e, já pela sua posição social, como por suas virtudes, digna de alta estima e imensa consideração de todos os brasileiros, devem ser extraordinárias as alegrias que sente S. A. (...) Receba os aplausos da Pátria: no dia de hoje, pode nos afirmar, sem distinção de partidos – todos os brasileiros tem o coração de joelhos diante da futura imperatriz do Brasil.”*⁴¹⁹

No seu diário, Joaquim Nabuco, ressaltando sua própria atuação na questão da abolição registra:

*“Pelo Campo (de Santana) até o País com Celso Junior, cercado de povo. Ao Paço (da Cidade). À sanção e assinatura. Falo de uma das janelas do Paço. Pelas ruas com Dantas, Patrocínio, Clapp, Jaceguai, etc. No País. Jantamos todos no Globo. Depois aos espetáculos de gala em nossa honra. “Viva a pátria livre!”*⁴²⁰

Rebouças, em Petrópolis, narra no seu diário a recepção à Princesa:

“Na Estação de Petrópolis, na indescritível recepção de Isabel I e do Conde d’Eu, que haviam descido à uma da tarde, para o Rio de Janeiro, assinando aí a Lei Extinguindo a Escravidão e voltado logo depois – Trinta ex-Refugiados na fazenda do proprietário deste Hotel formavam a sólida base desta manifestação. Toda Petrópolis acompanhou a Heroína a pé até o Palácio e, depois, até a Igreja Matriz onde foi rezar o Mês de Maria.”

⁴¹⁷ JUCÁ, op. cit, p. 63

⁴¹⁸ CONRAD, opus cit, p. 330

⁴¹⁹ *Gazeta da Tarde* de 13/05/1888

⁴²⁰ NABUCO, op. cit, 2005, Volume II, anotação do dia 13/05/1888

Nos dias que se seguiram os jornais descreveram com detalhes a cerimônia de assinatura e a festa que se promoveu junto ao Paço Imperial, com a concentração de milhares de pessoas e a aclamação da princesa como “*Redentora*”, assim como os festejos que aconteceram em outras partes da cidade. Os abolicionistas continuavam comemorando e exaltando a figura da Princesa, mas em outros jornais começavam a aparecer críticas e questionamentos sobre as consequências do fim da escravidão.

Desta vez, ao contrário, Isabel não seria responsabilizada por sua omissão, mas por sua ação. Já no dia 16 de maio, apenas três dias após a assinatura da Lei Áurea, o jornal *Diário de Notícias* expôs um questionamento sobre o ato de Isabel:

“(...) Essa multidão que anteontem saiu do regime servil e rompeu com ele, de que modo viverá, a que ramo de trabalho consagrará sua atividade? Virão para os centros de população – a Corte e grandes cidades – figurarem como novos e avultados elementos de perturbação? A cargo de quem ficarão os velhos e os ingênuos? Serão localizados os libertos? Eles adquiriram o direito de transitar por onde lhes aprouver. A lei de localização será inconstitucional, assim como a lei de trabalho obrigatório. As taxas e multas provenientes da posse e domínio de escravos serão exigidas? Como serão reguladas as relações dos credores das lavouras com seus respectivos devedores? A moratória e a concordata civil não serão atos de necessidade e justiça? Haverá mudanças no regime eleitoral que abranja novas classes sociais? (...)”⁴²¹

Estavam desta forma apresentadas as preocupações, apreensões e medos que passam a tomar conta da elite do país em consequência à abolição.

No dia 22 de maio, o mesmo jornal afirma: “*Foi-se, com o estalar do último foguete, tudo que ainda restava das grandes manifestações. Vamos agora entrar na crise profetizada pelos descontentes*”.⁴²²

A sensação de fim de festa e a consciência de que medidas teriam que ser tomadas em consequência da abolição dos escravos estavam presentes também entre os abolicionistas. E o jornal *Gazeta da Tarde* publica um artigo que tem uma destinatária em especial: a Princesa regente. O artigo é longo e dele retirei as partes que considere principais⁴²³:

⁴²¹ *Diário de Notícias* de 16/05/1888

⁴²² *Diário de Notícias*, 22/05/1888

⁴²³ Este artigo é assinado pelo pseudônimo “*Historicus*”, que escreve neste jornal vários editoriais e cartas, muito interessantes, com análises do contexto, mas infelizmente, não consegui descobrir quem está por trás do pseudônimo.

“A semana que acaba de escoar-se é de festas e alegrias (...), mas dentre todo esse movimento destacava-se de quando em vez os gritos de – Viva a República! Isso é um aviso em tempo que o povo brasileiro aumentados hoje de perto de um milhão de cidadãos nutre as mais ardentes aspirações democráticas. (...) A princesa pode adiar o advento da república se seguir a linha de conduta da rainha Vitória da Inglaterra, que muitas vezes fez violências aos seus sentimentos pessoais para satisfazer às aspirações nacionais. (...) A Sr^a D^a Isabel seguramente granjeou muitos aderentes e entusiastas da monarquia pelo seu grande ato extinguindo o elemento servil (...), mas para enraizar as instituições que no regem e firmar a monarquia no Brasil, não perdendo as adesões que ora a cercam, deve emancipar-se totalmente das idéias que tem influenciado toda a sua vida e desmanchar todo o corrilho⁴²⁴ que a cerca. Se falamos assim à sereníssima princesa é pela convicção que temos que ela inaugurou seu reinado: pois, (...) estamos convencidos que o Sr. D. Pedro II, pelo seu estado de saúde, não poderá mais exercer suas funções majestáticas. (...) Acabou-se a escravidão dos pretos, mas é preciso fazer-se alguma coisa de definitivo pela libertação dos brancos, reformando completamente a nossa organização política e social (...) É assim que os sentimentos ultracatólicos de S. A.(...) causam apreensões a respeito de certas reformas imprescindíveis e que não podem ser adiadas por mais tempo, como a secularização dos cemitérios, estabelecimento do casamento civil e do registro civil obrigatório. Do mesmo modo é preciso reformar-se a nossa legislação sobre terras, obrigando-se os proprietários de vastos terrenos incultos ao longo das vias férreas ou a cultivá-los ou a vendê-los por pouco preço tal que fiquem ao alcance dos imigrantes. Politicamente é indispensável alargar o direito de voto, de modo que passem a ser eleitores muitos dos escravos de ontem e a classe operária que é hoje excluída das urnas”⁴²⁵.

Ao analisar este artigo, podemos reafirmar a idéia de que, pelo menos para muitos de seus contemporâneos, havia realmente se iniciado o terceiro reinado, ante a presumida impossibilidade de que o Imperador voltasse a assumir o trono em consequência de suas enfermidades. A Rainha Vitória da Inglaterra permanecia

⁴²⁴ Grupo faccioso que se reunia secretamente. Dicionário Houaiss disponível em <http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=corrilho&group=0&x=11&y=5>

⁴²⁵ *Gazeta da Tarde* de 23/05/1888

servindo de parâmetro para o desempenho de Isabel à frente do Império, e as idéias da Princesa sobre religião continuam a aparecer como um fator que pudesse vir a impedir a execução de certas mudanças como o estabelecimento do registro e casamento civis, que retirariam da Igreja o monopólio sobre o nascimento, casamento e morte. Apesar disso, era nela que os defensores destas reformas depositavam a esperança de vê-las implementadas num breve espaço de tempo. Finalmente, ressalte-se o fato de que a idéia republicana não deixou de rondar o Trono apesar do aparente entusiasmo popular diante da abolição.

A ação da Princesa, que havia colaborado para que a abolição se fizesse imediata e sem indenização, havia desagradado profundamente a oligarquia rural que em grande parte dependia do braço escravo. A debandada desse grupo, ainda muito influente, em direção ao movimento republicano, não escapou às apreciações do Conde d'Eu, em carta ao pai, pouco tempo após à assinatura da Lei Áurea:

*“(...)em certas províncias, todos aqueles lesados pela supressão abrupta da escravidão estão de muito mau humor, e isto deu lugar a um bom número de manifestações republicanas, às quais se juntou um número de pessoas pertencentes até o presente ao partido conservador. Eu espero que esta baforada não seja mais que um fluxo que terá seu refluxo com o tempo. Mas é impossível de não assinalar o desenvolvimento que, nos 12 meses decorridos desde a partida do Imperador, tomaram nas províncias as idéias republicanas ou federalistas embora até o presente, elas não sejam, por assim dizer, representadas nas Câmaras.”*⁴²⁶

Joaquim Nabuco, também se manifestava em carta ao barão de Penedo sobre o assunto:

*“Eu vejo a monarquia em sério perigo e quase doomed [condenada]. A Princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana. Em tais condições eu, que hei de ser o último dos monarquistas, estou decidido a seguir uma política que não prejudique o trono do qual precisamos tanto para levantar o povo e torná-lo independente da oligarquia despeitada. É por isso que apoio ainda o governo e o apoiarei não sei até quando (...).”*⁴²⁷

⁴²⁶ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 28/06/1888

⁴²⁷ NABUCO, op. cit, 1949, carta de 25 de maio de 1890

O perigo que rondava a monarquia fez com que comesçassem a surgir estratégias neste grupo de abolicionistas que pudessem dar sustentação ao “Terceiro Reinado”. Entre Nabuco e Rebouças, passa a haver uma uniformidade de discurso em favor da implantação de uma “*Monarquia Democrática Popular*”. Rebouças, em carta dirigida à Nabuco, já em 1890, no qual comenta um opúsculo escrito por este último, dá as características do que estaria contido nessa idéia. Determina também quanto tempo durou a intenção de fazê-la funcionar:

“O nosso bom Taunay enviou-me um exemplar da sua Resposta às Margens do Recife e Nazareth; encontrei ai o mesmo cérebro e o mesmo coração do meu amigo e aliado de 1880 a 1888. A pg. 6 é uma beleza; vai ser toda extratada [sic] para minha “Enciclopédia Socioeconômica”.

Lembras-te dos nossos esforços de junho a agosto de 1888, para a “Monarquia Democrática Popular”?!

Na página 8 você dá a bela fórmula:

- Monarquia parlamentar, civil, leiga e popular - ”⁴²⁸[grifo meu]

Partindo do princípio de que a maioria da população julgava que o Imperador, mesmo se sobrevivesse e retornasse ao Brasil, não teria condições de governar, o espaço de tempo que Rebouças afirma haver durado o esforço de se implantar a “*Monarquia Democrática Popular*” - de junho a agosto de 1888 – nos leva a crer que a idéia foi pensada especificamente para o “reinado” de Isabel. Ele tem início logo após a abolição da escravidão e termina com o retorno do Imperador ao poder

Uma anotação no diário de André Rebouças sugere que alguns dos principais abolicionistas da Corte também pensaram na possibilidade de organizarem um partido político, agora não mais abolicionista, mas de caráter popular: “*Em conferência sobre o Partido Popular com Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e J.C.Rodrigues*”.⁴²⁹ Havia a intenção deste grupo, de fazer aproximar o regime monárquico brasileiro, sobretudo com a Princesa Isabel à frente, dos anseios populares. E à idéia de “popular” vinha ligada a de “democracia”.

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1870, influenciados pelas novas idéias políticas, oriundas, sobretudo da Europa, cresceu o debate de intelectuais e políticos em torno do assunto. A palavra “democracia” passou a ser usada por eles com abundância. A idéia democrática havia sido impulsionada pelas

⁴²⁸ Fundação Joaquim Nabuco, CP p 26, doc 637, carta de 27/06/1890.

⁴²⁹ *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB, ACP 11- DL 464 anotação do dia 01/06/1888

transformações sociais resultantes das mudanças técnicas e econômicas do século XIX, que fizeram emergir novos atores sociais – operários, comerciantes, profissionais liberais - que passaram a pesar no cenário político⁴³⁰.

No contexto aqui estudado, democracia significava, antes de tudo “igualdade”, manifestada primordialmente através do sufrágio universal. No entanto, a igualdade que interessava a esta democracia não era apenas jurídica e civil, mas também social.

Como segunda característica, encontrava-se a reivindicação de uma soberania popular, no qual povo significava a totalidade dos indivíduos, incluindo as massas populares. Seria o conjunto dos cidadãos e não uma abstração jurídica. A democracia significava também liberdade, tanto intelectual, econômica, religiosa ou de imprensa.⁴³¹

Embora o Império Brasileiro procurasse reivindicar para si uma aparência democrática, ele continuava controlando a maioria das instituições sociais, designando os detentores do poder político, além de permanecer atrelado à existência de um sistema escravista.

Neste final de século, a idéia de democracia passava a ser cada vez mais ligada a de República, o que iria provocar um embate entre Monarquistas e Republicanos pela apropriação do conceito em proveito próprio.

A partir do mês de junho de 1888, vamos encontrar artigos escritos, sobretudo por Rebouças, que tentam explicar como poderia ser feita esta união entre a monarquia, o povo e a democracia. Diz ele:

“Há um reforma democrática tão urgente, tão oportuna, tão momentosa como a Abolição: é a reconstituição da propriedade territorial pelo cadastro e pelo imposto.

Se vossa República é de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, é preciso, é necessário, é indispensável que ela principie extinguindo o monopólio territorial; o patriarcado feudal; o poderoso elemento da propriedade rural, como diz o Sr. Paulino.

Se porém a tal República de ambiciosos vulgares e de escravocratas despeitados admite o Sr. Paulino com seu landlordismo, então é infinitamente melhor a Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco; opulenta de

⁴³⁰ RÉMOND, René. *O século XIX (1815 – 1914)*. São Paulo : Cultrix, 2002, p. 55

⁴³¹ idem, p.50-51

aspirações nobres e altruístas; bem ciente e muito consciente; de que não deve haver Irlandas no Continente Americano.”⁴³²

Caracterizando o republicanismo como oligárquico e anti-democrático, Rebouças via na monarquia um campo mais fértil para reformas de nível profundo do que em um sistema republicano comandado ou influenciado pelos detentores de grandes propriedades de terra. E justifica essa opção em um outro artigo: “*É mais fácil democratizar um rei ou uma rainha do que um parlamento aristocrático, oligárquico e plutocrático.*”⁴³³

Outra característica que fica patente na defesa do projeto de uma “*Monarquia Democrática Popular*” é a de que ela não se caracterizaria por uma defesa da monarquia como forma de governo em si, mas de que se tratava de uma proposta na qual o “terceiro reinado” funcionaria como um período de transição para a implantação de um regime republicano “*ideal*”. Isto pode ser demonstrado pelas palavras de Rebouças:

*“(...) a nossa República Ideal virá com o tempo; quando não houver mais land lords, quando tiver desaparecido os monopolizadores da terra; quando tiverem acabado os exploradores de seus semelhantes, quando for impossível a impunidade feudal.”*⁴³⁴

Mesmo Nabuco, tido como ferrenho defensor do regime monárquico mostra que a idéia de “*Monarquia Democrática Popular*” criada por ele não propunha uma perspectiva de longa duração para o regime monárquico. Isso se evidencia num trecho da obra “*Resposta às Mensagens de Recife e Nazareth*” escrita por ele em 12/03/1890:

“O caminho para o ideal republicano é a república, dir-se-á. De acordo, de certo ponto da estrada em diante, do ponto em que entram na marcha as raças consideradas até então inferiores, em que os escravos e senhores da véspera começam a formar uma só fileira democrática. Daí em diante o caminho para o ideal republicano é a república, mas somente daí. (...) Para habilitar um país nascente a bem governar-se a si mesmo, o melhor regime será o que fizer crescer em condições morais e materiais mais favoráveis e zelar mais honestamente por seu patrimônio.(...)”

Eu desejava um dia completássemos a unidade exterior da forma Americana de governo, mas quando essa forma correspondendo ao nosso desenvolvimento o

⁴³² *Cidade do Rio* de 20/06/1888

⁴³³ *idem*, de 25/06/1888

⁴³⁴ *Idem*, de 19/06/1888

*garantissem e ampliassem, para que não se desse conosco a disparidade que se nota em tão grande parte da América Latina entre a democracia efetiva e a nominal. (...)Fui denunciado pelos zelotas [sic] da monarquia, hoje quase todos aderentes, como sendo um aliado da república pelo meu programa “Abolição, Federação, Arbitramento”. Não há dúvida que as três reformas eram todas passos para o ideal republicano, mas também eu nunca sustentei que a monarquia não tivesse outro papel senão o de conduzir a nação àquele ideal.”*⁴³⁵[grifo meu]

A idéia de república não era uniforme nem mesmo entre aqueles que defendiam o regime e os motivos que levaram homens a ingressar no Partido Republicano foram diferentes.⁴³⁶ A idéia em si, poderia tanto revestir-se de um caráter ideológico, como de uma simples alternativa de oposição ao governo, apresentando inúmeras variações. A república idealizada que se seguiria à “*Monarquia Democrática Popular*” era mais uma delas.

Da mesma forma, não havia consenso de como se daria a passagem do regime monárquico para o republicano, se através das urnas, das ruas, ou de um golpe político. O fato deste grupo defender tanto que a abolição se fizesse sem emprego da violência, como que o advento da república se desse após a implementação de uma série de reformas que teriam lugar num regime monárquico, levou muitos pesquisadores a questionar o caráter revolucionário das suas propostas. No entanto, é preciso ter em mente que defender a abolição “*fora das ruas*” ou mesmo propor uma transição pacífica de um regime para o outro não invalida o caráter revolucionário das propostas sugeridas pelos abolicionistas.⁴³⁷

Outro detalhe interessante a analisar é a forma como, no campo ideológico, Rebouças tenta unir conceitos díspares que pudessem tanto ter a função de apelar para a religiosidade da Princesa com a finalidade de conseguir sua adesão para suas propostas reformistas, como para justificar a união entre ela e o grupo abolicionista ao qual pertencia. Diz ele em artigo do Jornal:

⁴³⁵ NABUCO, Joaquim. *Resposta às Mensagens de Recife e Nazareth*. p. 16, disponível em <http://www.fundaj.gov.br>.

⁴³⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p.89-90

⁴³⁷ SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Projetos Sociais “Abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” . in REIS Fº, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais, História e Política : Séculos XIX e XX*:Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000, p. 61

*“A propaganda abolicionista foi sempre feita evangélica e cientificamente. Combatemos 9 anos em nome da Caridade de JESUS, da religião da Humanidade de Augusto Comte, da consangüinidade e da Unidade Atávica de todos os seres da família humana, segundo Charles Darwin.”*⁴³⁸

À primeira vista sugere uma mistura de idéias impossíveis de serem pensadas em conjunto, mas essa prática de se utilizar um repertório conceitual por vezes antagônico para justificar a defesa de idéias ou posições assumidas fazia também parte de um contexto da época. A inclusão da “caridade de Jesus” estaria completamente em oposição à “Religião da Humanidade” positivista, mas, neste momento, poderia perfeitamente servir para induzir e justificar a ligação com a Princesa.

Rebouças também tenta explicar cientificamente uma monarquia que fosse ao mesmo tempo democrática e popular e de como Isabel se enquadra nesta idéia:

Demonstra-se em Socionomia esta momentosa tese:

“As repúblicas são mais aristocráticas, mais oligárquicas e mais plutocráticas de que as monarquias”.

A demonstração pela Mecânica Racional é muito mais breve e muito mais simples.

Na monarquia há três forças em equilíbrio:

1º - a força monárquica, dinástica, real ou imperial;

2º - a força aristocrática, oligárquica, plutocrática;

3º - a força democrática; a reação natural dos elementos de produção pelo cérebro e pelos músculos.

O equilíbrio exige a convergência das três forças em um mesmo ponto, e que cada força seja igual ou contrária à resultante de todas as outras. Quem rompe o equilíbrio é, quase sempre, a força aristocrática, oligárquica e plutocrática pela sua insubordinação contra os princípios da Moral, de Justiça e Equidade; pelo seu parasitismo; pela sua ganância; pela sua gula insaciável de prazeres brutais.

A restauração do equilíbrio exige que a Monarquia incline-se para a democracia; nos momentos críticos é necessária a superposição das duas forças, para produzir uma resultante máxima que, infalivelmente, vence todos os esforços aristocrático, oligárquicos e plutocráticos.

⁴³⁸ Cidade do Rio de 22/06/1888

Foi o que aconteceu a 13 de maio de 1888. A Senhora Salvadora da Monarquia superpôs-se ao Abolicionismo Democrático; por esse movimento heróico, produziu tal prodígio de força que assombrou a nós mesmos, combatentes de nove e tristes dolorosíssimos anos (...).

O momento pertence, pois, à Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco”⁴³⁹

Por trás da defesa de uma “*Monarquia Democrática Popular*”, estava também a intenção de que cargos políticos fossem ocupados por membros desse grupo:

*“A Monarquia Popular e Democrática de Joaquim Nabuco é o Omega atual da salutar evolução monárquica iniciada pelo Marquês de Pombal; e tudo pressagia que ele será para Isabel I o que foi o Maior dos Portugueses para D. José.(...) Muito mais nobre e generosa [do que a de Guizot] foi a contribuição do magnânimo Pombal, dando combate à estulta e boçal aristocracia portuguesa e firmando o trono de D.José no coração do povo.”*⁴⁴⁰

O Marquês de Pombal ocupou o cargo de primeiro ministro de Portugal, governando com carta branca dada pelo rei D. José durante quase trinta anos (1750 – 1779). Promoveu uma série de reformas e governou com mão de ferro, sendo considerado um déspota esclarecido da Europa Iluminista. Creio ser óbvio que a proposta de Rebouças não significa um retorno àquela época ou ao despotismo, mas sendo a “*Monarquia Democrática Popular*” “*parlamentar, civil, leiga e popular*”⁴⁴¹ o que está aqui sendo proposto é que o cargo de Primeiro Ministro deveria caber a Joaquim Nabuco, em um sistema parlamentarista em que “*o rei reinasse, mas não governasse*”.

No parlamentarismo instalado no Brasil a partir de 1847, o Imperador escolhia o Governo e este fazia das eleições uma espécie de ritual de apoio majoritário, invertendo as regras do parlamentarismo clássico no qual o governo é, em certa medida, expressão de maiorias parlamentares. No caso brasileiro, as maiorias eram, na verdade, expressões da orientação do Poder Executivo, instalados por iniciativa do poder Moderador. Desta forma, o rei, conforme estabeleceu a formulação feita pelo Visconde de Itaboraí, “*reinava, governava e administrava*”.⁴⁴²

⁴³⁹ *Cidade do Rio* de 23/06/1888

⁴⁴⁰ *Idem* de 12/07/1888

⁴⁴¹ Fundação Joaquim Nabuco, COP26, doc. 637, carta de Rebouças a Nabuco de 27/06/1890

⁴⁴² LESSA, Renato. *A Invenção Republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 34-35

Encontrar um “*Marquês de Pombal*” para a Princesa Isabel foi uma sugestão dada a Nabuco pelo Apostolado Positivista⁴⁴³ em resposta à solicitação da opinião feita por ele sobre a agitação “*pseudo-republicana*” determinada pelo 13 de maio⁴⁴⁴.

Rebouças chega a colocar no papel um programa de reformas a ser implementado após a abolição. Segundo informação contida no livro de José Veríssimo, onde o encontrei publicado, ele teria sido escrito para a Confederação Abolicionista com o título de “*Programa de evolução para depois do dia 13 de maio*”. Nele estão distribuídos dez propostas de reformas já espalhadas em diversos artigos, cartas a amigos e conferências, tanto pelo próprio Rebouças como por outros membros do movimento abolicionista. No entanto, a primeira destas propostas parece estar dirigida à Princesa, com a possível finalidade de fazê-la aderir a este programa, já que toca em um assunto que não passava habitualmente pelas preocupações de Rebouças, ou de seu grupo. A proposição é a seguinte:

*“I - Assegurar a todos os residentes no Brasil a mais ampla liberdade de consciência. Promover a decretação, em Assembléia Constituinte do Império do Brasil, que os assuntos religiosos são superiores a qualquer poder humano, que nem mesmo as duas casas do Parlamento reunidas em assembléia geral poderão pôr em discussão matéria concernente a religião.”*⁴⁴⁵

Rebouças defendia a livre iniciativa individual e a mínima intervenção governamental. No entanto, apesar de ter tido uma educação religiosa, “o *Cristianismo em Rebouças não era tradicional, ortodoxo e mesmo institucional*” e seu interesse em religião limitava-se aos ensinamentos bíblicos, possuindo desprezo pelos rituais religiosos orientados pela Igreja⁴⁴⁶. O item acima em questão parece ir ao encontro da idéia de Isabel sobre o assunto, conforme havia manifestado anos atrás em carta ao pai já citada no primeiro capítulo:

“O que acho porém é que o governo quer se meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. (...) Devemos defender os direitos dos cidadãos

⁴⁴³ O Apostolado positivista era um grupo defensor de idéias radicais positivistas, cujos principais representantes são Miguel Lemos e Teixeira Mendes

⁴⁴⁴ PAIM, Antônio (Seleção e Introdução). *O Apostolado Positivista e a República*. Biblioteca do pensamento Político Republicano, vol 2, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 29

⁴⁴⁵ VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua autobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939, p.214-215

⁴⁴⁶ JUCÁ, op. cit, p.54

*brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja?”*⁴⁴⁷.

O segundo item do programa de evolução trata da inclusão do liberto na sociedade:

*“II - Cumprir escrupulosamente o sacrossanto legado da Confederação Abolicionista impedindo a reescravização da raça africana; assegurando a sua libertação pela independência e pelo bem-estar; promovendo a educação e a instrução dos libertos; facilitando-lhes a aquisição da propriedade da terra em que trabalham, constituindo-os lavradores proprietários.”*⁴⁴⁸

A inclusão dos libertos na sociedade através da posse da terra e da educação era uma idéia defendida por Rebouças há muitos anos. Já em seu diário de 1870, ele se mostrava mais preocupado com a situação do ex-escravo após a abolição do que com o movimento abolicionista em si.⁴⁴⁹ Em junho de 1887, mais uma vez ele reafirmava a idéia da inserção do negro através da posse da terra em carta a Nabuco: *“A Abolição marcha triunfalmente. É, porém, preciso dar terra ao negro.”*⁴⁵⁰

Um projeto de lei para a *“Educação, Instrução e Elevação do Nível Moral dos Libertos e dos Trabalhadores Rurais”* foi elaborado por ele entregue nas mãos do Conde d’Eu, conforme ele anota em seu diário em julho de 1888:

*“No Instituto Politécnico presidido pelo Conde d’Eu; dei-lhe a Duplicata da mensagem da Anti-Slavery Society ao imperador e cópias dos projetos de lei em favor dos Libertos e de Arbitragem Técnica para terminar o Conflito sobre o Território das Missões”*⁴⁵¹[grifos meus]

Isso vem a demonstrar que essas idéias reformistas não ficaram apenas no papel, ou que se tratavam de meras utopias. A idéia foi de efetivamente fazê-las chegar às mãos da Regente para que ela pudesse, ao menos, apreciá-las.

O estabelecimento da arbitragem técnica para dirimir conflitos com outros países era mais uma das propostas reformistas, colocada como o décimo item neste

⁴⁴⁷ AHMIP, AGP, XLI-3, carta de 31/08/1873

⁴⁴⁸ VERÍSSIMO, op. cit, pp 214-215

⁴⁴⁹ JUCÁ, op. cit, p. 66 citando anotação do *Diário de Rebouças de 14/04/1870*, no qual se refere à elaboração dos estatutos da *“Associação Geral de Protetores de Emancipados para Proteger e Educar os Emancipados do Brasil”*

⁴⁵⁰ Fundação Joaquim Nabuco, P.18 p. doc. 354 - carta de 27/06/1887

⁴⁵¹, *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB – ACP 11, DL 464, anotação de 18/07/1888.

programa: “X - *Estabelecer a decisão por arbitragem para todos os conflitos internacionais.*”⁴⁵²

O terceiro item do programa de reformas assinala a adoção do sufrágio universal: “III - *Decretar o sufrágio universal para todos os cidadãos, só excluindo os analfabetos e os sentenciados.*”⁴⁵³ Na proposta de Rebouças estão de fora apenas os analfabetos e sentenciados, mas não fica claro se o voto universal seria estendido às mulheres.

O quarto item envolve uma das questões consideradas fundamentais nesse quadro de reformas - o estabelecimento da “*Democracia Rural*”:

“IV - *Promover a nacionalização do solo pelo Imposto Territorial e pela liberdade de comércio de terra. Facilitar a todos os nacionais e imigrantes a aquisição de um lote de terra com propriedade garantida pelo sistema Torrens; com apólice transmissível por endosso e livre de litígios, demandas e complicações judiciais pela segurança do Registro do Cadastro Nacional.*”⁴⁵⁴

A Democracia Rural era a grande bandeira defendida por Rebouças. Sua idéia de reforma agrária consistia na divisão de grandes propriedades ou latifúndios em pequenos lotes de terra de 20 hectares. Neles surgiriam comunidades de homens livres, de imigrantes e de agricultores, que substituiriam a antiga estrutura das grandes propriedades pertencentes à oligarquia rural⁴⁵⁵.

Nos bastidores do Império, neste período, Rebouças trabalhava para por em prática sua tese da “Democracia Rural”, conforme registrou em seu diário: “*Discutindo com o Presidente do Conselho João Alfredo na sala dos Ministros, o Monopólio Territorial e instando por medidas a favor da Democracia Rural*”⁴⁵⁶; ou ainda: “*Na Câmara dos deputados discutindo com os Ministros João Alfredo e Ferreira Vianna os tais Auxílios à Lavoura (Landocracia) e a organização da Democracia Rural, a começar pelo Imposto Territorial*”⁴⁵⁷.

Segundo Richard Graham, a possibilidade de implantação de uma reforma agrária, contida no projeto da “Democracia Rural”, vai ser “*a razão para que muitos conservadores ex-senhores de escravos latifundiários se voltem para a República*”.⁴⁵⁸

⁴⁵² VERÍSSIMO, op. cit, pp 214-215

⁴⁵³ *Idem*

⁴⁵⁴ *Idem*

⁴⁵⁵ JUCÁ, op. cit, p.96

⁴⁵⁶ *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB – ACP 11. DL 464, anotação de 10/07/1888

⁴⁵⁷ *Idem*, anotação de 18/07/1888

⁴⁵⁸ GRAHAM, op. cit, p. 194

Os demais itens do programa de reformas escrito por Rebouças diziam respeito à autonomia municipal, à autonomia provincial, à abolição dos impostos diretos sobre a venda de terras e à defesa das liberdades de comércio, indústria, bancária e de trabalho mental.

Patrocínio, por seu turno, ocupa-se da defesa de Isabel e do terceiro reinado nas páginas de seu jornal. Atacava o Partido Republicano paulista por terem eles declarado em manifesto que iriam “*combater o terceiro reinado por todos os meios*” acusando-os de, ao contrário, nunca terem resolvido “*combater a escravidão por todos os meios*”.⁴⁵⁹

Num artigo em que responde ao jornal “*A Rua*”, explica os motivos de seu apoio à monarquia.:

*“O abolicionismo sempre teve um programa mesmo se ele nunca abriu um debate sobre as melhores formas de governo; o abolicionismo criticou a monarquia e o fará todas as vezes que ela impedir a realização das reformas sociais iniciadas no dia 13 de maio de 1888. Mas, se a Coroa, ainda enfraquecida pelos combates com a escravidão, continuar levando a campanha da terra e da autonomia local, como ela vem fazendo até agora, jamais ela encontrará aliado mais fiel. Para que os leitores de “A Rua” me compreendam, é necessário que eles se lembrem da oposição dos liberais e dos republicanos ao discurso do Imperador a propósito da reorganização da propriedade (...) Eu não quero condenar o meu país por causa de uma palavra [República], que representa a glória na Suíça, mas representa a vergonha no Peru, somente para não ser acusado de contradição. Na verdade, eu sou inteiramente coerente com a Ciência Política quando, em nome do meu amor pela liberdade, eu apóio a monarquia. Eu a apóio porque ela nos promete a integridade e o progresso realizado através da democracia rural; e eu me oponho a essa república porque ela nos levará à aristocracia rural, a mais audaciosa e mais bestial”.*⁴⁶⁰

Nestas palavras de Patrocínio, podemos ver que seu discurso está perfeitamente alinhado com o de Rebouças e de Nabuco. Mas, em artigo escrito pouco antes da volta do Imperador, Patrocínio faz uma proposta ainda mais ousada do que a “*Monarquia Democrática Popular*” para o “Terceiro Reinado”:

“Com a Regência, ou mesmo com o reinado da Princesa Redentora, era possível constituir-se, apesar as dificuldades do parlamentarismo, uma

⁴⁵⁹ Cidade do Rio de 01/06/1888

⁴⁶⁰ Cidade do Rio de 18/05/1888

ditadura de fato, progressiva e patriótica, limitada à vida da imperante, e capaz de encaminhar os verdadeiros elementos republicanos do país a uma orientação real e científica.(...)[grifo meu]

Investindo de missão ditatorial em nome do Império o Sr. João Alfredo, por exemplo, S.Ex., que tem todas as qualidades de espírito e caráter, poderia dar conta dessa preparação necessária para a nação reempossar-se da sua autonomia.”⁴⁶¹

Se trata de uma proposta da implantação de uma ditadura nos moldes positivistas durante o reinado de Isabel, na qual o comando do governo estaria a cargo do Ministro João Alfredo. Já que esta ditadura estaria “*limitada à vida da imperante*” a proposta é de que ela funcionasse como um período de transição para um sistema republicano, após a implementação de reformas.

A sugestão de se implementar uma ditadura positivista de caráter provisório durante o reinado de Isabel também faz parte das idéias do Apostolado Positivista, contidas na carta enviada a Nabuco já citada, embora eles não considerassem esta hipótese realizável.⁴⁶²

Uma outra iniciativa atribuída a José do Patrocínio foi a criação da Guarda Negra, em 28 de setembro de 1888 na redação do jornal Cidade do Rio. Entretanto, segundo Carlos Eugênio Líbano Soares, a primeira menção sobre ela teria sido publicada a 10 de julho de 1888 neste mesmo jornal. Ela estaria sob o comando do abolicionista Emílio Rouède. Na proposta de concepção da “*Guarda Negra da Redentora*”, era criado um estatuto com 6 artigos, que previa o estabelecimento de eleições internas para sua diretoria, e uma rede de alianças que incluiria desde jornais da Corte até libertos do interior do país. Aconselhava, inclusive, a estes últimos, que só trabalhassem nas fazendas “*que não juraram guerrear o 3º Reinado*”.⁴⁶³ Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Líbano Soares, era implementada pelo gabinete João Alfredo uma campanha de recrutamento militar na cidade que teria como finalidade última tirar de circulação os “*capoeiras*”. Com esta medida, visaria “*formar um braço armado clandestino que espalhasse o terror entre seus adversários e incorporasse parte representativa da camada popular ao seu anel de influência*”⁴⁶⁴

⁴⁶¹ *Idem* de 27/08/1888

⁴⁶² PAIM, op. cit, pp 28-29

⁴⁶³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999, pp. 257-258

⁴⁶⁴ *Idem*, p.260

Isto quer dizer que teria havido dois projetos simultâneos de se constituir uma Guarda Negra: o primeiro, de militantes abolicionistas e de libertos, que pudesse incorporar os interesses destes últimos, e transformá-los numa força institucional. O segundo, o do ministério João Alfredo, e teria sido este último o que teria vingado.⁴⁶⁵

De qualquer forma, Patrocínio deu seu apoio à Guarda Negra, constituída neste momento, e à idéia de se defender a Princesa dos opositores do Terceiro Reinado. Era defensor da Guarda Negra por considerá-la um instrumento legítimo de ação política.⁴⁶⁶ Ele só passou a discordar da conduta assumida por ela de combate aos partidários da República no ano seguinte, como veremos no próximo capítulo.

Embora não tenha encontrado registros de Isabel, nesse período em que ocupou a terceira regência, sobre a aproximação entre ela e os abolicionistas, vamos nos deparar com esta ligação em carta recentemente trazida ao conhecimento público, escrita por ela em agosto de 1889 ao Visconde de Santa Vitória, agradecendo uma doação em dinheiro. Nela, há a confirmação de que muitas das reformas defendidas por esse grupo de abolicionistas faziam parte de seus planos, e que ela contava com a efetiva colaboração deles para levá-las adiante. Diz a carta:

“Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu Banco em forma de doação como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de Maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. pediu ao presidente do gabinete para não provocar maior reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam desse nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos Srs. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderão dar auxílio a partir do dia 20 de novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil!

Com os fundos doados pelo Sr. teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na

⁴⁶⁵ SOARES, op. cit, p. 259

⁴⁶⁶ MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da Redemptora no oco do Império (1888-1889)*. Dissertação de mestrado defendida em 2006, no Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, p. 80. disponível em http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/33/TDE-2006-10-10T164358Z-342/Publico/augusto_mattos.pdf

pecuária e delas tirando seus próprios proventos. [grifo meu] *Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda dos seus bens, o que demonstra o amor devotado do Sr. Pelo Brasil. Deus proteja o Sr e toda a sua família para sempre!*

Foi comovente a queda do Banco Mauá em 1878 e a forma honrada e proba, porém infeliz, que o Sr. e seu estimado sócio, o grande Visconde de Mauá aceitaram a derrocada, segundo papai tecida pelos ingleses de forma desonesta e corrupta. A queda do sr. Mauá significou uma grande derrota para o nosso Brasil!

Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente como o senhor já sabe, vão além da liberação dos cativos. [grifo meu] *Quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grilhões do cativeiro doméstico, e isto será possível através do Sufrágio Feminino!* [grifo no original] *Se a mulher pode reinar também pode votar!*

Agradeço vossa ajuda de todo o meu coração e que Deus o abençoe!”⁴⁶⁷

Esta carta foi contestada por alguns historiadores em virtude de seu conteúdo, mas não houve exame grafotécnico que lhe negasse a autoria. Ela foi escrita após a queda do gabinete de João Alfredo, estando no poder o ministério liberal de Ouro Preto. Nela, Isabel demonstra ter consciência de que tanto os escravocratas, como os militares se afastavam da monarquia, e do risco iminente que esta corria. No entanto considerava possível, após a posse da nova legislatura em 20 de novembro, poder contar com a ajuda do grupo de abolicionistas aqui em questão, além de outros amigos para realizar mudanças que desejava implementar no país. Entre elas estão, como ela assinala, o assentamento de libertos em terras próprias com a finalidade de inseri-los em uma sociedade produtiva e uma proposta de sufrágio que abrangeria o voto feminino. As freqüentes referências a Deus demonstram que a religião permanece como característica de seu cotidiano e base de sua visão de mundo, embora isto não a impeça de ter uma visão política sobre a necessidade de reformas sociais. Seu discurso se mostra coerente com as idéias defendidas por Nabuco e Rebouças.

Neste mesmo período de junho a agosto de 1888, um movimento oposto ao de apoio ao Terceiro Reinado e a Isabel se faz sentir na Corte. Logo após a decretação da

⁴⁶⁷ Apud LEAL, Priscilla. “O lado rebelde da Princesa Isabel”. in *Revista Nossa História*, Ano 3/nº 31, maio de 2006, pp. 69-72

abolição, a insatisfação pela libertação dos escravos sem indenização deu origem a um intenso debate que se desenrolou no Parlamento. Um projeto que pretendia estabelecer uma indenização aos fazendeiros pela perda da propriedade escrava era apresentado pelo Barão de Cotegipe. André Rebouças, Nabuco e Patrocínio se colocam contrários a qualquer tipo de indenização. No dia 19 de julho, os jornais anunciavam que por 30 votos a 10 o Senado rejeitara o projeto de Cotegipe. O ministro João Alfredo, entretanto, procurava estabelecer uma compensação à classe agrícola, com a criação de bancos territoriais de crédito à grande lavoura.⁴⁶⁸

Embora a idéia dos bancos não tenha vingado, a questão abalou o relacionamento entre João Alfredo e os abolicionistas Nabuco e Rebouças. No seu diário, Rebouças anota:

“Na Câmara dos Deputados com o amigo Joaquim Nabuco discutindo com o presidente do Conselho João Alfredo os seus auxílios ao Landlordismo e seu abandono dos Libertos e da Democracia Rural.

A Joaquim Nabuco pertence a glória de haver impedido João Alfredo e Andrade Figueira de realizarem o plano de conceder 300.000 contos de letras hipotecárias aos Landlords e aos Comissários do Café, seus credores. Depois dessa discussão com João Alfredo, nunca mais procurei falar-lhe.”

Rebouças rompia com João Alfredo, mas ainda não era esta a opção de Nabuco. Em carta a seu companheiro de partido liberal A. J. da Costa Ribeiro relata as desavenças com o Ministério:

“Eu mesmo sustentei o João Alfredo com toda a força para ele ter o prestígio preciso (todos procedendo como eu, está claro) para impor a lei [da abolição] em dias ou horas. Ultimamente, porém, o João Alfredo tem ido pedir inspirações ao Figueira, que o envolveu em um projeto de bancarrota nacional destinado a encampar a dívida perdida com a escravidão, e eu fui forçado a atacar o ministério com força e a fundo. Ninguém, entretanto, se entende em política, o partido liberal é uma multidão e não um exército e assim não há sequer vantagem em derrubar o ministério, porquanto o sucessor pode até ser o próprio Paulino. Eu acho-me, portanto na mesma posição independente em que

⁴⁶⁸ ALONSO, op. cit, p. 235.

me coloquei no partido liberal, e vejo que essa é a mesma que tem o Saraiva, o Dantas, o Gaspar e todos os outros.”⁴⁶⁹

Em carta escrita à José Mariano Carneiro da Cunha, complementa a explicação acima:

“Eu oponho-me aos Bancos porque quero a pequena propriedade, a dignidade do lavrador, do morador, do liberto (...) Não considero o interesse de nenhum partido, mas, somente o do povo, que nada pode fazer por mim porque ainda nem sequer balbucia a linguagem dos seus direitos.”⁴⁷⁰

As vozes contrárias à existência de um Terceiro Reinado, no entanto, começam a falar cada vez mais alto através da imprensa. Em vários jornais, aparecem publicadas cartas, notícias e crônicas que dão conta da insatisfação dos fazendeiros diante do fim da escravidão e o medo da desordem social que pudesse ocorrer no interior da província do Rio de Janeiro. A culpa da situação é colocada sobre os ombros da Regente. Eis alguns exemplos. Do jornal *Novidades*, escolhemos a carta de um fazendeiro não identificado da cidade de Bananal publicada em 10 de julho de 1888, sob o título de “*Conseqüências*”:

“Devido unicamente à Lei de 13 de maio, a minha lavoura, assim como a maior parte desse município, está em lamentáveis condições. (...) De 200 escravos restam apenas 30 no trabalho e estes também querem partir. (...) Estou impossibilitado de preparar e exportar o café. É uma verdadeira catástrofe! O direito conculcado(sic), a usurpação selvática, sob as formas hipócritas de uma legalidade que denomina-se – por escárnio – Lei Áurea! Glória à Excelsa Princesa Imperial!”.

No dia seguinte, o *Novidades* publica, ainda sob o título de *Conseqüências*, um artigo dando conta de que nos municípios de Cantagalo, Madalena, Campos e São Fidelis, no norte da província do Rio de Janeiro, mais de 300 fazendas estão abandonadas, e que mais de mil terão o mesmo destino pela impossibilidade material de mantê-las e explorá-las. Ainda afirma que “*É a miséria que avança: e como compensação avança o movimento republicano*”. Quanto ao liberto, continua o artigo, “*é hoje um parasita*”, denunciando que muitos se recusam a sair das fazendas, mas ao

⁴⁶⁹ Fundação Joaquim Nabuco - Cap 5 doc 100

⁴⁷⁰ Fundação Joaquim Nabuco - CAP 6 doc 101

mesmo tempo se recusam a trabalhar, vivendo no ócio. E termina: “*Vadiagem, parasitismo e miséria: eis o que se observa pelo interior. Glória à Princesa!*”⁴⁷¹.

Do jornal *O País*, optamos pela reprodução de parte do discurso do deputado Lacerda Werneck, publicado em 21 de julho de 1888:

“(...) *Desejava que o nobre Ministro da Justiça desse um passeio pelo interior para ver com seus próprios olhos as tristezas que por lá vão (...). Dão-se furtos e desordens e os libertos tomam parte nesse crime; os fazendeiros vivem ameaçados e não há quem tome providências*”.

Fica evidente nestes exemplos, o despreparo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, que ao contrário dos de São Paulo, acreditavam conseguir manter a escravidão por muitos anos e não fizeram a opção pelos imigrantes. Fica também claro o estabelecimento do que Célia Azevedo⁴⁷² e Sidney Chalhoub⁴⁷³ chamam de “medo branco”, que significava a perda do controle social sobre a massa de negros. Ressalta-se, da mesma maneira, a associação entre a insatisfação da classe agrícola, que dava sustentação à monarquia, e o crescimento do movimento republicano, com o conseqüente fortalecimento do seu Partido, até então absolutamente inexpressivo e sem representação nas Câmaras.

Ao final do mês de julho era anunciado o próximo retorno ao país do Imperador Pedro II, notícia esta recebida com alegria até mesmo por jornais republicanos, como, por exemplo, *O Mequetrefe*, que afirma: “*apesar dos pesares, o Sr. D. Pedro II é um Imperador como há poucos*”, e que só não o estima de coração “*uma meia dúzia de bobos que não tem o que fazer*”.⁴⁷⁴

O retorno do Imperador leva os vários jornais a publicarem avaliações sobre a última regência de Isabel, sendo que estas são absolutamente contrastantes em alguns aspectos, dependendo da orientação política dos periódicos, ou totalmente coincidentes, apesar dela. Vamos apreciar algumas, para poder analisá-las no conjunto.

No jornal *Novidades*, escravocrata e conservador, que dava voz à classe agrícola insatisfeita, a opinião é de que o Imperador havia deixado o país entregue a mais perfeita paz e absoluta tranquilidade, e que a transição para o regime livre estava sendo

⁴⁷¹ *Novidades* de 11/07/1888

⁴⁷² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, séc XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

⁴⁷³ CHALHOUB, Sidney. “Medo branco em almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol 8, nº 16, p.83-105, mar./ago. 1988.

⁴⁷⁴ *O Mequetrefe*, agosto de 1888

feita por meio de uma lei que representaria um acordo entre os lavradores e abolicionistas e que esta levaria a escravidão a termo com “*regozijo geral*”. Outro ponto que ressaltam é que as instituições consideradas como garantia para a propriedade eram respeitadas. O primeiro ato da regência, ou seja, a demissão do gabinete Cotegipe, foi considerada como um ato de absolutismo, uma violência despótica “*nunca praticada pelo Imperador*”. E prossegue: “*A lei da abolição veio dar-nos em espetáculo a intervenção direta e ostensiva da coroa (...). A constituição foi postergada e anulada!*”. Acusam o Conde d’Eu de aproveitar a ausência do Imperador para tomar atitudes que interferem na política do governo e de ter a Princesa privilegiado o “*corrilho*” que sempre a acompanhou, de ter distribuído títulos e condecorações. No que diz respeito à posição adotada pela classe agrícola expõe:

“As classes conservadoras, as classes que são o alicerce da monarquia, (...) surpresas diante deste desvario inesperado, retraem-se para advertir a coroa de que essa estrada ora trilhada é a via dolorosa que vai terminar no lugar de todas as dores e de todos os tormentos. (...) O movimento republicano explodiu como a prova mais frisante do desgosto, dominou várias províncias, corporizou-se, definiu-se”.⁴⁷⁵

O Conde d’Eu, que também não escapava das críticas feitas pelo *Novidades*, , abandonara, segundo avaliação do periódico, a posição discreta que adotara durante o reinado de D.Pedro II, pois, sabendo que não era popular e tencionando projetar sua imagem acima da do Imperador, influenciou fortemente a Princesa para que promovesse a libertação dos escravos. Desta forma afirma que, “*na febre de ser rei (...) veio-lhe a idéia de fazer decretar a abolição, convencido de que o povo o levaria em triunfo à coroação desejada*”.⁴⁷⁶

Essa mesma idéia de que a Princesa agiu no sentido de promover a abolição sob influência do Conde d’Eu vai estar presente no jornal *Diário de Notícias*⁴⁷⁷, num artigo publicado na seção “a pedidos”, embora atribua a ele um motivo mais nobre, ou seja, sua crença na propaganda abolicionista e sua convicção de que esse era o melhor caminho a seguir.

Numa avaliação oposta, José do Patrocínio, no jornal abolicionista *Cidade do Rio*, vai dizer que D.Pedro II havia se retirado do país, deixando o mesmo “*no mais*

⁴⁷⁵ *Novidades* de 11/08/1888

⁴⁷⁶ *Idem*

⁴⁷⁷ *Diário de Notícias* de 21/07/1888

deplorável estado”, e como governo “*tudo quanto havia de pior na vaza da nossa política*”. E prossegue:

*“Foi nessa situação dolorosa, nesta conjuntura difícilima que a princesa regente educada apenas para ser a mais perfumosa flor do lar viu-se obrigada a ser instantaneamente soberana. (...) Impávida e serena suprimiu com um traço de pena trezentos anos de ignomínia(...) Pode-se dizer que a princesa regente purificou sua dinastia(...). A princesa salvou o trono de uma tempestade revolucionária(...) A princesa fez uma pátria digna de homens livres (...)”*⁴⁷⁸

No entanto, alertava o Imperador sobre o grande movimento republicano que ele iria encontrar em seu retorno, fruto da transformação do antigo movimento escravista: “*Os grandes centros negreiros se converteram em centros poderosos republicanos*”.

Joaquim Nabuco, em artigo publicado no jornal *O País*⁴⁷⁹, concorda com Patrocínio, na observação de que a Princesa havia achado o país perturbado por sérias agitações. Quanto à sua atuação libertando os cativos, Nabuco diz que os abolicionistas e os políticos que se ligaram a eles não tinham nada a perder: “*A Princesa Imperial, porém, (...) tinha um trono e uma pátria que perder (...). Ela fez o que seu pai não teria feito nunca (...)*”⁴⁸⁰.

O jornal *Gazeta da Tarde*, que se declarara um órgão democrático, “*sem fetichismo por forma alguma de governo*”,⁴⁸¹ já havia feito por ocasião do aniversário da Princesa, uma avaliação sobre sua pessoa. Nesta, afirmava que, embora ela houvesse recebido nobres exemplos de virtudes privadas de sua mãe e de patriotismo e abnegação de seu pai, não recebeu “*a educação indispensável a um soberano constitucional e tem alguns defeitos dos príncipes de sua raça, tais como falsos princípios religiosos, propensão para se cercar de corrilhos compostos de pessoas de pouca respeitabilidade*” e deixar-se influenciar por elas. Com a volta do Imperador o periódico se propõe a fazer um “*julgamento da Senhora Isabel e apreciar seus atos na direção suprema dos negócios do país*”. Eis alguns trechos do mesmo:

“Tal era o estado de coisas que o Sr. D. Pedro II deixou a pátria: um governo impopular dirigindo os destinos da nação e um povo cansado de lutar por uma

⁴⁷⁸ *Cidade do Rio* de 21/08/1888

⁴⁷⁹ *O País* de 24/08/1888

⁴⁸⁰ *Idem* de 29/07/1888

⁴⁸¹ *Gazeta da Tarde* de 29/07/1888

*causa (abolição) prestes a apedrejá-lo. S. A. a regente, mal assumiu a chefia do poder executivo, compreendeu a necessidade inadiável de resolver o problema. Á primeira oportunidade despediu (...) o gabinete Cotegepe e entregou o poder ao Sr. João Alfredo, com a missão dele dar o golpe final à questão. (...) A abolição fez-se e a regente caiu no coração do povo. Com esse triunfo que uma idéia, que um princípio alcançara, resultava a desorganização de um partido. A regente violara as normas nos países regidos pelo sistema parlamentar. Confiara aos conservadores o que pertencia aos liberais, desorganizando os primeiros. As conseqüências não se fizeram esperar. De todos os pontos o elemento conservador fez ouvir os seus clamores, os seus protestos (...). E agora, que S. M. volta, encontra o partido republicano alastrando o país. (...) Já não é um grupo de utopistas, de sonhadores”.*⁴⁸²

A análise desses artigos nos leva a concluir que havia um consenso, ao menos na imprensa, de que o afastamento do Barão de Cotegepe, a escolha de João Alfredo e a abolição se fizeram por ação direta da Princesa, e que, estando D. Pedro II no trono, ela talvez não ocorresse naquela hora e muito menos da forma que foi feita, sem indenização. Isso é o provável motivo que, ao fim de sua regência, levava a imprensa abolicionista a exaltar seu ato e a escravocrata a culpá-la pela sua insatisfação e pelas conseqüências que dela adviriam.

Apesar de ter suas virtudes e qualidades morais muitas vezes exaltadas, tanto seus adversários políticos, como seus aliados abolicionistas mantêm um discurso baseado na cultura política patriarcalista, no qual à mulher estaria destinado o lar e a família, reservando para ela o espaço privado, aliado à idéia de despreparo para governar.

A religiosidade católica e a idéia de que a Princesa é facilmente influenciável, em especial por seu marido, também continuam a aparecer para todos como um problema agravante. A idéia recorrente de que a abolição imediata sem indenização teria ocorrido por inspiração do Conde d'Eu, choca-se com as próprias palavras dele na carta que escreve a Pedro II, logo após a derrubada do gabinete Cotegepe, ao explicar a função que teria o gabinete João Alfredo: “*O novo gabinete surge armado de grande prestígio e inspirado pelo [Antônio] Prado, conta fazer votar a supressão imediata da escravidão. É passo, a meu ver, um tanto precipitado.*”⁴⁸³[grifo meu]

⁴⁸² *Gazeta da Tarde*, de 21/08/1888

⁴⁸³ Apud RANGEL, op. cit, p.367

Isabel cercou-se sempre de um grupo restrito de amigos, que incluíam, entre outros, suas amigas de infância, Baronesas do Loreto e Muritiba, e seus respectivos maridos, e a Condessa de Barral, a quem os jornais acusavam de exercer forte influência sobre ela. O fato de ter a princesa distribuído muitos títulos de nobreza, inclusive a esse grupo, tratado nos jornais por “*corrilho*”, ou “*camarilha*”⁴⁸⁴ foi duramente criticado. A esse respeito, assim escreve Gusmão Lobo, diretor do *Jornal do Comércio*, em carta ao barão do Rio Branco:

*“Toda a camarilha tem sido baronizada com grandeza, Dória, Ramiz, Salgado, e outro. Tamandaré, conde no seu último aniversário, foi marquês ao cabo de meses. Tosta, barão com grandeza; dama, a senhora; marqueses, o Muritiba e Paranaguá; viscondessa, a Suruí, Penha, Gávea uma avalanche de mercês.”*⁴⁸⁵

Foram também agraciados com títulos vários bispos da Igreja Católica, como D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro, D. Luís Antônio dos Santos, Arcebispo Primaz do Brasil e D. José Pereira da Silva Barros, Bispo de Olinda.⁴⁸⁶

Segundo Norbert Elias, numa sociedade de corte, a concessão de um título de nobreza significava uma indicação visível da posição do agraciado perante o rei, que tanto criava relações de dependência, como estabelecia o comportamento dos cortesãos entre si.⁴⁸⁷

A nobreza brasileira foi formada ao longo de poucos anos. Não havia uma dinastia de nobreza no país, já que antes de 1822 os nobres estavam vinculados ao reino de Portugal. Tornou-se hábito conceder títulos a figuras de destaque do Império e, após a década de 1870, como forma de incentivo àqueles que libertassem grande quantidade de escravos. A concessão de títulos a amigos ou pessoas de sua confiança, estava de acordo com o pensamento já expressado anteriormente por Isabel no seu “testamento político” de 1871, mas visava também reconstituir sua base social e política de

⁴⁸⁴ Grupo de cortesãos que convivem com um soberano e procuram influir nos negócios públicos.

⁴⁸⁵ Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano 3, n.5. – Brasília, DF : A Fundação, 2004, carta de 30/06/1888

⁴⁸⁶ DAIBERT, JR. op. cit. 2007, p. 206

⁴⁸⁷ ELIAS, op. cit, p. 107

sustentação.⁴⁸⁸ O “Terceiro Reinado” estava de alguma forma criando a “sua nobreza”, já que dele se afastavam muitos de seus membros tradicionais.

Um outro fator que fica evidente é a debandada da classe agrária em direção ao movimento republicano e a organização deste, cada vez mais eficiente. Ao se aproximar o fim da terceira regência da Princesa, a idéia republicana já se havia espalhado entre eles, quer como consequência imediata da abolição da escravidão que deixara parte da lavoura despreparada sem sua força de trabalho, quer ante a possibilidade de implementação das reformas democráticas sugeridas pelos abolicionistas que buscavam apoiar o Terceiro Reinado.

A expectativa de ter o Imperador de volta ao país, ainda não afastava de todo a idéia de sua incapacidade de assumir o governo. Desta opinião partilhava igualmente o Conde d’Eu:

*“Resta, infelizmente uma grande preocupação: é a idéia muito generalizada, não sem fundamento, que o estado de saúde não permitirá retomar, ao menos durante este ano, as rédeas do governo. De qualquer forma, esta questão delicadíssima só poderá, evidentemente, ser resolvida quando ele chegar”*⁴⁸⁹

Seguindo sugestão do Visconde de Nioac e do médico de Pedro II, Motta Maia, que acompanharam o Imperador à Europa durante sua viagem de tratamento, João Alfredo preparou a abdicação deste em favor de sua filha. Isabel estava ciente dos planos de seu Ministro. Mas o Imperador ao chegar negou-se a apenas ficar com o título de “Imperador Honorário”. A Princesa, por sua vez, teria se declarado contente por ver seu pai reassumir o governo, retardando o momento que seria para si de tanta responsabilidade.⁴⁹⁰

Em carta escrita ao pai, o Conde d’Eu escreve que o Imperador havia chegado “com muito boa aparência e sensivelmente melhor, sobretudo da memória e da presença de espírito.” Na seqüência, ele narra o episódio da proposta de abdicação, ou de prolongamento da regência:

⁴⁸⁸ Neste período Isabel também concedeu o título de Barão de Guaraciaba a Francisco Paulo de Almeida, um dos poucos negros titulares do império. A biografia de Francisco Paulo de Almeida (*Francisco Paulo de Almeida - Barão de Guaraciaba: Relações de poder e biografia de um negro no Brasil Império*) está sendo objeto da dissertação de mestrado produzida por Carlos Alberto Dias Ferreira, do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Henrique Lopes

⁴⁸⁹ AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 06/08/1888

⁴⁹⁰ IHGB - Arquivo Wanderley Pinho - *Abdicação do Imperador preparada por João Alfredo*.

“Quanto à idéia apresentada por Nioac e Motta Maia, de prolongar a regência para deixá-lo mais em repouso, ele repeliu imediatamente a sugestão que lhe foi feita por seu médico e respondeu que não queria passar por inválido, nem ocupar uma posição honorária, pois destas já havia demais neste país, acrescentou ele! É um grande alívio para Isabel e para mim ver afastar este projeto que não poderia ser colocado em prática sem os votos da Câmara.”

A recuperação do Imperador aparece como motivo de alegria para Isabel e, diante da negativa de seu pai de ficar afastado do trono, adia, sem nenhum tipo de contestação, seu momento de assumir o Império. Não fazia parte dos planos de Isabel ocupar o trono de seu pai contra a vontade dele. Mesmo tendo *“mudanças em mente que iriam além da libertação dos escravos”*⁴⁹¹, a Princesa parecia esperar a ocasião em que, por direito sucessório, o Império passasse às suas mãos, para pô-las em prática.

Já o Conde d’Eu, menos afeito aos meandros da política que Isabel, descreve a volta do Imperador como um motivo de alívio. E dá uma idéia do quadro que prefere não ter que enfrentar:

*“A boa vontade e o entusiasmo do público pelo Imperador foi muito grande maior ainda do que em seus retornos [de viagens] precedentes. Mas é uma homenagem puramente pessoal; porque, como eu creio já te haver escrito, a idéia republicana fez, depois da partida dele no ano passado, progressos enormes que atinge todo mundo, e, apesar da prosperidade financeira que marca este ano, nunca, ao menos nos últimos 40 anos, a situação da monarquia brasileira esteve tão abalada quanto hoje.”*⁴⁹²

Para além do crescimento do movimento republicano, a volta do Imperador ao poder e o conseqüente afastamento da Princesa, significou também a quebra do primeiro elo da corrente que unia o “Terceiro Reinado” e o projeto de reformas dos abolicionistas.

Neste capítulo minha intenção foi a de demonstrar que a perspectiva de ter-se iniciado o Terceiro Reinado ocorreu de fato, embora não de direito. Foi uma possibilidade real tanto para a própria Isabel como para seus contemporâneos de uma

⁴⁹¹ Carta da Princesa Isabel ao Visconde de Santa Vitória, apud LEAL, op cit, PP.69-72

⁴⁹² AHMIP, AGP, XLII-3, carta de 23 de agosto de 1888

maneira geral. Este foi também o momento em que o meio político se agitou mais fortemente, posicionando-se quer a seu favor, quer contra ele.

Isabel agiu com relativa autonomia e não apenas como uma extensão do governo de seu pai. Sua adesão às idéias abolicionistas, independente de terem sido motivadas pela identificação existente entre elas e suas convicções religiosas, foi uma opção política que tinha por fim último dar sustentação ao seu reinado.

O apoio recebido dos líderes do movimento abolicionista da Corte não tinha uma perspectiva de ser momentâneo, visando apenas à abolição do cativeiro, nem foi motivado meramente por gratidão à Princesa. Eles viram uma possibilidade concreta tanto de implementar seus projetos de reformas democráticas políticas e sociais, como a possibilidade de ascender ao poder. A idéia era a de fazer do Terceiro Reinado um período de transição pacífica para um sistema republicano idealizado.

Esta adesão de Isabel às idéias abolicionistas, e o recíproco apoio dado a ela pelo grupo formado pelos principais líderes deste movimento na Corte, selaram tanto o destino do Império, como o de seus defensores, conforme tratarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O FIM DO IMPÉRIO

3.1 – O ATAQUE REPUBLICANO

A volta do Imperador além de adiar a perspectiva de haver se iniciado o Terceiro Reinado, abriu espaço para que o movimento republicano se organizasse e crescesse.

O movimento em favor da República no Brasil começou a tomar vulto no seio da elite política e intelectual, na década de 1870, sob pressão de um contexto

internacional na qual nosso regime monárquico e escravista aparecia como lento e atrasado.

O Manifesto Republicano, publicado em 1871, nasceu em decorrência de uma crise política provocada pela queda do ministério liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que provocou uma divisão no partido demitido do governo em radicais e moderados. E foi a primeira ala deles que se aliou às idéias republicanas.⁴⁹³

O manifesto posicionava-se contrário ao regime então em vigor, e, embora considerado como de valor simbólico no conjunto de fatores que vieram a desembocar no fim do Império brasileiro⁴⁹⁴, não deixou de produzir efeitos, já que a idéia republicana iria, progressivamente, atingindo outros setores da sociedade.

A idéia de república vinha atrelada as de progresso e modernidade. E vinha, sobretudo, aliada as de democracia e liberdade. Para os membros da geração de 1870, influenciados pelo positivismo e idéias científicas, seus principais difusores, *“democracia e república eram termos intercambiáveis inscritos na evolução humana”*⁴⁹⁵.

Entretanto, o partido republicano, embora difundido por todo o país, não contava, até meados da década de 1880, com grande número de adeptos, exceto nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Deve-se, no entanto, ressaltar que o fato de não haver grande número de inscritos nos quadros do partido não significava que não havia um número bem maior de simpatizantes ao movimento republicano⁴⁹⁶. Porém, estes simpatizantes abarcavam tanto aqueles que se opunham à Monarquia como forma de governo, como aos que se opunham a um determinado governo, ou mesmo a um determinado tema defendido ou não pelo governo, o que demonstra ser o republicanismo difícil de ser enquadrado como um movimento único e contínuo.

No Rio de Janeiro, de uma forma geral, o republicanismo girava em torno da questão abolicionista como forma de crítica ao governo, embora se mantivessem de maneira isenta sobre a iniciativa de terminar com a escravidão, alegando que pertencia à Monarquia a solução do problema. Defendiam, em grande maioria, a idéia da

⁴⁹³ SALDANHA, Nelson. *O pensamento político no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p.94

⁴⁹⁴ DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*. Rio de Janeiro, F. Alves; Brasília, INL, 1978, p.86

⁴⁹⁵ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da UFRJ (Edu), 2007, p. 146

⁴⁹⁶ COSTA, op. cit, p 459

emancipação dos escravos com indenização. Isto levou os proprietários de terra e escravos da província a se voltarem em direção ao Partido Republicano, como consequência da abolição da escravidão sem indenização. Emília Viotti da Costa⁴⁹⁷ não considera essa debandada, por si só, a causa da República, mas sim um enfraquecimento na sustentação do regime monárquico, que não teve substituição de outras parcelas da sociedade.

É inegável, porém, que a partir da abolição da escravidão e, principalmente após o retorno do Imperador, a propaganda republicana ganhou imensa força, sobretudo na imprensa. Tendo o movimento republicano um discurso no qual se colocavam como únicos defensores da democracia e conseqüentemente, representantes do povo, não viram com bons olhos a aproximação entre a Monarquia, na pessoa de Isabel, qualificada agora como a “*Redentora*” e as camadas mais populares da sociedade. Sendo assim, Isabel, o Conde d’Eu e o Terceiro Reinado tornaram-se os alvos preferidos da propaganda republicana.

No entanto, é importante deixar claro que a emergência da idéia republicana, neste momento, não se fez exclusivamente em oposição à futura imperatriz ou ao Terceiro Reinado. Vários fatores devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, as mudanças econômicas, que após a abolição, no Rio de Janeiro, ou mesmo antes, em São Paulo, passaram a ter como base a mão de obra livre, com estímulo à imigração de trabalhadores europeus, acompanhada do crescimento da indústria, modernização dos transportes e novidades tecnológicas. Outro ponto a ser considerado é a insatisfação de parte da oligarquia rural, ainda muito influente no governo, que fora preterida no caso da abolição sem indenização. Da mesma forma, as mudanças na composição da sociedade que foi se desenhando ao longo da segunda metade do século XIX, que abarcava, no final dos anos 1880, desde uma enorme gama de negros livres e imigrantes trabalhadores pobres até uma faixa cada vez maior de comerciantes, funcionários públicos, intelectuais e membros de profissões liberais, todos fora da representação política, quer como eleitores, quer como dirigentes. Também é fator de suma importância a desagregação dos partidos políticos existentes que já vinha se desenhando em virtude de sucessivas crises ao longo do Segundo Reinado. Acrescente-se a isto a insatisfação do meio militar com a política imperial, e a questão religiosa. Tudo isso

⁴⁹⁷ COSTA, op. cit, p.456

colaborou para o surgimento de um ambiente propício ao desenvolvimento da propaganda republicana.

Com a volta do Imperador, Isabel havia aparentemente se afastado das questões públicas, voltando a seus afazeres habituais de antes de seu terceiro período regencial. Dividia seu tempo entre a Corte e Petrópolis, para ficar em companhia de seu pai, já que a recomendação médica foi que ele se mantivesse relativamente distante das agitações da Corte.

Coincidentemente ou não, com o retorno de Pedro II ao comando do Império, os abolicionistas que apoiavam o “terceiro reinado” começaram a divergir de algumas idéias defendidas pelo Ministério nomeado por Isabel. André Rebouças, já havia cortado, no final do mês de julho, relações com o Ministro João Alfredo em virtude da questão da criação dos Bancos Hipotecários para socorro à lavoura.

Nabuco, que também se desentendera com João Alfredo pelo mesmo motivo, explicava em carta a José Mariano Carneiro da Cunha,⁴⁹⁸ sua posição cada vez mais isolada na Câmara e dentro do Partido Liberal:

*“Você havia manifestado contentamento por ter-me eu declarado contra o Ministério. É preciso a vista disto que eu lhe escreva para você conhecer a minha atitude. Essa não mudou. Eu estou hoje onde estava ontem. Combato o João Alfredo no terreno dos Bancos Hipotecários como o sustentei no da abolição pelos mesmos motivos. Estou longe, porém de o querer derrubar de qualquer forma juntando-me com os reacionários escravistas. Se ele quiser cair, cai com os olhos abertos. A minha posição é especial exatamente porque o João Alfredo está sendo atacado pela lei de 13 de maio, causa principal do ódio contra ele, e porque estou mais identificado com o abolicionismo do que com qualquer partido. (...) Eu hoje luto por idéias e não por partidos. (...) Para fazer coisa nova é preciso novos instrumentos (...) Ocupo assim nas Câmaras uma posição solitária, que corresponde ao meu ideal não direi político, mas popular. (...) Deixe os partidários desgostarem-se de mim: estou fazendo a única política verdadeiramente democrática que possa existir no país.”*⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ Político liberal, fundador do jornal “*A Província*” de Recife. Foi colega de turma de Joaquim Nabuco na Faculdade de Direito.

⁴⁹⁹ Fundação Joaquim Nabuco - CAp 6 doc 101 – carta de 27/07/1888

O isolamento político de Nabuco dentro de seu próprio partido também era fruto de sua posição francamente monarquista. O projeto da federação apresentado por ele no mês de agosto não encontrou eco suficiente para ser colocado na agenda de votações.

Apenas Patrocínio mantinha-se nas páginas de seu jornal como ferrenho aliado de João Alfredo.

No mês de setembro de 1888 a monarquia sofreria seu primeiro golpe republicano. Nas últimas eleições, o Partido Republicano havia conseguido eleger como seu representante na Câmara, Monteiro Manso, de Minas Gerais. No dia de sua posse ele se recusou a fazer o juramento de fidelidade à Monarquia e à Igreja Católica. Tal acontecimento causou intenso debate, sendo o caso encaminhado para parecer na Comissão de Polícia na Câmara. O resultado, anunciado nos jornais do dia 12 de setembro de 1888, estabelecia que, por quase 2/3, a Câmara facultou ao deputado a liberdade de não prestar juramento, desde que fosse contrário às suas crenças políticas e religiosas.

O jornal *Novidades* atribuiu duas possibilidades ao fato do governo não ter organizado uma resistência a essa medida: ou ele não possuía compreensão do seu papel, ou “*porque a monarquia estivera traída por aqueles que deviam se antepor a tudo*”.⁵⁰⁰ O *Diário de Notícias* declarou que a supressão do juramento político e religioso aos seus membros foi “*um desastre prenunciante de muitos outros sucessivos*”⁵⁰¹ para o enfraquecimento do sistema político vigente. Joaquim Nabuco, no *O País*, reconhecia que, diante desta decisão, não havia como negar que isso significava que “*a monarquia não tinha forças para resistir à primeira investida republicana*”.⁵⁰²

A adoção desta medida na Câmara e o discurso feito dez dias depois na tribuna por Nabuco, contra o movimento republicano, levaram Silva Jardim, a voz que, naquele momento, mais se sobressaía nos comícios e nos jornais em defesa da República e no ataque aos membros da Monarquia, a fazer um discurso que foi publicado em capítulos, cerca de um ano depois, no jornal *Correio do Povo*. Nele, defendia os fazendeiros, afirmando que “*os republicanos que pertencem à classe agrícola não são republicanos como ainda hoje se afirmou por causa da abolição da escravidão, e sim (...) depois da abolição da escravidão*. E que se a lavoura corria em massa para o movimento republicano, este a recebia de braços abertos. Além disso, denunciava a morte do

⁵⁰⁰ *Novidades* de 12/09/1888

⁵⁰¹ *Diário de Notícias* de 12/09/1888

⁵⁰² *O País* de 12/09/1888

isabelismo e ameaçava a monarquia, alegando que “*são chegados os dias da República para nosso país. Não! Esse terceiro reinado – tudo o afirma – não se instalará em uma pátria americana*”. Sobre a decisão em favor da atitude de Monteiro Manso se negando ao juramento, ele afirmava que isso significava que a Câmara estava “*abrindo a porta ao pensamento livre e à República, dispensando de todo e qualquer compromisso ou juramento os candidatos contrários à ordem estabelecida pela monarquia... A câmara amedrontada compreendeu que a República batia-lhe às portas*”.⁵⁰³

No dia 11 de setembro de 1888, Joaquim Nabuco, que votara contra o projeto de supressão do juramento, fazia em seu diário uma anotação que denotaria seu estado de desânimo diante do acontecimento:

*“Câmara. Vota-se juramento facultativo. Meu primeiro voto conservador. Ainda que liberal politicamente, como preservativo da liberdade constitucional. Escrevo para o País. A República na Câmara. (...) Muito cansado de tudo.”*⁵⁰⁴

A respeito do momento político em questão, o Conde d’Eu escreveria ao pai:

*“Aqui, as perspectivas não são brilhantes. A decadência da monarquia apenas acentua-se mais, o público não tendo tardado a perceber que o Imperador, com a melhor vontade, não pode mais, por conta das atenções que demandam sua saúde, governar como tinha o hábito antes de sua doença. Assim, uma inércia marca a ação governamental enquanto que as manifestações republicanas se multiplicam de todos os lados. As duas eleições parciais que tiveram lugar nos últimos meses na província de Minas elegeram dois deputados republicanos (que substituíram conservadores nomeados para o senado); e quando o primeiro se apresentou à Câmara recusando o juramento, foi imediatamente dispensado dele, o que não havia tido jamais lugar. Esta Câmara termina também seu mandato na sessão do próximo ano: e a menos que o partido conservador não deixe o poder, não há lugar para pensar que ela seja dissolvida antes de seu termo, visto a docilidade que ela mostrou em dois ministérios sucessivos.”*⁵⁰⁵

Isto vem demonstrar que a Monarquia acusou o golpe desferido pela República e que a situação política era vista como delicada ao menos pelo consorte da futura

⁵⁰³ *Correio do Povo* de 21/10/1889 a 04/11/1889

⁵⁰⁴ NABUCO, op. cit, 2005, anotação de 11/09/1888

⁵⁰⁵ AHMIP. AGP, LXII-3, carta de 12/11/1888

Imperatriz, que a maior parte do tempo procurava fazer uma avaliação crítica sobre os acontecimentos políticos.

Em setembro, também teve lugar, no Rio de Janeiro, a cerimônia na qual Isabel recebeu a “*Rosa de Ouro*”, concedida pelo Papa Leão XII, em homenagem à abolição. A cerimônia foi assistida por toda família Imperial, a corte, o clero, o corpo diplomático, delegações abolicionistas e alunos de escolas⁵⁰⁶, mas isso veio dar oportunidade à imprensa, e, sobretudo, à propaganda republicana, para que reafirmassem a imagem de Isabel como beata e fanática religiosa.

No dia seguinte, o jornal *Gazeta da Tarde*, que se dizia abolicionista e democrático, e que aos poucos se colocava frontalmente contra o governo imperial, publicava o seguinte artigo, do qual retirei alguns trechos:

*Celebrou-se ontem com pompa desusada e dantes nunca vista no Rio de Janeiro a cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial. (...) Nunca se reuniram na Corte tantos bispos como agora. Acreditamos que isto servirá para despertar o zelo da princesa pelas coisas da igreja e para ativar seu aferro às doutrinas ultramontanas. Para os monarquistas (...) esta festa é um sintoma, da pior espécie, de que nada se fará pela passagem do projeto da liberdade de cultos (...) Para os republicanos esta festa é motivo de contentamento (...), pois a monarquia acentua sua idéia de não caminhar para a frente”.*⁵⁰⁷

Por esta ocasião, o testemunho do Conde d’Eu, em carta ao pai, dava o estado de saúde do Imperador como “*muito bom e sensivelmente melhor, sobretudo da memória e da presença de espírito*”.⁵⁰⁸ Da mesma forma, André Rebouças em seu diário relatava vários encontros e conversas com ele em Petrópolis que demonstravam que Pedro II gozava de perfeito estado mental e tinha conhecimento do que se passava no país. Seu afastamento do Rio de Janeiro, no entanto, levou os jornais a especularem sobre seu real estado de saúde. Isto contribuía para agravar ainda mais a situação política do Império. A imprensa duvidava de sua capacidade de governar. No dia 3 de novembro de 1888, por exemplo, o jornal *Gazeta da Tarde*, fez a seguinte avaliação sobre a situação do Imperador:

“(...) o Sr D Pedro II não tem vontade própria, nem espírito de decisão.(...) Nestes últimos anos tem sido sempre levado por sua filha, senhora sem

⁵⁰⁶ LACOMBE, op. cit, p.245

⁵⁰⁷ *Gazeta da Tarde* de 29/09/1888

⁵⁰⁸ AHMIP, AGP, LXII – 3, carta de 23/08/1888

*intuição das coisas políticas e que é muito submissa a um corrilho de gente mesquinha que a cerca. Agora, quase inconsciente em Petrópolis, pensando que está na Europa, não resolve coisa alguma, é absolutamente guiado pela filha, que avançando em anos não adquire experiência, nem dos homens, nem das coisas.”*⁵⁰⁹

O comentário acima nos leva a observar o acirramento das posições contra a Princesa, insinuando que ela talvez não tenha se afastado da cena política, como se poderia supor, agindo nos bastidores, manipulando a vontade paterna sob inspiração do grupo de amigos que a cercava. Voltam também as insinuações de que ela não possui discernimento para a política. O mesmo assunto seria retomado algum tempo depois pelo jornal *Diário de Notícias*:

*“à ação do imperador quase extinta (...) veio sobrepor-se a intervenção imperativa da herdeira presuntiva e as pretensões imperatoriais do príncipe consorte. (...) São de várias formas que vai se manifestando essa proliferação perniciosa da influência dinástica nas instituições constitucionais até a pressão contínua do príncipe consorte no movimento dos negócios do Estado, especialmente nos que tocam à secretaria da guerra. (...) Quem não sabe que, nas nomeações e promoções do exército não se resolve um nada sem o aprazimento do Marechal Conde d’Eu? (...) Que lucrará com essas invasões progressivas o príncipe consorte? Nada, senão aumentar o fardo de sua impopularidade, que já não é pouca, no exército e no povo”.*⁵¹⁰

Para este jornal, haveria uma ascendência do Conde d’Eu sobre Isabel e de ambos sobre o Imperador. Um ponto que se evidencia é a impopularidade de Gastão de Orléans, que era cada vez mais explorada. Já em 1887, José do Patrocínio escreveria sobre ele: *“(...)por maiores que fossem os dotes morais do Sr. Conde d’Eu, por mais primorosamente cultivada que fosse a inteligência de sua Alteza, faltava-lhe alguma coisa para imperador consorte: a maneira de soberano.”*⁵¹¹

A permanência da cultura política patriarcalista que via nele o potencial Imperador, e, por vezes, o desejo de poupar a “Redentora” de ataques maiores, fizeram com que o príncipe consorte fosse sendo transformado em vilão, cuja influência deveria ser combatida a todo custo. Ao longo dos anos em que viveu aqui foi sendo criada e

⁵⁰⁹ *Gazeta da Tarde* de 03/11/1888

⁵¹⁰ *Diário de Notícias* de 30/04/1889

⁵¹¹ *Cidade do Rio* de 06/02/1887

consolidada para ele a imagem de ambicioso, pouco simpático, seco, medíocre e orgulhoso, avarento e intruso no Conselho da Coroa e no Exército. E a propaganda republicana tentou explorar essa representação ao máximo.

O Terceiro Reinado, por sua vez, voltava a ser apresentado nos jornais como uma desgraça iminente para o país, e as vozes a seu favor vinham progressivamente se calando, ou sendo menos ouvidas.

Os abolicionistas que haviam se aproximado da Princesa e do projeto do Terceiro Reinado, permaneciam ainda a seu lado e da família Imperial, como pode ser notado pelas anotações no diário de André Rebouças:

*“Na Estação com a princesa Isabel – A Heroína da Redenção dos Cativos – conversando sobre a vida em Petrópolis; com o Imperador conversando sobre o Rio São Francisco e sobre a atual conjunção de Júpiter e Vênus. Joaquim Nabuco discutiu com o Imperador sobre a Autonomia das Províncias, degeneração do sistema parlamentar.”*⁵¹²

Ou ainda, *“Na residência da Princesa Isabel, com o amigo Joaquim Nabuco, entregando-lhe a mensagem da “Anty-Slavery”*.⁵¹³

Mas suas palavras iam perdendo progressivamente a força num cenário político favorável à República que ia se consolidando, sobretudo na imprensa.

No final do ano de 1888, no dia 30 de novembro, um tumulto acontecido durante o “*meeting*” promovido pelo propagandista da República, Silva Jardim, no Clube de Ginástica Francesa, na rua do Clube Ginástico Português, antiga travessa da Barreira, chegou às páginas dos jornais com grande alarde. Segundo descrição do jornal *Cidade do Rio*, o conflito havia começado com provocações entre os republicanos que davam “*Vivas à República*”, enquanto do lado de fora o “*povo*” dava “*Vivas à Monarquia*”. O “*povo*” teria ameaçado invadir o recinto e os republicanos teriam se trancado no interior do prédio, e abrindo as janelas do andar superior, dado tiros de revólver em direção às pessoas que se encontravam na rua, chegando mesmo a arrancar as telhas do prédio para atirar sobre elas. As portas do local onde se abrigavam os republicanos foram forçadas e abertas, e o tumulto se generalizou. O resultado foi um grande número de feridos, alguns gravemente⁵¹⁴

⁵¹² *Diário de André Rebouças de 1888*, IHGB, ACP11, DL 464, anotação do dia 02/11/1888

⁵¹³ *Idem*, anotação do dia 15/12/1888

⁵¹⁴ *Cidade do Rio* de 31/12/1888

Os conflitos em “*meetings*” de Silva Jardim tornaram-se habituais. Bacharel em direito e jornalista, era um propagandista jacobino da República. Suas atitudes eram contestadas até mesmo pelo chefe do Partido Republicano no Rio de Janeiro, Saldanha Marinho, que o considerava um elemento desagregador do partido, “*atrevido até a loucura*”.⁵¹⁵ Seus ataques aos membros da família imperial, sobretudo à Isabel e o Conde d’Eu, eram violentos, assim como a pregação contra o Terceiro Reinado e aos seus defensores, em especial a Joaquim Nabuco.

Negava os méritos de Isabel na questão da abolição, caracterizando-a como “*falsa Redentora*”, e acusava a monarquia por ter “*enganado à lavoura*” ao fazer a abolição sem indenizar aos antigos proprietários de escravos.⁵¹⁶ Pregava a abdicação da Princesa quando da morte de seu pai, e acaso isso não acontecesse, que ela fosse deposta. Em relação ao Conde d’Eu, que tratava por “*usurpador*”, propunha que este deveria espontaneamente se exilar ou então ser executado.⁵¹⁷

Quanto à Nabuco, considerava-o um político ingênuo, negando-lhe o direito de falar em nome do povo, pela sua própria origem aristocrática. Apresentava sua proposta de “*Monarquia Democrática Popular*” como irrealizável por ser contraditória já que nela concebia um país em que os estados fossem republicanos e o governo geral monárquico. Alegava que a Monarquia era o governo de um só, enquanto a República aparecia como o governo da opinião pública, encarregada da “*execução dos desejos e aspirações do povo*”⁵¹⁸

As agitações políticas não escapavam aos olhares do Conde d’Eu, que no dia seguinte ao conflito escrevia à Condessa de Barral:

“A agitação republicana está cada vez mais ensurdecadora nessas últimas semanas. E ela continua crescendo. Teme-se as próximas eleições [pois] os republicanos, ajudados por antigos conservadores, triunfaram neste último mês em quase todos os lugares onde há eleições. De modo que, finda a abolição da escravidão, cavou-se um abismo entre a monarquia e as classes que poderiam ajudar a mantê-la. Será difícil de preenche-lo. Eu não vejo meios nesse momento. Guarde tudo para você. Entretanto, houve ontem no Rio, por ocasião

⁵¹⁵ DEBES, op. cit, p.258

⁵¹⁶ Discurso proferido por Silva Jardim em 12/09/1888 e publicado pelo jornal *Correio do Povo* em 28/10/1888

⁵¹⁷ Artigo “*A pátria em perigo*” de Silva Jardim, Apud Mello, op. cit, p.209

⁵¹⁸ Conferência publicada no jornal *Gazeta de Notícias* de 13/01/1889 in JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888 – 1889)*. Rio de Janeiro: MEC – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978, pp. 255 - 279

*de uma das conferências habituais de Silva Jardim, “pancadaria grossa”. 50 pessoas ficaram feridas, algumas gravemente! É abominável!”*⁵¹⁹

O Conde d’Eu escreveu neste período após a volta do Imperador, freqüentes e detalhadas cartas sobre o cotidiano dele e da família à condessa de Barral. De Isabel, não encontrei cartas nas quais tratasse de questões políticas, já que as pessoas para quem tinha o hábito de escrever sobre o assunto, como o pai e o marido, estavam próximas de si. Mesmo para a Condessa de Barral, escreveu muito pouco, pois como afirma em uma carta dirigida a ela no final de 1888, “*Eu não lhe escrevo mais freqüentemente porque Gaston o faz bem regularmente*”,⁵²⁰ o que faz deduzir que muitas das opiniões emitidas por ele, estavam de acordo com as suas. Por este motivo, as cartas aqui analisadas serão, sobretudo, as dele.

O que chama a atenção nesta, além de sua visão pessimista sobre a situação política pela qual passava a Monarquia, é o tom confidencial e o pedido de segredo sobre seu comentário.

Apesar de parecer desanimado, Gastão de Orléans não esperava um desfecho imediato para a crise política do país, ao menos enquanto Pedro II vivesse. É o que escreve para Barral em fevereiro de 1889, respondendo às apreensões dela:

*“Eu compreendo que você esteja preocupada com a situação política do Brasil. Quem não está? Eu creio, entretanto, impossível que papai [Pedro II] seja exilado. Enquanto ele viver se evitará levar as coisas ao extremo. Mas depois? É terrível de pensar. Eu não compreendo que precauções a senhora gostaria que nós tomássemos. Não temos meios de tomá-las de forma alguma.”*⁵²¹

A afirmação de que o casal não teria meio de tomar precauções ou mesmo decisões sobre o rumo dos acontecimentos políticos poderia denotar pouca falta de influência deles nas decisões tomadas pelo governo.

No dia 6 março de 1889, o jornal *Diário de Notícias* passava a ser de propriedade de Rui Barbosa, juntamente com outros dois sócios, e ele tornava-se o redator-chefe. No editorial do dia seguinte, o jornal era definido como “*nem folha de oposição, nem folha de governo*”, aspirando apenas a ser “*um eco do sentimento*

⁵¹⁹ AHMIP – AGP, XLII – 7, Carta de 31/12/1888 Obs: As cartas que o Conde d’Eu escreve para a Condessa de Barral estão em francês, mas, para melhor enfatizar e descrever o acontecido, ele usa, no texto original, as palavras “pancadaria grossa” em português.

⁵²⁰ AHMIP - AGP, XLI-5, carta de 04/12/1888

⁵²¹ AHMIP – AGP, XLII -7, carta de 05/02/1889

público”.⁵²² Mas Rui Barbosa, tido como monarquista e abolicionista atuante, iria progressivamente colocando-se em posição contrária à monarquia, afastando-se de seus antigos companheiros de movimento, Nabuco, Patrocínio e Rebouças. Nas páginas de seu jornal negava à Isabel o título de “*Redentora*”, afirmando que a verdadeira redentora era a “*nação*” que teria submetido a coroa, e que se a Princesa havia tido algum mérito, esta seria de que ela abriu os olhos à evidência de ser a abolição um fato consumado: a escravidão teria decretado a própria liberdade.⁵²³

No início de março também, após assistir a uma palestra no Instituto Politécnico sobre o estado sanitário do país, o Conde d’Eu comentava por carta com a Condessa de Barral que decidira visitar a cidade de Santos onde “*a epidemia de febre amarela era assustadora*”.⁵²⁴

A situação calamitosa de Santos pode ser confirmada pelo telegrama publicado dia 8 de março de 1889 na *Gazeta da Tarde*:

*“A população está indignada com o indiferentismo dos poderes públicos. O ato do governo haver dado apenas um conto de réis para socorro exacerbou os espíritos. A epidemia recrudesceu violenta. Os trabalhadores recusaram trabalhar. O povo pede socorro. A continuar a situação, a população assaltará a alfândega ou a coletoria para tirar dinheiro e aplicá-lo em socorro dos indigentes vitimados pela febre amarela. Corre com insistência esse boato.”*⁵²⁵

Informado da decisão do príncipe consorte, o Ministério concordou que ele fosse a Santos, e a outras cidades do interior paulista, levando uma comissão de médicos, além de uma doação em dinheiro⁵²⁶. Sua partida, no entanto, mostrou-se confusa, conforme ele se queixa à Isabel em carta:

*“O Dr. Araújo Góes e os demais médicos que deveriam ir não foram achados, segundo o que me escreveu o ministro do Império, que aconselhou esperá-los até ainda pouco. No fim, partimos sem eles e sem os da marinha que, parece, estavam de prontidão. Farás bem em contar tudo isso a papai [Pedro II].”*⁵²⁷

Embora alguns jornais, como o *Cidade do Rio*, tenham defendido a atitude do príncipe em ir a Santos, outras vozes puseram-se a criticar sua iniciativa. O *Diário de*

⁵²² *Diário de Notícias* de 07/03/1889

⁵²³ *Idem*, dia 10/03/1888

⁵²⁴ AHMIP – AGP, XLII -7, carta de 07/03/1889

⁵²⁵ *Gazeta da Tarde* de 08/03/1889

⁵²⁶ Segundo o jornal *Diário de Notícias* do dia 25/03/1889, uma doação do valor de três contos de réis em nome da Família Imperial e de quinhentos mil réis em nome do ministro da marinha.

⁵²⁷ AHMIP - AGP, LXII -5, carta de 15/03/1889

Notícias, por exemplo, o criticava por ter ido num navio de guerra e não de trem, aumentando com isso as despesas do governo⁵²⁸, por ter sido homenageado com um almoço pela prefeitura de Santos, a qual poderia aproveitar os recursos gastos no evento para socorrer os doentes⁵²⁹, ou ainda pelo fato de ter ficado poucos dias na cidade e seguido para São Paulo, por não suportar o calor que fazia. Computa sua viagem como inútil.⁵³⁰ Considera que a visita que ele faz, na sequência, a Campinas, uma especulação política, e atribui à Isabel a iniciativa de ter resolvido a viagem do marido.⁵³¹

O fato de ter o Conde d'Eu feito essa viagem supostamente no lugar do Imperador, já que este não poderia fazê-lo pelo seu estado de saúde, levou Rui Barbosa a afirmar que a princesa imperial estaria desaparecendo atrás da “*individualidade militante e absorvente do seu marido*”. E continua: *É (...) como se o Orléans fosse o descendente da nossa dinastia constitucional e a sereníssima princesa apenas um disco lunar ao lado do esposo.*”⁵³²

Novamente aparecem, as mesmas representações que caracterizavam a Princesa como uma mulher frágil, dependente, girando em torno do marido, o estrangeiro usurpador do trono.

No início de maio de 1889, Rui Barbosa abria espaço no seu jornal para o movimento republicano. O acirramento das posições de Rui Barbosa foi objeto de conversa entre seus antigos companheiros do movimento abolicionista, conforme podemos ler nas anotações de André Rebouças em seu diário:

*“Com os amigos Nabuco e José do Patrocínio discutindo o momento político atual e a direção dada ao diário de Notícias pelo Rui Barbosa, em luta contra Patrocínio, que sustenta a Redentora contra o fazenderismo escravocrata republicanisante [sic]”.*⁵³³

Isto demonstra que, embora com menos vigor, os três ainda continuavam a defender a Princesa e, conseqüentemente, o Terceiro Reinado. E talvez para marcar um posicionamento contrário ao de Rui Barbosa, Rebouças foi recepcionar o Conde d'Eu, em Petrópolis, quando de sua chegada da viagem a São Paulo, trocando com ele um afetuoso abraço. O fato parece ter sido marcante para os dois, haja vista, ambos o terem

⁵²⁸ *Diário de Notícias* de 16/03/1889

⁵²⁹ *Idem*, de 17/03/1889

⁵³⁰ *Idem*, de 18/03/1889

⁵³¹ *Idem*, de 19/03/1889

⁵³² *Idem*, de 25/03/1889

⁵³³ *Diário de André Rebouças* de 1889, Fundação Joaquim Nabuco, A A R, anotação de 24/03/1889

relatado, Rebouças, em seu diário no dia 26/03/1889, e Gastão de Orléans, em carta para a Condessa de Barral.⁵³⁴

Rebouças procurava também, junto a seus companheiros da Confederação Abolicionista, traçar novos rumos para a mesma:

*“Visita-me o amigo José do Patrocínio – Longa conversação sobre a nova Orientação a dar à Confederação Abolicionista – Democracia Rural – Imposto Territorial – Liberdade de Consciência – Casamento Civil – Imigrante – Proprietário.”*⁵³⁵

A federação não aparece como uma das prioridades a ser defendida nestas anotações. Dentre as reformas pretendidas pelos abolicionistas, após a abolição, a federação tornara-se a principal bandeira defendida por Joaquim Nabuco, mas para Rebouças e Patrocínio o que deveria vir em primeiro lugar era a Democracia Rural, com a conseqüente integração do liberto na sociedade através da posse da terra⁵³⁶. Rebouças, que já havia apresentado em outras ocasiões esse projeto ao ministério João Alfredo, persistia advogando essa idéia diretamente a Pedro II durante as longas conversas que tinham em Petrópolis, conforme ele relata em seu diário: *“Na Estação com o Imperador conversando sobre o artigo escrito hoje pela manhã na Propaganda da Democracia Rural.”*⁵³⁷

A idéia da “Democracia Rural” parecia finalmente ter sido encampada, tanto pelo Ministério, como pelo próprio Imperador. No dia 3 de maio de 1889, a fala do trono lançou uma nova “bomba” no seio da elite agrária. Num dos trechos ele assim se pronunciava ao Parlamento:

*“Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa ocasião, resolveis sobre a conveniência de conceder ao governo o direito de desapropriar por utilidade pública os terrenos marginais das estradas de ferro que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir de núcleos coloniais”.*⁵³⁸

⁵³⁴ AHMIP-AGP, XLII -7, carta de 15/03/1889

⁵³⁵ *Diário de André Rebouças* de 1889, Fundação Joaquim Nabuco, A A R anotação de 31/03/1889

⁵³⁶ SANTOS, Cláudia R. A. op. cit, 2007, p.327

⁵³⁷ *Diário de André Rebouças* de 1889, Fundação Joaquim Nabuco, AAR anotação de 17/04/1889

⁵³⁸ *Diário de Notícias* de 04/05/1889

Rebouças anota em seu Diário: “*A Fala do Trono pede a divisão da terra, a Pequena Propriedade, o Imigrante Proprietário, a Democracia Rural.*”

O *Diário de Notícias*, ao avaliar o pronunciamento de Pedro II, via nesta pretensão uma solução para o problema que afligia a elite, que era dar um destino à massa de negros que se deslocara das fazendas, a maioria em direção às cidades. Afirmava que “*com o pensamento de facilitar a aquisição de terras devolutas e desapropriar os terrenos marginais às linhas férreas, semeando neles núcleos coloniais*”,⁵³⁹ o governo imperial pretende persuadir os libertos de que eles não ficaram livres para o “*homicídio*”, mas para o trabalho honesto.

O jornal *Novidades*, no entanto, vai se pronunciar de forma contundente contra a fala do Imperador:

*“A mansidão com que a classe agrícola deixou-se espoliar de uma propriedade legal, animou o governo à mais audaz tentativa. Depois do escravo, a terra! (...) O que está ali contido no final desse discurso da coroa não deixa dúvida a ninguém. O governo entende que lhe assiste o direito de atentar contra a propriedade territorial, de reparti-la, de decimá-la, de distribuí-la a quem bem lhe parecer. Vejam os cidadãos proprietários a nova ameaça clara e patente que se ergue contra eles, e compreendem bem quem se não se sentiu capazes de uma reação eficaz, que destrua pela raiz essa caranguejola(sic) perversa.”*⁵⁴⁰

A proposta apresentada na fala do trono do Imperador, teria sido a gota d’água para que a elite rural corresse em massa para os braços dos republicanos.⁵⁴¹ As perdas sofridas pelos fazendeiros com a abolição da escravidão não os afetariam tanto quanto a possibilidade de terem repartidas as terras de seus latifúndios.⁵⁴² Como consequência, houve grande oposição nas câmaras, e a reforma proposta não chegou sequer a ser levada para votação.⁵⁴³

Outro assunto que voltava a aparecer na imprensa no mês de maio era o medo da desordem que poderia resultar da liberdade dada aos escravos, especialmente quando da comemoração pela passagem do primeiro aniversário da abolição. Como exemplo extraímos uma carta vinda de Valença, escrita pela esposa de um fazendeiro, não

⁵³⁹ *Idem*

⁵⁴⁰ *Novidades* de 04/05/1889

⁵⁴¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997, p.179

⁵⁴² JUCÁ, op. cit, p. 136

⁵⁴³ SANTOS, 2007, op.cit, p.331

identificada, e publicada no *Diário de Notícias*. Nela, a senhora alerta que os libertos de uma fazenda vizinha estão fabricando balas (para armas) para os republicanos e preparando algo para o dia 13 (de maio). “*Os libertos estão altaneiros. (...) Me parece que nossa existência está por dias (...) Não como, não durmo*”. Diante destas palavras o jornal alerta: “*É tempo que as classes ameaçadas organizem a resistência*”.⁵⁴⁴ No entanto, nenhum acontecimento grave ocorrido nas comemorações do aniversário da abolição vai aparecer nas páginas dos jornais consultados nesta pesquisa.

Nessa ocasião, a situação política apresentava-se cada vez mais delicada. Os partidos estavam desorganizados e divididos: o Liberal, entre alguns poucos que davam sustentação do ministério e outros, que defendiam sua derrubada do poder; o Conservador, entre os que ainda permaneciam fiéis a João Alfredo e os que se alinhavam ao lado da oligarquia rural insatisfeita, passando a dar apoio ao movimento republicano. No início de maio de 1889, a facção dissidente do Partido Conservador conseguiu eleger Paulino de Souza, um dos que haviam votado contra a abolição, para a presidência do Senado e o Ministério entrou, definitivamente, em crise.

O ministério de João Alfredo recebia ataques de quase toda a imprensa. O jornal *Diário de Notícias*⁵⁴⁵ acusava seu governo de ter escavado um abismo entre o partido conservador e as classes conservadoras, não em consequência da abolição, mas por ficar indiferente às questões econômicas subseqüentes a ela.

O jornal *Gazeta da Tarde*, por sua vez, prenunciava o advento da república mais cedo do que se imaginava em virtude de a Coroa ter deixado de exercer o poder moderador, e de que, sob a influência do Conde d’Eu, ter-se associado em contratos de imigração realizados pelo atual governo, aos quais os jornais chamam de contratos Loyos, que segundo eles favoreceriam ao Sr. Loyo, sogro do filho de João Alfredo. E acusa:

“*A Coroa receando que se achasse envolvido nesses contratos o nome do consorte da princesa herdeira, tranca a tribuna, despede os deputados, e dá carta branca ao Sr João Alfredo e a sua gente para que continuem a explorar o país em proveito da facção loyana*”.⁵⁴⁶

Os contratos Loyos, segundo o jornal *Novidades*, eram contratos de imigração de 100 mil pessoas, feito com Manoel Amorim Leitão, testa de ferro do sr Loyo. De

⁵⁴⁴ *Diário de Notícias* de 07/05/1889

⁵⁴⁵ *Idem* de 03/05/1889

⁵⁴⁶ *Gazeta da Tarde* de 31/05/1889

acordo ainda com este periódico, o Sr. Loyo residia, na qualidade de hóspede, com o Sr. João Alfredo, sendo considerado seu parente.⁵⁴⁷ Os contratos foram fartamente explorados nos jornais, e diante da pressão das Câmaras, que exigia explicações pelo favorecimento a parentes, João Alfredo pediu sua dissolução.

Sobre a questão da dissolução da Câmara, o Conde d'Eu comenta em carta escrita à Condessa de Barral:

*“Antes do jantar habitual de família, eu pedi ao Imperador uma pequena audiência para dizer minhas impressões sobre os perigos de uma dissolução da Câmara dada ao Ministério atual. Foi a primeira vez que lhe falei de política. Ele me deixou falar quase uma hora sem dizer nada, um pouco contrariado, eu creio. Disse ao fim de algum tempo que pensaria nisso (...) e que me agradecia; e me pediu muito para não ir à reunião do conselho de Estado convocada para o dia seguinte. A Princesa havia prometido assistir a essa conversa, mas atrasou-se por causa dos ensaios na Igreja e chegou quando acabávamos.”*⁵⁴⁸

Na carta que Gastão de Orléans escreve para o pai, explica as razões das dificuldades enfrentadas pelo Ministério e os motivos que levaram o casal a sugerir que a dissolução das Câmaras fosse negada ao Ministério:

(...) Em seguida a abolição da escravidão, o ministério se viu abandonado por um grupo do partido conservador, importante, mas não suficientemente numeroso para impedi-lo de manter a maioria na Câmara, como a conservou até o fechamento da sessão no mês de novembro. Mas, posteriormente, essa maioria estava se tornando consideravelmente reduzida pelas eleições parciais acontecidas e pela deserção de alguns deputados, de sorte que desde 2 de maio, antes da abertura da seção, o Presidente do Conselho, não julgando mais poder governar utilmente nestas condições, havia proposto ao Imperador a substituição do ministério. Mas o Imperador recusou-se obstinadamente até, e inclusive, ao dia 28, embora durante todo esse tempo as Câmaras fossem quase impedidas de funcionar, a maioria não sendo suficiente para fazer o número de uma maneira contínua na Câmara dos Deputados. Neste dia, o Imperador encostado na parede pelo Presidente do Conselho, decidiu convocar o Conselho de Estado para consultá-lo sobre a oportunidade da dissolução da Câmara, e,

⁵⁴⁷ Novidades de 15 e 16/05/1889

⁵⁴⁸ AHMIP – AGP, LXII – 7, carta de 28/05/1889 Obs: Isabel estava organizando a festa de encerramento das festividades do Mês de Maria.

*conformando-se com a opinião contrária desta corporação, declarou que não concordava com a dissolução, o que acarretou a demissão definitiva do ministério. Eu não compareci a essa sessão que teve lugar no dia 31, não tendo o hábito de fazê-lo quando se tratava de questões políticas tais como aquelas. Mas eu julgava, como quase todo mundo, que o ministério não possuía a força moral necessária para presidir com sucesso as futuras eleições e velar por ela. Dia 30, dia da Ascensão, eu o disse ao Imperador, de acordo com Isabel. Eu havia insinuado algum tempo antes ao presidente do conselho, dizendo-lhe que a medida da dissolução da câmara parecia-me cheia de inconvenientes.”*⁵⁴⁹

Sobre este ponto, está claro que tanto Isabel, como seu marido, posicionavam-se contra o pedido feito pelo ministro João Alfredo para que a Câmara fosse dissolvida. E que o pedido de dissolução das Câmaras fora desaconselhado por eles diretamente ao Ministro. Segundo o relato do Conde d’Eu, houve insistentes pedidos de demissão por parte de João Alfredo, negados pelo Imperador, o que demonstra que este estava decidido a mantê-lo no comando do seu gabinete.

Roderick Barman considera que o pedido do Imperador para que a filha e o genro não comparecessem à reunião do Conselho e se mantivessem afastados das manobras políticas, era porque ele “*não admitia partilhar a autoridade com ninguém, muito menos com uma mulher*”⁵⁵⁰. Creio haver aí um exagero e um equívoco, pois foi justamente com Isabel que Pedro II partilhou sua autoridade ao fazer questão que fosse ela a regente nos momentos que estivesse ausente do país. Compreendo estar o pedido do Imperador muito mais relacionado com sua preocupação recorrente, desde a época da Guerra do Paraguai, de que a classe política e a opinião pública pudessem ver a interferência de Gastão de Orléans nas decisões tomadas pelo governo e ao mesmo tempo, isentar sua filha de possíveis críticas.

Essa intenção não foi, obviamente alcançada, pois, de acordo com *Gazeta da Tarde* o pedido de dissolução das Câmaras teria sido inspirado por D. Isabel e pelo “*corrilho*” que a cercava, visando à anistia pela Coroa da facção Loyana. Apesar de admitirem que o Imperador estava velho e doente, e proclamarem a enorme influência que sobre ele exerceria a Princesa regente, descrita como uma “*criatura histórica, fanática e pouco inteligente*”,⁵⁵¹ alegam que D. Pedro II conseguiu mostrar seu valor.

⁵⁴⁹ AHMIP- AGP, XLII – 3, carta de 13/06/1889

⁵⁵⁰ BARMAN, op. cit, p.261

⁵⁵¹ *Gazeta da Tarde* de 01/06/1889

Dias depois, o jornal receberia cartas do Sr. Guilherme Carlos Lassance, mordomo do sr Conde d'Eu, nas quais o defendia das acusações alegando que ele não tomava parte alguma em transações comerciais, nem nunca interveio direta ou indiretamente perante o governo imperial para que fosse dado a alguém contratos de imigração,⁵⁵² que ele não seria dono nem de cortiços, nem de pedreira, nem de capinzais, e que também não teria acionado qualquer inquilino para pagamento de dívida⁵⁵³. Aparentemente esses desmentidos não provocariam nenhum efeito, pois as imagens tanto da Princesa, como do Conde d'Eu, a essa altura, já estariam consolidados no aspecto negativo, ao menos aos olhos da imprensa.

Finalmente, após ouvir o Conselho de Estado, o Imperador negou a pretensão de João Alfredo sobre a dissolução das Câmaras e este pediu demissão. A convocação do novo gabinete foi confusa, conforme narra o Conde a seu pai:

*“O Imperador mandou chamar sucessivamente três senadores encarregando-os de organizar um gabinete que conciliasse as frações da maioria conservadora da Câmara: o 1º [Conselheiro Corrêa] se escusou por causa da saúde, o segundo [Visconde do Cruzeiro] por motivo particular não explicado, o 3º [Sr. Vieira da Silva], após ter em vão procurado durante 3 dias, fazer entrar em seu gabinete, as pessoas as quais julgava ser necessário ter cooperação, no dia 5 de junho mandou dizer ao Imperador que renunciava a essa tarefa. Como não convinha dar a dissolução da Câmara a uma ou a outra fração do partido conservador, não houve outra forma senão voltar-se ao partido liberal que esteve no poder de 1878 a 1885, e cujo gabinete se encontra organizado desde a noite do dia 7. O novo Presidente do Conselho [Ouro Preto] não o havia ainda sido; mas foi ministro da Marinha de 1866 a 1868, depois das Finanças, de 79 a 80, época onde ele teve o azar de fazer adotar um imposto sobre as passagens de bondes, que provocou em 1º de janeiro de 1880 a única rebelião que ensangüentou as ruas do Rio [Revolta do Vintém], obrigando a revogação tácita deste imposto. Ele tem um caráter decidido e autoritário. Três de seus novos colegas já foram igualmente ministros e os ministros da guerra e da marinha são, contrariamente ao uso observado há muitos anos, escolhidos entre os oficiais gerais não membros do Parlamento.”*⁵⁵⁴

⁵⁵² *Idem* de 04/06/1889

⁵⁵³ *Idem* de 07/06/1889

⁵⁵⁴ AHMIP- AGP, XLII – 3, carta de 13/06/1889

No entanto, para a Condessa de Barral, ele dá uma opinião bem mais pessoal sobre o novo gabinete:

*“Nós [Gastão e Isabel] vimos o novo presidente do conselho, Visconde de Ouro Preto (...). Ele nos disse a lista de ministros, na qual eu não esperava Soares Brandão nos negócios estrangeiros (onde já o vimos em 1883-84). Dória no Império! Maracaju, meu confidente íntimo na Guerra do Paraguai na Guerra! Você dirá que finalmente coisas excelentes: e bem, eu estou apenas medianamente contente. Eu creio isso tudo áulico demais e não há prestígio aos olhos do país. No momento em que se chamou o partido liberal, o que era inevitável, eu preferia que se aceitasse logo as nuances mais avançadas para dar satisfação às expectativas de reformas e fazer desse modo concorrência aos republicanos. E se o novo ministério precisar passar como o precedente para receber as inspirações da princesa, não ganharemos absolutamente nada! Eis meus sentimentos. Vejamos os fatos.”*⁵⁵⁵

O tom contido nesta carta demonstra haver um desconhecimento prévio, e até mesmo surpreso, para Isabel e Gastão quanto à nomeação tanto dos ministros militares, como a de Dória, o Barão de Loreto, um dos melhores amigos do casal. Outro comentário que merece destaque é o desejo de que a ala mais radical do partido liberal fosse chamada para governar, colocando em prática as reformas defendidas por eles, que poderia ir desde o federalismo de Nabuco, à Democracia Rural de Rebouças. A sugestão para que assumisse um gabinete reformador e independente, capaz de tomar decisões sem a necessidade de “receber inspirações da princesa”, faz supor que, durante período em que o gabinete João Alfredo esteve no poder, Isabel talvez não tenha ficado muito afastada da política. Robert Daibert considera que uma das provas da influência de Isabel no gabinete de João Alfredo teria sido a omissão do casamento civil e a “orientação teocrática” na fala do trono que o Imperador teria proferido no dia 3 de maio.⁵⁵⁶ O autor se baseia num registro de Rebouças em seu diário, embora nele Isabel não esteja citada, apenas a decepção de Taunay com o fato⁵⁵⁷.

A expectativa pelas críticas que adviriam pela formação do novo gabinete não se fez esperar. O *Diário de Notícias* atribuiu a indicação dos ministros militares à Princesa

⁵⁵⁵ AHMIP – AGP, XLII-7, carta de 07/06/1889

⁵⁵⁶ DAIBERT JR, op. cit, 2007, p.215

⁵⁵⁷ *Diário de André Rebouças*, 1889, Fundação Joaquim Nabuco, A A R, anotação de 04/05/1889

Imperial e seu consorte.⁵⁵⁸ Quanto a nomeação de Dória para a pasta do Império, publicou: “*No Sr. Barão de Loreto, o que o país inteiro vê é o paço, é o paço é o paço, a princesa, a princesa, a princesa*”.⁵⁵⁹

A nomeação pelo Imperador de um ministério liberal, liderado pelo Visconde de Ouro Preto foi vista, a princípio como acertada pela *Gazeta da Tarde*, pois significaria que o governo estaria disposto a implementar as reformas “*necessárias*”, embora considerando esta seria a última cartada da monarquia visando a estabilizar-se.⁵⁶⁰ Já o jornal conservador *Novidades* alegou que a nomeação de um ministério liberal importaria num grande erro, pois era o partido conservador que possuía a maioria da Câmara que exprimiria “*o pensamento e a vontade da nação*”.⁵⁶¹

O *Diário de Notícias*⁵⁶² recebeu a formação do gabinete com surpresa. Seu redator-chefe, Ruy Barbosa, havia sido convidado para fazer parte do mesmo e recusara sob a alegação que o Visconde de Ouro Preto não incluía o projeto da federação no seu programa. No jornal, denunciava que os ministros militares que foram escolhidos não faziam parte da lista original e que eles não representam nada nesse país.⁵⁶³

A *Gazeta da Tarde* veio em defesa alegando que a nomeação de “*distintíssimos generais*”⁵⁶⁴ para as pastas da marinha e da guerra, atendia a uma antiga reivindicação dos militares.

A derrubada do gabinete João Alfredo, marcou, porém, o retorno definitivo do jornalista José do Patrocínio para o movimento republicano, que defendia antes da abolição. Quando a dissolução das Câmaras foi pedida por João Alfredo, ele colocou-se ao lado do ministro, afirmando que seria esta “*o único desfecho lógico para o atual estado de coisas*”⁵⁶⁵ Ainda no dia 5 de maio, anunciava a formação de um novo gabinete conservador, comandado por Vieira da Silva, o que definitivamente não veio a acontecer.

A nomeação de um gabinete liberal foi para ele uma decepção, ainda mais sob o comando de Ouro Preto, a quem tinha na conta de inimigo político desde o episódio da Revolta do Vintém, de 1880.

⁵⁵⁸ *Diário de Notícias* de 09/06/1889

⁵⁵⁹ *Idem*, de 10/06/1889

⁵⁶⁰ *Idem*, de 06/06/1889

⁵⁶¹ *Novidades* de 07/06/1889

⁵⁶² *Diário de Notícias* de 08/06/1889

⁵⁶³ *Idem* de 09/06/1889

⁵⁶⁴ *Gazeta da Tarde* de 12/06/1889

⁵⁶⁵ *Cidade do Rio* de 31/05/1889

Atribuiu ao Conde d'Eu a nomeação dos ministros militares e que esta visaria a “chamar de novo as simpatias do exército para o trono”,⁵⁶⁶ já que há anos a “questão militar” colocava militares e governo em confronto. E que a influência direta do palácio na nomeação do novo ministério se acentuava pela nomeação do barão de Loreto.

Patrocínio justificava sua mudança de posição, afirmando que nunca havia prometido “apoio cego e obstinado” e acusava a Princesa de ter “cruzado os braços” em relação à manutenção do Gabinete de João Alfredo, além de fornecer “um de seus íntimos” para fazer parte do gabinete chefiado por Ouro Preto. Tributava a este ser o “chefe ostensivo da campanha de difamação dos seus [de Isabel] dedicados e leais amigos”.⁵⁶⁷ Afirma ainda que “se nós tínhamos deveres com o isabelismo, este os tinha iguais para conosco, e um deles era não afrontar a moralidade pública com a nomeação de semelhante ministério”⁵⁶⁸. Com isso Patrocínio acusa Isabel de uma dupla traição: de não ter defendido João Alfredo e de ter corroborado com a nomeação de um ministério difamador e imoral.

No entanto, respondendo a uma provocação do jornal *Gazeta de Notícias*, ele de alguma forma, ameniza sua contrariedade em relação a ela, afirmando que “a pessoa de Isabel a Redentora é para nós sagrada, mas não nos julgamos obrigados a albardar [sic] a desastrada orientação do palácio, criminosa política de mexericos e favoritismos” tributando a culpa da nomeação do novo gabinete a Pedro II e ao Conde d'Eu, “que entendem que os reis podem existir prescindindo do povo”.⁵⁶⁹

Ouro Preto apresentou seu programa que incluíam reformas reclamadas há tempos, como o Senado temporário, mudança no Conselho de Estado, casamento laico, liberdade de cultos, código civil, incentivo à imigração, crédito à lavoura e comércio, mas deixava de fora a Democracia Rural” e o federalismo⁵⁷⁰.

Nomeado num momento em que a Câmara era majoritariamente conservadora, Ouro Preto obteve do Imperador a sua dissolução. Neste dia, Patrocínio escreveu em seu jornal uma carta aberta para Pedro II na qual alertava que “a manutenção da grande propriedade é o meio de empobrecer a lavoura e enfraquecê-la politicamente”. O recuo do governo na intenção de se reformar a propriedade rural o empurrara definitivamente

⁵⁶⁶ *Idem* de 08/06/1889

⁵⁶⁷ *Cidade do Rio* de 10/06/1889

⁵⁶⁸ *Idem* de 13/06/1889

⁵⁶⁹ *Idem*, de 11/06/1889

⁵⁷⁰ ALONSO, op. cit, p.246

para o republicanismo, e o fez declarar seu arrependimento “*de haver acreditado que há rei que ame o povo*”.⁵⁷¹

Joaquim Nabuco, por seu turno, há tempos vinha se isolando do partido Liberal. Desde o início de janeiro deixara as páginas do *O País*, por divergências com Quintino Bocaiúva, que dava ao jornal um caráter eminentemente republicano, e que no mês de maio seria nomeado o chefe supremo do Partido Republicano no país.⁵⁷²

Na Câmara, contrariamente ao seu partido que reivindicava eleições, manteve-se ao lado de João Alfredo, inclusive no episódio da “*questão Loyo*”, por considerar que uma nova Câmara poderia dar nova força aos indenizistas.⁵⁷³

Diante do programa apresentado por Ouro Preto, Nabuco manifestou-se em discurso na Câmara, no dia 11 de junho, afirmando que a Monarquia, que ele julgava benéfica e popular, só poderia se sustentar através de reformas nacionais como a Abolição. Para ele a Federação teria o mesmo caráter. No entanto, ele via com “*surpresa*” que o Partido liberal havia feito a renúncia dela num momento em que já teria sido aceita pelo Imperador.⁵⁷⁴

Dissolvida a Câmara, e sentindo-se isolado, Nabuco declarava que não seria candidato e partia para o Prata. No entanto, mesmo ausente do país, com apoio de seu amigo José Mariano e de João Alfredo, ele seria reeleito deputado por Recife na bancada de maioria Liberal eleita, e que tomaria posse no dia 20 de novembro de 1889.⁵⁷⁵

A não inclusão do federalismo afastara Nabuco. A queda de João Alfredo e a ausência da reforma da propriedade rural afastara Patrocínio. Rebouças, entretanto, após a volta de Pedro II, recebera deste vários e importantes encargos. Um deles, por exemplo, foi a proposta de preparar um documento sobre arbitragem que resolvesse os problemas de fronteira no sul do Império⁵⁷⁶. Outro foi a da organização de um Cadastro do Território Nacional, com a finalidade de se registrar as propriedades territoriais. Apesar da agitação política e social, ele permaneceu envolvido com os projetos de reformas.

⁵⁷¹ *Cidade do Rio* de 17/06/1889

⁵⁷² DEBES, op. cit, p. 264

⁵⁷³ ALONSO, op. cit, p. 238

⁵⁷⁴ Apud. VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, p.103

⁵⁷⁵ ALONSO, op. cit., p.240

⁵⁷⁶ JUCÁ, op. cit, p.127

Segundo registro no diário de Rebouças, algum progresso chegou mesmo a ser alcançado no sentido da reforma da propriedade territorial: a fundação de duas companhias de fazendeiros, a Companhia Vitória e a Companhia D. Pedro Augusto, ambas com o objetivo de venderem terras de sua propriedade para assentamento de colonos. No final de agosto de 1889 ele anotava a elaboração de títulos de propriedade, alguns em caráter provisório e outros em caráter definitivo.⁵⁷⁷ No mês seguinte registra que preparava uma estimativa sobre o valor de lotes hipotecados aos bancos ou oferecidos ao Governo, com a finalidade de oferecer terras a colonos brasileiros e imigrantes.⁵⁷⁸

Curiosamente, porém, a Princesa demonstrava poder contar com a colaboração dos três abolicionistas no seu projeto de assentar libertos em terras próprias, já que ela havia recebido recursos para colocar a idéia em prática,⁵⁷⁹ conforme a carta que escreveu para o Visconde de Santa Vitória, já transcrita no capítulo anterior.

Para a Monarquia, a nomeação de um gabinete liberal se mostraria, uma “*tentativa infrutífera*,”⁵⁸⁰ diante da agitação política do momento.

No dia 15 de junho um incidente entre os estudantes de medicina e a Princesa foi anotado por André Rebouças em seu diário. Segundo ele, ao se encaminhar para a Igreja da Candelária ela teria sido recebida pelos estudantes com gritos de “*Viva a República*”.⁵⁸¹

Esse acirramento das posições contra os membros da Monarquia já vinha se manifestando desde antes da nomeação do novo gabinete, o que havia levado o Conde d’Eu a propor ao Imperador, no mês de maio, portanto ainda na administração João Alfredo, uma viagem ao norte do país. Em carta à condessa de Barral ele expôs os motivos do desejo de se ausentar da Corte:

“As 4 hs viemos ao Palácio para jantar e em realidade para conversar com o Mota Maia da viagem que desejo fazer ao Amazonas por estar farto de servir aqui de bode expiatório da imprensa e responsável por tudo sem ter na realidade nenhuma influência. O presidente do conselho e o Imperador aplaudiram esta idéia, mas eu julguei que a Princesa faria bem se fizesse a

⁵⁷⁷ *Diário de André Rebouças* de 1889, Fundação Joaquim Nabuco, AAR, anotação de 31/08/1889

⁵⁷⁸ *Idem*, anotação de 11/09/1889

⁵⁷⁹ SANTOS, Cláudia. “Liberdade com terra: a carta e seu tempo”. in *Revista Nossa História*, ano 3, nº 33, junho de 2006, p.70

⁵⁸⁰ NEVES. & MACHADO, op cit, p 441

⁵⁸¹ *Diário de André Rebouças* de 1889, Fundação Joaquim Nabuco, AAR, anotação de 16/06/1889

*mesma viagem. Ao que Mota Maia se opôs por causa do Imperador, de sorte que foi necessário renunciar [à idéia de Isabel viajar também].*⁵⁸²

Gastão mostrava ter retomado aqui sua velha estratégia de afastar-se para fugir aos comentários negativos da imprensa, conforme havia feito ao final do segundo período regencial de Isabel, embora, naquela ocasião visasse protegê-la, já que era ela o alvo preferido dos ataques da imprensa. Ao mesmo tempo, afastá-lo da Corte e promover sua visita a locais longínquos do país poderia ser conveniente para a Monarquia, tanto como forma de se poupar de críticas como meio de se fazer representar nas províncias mais afastadas da Corte. A presença de Isabel junto ao pai, além de ser uma garantia em caso do Imperador apresentar problemas de saúde, também a afastava da propalada “influência” de seu marido, o que poderia representar um dado positivo no contexto político daquele momento. O novo gabinete que assumiu, concordou com os planos da viagem, não havendo nem mesmo adiamento da data da partida.

Não creio que houvesse a intenção de se fazer uma “propaganda” do Terceiro Reinado. A idéia residia muito mais numa estratégia de afastamento da corte do “vilão” do Império, funcionando ao mesmo tempo para marcar a presença da Monarquia nas demais províncias, embora isso não esteja dito explicitamente em nenhum momento na correspondência consultada.

A viagem, no entanto, não teve a finalidade que Gastão de Orléans esperava, já que Silva Jardim embarcou junto com ele, segundo o príncipe “*enfiando-se no navio na última hora, sem mesmo ter seu bilhete de passagem*”.⁵⁸³

A convivência dos dois a bordo foi satirizada pelo jornal *Diário de Notícias*, que dizia que o Conde d’Eu quis atirar Silva Jardim ao mar e que este teve ímpetos de mandar cortar a cabeça do marido da Princesa.⁵⁸⁴ Na sua correspondência para a Condessa de Barral, entretanto, Gastão relata que se manteve isolado, descrevendo sua estada na Bahia, onde teriam havido manifestações contra ambos, como “*angustiante*”.⁵⁸⁵

⁵⁸² AHMIP – AGP, XLII-7, carta de 14/05/1888

⁵⁸³ AHMIP – AGP, XLII – 7, carta de 16/06/1889

⁵⁸⁴ *Diário de Notícias* de 17/06/1889

⁵⁸⁵ AHMIP – AGP, XLII – 7, carta de 16/06/1889

Em Recife, onde o Conde afirma ter sido recepcionado muito amavelmente, finalmente, livrou-se de Silva Jardim, que segundo ele, ficou em companhia de alguns amigos.⁵⁸⁶

Pouco depois da partida do Conde, no dia 14 de julho, a comemoração pelo aniversário da Revolução Francesa organizada pelos republicanos acabaria em pancadaria entre os manifestantes e a Guarda Negra. Patrocínio que afirmava que a Guarda Negra havia sido instituída “*para defender a vida da Princesa Redentora que pareceu ameaçada quando a lei de 13 de maio respondeu o grito de guerra ao terceiro reinado*”, considerou, neste momento, que ela havia se desviado do seu “*nobre e generoso fim*”, pois “*nunca se lhe pediu que em nome de sua liberdade oprimisse a liberdade alheia*”.⁵⁸⁷ Afirma que sua decadência é culpa do governo instituído pela Monarquia,

*“porque a política de indenização ou reparação sem reticências vem dizer-nos que confia mais na ação dos auxílios à lavoura do que da singela grandeza da lei que teria enfrentado para sempre a honra dos abolicionistas à defesa da coroa redentora”*⁵⁸⁸

Já o *Diário de Notícias*, ocupado, como outros jornais do período, numa campanha contra os membros da família Imperial, publica:

“O Imperador deve estar satisfeito com seus homens, o Conde d’Eu exultante com seus liberais, a Princesa extasiada com os salvadores de sua herança e a metrópole imperial desvanecida nesse quadro oficial da sua civilização de cacete e navalha”.⁵⁸⁹

No dia seguinte ao conflito entre republicanos e a Guarda Negra, o Imperador sofreria um atentado na saída do teatro de Sant’Anna: Segundo relata o jornal *Novidades*,

“Terminado o espetáculo, o povo que enchia o teatro procurou as saídas. A família imperial dirigiu-se para a porta (...) O povo encostado para os lados, abria caminho a SS. MM., em silêncio. (...) De um pequeno grupo de pessoas de baixa classe partiu um grito estentórico (sic): “Viva o partido republicano”. O Imperador parou imediatamente. Começou então uma confusão extraordinária.

⁵⁸⁶ AHMIP – AGP, XLII – 7, carta de 21/06/1889

⁵⁸⁷ *Cidade do Rio* de 15 /07/1889

⁵⁸⁸ *Idem* de 17/06/1889

⁵⁸⁹ *Diário de Notícias* de 15/07/1889

*Grande número de pessoas prorrompeu em vivas ao Imperador, acercando-se dele. Finalmente, pôde S. M. tomar o carro, seguindo acompanhado do piquete, que o guardava de espadas desembainhadas. Ao passar, porém, pela frente da Maison Moderne, foram disparados três tiros de revólver na direção do carro que o conduzia. Asseguram-nos que um desses tiros quase alcançou o Sr. D. Pedro Augusto. Felizmente S. M. o Imperador passou incólume (...)*⁵⁹⁰

Os jornais deram grande destaque ao atentado, mas foram unânimes em considerar que ele teria sido fruto de um ato isolado, perpetrado por um “louco”, Adriano Augusto do Valle, preso pouco depois do acontecido, isentando o Partido Republicano de culpa. No entanto, a *Gazeta da Tarde* vê o acontecido como “*uma das conseqüências da profunda anarquia que lavra nos espíritos do Brasil, onde todas as noções de direito, dever e liberdade acham-se completamente obliteradas*”.⁵⁹¹

A versão apresentada pelo jornal *Novidades* está de acordo com o que Isabel relata por carta ao marido, que se encontrava ausente, concordando esta também com a opinião geral de que teria sido um caso isolado. Diz ela: “*Estamos consolados pela convicção de que este ato foi apenas um ato individual, reprovado com indignação por todo mundo, por toda imprensa, não importa de que cor, e com expressões polidas sendo todos bem justos.*”⁵⁹²

Um discurso que o Conde pronunciaria no Pará, durante sua viagem e que repetiria mais tarde em Recife, no qual afirmava que se fosse por vontade da opinião pública, a monarquia se afastaria, provocaria novamente polêmica em alguns jornais da Corte. No seu pronunciamento afirmara que

*“A monarquia brasileira não tem qualquer interesse próprio ou ambição particular. Se se convencesse que a nação brasileira deseja dispensar os seus serviços, seria a primeira a não por obstáculos à vontade nacional e a concorrer para a transformação que mais consentânea fosse aos interesses do país”*⁵⁹³

Na carta que escreve para a Princesa, que tem um tom de verdadeiro desabafo, ao contrário da sua forma habitual de escrever, ele tenta explicar os motivos que o levaram a fazer tal declaração:

⁵⁹⁰ *Novidades* de 15/07/1889

⁵⁹¹ *Gazeta da Tarde* de 16/07/1889

⁵⁹² AHMIP – AGP, XLI-1, carta de 17/07/1889

⁵⁹³ Apud RANGEL. op. cit, p.383

*“Eis um discurso que pronunciei no Pará e que te envio, sobre o qual os jornais do Rio estão ocupados. Veja com o Dória [Barão de Loreto] se faz bem publicá-lo todo ou em parte; ou se serve para dar explicações à imprensa. Tudo que eu disse (...) foi por ter ocasião de responder às opiniões recorrentes de que apenas eu faço questão da conservação da monarquia e que estaria disposto a recorrer para isto ao ferro e ao sangue. A experiência do período João Alfredo me mostrou que não é recomendável a inércia e o silêncio em certas situações e é por isso agora, em que não me ocupo de nada, que Silva Jardim está empenhado de me tornar o bode expiatório do império e de outro por me atribuírem a expedição para Mato Grosso⁵⁹⁴, o conflito de 30 de dezembro e outras coisas que eu estava totalmente alheio. Pode-se objetar com vigor que eu não tenho qualidade para falar em nome da monarquia. Mas, antes de mais nada, não se pode me proibir, ou a qualquer outro, de exprimir opiniões e sentimentos na medida conveniente. Além do mais, tudo o que eu disse sobre política é o que eu mesmo e outros ouvimos freqüentemente do Imperador em conversas, e eu quis indicar sob essa forma de observações bastante vagas que os sentimentos sobre estes pontos são também aqueles de toda família”.*⁵⁹⁵

Curiosamente, em resposta, Isabel escreve duas cartas na mesma data. Uma que ela envia, e outra que ela prefere manter em seu poder, mostrando-a ao marido somente quando este retorna de sua viagem, conforme anotação escrita por ele mesmo na própria carta. Nesta que ela prefere não enviar, dá uma leve repreensão em Gastão sobre sua declaração, colocando seu sentimento sobre o assunto. Diz ela:

“Recebi ontem sua carta com o discurso do Pará. Está perfeita e é com efeito o que pensamos todos. Os telegramas de ontem dizem que você pronunciou em Pernambuco um outro e vejo que possui o mesmo sentido, exceto pelo telegrama do [Jornal do] Comércio que acrescenta que a família se retiraria dessa terra, o que já provocou uma reflexão do Cidade do Rio entre muitos outros. Eu sei bem que caso de dê uma outra forma de governo nós seríamos

⁵⁹⁴ O Conde d'Eu refere-se ao episódio do afastamento do Marechal Deodoro da Fonseca para Mato Grosso sob a alegação de que havia a necessidade de uma expedição militar de observação em virtude da questão de limites entre Paraguai e Bolívia que ameaçava levar esses dois países à Guerra. Segundo Heitor Lyra, isto teria sido uma estratégia engendrada por João Alfredo que desta forma tiraria “à facção indisciplinada do exército um de seus mais dóceis instrumentos” LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II (1825-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 3º volume, 1940, p.156

⁵⁹⁵ AHMIP – AGP, XLII-5, carta de 14/08/1889

talvez forçosamente obrigados a partir, mas não gosto de dizê-lo. Eu sou ligada ao país, eu nasci nele e tudo me lembra 43 anos de felicidade!

Você disse, talvez, que a família se retiraria, o que não é a mesma coisa. Enfim, meu querido, eu não faço nenhuma censura. Como, no entanto, todas essas notícias começam a causar uma certa sensação, vou mostrar hoje ao Dória sua carta e seu discurso. Você fez bem em enviá-lo para mim. Naquele do Pará não há nada de retirar-se da terra [todos os grifos estão no original] e não há nenhuma hipótese sobre isso, o que é ainda melhor.”⁵⁹⁶

A repreensão de Isabel refere-se à expressão “*dessa terra*”, que os jornais afirmavam fazer parte do discurso proferido por Gastão em Pernambuco. Fica evidente que retirar-se do Brasil não fazia parte dos desejos da Princesa, embora ela não descartasse a possibilidade de ser obrigada a tal ato caso a República se concretizasse. Outro fato que chama a atenção é a expressão “*você fez bem em enviá-lo para mim*”, o que denota que ela aceitava tranquilamente a transferência da responsabilidade de resolver a polêmica perante a opinião pública.

Não há uma explicação para o não envio desta carta. Toda essa parte aqui transcrita não constava da carta realmente remetida. Podemos apenas especular que ela talvez não quisesse aborrecer o marido com suas palavras, ou mesmo evitar que esta pequena repreensão caísse em mãos alheias. Ou ainda, o que é mais provável, pelo fato de que este incidente não teve prolongamentos explorados pela imprensa, conforme ela informa na carta efetivamente enviada: “*Dória decidiu que não vai publicar nada já que os principais jornais não fizeram polêmica*”.⁵⁹⁷

Oliveira Vianna afirma que o ambiente no país não era “*universalmente republicano*”, que este sentimento não era generalizado. Haveria muito mais um sentimento de descrença nas instituições monárquicas do que uma crença na República, e que isto seria uma característica, sobretudo, dos centros do governo.⁵⁹⁸ Seja como for, esse sentimento de abandono da fé nas instituições monárquicas dava-se principalmente na Corte, e isto pode ser sentido claramente na carta que o Conde d’Eu relata, para a Condessa de Barral, sua chegada ao Rio:

“Também fiquei abatido, após as ovações nas províncias, por ver a extrema indiferença na população do Rio com meu desembarque. Nunca, ao que eu me

⁵⁹⁶ AHMIP – AGP, XLI-1, carta de 21/08/1889 (não enviada)

⁵⁹⁷ AHMIP – AGP, XLI-1, carta de 21/08/1889 (enviada)

⁵⁹⁸ VIANNA, op. cit, pp. 96-97

*lembre, vi o Arsenal tão vazio numa ocasião do gênero e eu me senti totalmente desconcertado”.*⁵⁹⁹

Daí para frente, os jornais, em sua maioria, cada vez mais inclinados à implantação da República, vão se ocupar de intensificar os ataques ao governo e à família imperial. Segundo Boehrer, “*um partido republicano precisa atacar não somente o regime, como também o monarca e sua família*”,⁶⁰⁰ e no Brasil isto foi feito com primor. As imagens de Pedro II como um velho decrépito que não tem mais vontade própria, de Isabel como uma herdeira fútil, fanática religiosa, pouco inteligente e de seu marido como um homem estrangeiro, pouco confiável, avarento, ambicioso e impopular foram cada vez mais explorados nos jornais republicanos.

No dia 15 de outubro de 1889, os príncipes herdeiros comemoravam suas bodas de prata. Embora muitos jornais, como o *Gazeta da Tarde* e *O País*, ofereçam cumprimentos ao casal e noticiem a festa oferecida em comemoração da data, é desta forma que vai se pronunciar o jornal republicano *Correio do Povo*:

*“(...) verificou-se mais uma vez que politicamente o terceiro reinado acha-se perdido. (...) O conde d’Eu e a princesa Isabel tiveram em seus salões apenas o pessoal antigo e habituê (...). As bodas de prata passaram pelas camadas populares tão despercebidas e tão indiferentes que a conclusão única(..) não pode ser outra que não acentue a antipatia e o desgostos que lhes causam os príncipes herdeiros. Nem uma só comissão popular apareceu no palácio Guanabara*⁶⁰¹*. Os presentes oferecidos foram insignificantes e ridículos. Sua alteza o Conde d’Eu teve o cuidado de pesá-los e medi-los para saber em quanto poderia montar o seu produto(...) O ilustre príncipe consorte só se deixa seduzir e arrastar pelo valor real, que agrada e satisfaz sua cobiça”*⁶⁰²

Ao verificar o teor deste artigo, embora considerando que esteja contido num órgão de propaganda republicana, é impossível não fazer uma comparação com as notícias publicadas 25 anos antes por ocasião do casamento de Isabel e constatar a imensa mudança de tratamento dispensado ao casal por parte da imprensa.

3.2 - O 15 DE NOVEMBRO

⁵⁹⁹ AHMIP – AGP, XLII-7, carta de 16/09/1889

⁶⁰⁰ BOEHRER, George C. A., *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.241

⁶⁰¹ *Correio do Povo* de 17/10/1889

⁶⁰² *Idem* de 24/10/1889

O grande embate entre Monarquia e a República era esperado para após a morte de Pedro II. Podemos dizer que havia quase um consenso sobre isso, que pode ser verificado tanto pelas palavras do Conde d'Eu, aqui já transcritas, como por várias manifestações oriundas de diferentes cantos do país.

A idéia de findar-se a monarquia com a morte do imperador já aparecera no município de São Borja, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1888, encontrando eco em todo o país. A Câmara Municipal daquela cidade havia pedido que se consultasse a nação sobre a destituição da monarquia pela morte de D. Pedro II, visto a herdeira do trono ser “*uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro*”.⁶⁰³ Da mesma forma, a idéia aparecia na Ata de Instalação do Clube Republicano 21 de Abril, em Sant'Anna de S. João Acima, publicada no *Diário de Notícias*, que convidava os sócios para “*trabalhar com afinco para opor-se ao terceiro reinado e para que, por morte do atual Imperador, o povo se levante em massa, impondo o governo republicano federativo*”.⁶⁰⁴ Ou então, nas ameaças contidas no jornal republicano *Correio do Povo*: “*É trabalho perdido o esforço dos instrumentos da monarquia em pretender um terceiro reinado. O segundo já é tolerado. O terceiro não nascerá.*”⁶⁰⁵

A República parecia ter um momento certo para nascer, não importa se de forma consensual, através de plebiscito ou através de uma revolução. E não parecia haver dúvida de que a mudança de regime aconteceria, sobretudo entre os membros da elite política e intelectual do país.

No início de novembro, no entanto, um novo capítulo da questão militar viria a precipitar os acontecimentos. Ao longo da segunda metade do século XIX, transformações haviam surgido nas relações entre o Exército e o Império. No Brasil, as forças sociais dominantes não haviam desenvolvido tradições militares de peso. A emergência do crescimento do Exército durante a guerra do Paraguai contribuiu para que a oficialidade do Império fosse formada por elementos oriundos de outras camadas sociais. Neste período final da monarquia, a maior parte dos oficiais era formada por filhos de oficiais ou de funcionários burocratas, o que reforçaria a autonomia, e a solidariedade de interesses deste grupo frente aos segmentos sociais dominantes.⁶⁰⁶

⁶⁰³ SODRÉ, op. cit. p.274

⁶⁰⁴ *Diário de Notícias* do dia 2/05/1889

⁶⁰⁵ *Correio do Povo* de 22/10/1889

⁶⁰⁶ FRAGOSO, João Luís e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. “A Política no Império e no início da república velha: dos barões aos coronéis”. in LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do*

Além disso, a formação desses oficiais, obtida na Academia Militar, proporcionava um nível de instrução melhor do que o das faculdades civis, que resultava numa boa competência, tanto no trato de questões teóricas, como dos problemas brasileiros. A forte influência do positivismo dentro da Academia Militar, a partir dos anos 1870, contribuiria para a republicanização dos oficiais mais jovens. Benjamin Constant, professor da Academia Militar desde 1873 seria o grande propagador da idéia republicana entre seus membros. O resultado deste quadro foi o surgimento, nestes últimos tempos do Império da “*idéia do soldado cidadão*”, através da qual se reivindicava os direitos de reunião e livre-manifestação.⁶⁰⁷

No final do mês de outubro, por ocasião da visita de militares chilenos à Escola Militar da Praia Vermelha, Benjamin Constant pronunciaria um violento discurso contra o gabinete Ouro Preto e contra a Monarquia, afirmando que “*em função dos desmandos e abusos dos poderes públicos, atentatórios aos brios e direitos do Exército, cabia a este reagir, até mesmo se preciso fosse, na praça pública*”.⁶⁰⁸

Como consequência desse discurso, Ouro Preto demitiu o general Miranda Reis comandante da Escola Superior de Guerra por não ter castigado como deveria o “*oficial indisciplinado*”, Benjamin Constant. Além disso, organizou um “*conselho de lentes*” para julgá-lo e puni-lo, no que teria sido desaconselhado pelo próprio Imperador.⁶⁰⁹

Os jornais republicanos, que sempre procuravam explorar as questões que envolviam os militares começaram a se ocupar da insatisfação do Exército diante do acontecido. Os republicanos já estavam conquistando para seus quadros os descontentes da aristocracia rural, que até então formara uma das bases de sustentação da Monarquia. Faltava a outra, que eram as Forças Armadas, e não perdiam a oportunidade de atraí-las para junto de si. A idéia de se aceitar uma “ditadura militar” no lugar de uma “ditadura monárquica” era francamente defendida por eles como podemos ver pelo artigo “*A ditadura Militar e a República*” publicado no *Diário de Notícias* em maio de 1889, ainda sob o gabinete João Alfredo:

“*Dizem que nós, os republicanos, queremos a ditadura militar. (...) E não existe a ditadura monárquica? (...) Tenha o nome que tiver, o general que dirigir a campanha revolucionária, para mim, este é primeiro patriota*

Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, pp 188-189

⁶⁰⁷ *Idem*, p.190

⁶⁰⁸ Apud NEVES & MACHADO, op. cit, p.442

⁶⁰⁹ VIANNA, op. cit, p. 169

*brasileiro; eu o aceito como chefe de estado, independente de consulta, na primeira época de transição. (...) Eu aceito a ditadura militar”.*⁶¹⁰

Vendo uma nova e boa oportunidade de ganhar espaço diante do acirramento da questão militar, no início de novembro, os republicanos do Rio de Janeiro haviam convocado os principais articulistas do Partido Republicano Paulista, dirigido na ocasião por Campos Salles, para vir para a Corte, ajudá-los na organização do movimento.⁶¹¹

Uma série de boatos começaram a ser espalhados através da imprensa. O jornal *Diário de Notícias*⁶¹² acusava o governo de querer condenar e dissolver o exército. No dia seguinte, é o jornal *O País*⁶¹³ que atribuiu intenção do terceiro reinado em desmembrar o exército, transferindo seus batalhões da Corte para as províncias, substituindo-o, na capital do Império, pela Guarda Nacional. No dia 14, assim escreveria o *Cidade do Rio*:

*“O governo já não pode esconder o seu plano sinistro de anular o exército pela dispersão (...) diplomaticamente urdida pela transferência do 22º e 23º batalhões de infantaria. (...). O governo se julga com o direito de por e dispor do exército discricionariamente, como outrora o senhor dispunha de escravos (...). O exército não pode saber para onde vai. Desde que o governo lhe der ordem de marchar, ele é obrigado a seguir. Já tardava que o clericanismo do Sr. Conde d’Eu irrompesse na administração civil e militar.”*⁶¹⁴

Patrocínio aproveitava para incluir o Conde d’Eu nas críticas aos desmandos do exército.

Outros boatos davam conta também de que Ouro Preto desconsiderara o Exército, deixando de convidar seus membros para o baile da Ilha Fiscal que aconteceria no dia 11 de novembro, e que destratara Deodoro quando este retornara de Mato Grosso no mês de setembro.⁶¹⁵

Neste mesmo dia 11, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva, entre outros, haviam conseguido a adesão do Marechal Deodoro

⁶¹⁰ *Diário de Notícias* de 21/05/1889

⁶¹¹ DEBES, op. cit, p.283

⁶¹² *Idem* de 9/11/1889

⁶¹³ *O País* de 10/11/1889

⁶¹⁴ *Cidade do Rio* de 14/11/1889

⁶¹⁵ VIANNA, op. cit, p. 171

ao movimento republicano, conquanto este tenha relutado nessa mudança, devido a sua amizade com D. Pedro II.⁶¹⁶

Por outro lado, embora apreensiva quanto à situação política do país, a Família Imperial continuava sua rotina sem sobressaltos maiores. Nas cartas que o Conde d'Eu escreve para a Condessa de Barral no início do mês de novembro, datadas de 11 e 13 de novembro, narra os afazeres normais da família, contando os problemas de saúde dos filhos, das pessoas que encontrou no Baile da Ilha Fiscal, das andanças do Imperador para assistir aos exames no colégio Pedro II e dos preparativos de Isabel para a recepção que ela e o marido ofereceriam aos militares chilenos no dia 16 de novembro. Somente na carta que escreve já a bordo do navio Alagoas, em viagem para o exílio é que vai fazer referência sobre a sedição dos militares⁶¹⁷.

Tanto o Conde d'Eu, como Isabel escreveram a caminho do exílio. O Conde, a carta para Barral, a Princesa um depoimento ao qual dá o título de “*Opinião de papai e nossas*”, mas que no fundo traz as opiniões dela própria. A carta de Gastão de Orléans é uma narrativa que obedece a cronologia dos acontecimentos, com riqueza de detalhes, escrita de forma aparentemente tranqüila e lógica. O depoimento de Isabel também é uma narrativa dos acontecimentos, mas feito por partes, aparentemente escrito no calor de suas emoções, contendo momentos de desabafo e de lamento. E ambas serão usadas como fonte de análise.

Na noite do dia 14 de novembro, novos boatos sobre a possível decretação da prisão de Deodoro e de Benjamin Constant, aliado a um suposto plano de transferência de batalhões para as províncias colocara, os militares em alerta.

Na manhã do dia 15, comandado por Deodoro um batalhão seguiu para o Ministério da Guerra, conseguindo a adesão de tropas governistas.⁶¹⁸ O ministério foi destituído e Ouro Preto, detido.

Na manhã do dia 15, também, o Conde d'Eu dava um passeio a cavalo com seus filhos Pedro e Antônio por Botafogo, enquanto Isabel colocava a casa em ordem para a recepção aos chilenos. Na volta, ao chegar em casa, conforme escreve para a Condessa de Barral, “*ao percorrer todos os jornais (que são agora sete) não encontrei nada, a não ser no Diário do Comércio (não o Jornal) a menção de que havia algum temor de*

⁶¹⁶ NEVES e MACHADO, op. cit., p.443

⁶¹⁷ Estas três cartas, já traduzidas, foram publicadas no livro de Hélio Silva, 1889: *A república não esperou o amanhecer*, já citado, e serão a elas a que irei me referir neste sub-capítulo.

⁶¹⁸ NEVES & MACHADO, op. cit, p. 444

*sedição na Escola Militar porque os ministros ficaram reunidos até tarde da noite no Ministério da Guerra”.*⁶¹⁹ Mas logo os príncipes seriam informados da revolta militar por amigos que acorriam à sua residência.

As notícias eram desencontradas, e para Isabel “*exageradas*”. É ela quem relata: “*O Miguel Lisboa*⁶²⁰ *ofereceu-se então para ir ao próprio Campo da Aclamação saber o que havia. Daí voltou dizendo que o Ministério estava sitiado no Quartel e o Ladário dado como morto (...). Também nos informaram que o Deodoro tinha a seu lado o Bocayuva e o Benjamin Constant e que declarara um Governo Provisório*”.⁶²¹

Embora a historiografia de modo geral considere que não havia um consenso entre os militares pela implantação da República neste momento, a oportunidade havia acontecido. A adesão de Deodoro e a união entre os republicanos civis e os militares deram ensejo ao golpe. Alguns republicanos, entre eles José do Patrocínio, aproveitando a ocasião, entraram na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e elaboraram uma moção popular, na qual exigiam a queda do Império e a conseqüente Proclamação da República, o que foi feito.

Diante das notícias, o Conde d’Eu julgou acabada a Monarquia, mas a princesa, segundo suas palavras, “*ainda iludida*”, achou que a afirmação do marido era pessimismo. A princípio ela não quis sair do palácio Isabel, pois ponderou, “*que talvez não sendo as coisas como se diziam, não viessem mais tarde acusar-me de medo, de que, aliás, nunca dei provas*”.⁶²²

Como pode ser sentida nos comentários acima, a reação dos príncipes foi diferente a princípio. Gastão, na sua forma mais isenta e seca de analisar as situações da política, via que chegava ao fim os dias da Monarquia no Brasil. A Princesa, no entanto, ainda alimentava esperanças de que situação pudesse ser revertida.

Rebouças e Taunay apareceram na residência de Isabel e Gastão com um plano de resistência, sugerindo que o Imperador se mantivesse em Petrópolis, convocando para lá os personagens importantes do Império, para organizar um governo que fizesse frente à insurreição. Em seu diário, nas anotações referentes ao dia 15 de novembro Rebouças faz, como de hábito, um registro cronológico do seu dia. Através dele, podemos deduzir que ele havia descido de Petrópolis para o Rio de Janeiro sem ter

⁶¹⁹ SILVA, op. cit, p. 350

⁶²⁰ Miguel Lisboa, amigo do casal, era Capitão de Fragata, e filho do barão de Japurá

⁶²¹ AHMIP – Arquivo POB – doc. 9413 – Depoimento escrito a bordo do navio Alagoas

⁶²² *Idem*.

nenhum conhecimento do que se passava, pois apenas quando chegou à praça Mauá recebeu a notícia de um motim militar na praça da Aclamação. Ao chegar à Escola Politécnica encontrou-a invadida por Silva Jardim e outros republicanos. Dirigindo-se à sede do jornal *Cidade do Rio*, presenciou o desfile da artilharia pela Rua do Ouvidor com Deodoro a frente. Imediatamente dirigiu-se para o Senado com Taunay para armar uma contra-revolução, indo a seguir comunicá-la à Isabel e Gastão.⁶²³

A sugestão foi aceita e, imediatamente, eles fizeram partir seus filhos para Petrópolis, onde supunham estar o Imperador. Rebouças acompanhou as crianças para explicar a Pedro II o plano de resistência, já que havia dificuldades na comunicação por telégrafo.

Mas, pouco depois da partida de seus filhos, Isabel e Gastão foram informados por Mota Maia que seu pai havia descido para a Corte. E foram encontrá-lo já chegando ao Paço Imperial.

A Princesa demonstra em seu depoimento arrependimento por não ter seguido para Petrópolis com uma frase, colocada por ela entre aspas, logo na abertura do seu texto. Diz o seguinte: “ *Se soubesse exatamente como as coisas se achavam, teria ficado em Petrópolis depois de onde ter-me-ia internado mais e mais se fosse necessário*”⁶²⁴, o que reforça sua idéia em resistir.

Ambos os depoimentos relatam a inércia e a resistência do Imperador em aceitar a demissão do gabinete e a revolta dos militares. O Conde descreve com mais detalhes o diálogo havido entre eles.

“A primeira fala do imperador é: -“Minha opinião é de dissolver os batalhões”. - “ É fácil falar repliquei-lhe, mas como Vossa Alteza quer dissolver corpos que pegaram em armas contra Vossa Alteza? É preciso primeiro que Vossa Alteza constitua um governo, já que o precedente está demissionário”

– “Mas eu não aceito essas demissões”

– “Mas os ministros são prisioneiros dos insurrectos: como Vossa Alteza quer que eles continuem a governar?”

*– “Mas sim! Ouro Preto virá falar comigo”.*⁶²⁵

⁶²³ *Diário de André Rebouças* de 1889 – Fundação Joaquim Nabuco – AAR anotação do dia 04/05/1889

⁶²⁴ AHMIP – Arquivo POB – doc. 9413

⁶²⁵ SILVA, op. cit, p. 352

A detenção de Ouro Preto não durou muito e ele realmente apareceu no Paço para uma reunião a portas trancadas com o Imperador. Nesta reunião Ouro Preto sugeriu que se mandasse chamar Silveira Martins, que naquele momento se encontrava no Rio Grande do Sul, a pelo menos quatro dias de viagem, para que este formasse o novo ministério. Com apoio de Isabel, o Conde ponderou com o Imperador pela inadequação da escolha.

- *“Como quer Vossa Alteza que fiquemos três dias sem governo nas circunstâncias em que nos encontramos?”*

- *“Eles vão esperar”*

- *Mas dizem que o governo provisório já foi constituído, composto de Deodoro, Bocaiúva e Benjamin Constant. Amanhã de manhã, se não esta noite mesmo, veremos suas proclamações afixadas.”*

- *“Ta, ta, ta” (não foi essa a expressão usada, mas foi nesse sentido).*

Eu continuo tendo o apoio da princesa: - “Mas convoque ao menos o Conselho de Estado para ajudá-lo”

- *“Mais tarde”.*⁶²⁶

Isabel faz em seu depoimento uma dura crítica a Ouro Preto culpando-o tanto pela total inadequação da escolha de Silveira Martins para que este formasse o novo gabinete, como por ter chamado o Imperador para que descesse de Petrópolis:

“Papai diz, provavelmente para não aumentar a culpa, que o Ouro Preto não o chamou ao Rio, mas que pensou com sua presença tudo serenar, e portanto não duvidou em descer para o foco, onde estaria mais perto dos acontecimentos e mais depressa poderia providenciar. Diz Papai também que foi ele quem se lembrou do Silveira Martins para suceder Ouro Preto. Em todos os casos como é que o Ouro Preto não o dissuadiu disso?

*Além de que é contrário ao seu costume deixar de seguir o parecer do Presidente do Conselho que se demite, por coisas que ouvi creio que foi o Ouro Preto quem indicou o Silveira Martins assim como foi ele quem chamou papai de Petrópolis. Ambas as idéias foram desacertadas!”*⁶²⁷

Isabel e Gastão não conseguiram fazer com que o Imperador tomasse nenhuma atitude naquele momento. Na hora do jantar, mais uma vez, eles tentaram obter a autorização para convocar o Conselho de Estado. Diante de nova negativa, resolveram

⁶²⁶ SILVA, op. cit, p. 352

⁶²⁷ AHMIP – Arquivo POB – doc. 9413

eles mesmos tomar a iniciativa e pediram que Tosta⁶²⁸ emitisse uma circular para que comparecessem ao Paço os 17 conselheiros que se achavam na Corte: *“S.A. a princesa imperial me encarrega a rogar a V. E. queira com a maior brevidade comparecer no Imperial Paço da Cidade onde se acha S.M. o Imperador”*⁶²⁹

Segundo o Conde d’Eu, os Conselheiros de Estado compareceram em bom número ao Paço e os conselheiros Taunay e Saraiva asseguraram ao Imperador *“que ficasse tranqüilo, que o caso não duraria muito!”*. Apesar da discordância de Isabel, Taunay resolveu levar adiante a idéia de se colocar em contato direto com Deodoro,. Os conselheiros Dantas e Correia, representando cada um seu partido, foram encarregados dessa missão, mas não encontram Deodoro em casa.

Somente tarde da noite, após insistentes súplicas de Isabel, o Imperador concedeu presidir a reunião do Conselho. É o Conde que narra:

“A solenidade do momento e a hora avançada faziam com que as vozes fossem ainda mais baixas do que o costume, de modo que não ouvi uma sílaba sequer. Mas a princesa me disse, e os jornais o repetiram no dia seguinte, que a opinião unânime foi a de que o Imperador devia constituir mais rápido possível um novo ministério. O Imperador, depois de alguns instantes de reflexão, declarou que confiava essa missão a Saraiva! Foi Paranaguá que se encarregou de voltar a pé (já que o plano inclinado não funcionava mais a essa hora) a S. Teresa, pela terceira vez no dia, para acordar Saraiva e chamá-lo.”

Uma outra mensagem foi escrita por Saraiva e enviada para Deodoro. De acordo com o Conde d’Eu, os conselheiros se retiraram, o Imperador foi deitar, mas Isabel resolveu permanecer acordada aguardando a resposta. E ela chegou as 3 hs da manhã. Narra o Conde:

“Deodoro o recebera [ao mensageiro Major Trompowski] na cama e declarara que não tinha resposta nenhuma a dar porque a república estava absolutamente decidida. Ele acrescentou várias outras coisas que não ouvi; a princesa me disse apenas que Deodoro havia se queixado muito de mim, me considerando o autor da opressão do exército, suposição inteiramente errônea contra a qual protestei imediatamente em voz alta.”

Na manhã seguinte foram trazidos ao Paço os jornais que anunciavam a Proclamação da República. Para os membros da família Imperial a proclamação da

⁶²⁸ Manuel Vieira Tosta Filho, Barão de Muritiba

⁶²⁹ SILVA, op. cit, p. 352

República estava comunicada, mas a situação deles ainda era totalmente indefinida. Durante a manhã o Paço foi cercado por militares da cavalaria, mas ainda era permitido às pessoas circularem livremente para dentro e fora do prédio. Somente por volta das 10 horas veio uma ordem para que ninguém mais entrasse ou saísse de lá. Isabel descreve:

“No dia 16 de manhã ainda entravam e saiam pessoas do Palácio, mas os guardas aumentam e não havia mais meio que se reunissem grupos à roda do Paço. Constantemente ouviam-se correrias de cavalaria em torno para espalhar a gente. Pelas 10 horas já ninguém podia penetrar, nem mesmo Senhoras. Vimos por vezes, ainda que pouco chegássemos às janelas, alguns conhecidos que de longe nos cumprimentavam. Que horrível dia! Meu Deus!”⁶³⁰

O Visconde e a Viscondessa de Carapebus, que conseguiram penetrar no Paço por uma passagem secreta, trouxeram os rumores de que a família imperial seria embarcada e exilada, sugerindo que eles tentassem negociar com os chilenos para pedir que fossem levados ao seu encouraçado fundeado em frente ao palácio. O Imperador rejeitou a idéia, mas Isabel e Gastão autorizaram seus amigos a tentar falar com o Ministro do Chile.

A tarde, segundo relato do Gastão e de Isabel, uma comissão chegava ao palácio. Descreve o Conde:

“Enfim, às 3h apareceu um esquadrão de cavalaria, todos vestidos de gala! O major que o comandava e três oficiais subalternos subiram a escada e pediram para falar com o imperador, sendo imediatamente introduzidos no salão onde todo mundo estava reunido na ocasião; e, após os cumprimentos, o major entregou ao imperador um papel grande, perguntando se Sua Majestade desejava responder naquele instante. Como o imperador disse que não, os oficiais se retiraram, com saudações. O imperador, sem nada comunicar a sua família, levou Doria a um canto, para com ele, tomar conhecimento do conteúdo deste “factum”, e então disse em voz alta que era uma ordem para deixar o país em 24 horas, e que ele estava pronto para partir aquela noite mesmo. A imperatriz se deixou cair sobre uma poltrona enquanto ouvíamos gritos nervosos de uma de suas camareiras, e enquanto Isabel e quase todas as damas se puseram a chorar. Doria se pôs a redigir a resposta a ser dada pelo

⁶³⁰ AHMIP – Arquivo POB – doc. 9413

imperador, copiada e assinada por sua mão. No mesmo instante o cordão de sentinelas foi retirado.”⁶³¹

No depoimento de Isabel, ela acrescenta:

*“Dizer o que se passou em nosso coração não é possível! A idéia de deixar os amigos, o país, tanta coisa que amo e que me lembra mil felicidades que gozei, fez-me romper em soluços!! Nem por um momento, porém, desejei uma menor felicidade para minha pátria, mas o golpe foi duro!”*⁶³²

Daí para a frente, o que restou ao casal foi tomar providências para que objetos pessoais fossem trazidos para serem levados com eles para o exílio na Europa, encarregar amigos de cuidar de seus negócios, escrever cartas de despedida e enfrentar a angustia de esperar que seus filhos fossem trazidos de Petrópolis para reunir-se à família antes do embarque. Mas tal não aconteceu, pois a família foi instada a embarcar durante a madrugada pois, segundo palavras do conde d’Eu, *“temiam-se demonstrações da população em favor do imperador no momento do embarque, que os estudantes se armaram (com fuzis e metralhadoras para se opor a essas manifestações. E Lassance acrescenta “sotto voce” que ouviu rumores sobre o assassinato do imperador).*”⁶³³ Todos acabaram concordando com o embarque para evitar possíveis conflitos e derramamento de sangue.

Os meninos só chegaram no dia seguinte, quando todos já estavam reunidos a bordo do Parnaíba, que os levaria ao navio Alagoas, atracado um pouco mais distante. E junto com eles vinha Rebouças, que se decidiu pelo auto-exílio juntamente com a família Imperial, alegando *“que os republicanos atuais não têm nada em comum com a república com a qual ele próprio sonhara havia já alguns anos”*.⁶³⁴

Como podemos ver pelos relatos, embora a família Imperial contasse com a possibilidade do advento da República, e com a possível decisão em exilá-la do país, eles foram pegos totalmente de surpresa pelo golpe acontecido. Mas a idéia de que não tentaram reagir não é verdadeira. É fato que houve inércia por parte do Imperador, mas não de parte dos príncipes herdeiros. Auxiliados por amigos, a resistência ao golpe foi pensada, mas não houve meios de colocá-la em prática. A própria Isabel, em seu depoimento, embora culpe a inabilidade de Ouro Preto pelo desfecho da revolta dos

⁶³¹ SILVA, op. cit, p. 355

⁶³² AHMIP – Arquivo POB – doc. 9413

⁶³³ SILVA, op. cit, p.357

⁶³⁴ *Idem*, p.359

militares, se questiona se com outras medidas teria se evitado o fim do Império. E acrescenta: “*Uma vez que a força armada toda [grifo no original] estava do lado dos insurgentes, todos nós, nem ninguém poderia fazer senão o que fizemos.*”

Dos “*amigos*” Rebouças, Nabuco e Patrocínio, que Isabel pensava poder contar para a “*mudanças que tinha em mente*”⁶³⁵ durante o seu reinado, apenas o primeiro permaneceu ao seu lado nestas últimas horas difíceis, partindo para o exílio com a família Imperial por vontade própria. Segundo Joselice Jucá, faltou-lhe a perspectiva histórica do momento que vivia, tendo subestimado os efeitos da propaganda das reformas que ele próprio defendia. Como consequência, atribuiu à abolição o peso maior no processo de destruição da monarquia, não percebendo que a mais séria divergência, entre aqueles que antes apoiavam o Império, encontrava-se na questão da distribuição de terras através da reforma agrária.⁶³⁶

Nabuco soube da sedição militar em Paquetá, onde havia ido morar depois de seu casamento, acontecido apenas poucos meses antes. E segundo sua biógrafa Angela Alonso, “*lá ficou meio prostrado*”. Quando chegou à cidade, já encontrou expatriada a família Imperial.

Nabuco não ficou muito tempo no país. Em setembro do ano seguinte partiu para um exílio voluntário em Londres. Anos mais tarde, anotaria em seu diário que a queda da monarquia deveu-se ao fato dela não ter aproveitado o entusiasmo democrático que forçou a abolição. Diz ele:

*“a política da monarquia devia, depois da abolição, ser outra, era preciso dar corda a esse entusiasmo, em vez de querer contê-lo subitamente, deixá-lo gastar-se. O erro de Luís XVI, depois de ter acompanhado o movimento, foi pensar em pará-lo muito depressa. Nada importava o expediente de contentar a lavoura, se se [sic] tivesse também pensado em encaminhar a onda democrática.”*⁶³⁷

Patrocínio, por seu turno, participou ativamente do 15 de novembro. Acompanhado de uma multidão, seguiu para a Câmara Municipal a fim de elaborar uma moção na qual buscava estabelecer garantias de liberdade e justiça no novo regime, obtendo nela a assinatura das autoridades civis e militares responsáveis pelo golpe.

⁶³⁵ Carta de Isabel ao Visconde de Santa Vitória (apud Revista Nossa História, Ano 3/nº 31, maio de 2006, pp. 69-72), já transcrita no capítulo anterior

⁶³⁶ JUCÁ, op. cit, pp. 134- 136

⁶³⁷ NABUCO, op. cit 2007, anotação de 03/01/1893

Segundo Iram Rubem, com isso Patrocínio visava também dotar a República de uma feição civilista.⁶³⁸ Em virtude de sua participação no episódio, Patrocínio concedeu a si próprio o título de “*Proclamador Civil da República*”.

Nas páginas do jornal, justificando o exílio do Imperador, afirmava que: “*Visitaram-no amigos, acompanharam-no afeiçoados. Mas não houve ninguém que francamente tomasse o seu partido e julgasse injusta a sublevação do país*”.⁶³⁹

Mas o projeto de república vencedor, formado por uma coalizão entre reformistas da geração de 70, ligados ao Partido Republicano, e militares⁶⁴⁰, o deixou de fora da festa. Para os republicanos ele seria eternamente o “*isabelista*” cujo momento de glória deveria restringir-se à abolição.⁶⁴¹ Outro que foi deixado de fora desta República foi Silva Jardim, o grande propagador de sua idéia, por ser demasiadamente “*jacobino*”.

A essa República, dou aqui o nome de “*república dos jornais*”. Foi através deles que a idéia republicana se espalhou. Foram alguns de seus principais articulistas que prepararam o golpe. E foram eles que formaram o primeiro ministério republicano. Nele estavam figuras como as de Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva, Campos Salles e Aristides Lobo, entre outros.

Foram eles também que trataram rapidamente de construir a representação de uma República aceita sem contestações, como no exemplo retirado aqui da *Gazeta da Tarde*: “*A nova forma de governo pode-se dizer que foi aceita quase unanimemente, pois nos últimos momentos da monarquia, os que lhe pareciam mais dedicados mostraram preferir a pátria a tudo*”.⁶⁴²

E também de reforçarem a representação negativa construída para a herdeira do trono, para que não houvesse a possibilidade de um retorno à monarquia na existência do Terceiro Reinado:

“*No meio do turbilhão das últimas lutas, no meio de todos os debates dos últimos dias, foi notável que não se tivesse ouvido discutir os direitos da ex-*

⁶³⁸ RUBEM, Iram. *Entre o Turíbulo e o Punhal, o verbo da utopia - A trajetória sinuosa de José do Patrocínio, do Império à República*, cap. V, dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, sob a orientação da Prof^a Dr^a Cláudia Santos, com previsão de defesa no ano de 2009

⁶³⁹ *Cidade do Rio* de 18/11/1889

⁶⁴⁰ ALONSO, op. cit, p.247

⁶⁴¹ “*Para os republicanos da primeira hora, um monarquista-isabelista, comprometido eternamente com um terceiro reinado; para os jacobinos, um sebastianista; e, finalmente, um vilão grotesco, para a imprensa empresa que se assumia cirúrgica, lógica e asséptica*” BRANDÃO, op. cit, Cap.II, p.79

⁶⁴² *Gazeta da Tarde* de 16/11/1889

princesa Isabel, Condessa d'Eu, nem se tivessem agitados as grandes massas defensoras da rainha, conforme era denominada aquela infeliz senhora, vítima dos deslumbramentos nervosos. É por aí que se pode aferir da importância da princesa no movimento evolutivo de nossa vida social. A Sr^a Isabel foi sempre, para nós, a boa senhora honesta e caridosa, mal ajudada por um cérebro desorganizado, sem nenhuma orientação política. No meio do bulício, desapareceu como verdadeira nulidade”.⁶⁴³

Neste capítulo busquei demonstrar o papel primordial da imprensa na mudança do regime e de como a propaganda engendrada por ela alcançou seus objetivos. A família Imperial como um todo, e Isabel e o Conde d'Eu em especial, tinham a consciência do perigo que corria o Terceiro Reinado. No entanto, esperavam que a disputa com o republicanismo ocorresse após a morte de Pedro II. Para enfrentar a República ambicionavam poder implantar reformas sociais que lhe fizesse frente. O golpe de 15 de novembro os pegou de surpresa. Embora quisessem, não tiveram oportunidade de resistir.

O crescimento do republicanismo após a abolição, o “15 de novembro”, o episódio ocorrido na Câmara Municipal, o golpe republicano em si e a possível resistência ao golpe, ainda demandam estudos mais profundos por parte dos historiadores.

⁶⁴³ República Brasileira de 21/11/1889

CONCLUSÃO

Neste trabalho, em que faço uma biografia de Isabel centrada nas suas idéias e na sua participação política, procurei um outro olhar sobre o período final do Império. A intenção foi a de buscar novas formas de interpretação ainda não exploradas pela historiografia.

Deixando de lado visões historiográficas consolidadas, baseei-me na análise de uma grande quantidade de fontes, não propriamente inéditas, mas que observadas no seu conjunto proporcionaram uma nova abordagem tanto da personagem como das tensões políticas e sociais que a cercaram. Procurei reconstruir uma nova visão de Isabel, privilegiando sua posição como um ator político, que demonstrou não ser ela nem uma revolucionária, nem apenas a “Redentora” piedosa, mas uma mulher de seu tempo, dividida entre a forte religiosidade e as noções de progresso e modernidade.

Educada com a finalidade de governar, tinha consciência das obrigações que a aguardavam no futuro, guardando, porém, uma autonomia em relação à influência política do Imperador. Sua adesão às idéias abolicionistas reformistas ocorreu não só por estar de acordo com o que pregava a Igreja, mas como uma opção política que visava a dar uma sustentação mais “popular” ao seu reinado.

Busquei retratar a Princesa como uma mulher brasileira do século XIX, casada com um nobre estrangeiro, que tinha o ônus de ser a herdeira do trono de um Império sem tradição, dentro de uma sociedade masculina e patriarcalista.

Por outro lado, procurei demonstrar como a sociedade como um todo, e o meio político e intelectual especificamente, a viram e a representaram, sobretudo através da imprensa, aderindo ou não à idéia de tê-la como Imperatriz.

Estudar o seu terceiro período de regência sob a ótica de seus contemporâneos, que o viram como o início do terceiro reinado, trouxe à tona outras articulações políticas deste curto espaço de tempo, contido entre a abolição e a Proclamação da República. Serviu para demonstrar que, entre os vários projetos pensados para o Brasil neste período, existiu um que tinha como fim último amenizar as desigualdades sociais, buscando, entre outros pontos, a inclusão do ex-escravo na sociedade, através da educação e da terra, e uma nova forma de distribuição da propriedade rural, através de uma reforma agrária. E neste projeto cabiam Isabel e o Terceiro Reinado.

Destaquei o papel desempenhado pela imprensa na mudança para novo regime, quer através da propaganda do movimento republicano, quer através da construção de uma imagem negativa para a herdeira do trono e seu marido.

Saber quem seria a futura governante e que idéias ela abraçava teve um peso enorme para o advento da República.

Não procurei fazer a história do “se”, pois esta, não existe. Seria impossível afirmar que as coisas seriam diferentes, para melhor ou para pior, se o Terceiro Reinado tivesse se implantado como uma “Monarquia Democrática Popular”, ou simplesmente abraçando as reformas propostas pelos abolicionistas que se aliaram à Princesa.

Isabel nunca teve a oportunidade de prová-lo. Ela jamais retornou ao Brasil. Mas o que aconteceu após a sua partida para o exílio, é um novo capítulo da história.

FONTES:**1- Periódicos:**

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Disponíveis em microfilme

Cidade do Rio – PR . SPR. 168

Correio do Povo: Órgão Republicano - PR. SOR. 1824

Diário de Notícias - PR. SPR. 00003

Diário do Rio de Janeiro - PR. SPR. 5

Gazeta de Notícias – PR.SPR. 02182

Gazeta da Tarde – PR. SPR. 569

Jornal do Comércio – PR. SPR. 1

O Mequetrefe – PR. SOR. 2155

Novidades – PR. SPR. 100

O País – PR. SPR. 6

A Reforma – PR. SOR. 3457

República Brasileira – PR. SOR. 02764

Semana Ilustrada – PR. SOR. 2334

2) Correspondências e diários:**a) Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis:**

- Arquivo POB – Arquivo da Casa Imperial do Brasil
- Arquivo Grão – Pará – Acervo privado da família Orléans e Bragança

b) Fundação Joaquim Nabuco

- Arquivo Joaquim Nabuco
- Arquivo André Rebouças

c) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção Conde d'Eu

Coleção Wanderley Pinho

Coleção Baronesa do Loreto

Diários de André Rebouças

3) Fontes Impressas

DAUNT, Ricardo Gumbleton. *Diário da Princesa Isabel*. São Paulo: Editora Anhembi Ltda, 1957

JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888 – 1889)*. Rio de Janeiro: MEC – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978

NABUCO, Joaquim *Carta a amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., vols. I e II, 1949.

_____. *Diários*. Recife: Editora Massangana, Vol I e II, 2005

PAIM, Antônio (Seleção e Introdução). *O Apostolado Positivista e a República. Biblioteca do Pensamento Político Republicano*, vol 2, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

PINHO, José Wanderley. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. SP: Cia Editora Nacional, 1933

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans – O Último Conde d’Eu*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935

4) Meio digital

- Correspondência entre Gusmão Lobo e o Barão do Rio Branco - Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano 3, n.5. – Brasília,DF : A Fundação, 2004. disponível em:

http://chdd.funag.gov.br/cadernos/pdfs/cadernos_do_chdd_05.pdf

- Textos e discursos de Joaquim Nabuco - disponíveis em <http://www.fundaj.gov.br>

- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo* . disponível em

<http://www.editorameca.com.br/BV11032003/JOAQUIM%NABUCO/abolicionismo.htm>

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1839 – 1900*. RJ: Novas Fronteira, SP: Fapesp, 1999
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1997
- ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo. Cia das Letras, 2007
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, séc XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 -1910)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999
- BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no século XIX*. SP: Unesp, 2005
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis RJ: Vozes, 2004,
- BECKER, Jean-Jacques. “A Opinião Pública”. in RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 185 – 212
- BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. SP: T. A. Queiroz, 1988
- BERSTEIN, Serge. “Enjeux: l'historien et la culture politique”. in *Vintième Siècle – Revue d'histoire*, n.35, juil/sept, 1992 pp. 70-71
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____, Norberto, MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília: SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000, vols. I e II.
- BOEHRER, George C. A., *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- BORGES, Vavy Pacheco. “História Política: Totalidade e Imaginário”. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº17, 1996
- BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998
- BRAGANÇA, Isabel de Orléans. *De todo Coração*. Rio de Janeiro, Editora Butiá, 1995

- CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel: a “Redentora”*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- _____. *D Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- _____. *A Guerra do Vintém*. disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=810&pagina=3>
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Conde d’Eu*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933
- CERQUEIRA, Bruno da S. Antunes. *D. Isabel I a Redentora: textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento*. Rio de Janeiro: Instituto Dona Isabel a Redentora, 2006
- CHALHOUB, Sidney. “Medo branco em almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol 8, nº 16, p.83-105, mar./ago. 1988
- CHARLE, Christophe. *Le Siècle de la Presse 1830-1939*. Paris: Éditions du Seil, 2004
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*: DIFEL, 1998
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria brasileira no século XIX*. Coleção “*Que História é Essa*”, São Paulo: Editora Saraiva, 2002
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975
- COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007
- DAIBERT JR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negos e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004
- _____. *Princesa Isabel (1846 – 1921): a “Política do Coração” entre o trono e o altar*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, IFCS, UFRJ, 2007
- DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*. Rio de Janeiro, F. Alves; Brasília, INL, 1978, vols. I e II

- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, volume 4, Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- FERREIRA, Carlos Alberto Dias. *Francisco Paulo de Almeida - Barão de Guaraciaba: Relações de poder e biografia de um negro no Brasil Império*. Dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Henrique Lopes, com previsão de defesa no ano de 2009
- FOUCAULT, Michel. “Ética, sexualidade e Política”. In MOTTA, Manoel de Barros (org) *Coleção Ditos e escritos*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006
- FRAGOSO, João Luís e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. “A Política no Império e no início da república velha: dos barões aos coronéis”. in LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- GRAHAN, Richard. *Escravidão reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979
- _____. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997
- JUCÁ Joselice. *André Rebouças: Reforma e utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Oderbrecht, 2001
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. SP: Cia das Letras, 1998.
- LACOMBE, Lourenço Luís. *A Princesa Redentora*. Petrópolis: I.H de Petrópolis, 1989
- LEAL, Priscilla. “O lado rebelde da Princesa Isabel”. in *Revista Nossa História*, Ano 3/nº 31, maio de 2006, pp. 68-74
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. SP. EDUSC, 1992
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988
- LEVI, Giovanni, “Usos da Biografia”. in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998
- LORIGA, Sabina. “A Biografia como Problema”. in REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Editora FGV, 1998

- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Origens ideológicas da ordem constitucional de 1891*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, em Recife, de 29/05 a 01/06 de 2007. Grupo de trabalho 16: Pensamento Social no Brasil
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II (1825-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 3º volume, 1940
- MACHADO, Humberto F. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, jan/mar 2000,
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio, Editora UFRJ, SP, EDUSP, 1994
- MATTOS, Ilmar Rohrloff de. *Do Império à República*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p.163 – 171
- MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)*. Dissertação de mestrado defendida em 2006, no Programa de Pós Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, p. 80. disponível em :
http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/33/TDE-2006-10-10T164358Z-342/Publico/augusto_mattos.pdf
- MAYER, Arno J. *A Força da tradição: a persistência do antigo regime (1848 – 1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1987
- MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da UFRRJ (Edu), 2007
- MONTEIRO, Cláudio. “Representações monárquicas e publicidade do Brasil na França da Terceira República (1871 – 1876)”. in SANTOS, Cláudia Andrade e SENA Fº, Nelson (orgs). *Estudos de Política e Cultura: novos olhares*. Goiânia: EV, 2006
- MORAES, Evaristo de. “A escravidão - da supressão do tráfico à lei áurea”, *Revista do IHGB, Congresso Internacional de História da América*, vol 3, 1922
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003
- _____, & SOUZA, Françoise J. O. *O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008
- NEVES, Lúcia Mª B. P. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990

_____. “Questão Nacional na Primeira República.” in DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005

PINHO, José Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d,

_____. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. SP: Cia Editora Nacional, 1933

RAGO, Margareth. *Foucault, História e Anarquismo*, Achiamé, 2004

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans – O Último Conde d’Eu*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935

RÉMOND, René. *O século XIX (1815 – 1914)*. São Paulo : Cultrix, 2002

REZENDE, Gustavo Monteiro de, *Abolicionismo popular na corte do Rio de Janeiro (1879-1888)*, dissertação orientada pela Profa. Cláudia Santos e defendida no PPGHIS - Faculdade de Formação dos Professores - UERJ no dia 26 de janeiro de 2009.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político”. in *Revista Brasileira de História – órgão da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol 15, nº30, 1995, pp 9 – 22.

RUBEM, Iram. “A voz do dono e o dono da voz: a trajetória sinuosa de ambos, da Abolição à República”, in SANTOS, Cláudia R. Andrade et alii (org.) *Estudos*, vol. I, Série Grupo de Pesquisa LEPH:Curitiba, 2006

RUBEM, Iram. *Entre o Turíbulo e o Punhal, o verbo da utopia - A trajetória sinuosa de José do Patrocínio, do Império à República*, cap. V, dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, sob a orientação da Profª Drª Cláudia Santos, com previsão de defesa no ano de 2009

SALDANHA, Nelson. *O pensamento político no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996

_____. *Joaquim Nabuco: um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002

- _____. *Memórias e Imagens: Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. “Projetos Sociais Abolicionistas: ruptura ou continuísmo?”. in REIS Fº, Daniel Aarão (org.) *Intelectuais, História e Política : Séculos XIX e XX*:Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000,
- _____. “Abolicionismo e desigualdades sociais”. in MOURA, Ana Maria da Silva *et alii* (orgs). *Rio de Janeiro:tempo, espaço e trabalho*. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, 2002
- _____. “Liberdade com terra: a carta e seu tempo”. in *Revista Nossa História*, ano 3, nº 33, junho de 2006
- _____. “Abolicionismo e visões de liberdade”. in *Revista do IHGB*, a.168, n.437, out/dez 2007
- SCHWARCZ, Lílían Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Cia das letras, 1998
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- _____. *D. Obá II, o príncipe do povo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- _____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003
- SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999
- SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999
- SOHIET, Rachel . “História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões”. *Revista Digital Com Ciência*, nº50, Dezembro /Janeiro 2003- Mulheres nas Ciências, disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>
- VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua autobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939
- VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959
- WINOCK, Michel. “As Idéias Políticas”. in RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 271 - 294